

Maria Elizabeth Marques

**AUTONOMIA-HETERONOMIA:
UM APRENDIZADO NAS
SOMBRAS DO PASSADO**

Maria Elizabeth Marques

**AUTONOMIA-HETERONOMIA:
UM APRENDIZADO NAS
SOMBRAS DO PASSADO**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado da Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em
Educação.

Área de concentração:

Orientador: Prof. Neidson Rodrigues

Universidade Federal de
Minas Gerais

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
1999

Tese defendida publicamente no curso de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais em 24 de março de 1999 e avaliada pela seguinte Comissão Examinadora:

Professor Dr. Neidson Rodrigues - UFMG
Orientador

Professora Dra. Lucília de Almeida Neves - PUC-MG

Professor Dr. Bruno Pucci - UFSCAR

Professor Dr. Caio Navarro de Toledo - UNICAMP

Professora Dra. Iris Barbosa Goulart - UFMG

AGRADECIMENTOS

Ao professor Neidson Rodrigues agradeço o competente trabalho de orientação, a sensibilidade e sabedoria em delinear comigo os traços da necessidade e da liberdade na construção desta tese.

Ao Padre Geraldo Magela Teixeira, Reitor da PUC.Minas, e à professora Léa Souki, Pró-reitora de Pesquisa e de Pós-graduação, o estímulo e apoio institucional a mim oferecidos.

Aos professores do programa de Doutorado da Faculdade de Educação da UFMG, dos quais recebi críticas e sugestões valiosas para a redefinição do objeto de investigação - Maria Alice Nogueira, Leila Mafra e Miguel Arroyo.

Aos professores Bruno Pucci e Magda Becker Soares por apontar com acuidade os problemas, limites e possibilidades deste trabalho no Exame de Qualificação.

Aos amigos do Departamento de Sociologia da PUC.Minas pelos gestos de solidariedade que recebi na convivência diária: Cristina, Luciana, Matilde, Yonne, Gilmar, Paulo, Onofre, Eliana, Rita Fazzi, Rita Liberato e Silvana; com vocês partilho de uma mesma e múltipla história.

Às colegas do doutorado: Ângela, Batistina, Maria José, Gelta e Inês, com quem vivi a experiência do livre debate de idéias e os desafios do processo de elaboração da tese. Juntas aprendemos a reconhecer e superar nossos limites.

Às amigas Ceres e Virgínia, leitoras atentas do meu texto. Com elas dialoguei sobre a estrutura do trabalho e a interpretação das narrativas recebendo críticas e sugestões preciosas.

À amiga Inês Teixeira, agradeço por me incentivar a fazer o doutorado, por partilhar comigo o prazer das descobertas teórico-metodológicas nos momentos de discussão e estudo que vivenciamos, as angústias e as alegrias na construção do conhecimento.

Ao Amauri, agradeço a generosidade ao me ensinar os fundamentos do pensar filosófico; a paciência com que se dispôs a me ouvir, sem, naturalmente, me poupar críticas; a solidariedade que possibilitou-nos criar um espaço de livre discussão, só possível entre amigos. Juntos aprendemos na criação desta tese.

Aos estudantes do Curso de História da PUC.Minas, Marcélia e Ricardo Moreira, agradeço o cuidadoso e paciente trabalho de coleta de dados nos arquivos e bibliotecas de Belo Horizonte.

À Maria Luzia pela dedicação e trabalho exaustivo de digitação, à Scheila e Ordália pela correção do texto desta tese.

A meus pais Luiz e Maria José de quem sempre recebi estímulo, confiança e afeto.

Às minhas irmãs - Maria Lúcia, pelo incentivo e tolerância nesse momento difícil de nossas vidas; e à Marta, que pelo desprendimento de tudo e de si mesma, possibilitou-me realizar este trabalho, expresse minha amizade e meu amor fraterno.

A todos aqueles que, atentos ao valor da autonomia, são capazes de se revoltar frente à opressão e à miséria e de resgatar a liberdade e a dignidade humanas.

SUMÁRIO

	pag.
INTRODUÇÃO	1
Percorrendo caminhos teóricos e tecendo categorias	5
Percorrendo as veredas da narrativa como fonte	30
 PARTE I	
 COMPONDO O CENÁRIO DE LUTA DA ESQUERDA ARMADA NO BRASIL 1964-1970	 39
 Capítulo I	
Finitude e historicidade da experiência de seqüestro no Brasil: 1969-1970	 40
 PARTE II	
 O PRESENTE VIVO DO DIÁLOGO COM AS NARRATIVAS DE FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SYRKIS	 56
 Capítulo II	
A narrativa de Fernando Gabeira sobre a experiência do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos da América, Charles Burke Elbrick	 57
2.1 - O seqüestro como ação planejada	57

2.2 - A justificativa da ação	64
2.3 - As relações entre os atores/sujeitos políticos envolvidos na ação	68
A relação com o grupo de companheiros	68
A presença forte do embaixador americano	75
A presença do regime ditatorial e dos órgãos de repressão ..	81
2.4 - As consequências advindas da ação do seqüestro	85
Clandestinidade, prisão, tortura e morte	85
Indagações sobre a identidade	99

Capítulo III

A narrativa de Alfredo Syrkis sobre a experiência do seqüestro do embaixador da Alemanha, Enfreid Von Holleben	103
3.1 - O seqüestro como ação planejada	103
3.2 - A justificativa da ação	112
3.3 - As relações entre os atores/sujeitos políticos envolvidos na ação	116
A relação com o grupo de companheiros	116
A presença forte do embaixador Von Holleben	124
A presença do regime ditatorial, dos órgãos de repressão e do governo alemão	136
3.4 - As consequências advindas da ação do seqüestro	140
Prisão, tortura e morte	140

Indagações sobre a identidade	141
 Capítulo IV	
A narrativa de Alfredo Syrkis sobre a experiência do seqüestro do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher	144
4.1 - O seqüestro como ação planejada	144
4.2 - A justificativa da ação	151
4.3 - As relações entre os atores/sujeitos políticos envolvidos na ação	153
A relação com o grupo de companheiros	153
A presença forte do embaixador Bucher	168
O cotidiano de vida do embaixador e dos seqüestradores nos 40 dias que passam juntos	178
A presença do regime ditatorial, dos órgãos de repressão e do governo suíço	187
4.4 - As conseqüências advindas da ação do seqüestro	197
Clandestinidade, prisão, tortura, morte e indagações sobre a identidade	197
 PARTE III	
A ESSÊNCIA DA EXPERIÊNCIA NARRATIVA: NO HORIZONTE DA INDAGAÇÃO A POSSIBILIDADE DE APRENDER E ENSINAR SOBRE OS VALORES FUNDANTES DA HETERONOMIA E DA AUTONOMIA	214

Capítulo V

Dialogando com a narrativa: A busca de uma compreensão sobre a aprendizagem de valores na ação política	215
5.1 - A experiência da ação planejada e a aprendizagem sobre os valores próprios da ação estratégica: eficiência e eficácia	218
5.2 - A experiência nas organizações e a aprendizagem sobre os valores próprios da ação coletiva: confiança, cooperação e responsabilidade	232
5.3 - A experiência pessoal e coletiva na relação com os embaixadores e a aprendizagem de valores próprios das ações intersubjetivas: liberdade e vida	246
5.4 - Na experiência da negação do eu na clandestinidade, do sofrimento e da dor na prisão e nos processos de tortura, do enfrentamento com a morte - a aprendizagem da solidariedade, da fraternidade, da liberdade, da vida e do ser humano como valor em si mesmo e a possibilidade do resgate da própria identidade	266
 Capítulo VI	
A narrativa da experiência como expressão da construção de uma pedagogia sobre a práxis	271
CONCLUSÃO	292
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	301
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	318

RESUMO

Esta tese busca responder a indagação relativa ao que aprendem e como processam a experiência da aprendizagem de valores éticos-morais os militantes de esquerda em contextos políticos-limite, onde a ameaça à vida e a perda da dignidade humana estejam evidenciadas. Definiu-se para estudo a ação militante de esquerda em situação de seqüestro, típica situação-limite. O problema é focalizado sob a ótica da relação autonomia-heteronomia, própria da discussão pertinente à moralidade sócio-política do homem. Objetiva-se demonstrar que a aprendizagem ético-moral em situação-limite se configura quando sujeitos de ação são capazes de compreender e interpretar as antíteses e ambigüidades entre os componentes da heteronomia e da autonomia e que é nesse processo que os horizontes do entendimento vão se alargando e possibilitando a construção de uma pedagogia a partir dessa prática. As narrativas de militantes que viveram a experiência da participação em seqüestros de embaixadores no Brasil nos anos de 1969-1970 são objeto e fonte desta pesquisa. Elas foram abordadas através da análise temática e de conteúdo, procedimento metodológico relativo às Ciências Sociais, que possibilita captar o sentido expresso nos textos e compor os elementos do que consideramos ser próprio do processo de aprendizagem de valores de natureza autônoma e heterônoma.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de répondre à la question qui porte sur ce qui est appris et sur le processus d'apprentissage des valeurs éthiques et morales par des militants de gauche dans des contextes politiques-limite, où la menace à la vie et la perte de la dignité humaine sont évidentes. L'action étudiée a été celle d'enlèvement, action limite typique. Le problème est envisagé sous l'optique de la relation autonomie-hétéronomie, propre à la discussion qui relève de la moralité socio-politique de l'homme. Nous entendons démontrer que l'apprentissage éthique-morale en situation limite est configurée quand les sujets de l'action sont capables de comprendre et d'interpréter les antithèses et les ambiguïtés entre les éléments de l'hétéronomie et ceux de l'autonomie et que c'est dans ce processus que les horizons de l'entendement s'élargissent et rendent possible la construction d'une pédagogie à partir de cette pratique. Les récits des militants qui ont vécu l'expérience de participation au Brésil à des enlèvements d'ambassadeurs dans les années 1969 et 1970 sont l'objet et les sources de cette recherche. Ils ont été abordés à travers l'analyse thématique et de contenu, procédure propre aux Sciences Sociales et qui permet d'appréhender le sens exprimé dans les textes et de constituer les éléments de ce qui nous considérons comme propre au processus d'apprentissage de valeurs de nature autonome et hétéronome.

ABSTRACT

This thesis aims to answer questions concerning what leftist militants learn and how they process the learning experience of ethical-moral values in utmost political situations, in which it has been made evident that life and human dignity are threatened. The object of this study has been the leftist militancy in kidnappings, which is a typical utmost situation. The problem has been focused from the standpoint of the autonomy-heteronomy relation, which is part of the discussion concerning man's social-political morality. This study aims to demonstrate that the ethical-moral learning in utmost situations takes place when subjects of the action can understand and interpret antithesis and ambiguities among the elements which belong to heteronomy and the ones which are part of autonomy. It also aims to demonstrate that it is in this process that comprehension is broadened, making it possible to build up a pedagogical process from practice. This research has been based on the narratives of the militants who went through the experience of participating in ambassadors' kidnappings in Brazil in 1969-1970. These accounts have been approached through content and thematic analysis, a methodological procedure which is part of Social Sciences, and which makes it possible to understand the meaning expressed in the texts and to set up the elements of what we consider to be part of the learning process of values of autonomous and heteronomous nature.

INTRODUÇÃO

As experiências políticas de militantes de esquerda - ativistas políticos anarquistas, socialistas e comunistas - em diferentes contextos históricos da vida republicana brasileira, têm sido alvo de reflexões e indagações por parte de estudiosos da área de Ciências Humanas. De forma genérica podemos afirmar que os estudos relativos à ação da esquerda nos anos 60 dão especial atenção à análise de suas organizações políticas, suas lutas de oposição ao sistema capitalista, seus traços e suas diferenças ideológicas.¹

O que não tem sido comum no enfoque dos pesquisadores das experiências históricas e políticas desses militantes é o olhar sobre o tema da aprendizagem de valores na ação política. Aqui se situa a motivação central desta pesquisa e ela nos remete à seguinte indagação: o que aprendem e como processam a experiência da aprendizagem de valores ético-morais os militantes de esquerda em situações políticas-limite?

Entendemos que a experiência advinda da práxis permite uma análise sob dois sentidos. O primeiro expressa a apreensão das ações vividas, do pulsar da vida, no instante mesmo em que as ações se desenvolvem; o segundo é o da *“experiência comunicável”*, expressando já a capacidade de entendimento dos fatos vivenciados por aquele que comunica a outros a sua experiência. Esse segundo sentido está presente

¹ Situo as obras dos estudiosos: GORENDER, Jacob. Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1989. BERQUÓ, Alberto. O seqüestro dia-a-dia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987. Brasil: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985. RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 1993.

nos textos que se configuram como depoimentos e/ou como narrativas e que acabam, por sua característica de expressar o vivido, contendo a possibilidade de contemplar o primeiro sentido.² Neste trabalho privilegiaremos esse segundo nível - o da *“experiência comunicável”*.

O desafio de tematizar a aprendizagem de valores na ação política nos remete a questões de natureza teórica e metodológica. A inquietação inicial estava em descobrir como apreender sinais de aprendizagem de valores em contextos de ação política. A dificuldade de apreensão dos processos de aprendizagem de valores tem sido enfatizada por estudiosos do tema,³ uma vez que esses processos se dão de forma difusa e dispersa ao longo da vida dos indivíduos. Em suas considerações somos aconselhados a fazer um recorte do tema a partir de situações em que essa experiência esteja evidenciada. Seguimos o conselho.

Decidimos dar trato ao problema da aprendizagem de valores na ação política elegendo o que aqui denomino de situação-limite, definida como aquela em que a ameaça à vida e a perda da dignidade humana estão colocadas como realidade para os sujeitos nela envolvidos. Essa definição embasou a escolha do estudo da aprendizagem de valores na ação militante de esquerda em situação de seqüestro. Típica situação-limite. E também a escolha do objeto e fonte desta pesquisa: as narrativas de militantes que viveram a experiência da participação em seqüestros de embaixadores no Brasil nos anos de 1969-1970, ou seja, as narrativas de Fernando Gabeira no livro *“O que é isso, companheiro?”* e de Alfredo Syrkis na obra *“Os carbonários - memória da guerrilha perdida”*.⁴

² O sentido conferido por Walter Benjamin ao conceito de experiência está desenvolvido no ensaio “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Lestov”. Walter Benjamin. Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Brasiliense,

³ Situo as ponderações metodológicas feitas por Jean Piaget, Lawrence Kohlberg e Jürgen Habermas nas seguintes obras: PIAGET, Jean. O juízo moral da criança. São Paulo: Summus, 1994. KOHLBERG, Lawrence. Psicología del desarrollo moral. Bilbao: Ed. Desclée De Brouwer, 1992. HABERMAS, Jürgen. De L'Éthique de la Discussion. Paris: Les editions du cerf, 1992.

⁴ GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? Rio de Janeiro: CODECRI, 1979, e SYRKIS, Alfredo. Os carbonários - memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

Processos educativos relativos à ética e à moral foram vivenciados por militantes quando praticaram ações políticas de seqüestro, que por sua própria natureza envolvem a realização de interesses e vontades coletivas, exigindo daqueles que as praticam decisões graves que os remetem, de imediato, a questões normativas.

Na vida real deparamos com seres humanos debatendo-se entre orientações de ações fundadas em princípios universais e as exigências colocadas pelo cotidiano da vida, e aí se instala o que qualificamos como fundamento do conflito moral nesta pesquisa - contradições, ambigüidades entre princípios universais e necessidades contingentes - que estaria na base das ações concretas de indivíduos em contextos-limites, como já definimos.

O problema será focalizado sob a ótica da relação autonomia-heteronomia, própria da discussão pertinente à moralidade sócio-política do homem. Essas categorias foram eleitas por permitirem compreender o cerne dos conflitos de ação em contextos políticos marcados por crises delineadas a partir do confronto entre valores universais e necessidades contingentes.

Desdobramos a indagação inicial elaborando as seguintes questões: quais as conexões que os militantes estabelecem entre os componentes fundantes da heteronomia e da autonomia? Como relacionam os valores da autonomia e da heteronomia com projetos políticos de natureza autoritária ou democrática? É possível captar de seus relatos um processo de aprendizagem de valores, e a partir dessa apreensão dimensionar uma pedagogia sobre a práxis?

Procuramos demonstrar que a aprendizagem ético-moral em situações-limite se configura quando sujeitos de ação são capazes de compreender e interpretar (reflexão crítica) as antíteses e ambigüidades entre os componentes próprios da heteronomia e da autonomia; os

elementos próprios da racionalidade estratégica - fonte de autoridade e/ou autoritarismo, e àqueles próprios da racionalidade comunicativa - fonte de poder fundado em bases consensuais; os sinais da cisão entre vontade empírica e vontade autônoma, ou seja, entre exigências morais cabíveis sob condições dadas, contrapostas à vontade fundada em princípios universais. E que é nesse processo de assimilação das antíteses e ambigüidades entre autonomia e heteronomia que os horizontes do entendimento vão se alargando e possibilitando que a aprendizagem sobre os fundamentos da democracia/autoritarismo cresça em complexidade, tornando possível a construção de uma pedagogia a partir dessa prática.

Responder a essas indagações e demonstrar essa hipótese nos desafia, uma vez que o problema ora enfocado tem sido postulado, não só por diferentes áreas do conhecimento, mas também por múltiplas construções teóricas.

É nosso propósito fazer a leitura do problema a partir da abordagem da sociologia-política, considerando as possíveis interseções que possam ser estabelecidas com as construções filosóficas relativas à moral prática, como as formuladas por Immanuel Kant e Jürgen Habermas, as abordagens próprias das teorias da aprendizagem e educação moral formuladas por Jean Piaget e Lawrence Kohlberg, a formulação habermasiana sobre os tipos de racionalidades próprias da ação e, por fim, buscamos suporte nas construções filosóficas de Walter Benjamin sobre as narrativas como expressão do ato educativo.

Percorrendo caminhos teóricos e tecendo categorias

No ensaio *“Sobre a pedagogia”*, Kant insiste em que um dos maiores problemas da educação *“é o de poder conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade”*.⁵

Os temas do constrangimento e da liberdade alimentam a discussão sobre processos educativos, circunscrevendo o que é próprio da autonomia e da heteronomia.

Segundo Kant, educamos o ser não só *“para os cuidados da vida corporal”*, mas também para a vida prática ou moral, objetivando que *“possa viver como um ser livre”*. Na educação do corpo percebemos na aprendizagem da prática e da disciplina, que a criança deve seguir *“orientações de outrem”*, não necessitando conhecer qualquer máxima; apenas deve seguir orientações daqueles que pensam e decidem por ela: na educação do corpo deparamos com elementos próprios da heteronomia. Na educação sobre valores, a aprendizagem de máximas é que orienta as ações, e aí nos deparamos com a formação da autonomia da vontade, para Kant fundada na propriedade segundo a qual *“a vontade é por si mesma a sua lei, independente da natureza dos objetos do querer”*.⁶

No primeiro tipo de ato educativo, há uma relação passiva com o aprendiz, que apenas obedece; já no segundo tipo é ativa, pois o aprendiz precisa entender *“o fundamento e a consequência da ação a partir do conceito de dever”*.⁷

A capacidade de entendimento requer do indivíduo o exercício da razão e a faculdade de julgar. Esta mostra o uso que se deve

⁵ KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: UNIMEP, 1996. P. 34.

⁶ _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores). p. 144.

⁷ _____. *Op. cit.* 1996. p. 73.

fazer do entendimento: *“é necessário para se compreender bem o que se aprende ou se diz, e para não repetir dos outros o que se não entendeu”*. A razão *“faz conhecer os princípios, e constitui uma razão prática no sentido de que reflete a respeito do que acontece observando causas e efeitos”*.⁸

Kant considera ainda que a *“melhor maneira de compreender é fazendo”*: a aprendizagem se processa na ação; assim, a mesma experiência que possibilita ao homem julgar se as máximas têm aplicação e eficácia na prática, permite também perceber a sua vontade.

Para aprender são exigidas algumas condições: a *“primeira é fazer com que a criança dispense instrumentos que ela não tenha por si própria construído; em segundo lugar deve-se cultivar as ‘faculdades’, em especial a do juízo; deve-se ensinar conteúdo que tem relação com a vida real da criança; deve-se incentivar a fazer; e por fim é preciso levar as crianças a terem consciência das regras que empregam para falar, pensar, abstraí-las de suas ações: as pessoas precisam tirar idéias de sua própria razão”*.⁹

Para Kant *“a experiência é o conhecimento sistemático dos objetos dos sentidos segundo leis universais”*.¹⁰ Ela está na base da aprendizagem, expressa a realidade, pertence ao mundo sensível e, assim como a natureza, é um conceito do entendimento. Por meio da experiência posso firmar minha capacidade de julgar.

O homem, ser racional, deve considerar-se como pertencendo a dois mundos ao mesmo tempo: ao mundo inteligível, sob leis independentes da natureza, que não são empíricas, mas fundadas somente na razão; e ao mundo sensível, regido pelas leis naturais. No primeiro caso, a vontade *“busca a lei na aptidão de suas máximas”* e se constitui como

⁸ Ibidem. p. 74.

⁹ Ver a esse respeito o instigante ensaio de Yves de la Taille. A educação moral: Kant e Piaget. In: Cinco estudos de educação moral. MACEDO LINO (org). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 146.

vontade autônoma; no segundo, a vontade se subjugua à lei dos objetos da natureza e temos como resultado heteronomia. Nos processos da aprendizagem moral estão presentes elementos dessas duas moralidades.

*“Quando a vontade busca a lei, que deve determiná-la em qualquer outro ponto que não seja a aptidão de suas máximas para a sua própria legislação universal, o resultado é então sempre heteronomia”.*¹¹

Na relação heterônoma é o objeto que dá à lei a vontade pela sua relação com ela tornando possíveis imperativos hipotéticos: *“devo fazer alguma coisa porque quero qualquer outra coisa”*. Esse imperativo representa a necessidade prática de uma ação possível, como meio para alcançar um fim. O imperativo hipotético diz apenas que a ação é boa em vista de qualquer ação possível ou real, e que não é ordenada de maneira absoluta, mas como meio para uma outra intenção.

No que se refere à autonomia da vontade, de acordo com Kant ela *“é aquela propriedade graças a qual ela é para si mesma a sua lei, independente da natureza dos objetos do querer”*.¹²

O princípio da autonomia é não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas no querer mesmo como lei universal. *“O princípio da autonomia é o único princípio da moral”*, por isso tem de ser um imperativo categórico, que assevera uma ação como objetivamente necessária e boa, por si e em si mesma, independente de qualquer intenção, ou seja, vale como princípio apodítico. Nesse sentido ele não se baseia como condição em qualquer outra intenção a atingir por um certo comportamento; ele ordena imediatamente esse comportamento.

Como consequência pode-se afirmar que os imperativos a defesa da vida e da dignidade humana provocam mudança radical na ação prática. A autonomia da vontade põe em tela de juízo os princípios da

¹⁰ KANT, I. Op. cit. 1980. p. 156.

¹¹ Ibidem. p. 145.

liberdade e da dignidade humana, e é posta por Kant como princípio supremo da moralidade.

Se a formulação kantiana nos permite afirmar que o homem, seja quem for e em que situação for, pode por si mesmo alçar a condição de autonomia, ou seja, conquistar a condição de membro da espécie humana, as formulações de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg permitem-nos entender não só a constituição dos elementos próprios das vontades autônoma e heterônoma, mas também o processo de desenvolvimento dessas vontades ao longo da vida dos indivíduos, por meio dos processos educativos formais e informais experienciados por crianças, jovens e até mesmo adultos.

Piaget e Kohlberg concordam em que não há nenhuma realidade moral inata: *“Para que as realidades morais se constituam é necessário uma disciplina normativa, e para que essa disciplina se constitua é necessário que indivíduos estabeleçam relações uns com os outros”*.¹³

Ambos estão de acordo em que elementos próprios à autonomia e à heteronomia compõem a moral dos indivíduos na sociedade, mas diferem sobre qual etapa ou momento do desenvolvimento eles se processam. Enquanto Piaget postula que a aprendizagem de valores iniciada na infância evolui dos elementos próprios da heteronomia para os elementos da autonomia, Kohlberg afirma que ao longo do desenvolvimento moral indivíduos vivenciam elementos próprios da autonomia e da heteronomia, de forma concomitante, em todos os estádios de desenvolvimento.

Kohlberg considera que Piaget se situa na mesma linha de Kant, quando define a moralidade como uma atitude de respeito para com

¹² Ibidem, p. 144.

¹³ A esse respeito é importante a leitura da obra de PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994; e o ensaio “Procedimentos da educação moral. In: MACEDO, Lino (org), op. cit. 1996, bem como, as reflexões de Habermas sobre as formulações de Piaget e Kohlberg nos livros: HABERMAS, Jürgen. Para reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983, e Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a.

as pessoas e as regras - o centro da moralidade kantiana está no respeito às pessoas expresso no imperativo categórico, que trata cada pessoa como um fim em si mesmo, e não como um meio -, mas Piaget difere de Kant, quando identifica duas matrizes de moralidade: uma heterônoma e outra autônoma. A primeira prescreve a obediência absoluta a regras e autoridade dos adultos; a segunda prescreve o respeito mútuo entre os iguais e o respeito a regras como resultado do acordo e da cooperação entre iguais.

Piaget parte da premissa de que há uma seqüência invariante dos estádios de juízo moral, e os considera tipos ideais. Para ele o primeiro estágio moral é heterônomo. Nele ocorre o respeito à autoridade do pai, dos adultos e às regras que procedem da autoridade paterna. Nos estádios posteriores, ocorre redução desse respeito e cresce o respeito mútuo entre iguais, até se alcançar a autonomia.

A teoria dos três grandes níveis de estádios - nível moral pré-convencional; nível moral convencional e nível pós-convencional -, formulada por Kohlberg é uma incorporação clara das definições de autonomia e heteronomia piagetianos, só que como subestádios. No quadro a seguir podemos constatar essa incorporação.

Estádios Evolutivos:
Níveis de Desenvolvimento Moral segundo Kohlberg

Nível	Estádio	Perspectiva Social
Pré-convencional	Moralidade heterônoma Nível A - Estádio 1 - Orientação ao castigo e obediência Nível B - Estádio 2 - Ingênuo hedonismo instrumental	Perspectiva individual concreta
Convencional	Moralidade de conformidade com o papel convencional Nível A - Estádio 3 - Moralidade e manutenção de boas relações, aprovação por parte de outros Nível B - Estádio 4 - Moralidade de manutenção da autoridade	Perspectiva de membro da sociedade
Pós-Convencional	Moralidade de princípios morais auto-aceitos Nível A - Estádio 5 - Moralidade em conformidade com direitos individuais e com a lei democraticamente aceita Nível B - Estádio 6 - Moralidade de princípios individuais de consciência	Perspectiva anterior à sociedade

FONTE: KOHLBERG, Lawrence. Psicologia del desarrollo moral: Bilbao: Ed. Desclee de Brouwer, 1992. p. 188.

Avaliamos que Kohlberg avança e dinamiza a formulação piagetiana do desenvolvimento moral. Sua construção dos subestádios permite-nos compreender o paralelismo, as imbricações e ambigüidades dos elementos de autonomia e heteronomia, presentes nos processos de desenvolvimento moral de crianças e jovens.

Os resultados das pesquisas realizadas por Kohlberg apontam que em cada nível dos estádios morais existem subníveis A e B. O A é mais heterônomo, o B é mais flexível e igualitário com respeito a regras e a pessoas.¹⁴

Kohlberg estabelece relações entre estágio moral, avanço cognitivo e conduta moral. Conclui que muitos indivíduos podem estar em um estágio lógico mais alto que o correspondente estágio moral, mas ninguém estará em um estágio moral mais alto que seu estágio lógico, ou seja, para ele, um raciocínio moral avançado se baseia em um raciocínio lógico avançado.¹⁵

As teorias dos estádios de desenvolvimento moral de Piaget e Kohlberg permitem-nos situar os elementos próprios da heteronomia e da autonomia presentes na conduta moral de jovens em contextos históricos concretos, e compreender se eles orientam suas ações em conformidade com os princípios de seus grupos de referência, ou as orientam a partir de princípios que eles mesmos se dão.

A teoria piagetiana sobre a aprendizagem moral possibilita a compreensão do modo que se processa a assimilação de valores ético-morais ao longo da vida dos indivíduos, bem como possibilita o entendimento dos elementos que compõem o universo das condutas heterônomas e autônomas. Piaget define a aprendizagem como um processo ativo que conjuga fatores biológicos, sociais e psíquicos próprios aos indivíduos, sendo que a assimilação, a cooperação e o equilíbrio são suas categorias definidoras.

Para que ocorra a assimilação é preciso estar disposto para a aquisição de algo e também a maturação: *“à medida que a criança opera*

¹⁴ Kohlberg, Charles Levine e Alexander Hewer discutem os avanços dos estudos teóricos relativos ao desenvolvimento moral no capítulo 3, da parte II do livro Psicologia del Desarrollo Moral. Op. cit. 1992. p. 233.

uma segregação ativa no que lhe é oferecido e reconstrói à sua maneira assimilando-o”, tem início a aprendizagem.

A cooperação possibilita a noção de igualdade e diferença e está presente nos sistemas de operações “*exercitadas em comum ou por reciprocidade entre os parceiros*”.¹⁶ A cooperação é, nesse sentido, fonte de “*agrupamentos de operações racionais*” e está na base dos sistemas de ações.

O equilíbrio é expressão da capacidade de raciocínio lógico dos indivíduos enquanto seres individuais e coletivos - “*na função de equilibração a lógica é uma coordenação de crenças que afasta as contradições e assegura a síntese das tendências conciliáveis, na função de majoração ela tende sempre para uma certeza maior e procura preencher as crenças frágeis por outras sólidas*”.¹⁷

Na conjugação das três categorias da aprendizagem - assimilação, cooperação e equilíbrio - Piaget construiu os componentes próprios da moral fundada na autonomia e da fundada na heteronomia, a saber: respeito mútuo/respeito unilateral; reversibilidade/juízos estabelecidos considerando apenas o ponto de vista próprio; reciprocidade/egocentrismo; cooperação/coação.

Em sua obra *O juízo moral da criança* e no ensaio *Procedimentos da educação moral*, ele constrói categorias analíticas que nos permitem compreender a composição dos elementos próprios da autonomia e da heteronomia.

Para melhor entendermos o desenvolvimento da consciência da obrigação, insiste ele em que a noção de respeito é

¹⁵ Segundo Kohlberg suas pesquisas apontam que 67% do raciocínio dos indivíduos está em um estágio dominante e que o restante do raciocínio se encontra em estágio subjacente. Ibidem. p. 218.

¹⁶ PIAGET, Jean. *Estudos Sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense, 1973, p. 64.

¹⁷ Ibidem. p. 170.

fundamental para a aquisição de noções morais,¹⁸ e que existem dois tipos de respeito - o unilateral e o mútuo. O primeiro tem incrustado em seu âmago a desigualdade *“entre aquele que respeita e aquele que é respeitado”*, entre o *“inferior”* e o *“superior”* classificação própria das relações fundadas na coação. O segundo tipo, o respeito mútuo, nasce das relações entre iguais, em que existe reconhecimento recíproco entre os pares. Esse tipo de respeito não implica coação mas sim cooperação.

Esses dois tipos de respeito alicerçam a construção de duas morais, e a oposição entre eles está presente ao longo da vida dos indivíduos. De um lado, afirma Piaget, *“o respeito unilateral fazendo par com a relação de coação conduz [...] ao sentimento de dever”*; de outro lado, *“a moral resultante do respeito mútuo e das relações de cooperação”* conduzindo ao *“sentimento do bem, mais interior à consciência”* e ao ideal da reciprocidade; de um lado a formação da moral própria da heteronomia, de outro, a moral própria da autonomia.¹⁹

Piaget constata que o respeito unilateral expressa a *“assimilação de dever prescrito”*; as regras são impostas à consciência exteriormente e acabam *“de fato [sendo] mal observadas”*. Se as regras nascem da cooperação e são observadas *“graças ao respeito mútuo”*, integram a consciência, fazendo parte mesmo da personalidade dos indivíduos. Ele conclui que, se as regras não estão interiorizadas, elas não serão seguidas.

Na formação da personalidade, da identidade do eu, também podem-se observar as diferenças de lugar que ocupam o respeito unilateral e o respeito mútuo. Enquanto o egocentrismo e a heteronomia coexistem sem se anular - a coação não reprime por si só o egocentrismo e

¹⁸ Piaget afirma que enquanto Kant vê no respeito um resultado da lei, Durkheim vê um reflexo da sociedade e Bovet insiste que o respeito pelas pessoas constitui um fato primário e que mesmo a lei dele deriva. Ver a este respeito Piaget. In: MACEDO, L. (org). Op. cit. 1996. p. 4 e PIAGET, op. cit. 1994. p. 277-279.

¹⁹ MACEDO, Lino. (org). Op. cit. 1996. p. 4-5

ambos não são tão contraditórios quanto aparentam - a cooperação *“conduz a constituição da verdadeira personalidade, isto é, a submissão efetiva do eu às regras reconhecidas como boas”*.²⁰ Concluindo que *“a personalidade e a autonomia implicam-se, assim, uma a outra, enquanto que o egocentrismo e a heteronomia coexistem sem se anular”*.

No que se refere ao campo da justiça, Piaget afirma que se o *“respeito unilateral predomina sobre o respeito mútuo, a autoridade predomina sobre a justiça”*, se existe cooperação os fatores próprios ao igualitarismo passam a compor o campo de justiça; e esta será colocada acima da autoridade e a solidariedade acima da obediência.

Nos processos de aprendizagem moral estão presentes a coação e a cooperação. A coação moral pode ser caracterizada pelo respeito unilateral, dando origem à obrigação moral e ao sentimento de dever cumprido como algo imposto de fora e não da consciência. A coação implica sempre uma submissão à vontade do outro, ou seja, ela implica uma autoridade e conduz à heteronomia. Se observamos um sistema onde predomina a coação, deparemos com *“um corpo de verdades completamente feitas, cuja solidez se deve à sua rigidez e [transmissão] num sentido único.”*²¹

A cooperação, ao contrário, implica igualdade de direito, tem seus pilares assentados na reciprocidade entre personalidades diferenciadas e por isso conduz à autonomia. Nos sistemas em que predomina a cooperação, as *“personalidades são autônomas”* e cumprem as funções de *“equilibração e majoração”*.

Também são próprios da aprendizagem moral as categorias de egocentrismo e reciprocidade. O egocentrismo indica que cada parceiro acha que seu ponto de vista é o único possível, ao passo que a

²⁰ Ibidem. p. 6.

²¹ PIAGET, J. Op. cit., 1973. p. 155 e 168.

reciprocidade é indicativa de que o *“respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”*.²²

As categorias do respeito mútuo, da reciprocidade e da cooperação estão na base da reversibilidade. Para Piaget essa última categoria assegura que indivíduos emitam juízos após considerar os interesses e pontos de vista de todos os envolvidos. O sujeito vê o problema na perspectiva de todos os atores que tomam parte da situação, conquistando assim a possibilidade real de decisão justa.

Habermas, ao dialogar com Kant, Piaget e Kohlberg, traz contribuição importante ao tema da aprendizagem moral na ação política, quando questiona sobre o que é próprio da razão prática, considerando que todas as vezes que indagamos sobre *“o que devemos fazer”* e *“como devemos nos comportar”*, estamos na busca de fundamentos para decisões que teremos de tomar, situação que nos coloca em confronto com diferentes possibilidades e alternativas de ação.²³

Na nossa prática cotidiana, tomamos atitudes perante os desafios do *“mundo da vida”*, e é certo que não nos libertamos de nossas atitudes engajadas por uma simples decisão de nossa vontade. Enfrentamos, nesses processos, momentos de incertezas, dúvidas, conflitos; deliberamos e acabamos descobrindo que podemos encontrar respostas muito diferenciadas às questões *“que devo fazer”* e *“como devo comportar-me”*.²⁴

*“Se essas indagações são feitas relativas ao fim, ao que é bom e ao que é justo, teremos desempenhos diferenciados no modo pragmático, ético ou moral.”*²⁵

²² PIAGET. Op. cit. 1994. p. 155.

²³ HABERMAS, Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da Razão Prática. São Paulo: Estudos Avançados, 1989b. p. 11.

²⁴ Ibidem, p. 4.

²⁵ Ibidem, p. 4.

Em diferentes situações da vida cotidiana deparamos com problemas de natureza prática e, ao enfrentarmos os desafios nessas situações, procuramos buscar fundamentos para decisões racionais entre as múltiplas possibilidades de ação, *“frente a tarefas que temos de solucionar, para podermos alcançar determinadas metas”*.²⁶

Se, de um lado, nossos desejos e valores definem nossa vontade, de outro ela é limitada pelas alternativas possíveis quanto a escolha dos meios que devemos empregar para realizá-la. É nesse sentido que Habermas, seguindo as trilhas da formulação kantiana, diz que:

*“A reflexão prática transcorre no horizonte da racionalidade dos fins, com a meta de encontrar técnicas, estratégias ou programas adequados. Ela leva a recomendações que têm a forma semântica de imperativos condicionais. Elas põem causas e efeitos em relação, segundo preferências de valor e fixação de metas. O sentido imperativo que expressam pode ser entendido como um ‘dever’ relativo.”*²⁷

Discursos pragmáticos apontam para a necessidade de alcançar fins. Os meios são definidos em função de sucessos imediatos. Seus valores se circunscrevem a interesses postos de forma contingente e que não são equacionados do ponto de vista universal. Mas os discursos pragmáticos movem-se no âmbito da ética e da moral quando os próprios valores se tornaram problemáticos, e então a pergunta *“que devo fazer”* aponta para além do horizonte da racionalidade dos fins. Se estamos diante de decisões importantes, fundadas em valores universais, deparamos com questões de natureza existencial: *“quem sou eu”* e *“quem eu gostaria de ser”*.

Para a ética do discurso, nos processos de compreensão de si, as pessoas não podem se desprender das histórias das formas de vida nas quais se encontram faticamente. É no esforço de elucidar a

²⁶ Ibidem, p. 5.

²⁷ Ibidem, p. 6.

compreensão de si que a identidade se forma e, para Habermas, esse esforço *“requer um compreender apropriado da história de vida, das tradições, dos contextos da vida que determinam o processo de formação próprio.”*²⁸

Entendemos que para Habermas, assim como para Kant, todo dever categórico de mandamentos morais direciona-se para a vontade livre de uma pessoa que age segundo leis que da mesma se dá: *“apenas essa vontade é autônoma, no sentido que se deixa determinar inteiramente pelo conhecimento moral”*.²⁹

Habermas entende, como Kant, que mandamentos morais são imperativos categóricos ou incondicionados, que exprimem normas válidas ou fazem implicitamente referência a elas. Esses mandamentos são imperativos, e são entendidos como um dever. Por isso, não dependem nem de fins nem de preferências subjetivas.

Habermas quer avançar a compreensão do conflito moral que se instala na prática cotidiana entre valores universais e necessidades contingentes; para tal, busca entender as bases de configuração do discurso-prático moral autônomo. É assim que a moral é dimensionada como expressão de simetria e implica exigências: necessidades de base de acordo sólido, constituição da autonomia da vontade, definição de metas coletivas, que por sua vez, pressupõem a construção da vontade coletiva, de espaço público e de relações intersubjetivas.

Levando em conta essas exigências podemos afirmar que o julgamento moral de ações e máximas serve para tornar claras as expectativas legítimas de comportamento *“em face de conflitos interpessoais que atrapalham o convívio regulado de interesses antagônicos”*.³⁰

²⁸ Ibidem, p. 8.

²⁹ Ibidem, p. 12.

³⁰ Ibidem, p. 11.

Nessa perspectiva é que afirma que os discursos prático-morais exigem o rompimento com todas as evidências da moralidade concreta, “*tornada costumeira*”, como também exigem o distanciamento em relação àqueles contextos de vida aos quais a própria identidade está indissoluvelmente ligada.³¹

Essa exigência realça os conflitos nos quais os sujeitos estão envolvidos historicamente: aqui, tanto as normas costumeiras de um grupo ou de uma comunidade, como a identidade referenciada ao indivíduo se encontram perigosamente ameaçadas. Alçar o vôo da autonomia é sempre um desafio.

O problema da aplicação de normas torna-se mais agudo a partir do momento que as fundamentações morais se apóiem em princípios de universalidade que acabam por constranger os participantes do discurso não só de examinarem as normas discutíveis, de forma separada das situações concretas, como também os constrange considerar os motivos subjacentes presentes nas suas vontades.³²

Agimos em contextos históricos em que necessidades contingentes exigem tomadas de posição imediatas. Assim, fundamentações morais, apoiadas em princípios de universalidade geram conflitos e dilemas, nos quais sujeitos de ação se debatem, muitas vezes de forma trágica. Esses conflitos dão visibilidade aos processos de aprendizagem moral.

A teoria comunicativa entende que, quando “*a vontade empírica se vê cindida da vontade autônoma*” passa a desempenhar um papel importante na dinâmica de processos de aprendizagem moral, pois no

³¹ Ibidem, p. 14-15.

³² Ibidem, p. 16.

confronto é que se percebe se as exigências morais que estão postas são, de fato, legítimas e cabíveis, sob as condições dadas.³³

Ao identificarmos, no discurso militante, os momentos de cisão entre vontade empírica e vontade autônoma, observamos os processos de aprendizagem relativos à moral autônoma e à heterônoma, e o discurso memorial evidencia também o que aprendem sobre princípios e máximas próprios da democracia e do autoritarismo.

Habermas afirma que para compreendermos o processo argumentativo precisamos estar atentos às regras próprias da argumentação dos discursos práticos; aos princípios “U” e “D”³⁴ como pontes de argumentação em situações em que existe o conflito; aos pressupostos das situações de fala simétrica e assimétrica e à institucionalização do discurso como condição de possibilidade da argumentação, sem esconder que a configuração do discurso prático-moral se dá no *“horizonte do mundo da vida”*.

Assim, é preciso observar as bases de argumentação do discurso, pois, para fixarmos uma linha de ação coletiva precisamos *“coordenar intenções individuais e chegar a uma decisão comum sobre essa linha de ação”*.³⁵ Desse modo, necessitamos verificar se a argumentação busca o entendimento mútuo, o reconhecimento recíproco, para criar bases de consenso sob condições de simetria.

Habermas propõe, assim, as seguintes regras do discurso:

³³ Ibidem, p. 16-17.

³⁴ O princípio universal “U” é para Habermas o “único princípio moral”, ele vale como regra de argumentação e pertence a lógica do discurso prático - “se as conseqüências e efeitos colaterais, que presumivelmente resultam de uma obediência geral da regra controversa, para a satisfação dos interesses de cada indivíduo, podem ser aceitas, sem coação por todos”. Op. cit. 1989a, p. 115-116. O princípio “D” expressa os fins contingentes da ação, fim que está “de tal modo entrelaçado à forma de vida intersubjetiva de sujeitos capazes de falar e agir que não podemos propô-lo nem tampouco evitá-lo voluntariamente”. 1989a .p. 117. Este princípio é a asserção-alvo que se quer fundamentar.

³⁵ Ibidem, p. 92.

- “3.1 - É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de discursos.*
- 3.2. a - É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção.*
- b - É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no discurso.*
- c - É lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades.*
- 3.3 - Não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em 3.1 e 3.2.”*³⁶

Essa formulação de Habermas sobre as regras do discurso aproxima-se da formulação de Piaget sobre as bases de equilíbrio de troca de pensamento.

Para este há equilíbrio se em parceria, indivíduos: 1) criam uma escala comum de valores composta por uma linguagem comparada, um sistema de noções definido e proposições admitidas por convenções; 2) constroem equivalências em relação a proposição, estabelecendo acordo sobre esta, exigindo de si mesmos que não se contradigam; nesse caso, a proposição adquire valor permanente; 3) fundam bases de reciprocidade.³⁷ Já o desequilíbrio ocorre em duas situações: quando por egocentrismo os parceiros não reconhecem seus pontos de vista, e quando existe coação ou autoridade.

As formulações de Habermas e Piaget permitem-nos traçar as bases do raciocínio próprio do discurso autônomo e do heterônomo.

O diálogo é possível se as regras 3.1 e 3.2 formuladas por Habermas, e as proposições 1, 2 e 3 formuladas por Piaget estiverem presentes assegurando as bases de entendimento. As bases de desequilíbrio de troca de pensamento, para usarmos a expressão de Piaget,

³⁶ Habermas informa que esta formulação sobre as regras do discurso foi construída em parceria com Alexy. Ibidem, p. 112.

³⁷ PIAGET, J. Op. cit. 1973, p. 108-110

acontecem se se observa egocentrismo nos parceiros - que impede a reciprocidade - e a coação que, por sua vez, impede a cooperação e impossibilita a fundação de bases de entendimento.

Se buscamos compreender a aprendizagem moral na ação política temos de estar atentos aos discursos circunstanciados dos cidadãos, observando neles em que medida contêm as normas de ação, “as *mais fundamentais*”, sem esquecer de colocá-las na “*dependência de discursos reais*”.³⁸

Como vimos, a conjugação dos princípios “U” e “D” nos possibilita o discernimento para esta questão, e é em torno dela que Habermas polemiza com Kohlberg no que se refere aos discernimentos morais universais.

Kohlberg fala da passagem do estágio convencional ao pós-convencional da consciência moral. Nesse último estágio, o juízo moral desliga-se dos pactos locais e da coloração histórica de uma forma de vida em particular. Ele não pode mais apelar para a validade do contexto do mundo da vida e as respostas morais conservam tão-somente a força de motivação racional dos discernimentos perdendo com as evidências inquestionáveis que formam o pano de fundo do mundo da vida, a força de impulsão de motivos empiricamente eficazes.

Para Habermas as coisas se passam diferentemente. Se, na gênese do discurso prático, deparamos com situações colocadas pelo mundo da vida, torna-se imperativo buscar fundamentos para a orientação da ação nas construções de valores universais. Isso nos remete à indagação relativa ao que define as racionalidades próprias das ações políticas.³⁹

³⁸ HABERMAS. 1989a. p. 117.

³⁹ Ibidem. p. 139-140.

Segundo a teoria da ação comunicativa, quase sempre tematizamos a racionalidade da ação sob o ponto de vista da “*racionalidade com respeito a fins*” com escolha de meios. Para Habermas, esse procedimento está na base do denominado modelo teleológico de ação, segundo o qual sujeitos intervêm no mundo com a intenção de produzir nele aquilo que desejam - e o caminho para isso é a escolha e a aplicação dos meios adequados.

Ao modelo teleológico, Habermas contrapõe o comunicativo de ação.⁴⁰

Segundo ele, o modelo de ação racional, com respeito a fins, parte de que o ator se orienta exclusivamente pela consecução de um modo objetivo, suficientemente preciso, conforme fins concretos, e submete a cálculos todas as demais conseqüências da ação, como condições secundárias do êxito a que aspira. Nesse caso, o êxito pode ser definido pela ocorrência de ação ou omissão intencionadas.

“A uma ação orientada para o êxito chamamos instrumental quando a consideramos sob o aspecto da observação de regras técnicas de ação e avaliamos o grau de eficácia da intervenção em um estado físico; em troca, a uma ação orientada ao êxito chamamos estratégica, quando a consideramos sob o aspecto da observação de regras de escolha racional e avaliamos o grau de eficácia alcançada na tentativa de influenciar sobre as decisões de um oponente racional. As ações instrumentais podem vir associadas a interações sociais; já as ações estratégicas são ações sociais por excelência.”⁴¹

Habermas confronta as ações estratégicas às comunicativas. Quando as ações e os atores participantes não são coordenados por meio de cálculos egocêntricos de interesses, mas sim do

⁴⁰ A construção do modelo comunicativo de ação é feita a partir do diálogo que Habermas estabelece com a sociologia compreensiva de Max Weber. A esse respeito ver HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos. Madrid: Ed. Cátedra, S.A, 1994, p. 373-392.

⁴¹ Ibidem, p. 385.

entendimento ocorre a ação comunicativa. Nela os agentes não se orientam primariamente pelo próprio êxito, o que tem por implicação que se firme um acordo entre os participantes da ação, acordo que tem por base uma convicção comum.

A construção das bases de entendimento, de acordo entre os sujeitos, precisa de um espaço público comum onde possa acontecer a troca de experiência entre aqueles que participam desse espaço de diálogo, fundando o que Benjamin denomina de comunidade de experiência.

Habermas considera que, se quisermos apontar a atualidade de Walter Benjamin deveríamos resgatar a sua teoria da experiência.⁴² Completaríamos sua opinião afirmando que, se quisermos pensar a categoria da experiência, no que guarda de especificamente singular, depararíamos com a arte de narrar, pois a palavra-chave para entrarmos no mundo da narrativa é, para Benjamin *“experiência”*.⁴³

O ato de narrar tem como fonte a experiência, e dessa fonte nascem dois leitos que percorrem dois sentidos. O primeiro leva à capacidade que cada um de nós tem de relatar o vivido e ao ouvir o relato do outro, trocar experiências. É quando eu me faço conhecer e conheço o outro pela fala. O segundo percurso conduz à experiência como expressão da reflexão sobre o vivido. Agora, a experiência cotidiana é vista de uma *“certa distância”* e também sob *“um ângulo de observação”*.⁴⁴ Essa é a experiência comunicável e, para Benjamin, a sua forma de expressão é a narrativa.

A narrativa ao expressar a experiência contém, nela mesma, uma proposta pedagógica: transmitir um ensinamento ou dar um conselho. Para Benjamin *“aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer*

⁴² HABERMAS, J. Walter Benjamin. In: Perfiles filosófico-políticos. Madrid: Taurus, 1975. p. 328.

⁴³ Ver a esse respeito o artigo de CASTRO, Manuel Antonio de. Walter Benjamin: por que comemorar?. In: Tempos de Metamorfose. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. p. 95.

⁴⁴ BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: Walter Benjamin. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197.

uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”.⁴⁵

A introdução da pergunta e/ou da sugestão na narrativa é que a torna ativa, aberta e, como ensina Benjamin, o bom narrador apesar de narrar com exatidão os fatos, não impõe ao leitor um sentido interpretativo; ao contrário, o leitor *“é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação”*.⁴⁶ A narrativa não se esgota na informação, por isso, é capaz *“de suscitar espanto e reflexão”*.⁴⁷ Essa natureza indagativa, sugestiva, essa capacidade de provocar o estranhamento e a ação reflexiva define seu caráter pedagógico.

Benjamin indaga *“se a relação entre o narrador e a sua matéria - a vida humana - não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a de outros - transformando-a num produto sólido, útil e único?”*.⁴⁸ Constata que o trabalho artesanal deixou de ser o centro da vida produtiva moderna e a narrativa foi substituída pela informação. Nesse ponto um problema se coloca: como narrar para um público que não conhece mais a solidez e a unicidade do artesanato? Como narrar para um público que quer apenas consumir informação? Como transmitir para outros uma experiência da qual ele não tem sequer noção? Dessa forma, o desafio do ato educativo de narrar se intensifica tornando-se mais difícil de se realizar. Na formulação benjaminiana encontramos saída para esse desafio, quando no ensaio *“A doutrina das semelhanças”*, insiste no caráter educativo encerrado nesse tipo de comunicação.

⁴⁵ Ibidem, p. 200.

⁴⁶ Ibidem, p. 203.

⁴⁷ Ibidem, p. 204.

⁴⁸ Ibidem, p. 221.

Ao mesmo tempo que Benjamin afirma que uma das formas de aprender é lançando um olhar “sobre o semelhante”, alerta que se deve insistir “*menos no registro de semelhanças encontradas do que na reprodução dos processos que engendram tais semelhanças*”.⁴⁹

A capacidade reflexiva do homem se aperfeiçoa no exercício mimético, ou seja, no aprimoramento da percepção da semelhança. E essa, se entendida temporalmente, exige que se compreenda o processo que a gera, mas sob um olhar diferente, um ângulo diferente, um tempo diferente. Tempo esse que pensa o presente e ao mesmo instante condensa o passado; passado que contém nele traços do presente. A semelhança transforma o passado e o presente.⁵⁰

Compreender o processo que dá origem às semelhanças permite o entrecruzamento do tradicional e o revolucionário, do novo e o velho, do passado e o presente; cria a possibilidade de resgatar o diálogo perdido, porque foi rompido o fio que tecia o tempo e tornava possível a ligação das experiências, transformando-as em matéria comunicável.

Habermas qualifica esse traço da construção teórica como “*a hermenêutica conservadora-revolucionária de Benjamin*” e é ela que possibilita “*pensar o homem livre da dominação*”⁵¹ e completa que é na esfera da linguagem, do entendimento, que Benjamin via a possibilidade da liberdade do homem, porque para ele a esfera da linguagem era a única inacessível à esfera do poder fundado em bases estratégicas.

O narrador mostra-se mestre e sábio quando “*retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos*

⁴⁹ Idem, A doutrina das semelhanças. p. 108.

⁵⁰ Ver a esse respeito o Prefácio Walter Benjamin uma história aberta. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Op. cit. p. 16.

⁵¹ HABERMAS, op. cit. 1975. p. 331-332.

outros".⁵² Narrando assume uma atitude pedagógica quando busca incorporar "*as coisas narradas à experiência de seus ouvintes*".⁵³

A arte de narrar trabalha a matéria-prima da experiência e a faculdade mimética constitui seu elemento natural. É esse amálgama que possibilita ao narrador *re-ligar* o passado ao presente, criando a possibilidade de o presente participar do passado e vice-versa. Esse amálgama possibilita ao narrador-artesão-contemporâneo transformar a experiência num "*produto-sólido, útil e único*"⁵⁴ para ser ensinado.

No diálogo com Benjamin, Habermas, Kohlberg, Piaget e Kant, procuramos encontrar o fio que nos permite tecer os conceitos que sustentarão a análise das narrativas de aprendizagem na ação política em conjunturas nas quais o dilema moral sobressai.

À indagação relativa ao que significa compreender as narrativas sobre a aprendizagem na ação política buscamos responder por meio de esforço de construção conceitual em termos de uma teoria da ação, entendida aqui através de reflexões sobre o que é próprio dos atos de fala, da razão prática, da racionalidade da ação, da ação política, da aprendizagem, da experiência, da autonomia, da heteronomia, da moral e da ética.

Por discurso ou narrativa compreendemos uma das formas de o homem expressar a realidade do mundo em que vive para criar bases de comunicação. Ao se expressarem sobre "*o mundo da vida*", os homens o fazem por atos de fala. Chamamos atos de fala ao "*registro lingüístico*" que busca dar significação aos contextos de ação vivenciados no mundo. As narrativas autobiográficas são expressão dos atos de fala dos atores/autores em contexto específico de ação política.

⁵² BENJAMIN, op. cit. p. 201.

⁵³ Ibidem, p. 201.

⁵⁴ Ibidem, p. 221.

Designa-se ato político toda ação desencadeada por sujeitos individuais ou coletivos, que lhe imprimem um sentido de realização de projetos coletivos-prospectivos de interesse público. Essas ações podem estar, ou não, orientadas para a conquista e o exercício do poder.

A ação política pode ser caracterizada por elementos da vontade, (o que queremos), e da razão (o que podemos). Na combinação desses dois elementos se desenham projetos de feição democrática ou de feição autoritária.

Pensar a ação política nos remete para a caracterização do que é próprio da razão prática. Chamamos razão prática à racionalidade posta a desafio pelas necessidades contingentes. A razão responde a esses desafios de muitas maneiras, e neste trabalho procuraremos ressaltar o modo prático, ético e moral dessas respostas.

As racionalidades próprias das ações políticas são de feição instrumental, estratégica e comunicativa. Entendemos que a racionalidade instrumental está na base das ações que se orientam apenas pelo grau de eficácia da intervenção, os meios são instrumentos possibilitadores do sucesso e os valores morais não estão aqui considerados. Essa racionalidade está na base da violência. Na racionalidade estratégica o ator se orienta para atingir um objetivo determinado e age conforme fins concretos submetendo a cálculo todas as ações que empreende. As consequências de sua ação são consideradas e podem ser vistas como condição secundária se comparadas ao êxito a que se aspira. Na racionalidade comunicativa a ação dos participantes não é coordenada por cálculo de interesses egocêntricos, mas por meio do entendimento. O acordo se fundamenta sobre os pilares da convicção comum e só se produz sob condições de base racional de entendimento.

A aprendizagem é entendida como um processo ativo da mente humana e se processa por estimulação dos componentes biológicos,

físicos e sociais que compõem o sujeito. Aprender é sempre um ato ativo e criador e seu processo é perpassado por raciocínios lógicos, exercícios de abstração reflexivos que possibilitam ao sujeito compreender e interpretar os problemas e as necessidades evidenciados pela realidade histórica. Processos de aprendizagem favorecem a individuação dos sujeitos e lhes possibilitam reconstruir e reorganizar, após exame crítico, os elementos selecionados ao longo desse processo.

Os componentes básicos da aprendizagem de valores são: a combinação dos elementos da assimilação, da cooperação e do equilíbrio, para usarmos as categorias de Piaget. O respeito mútuo/o respeito unilateral, a reciprocidade/o egocentrismo, a cooperação/a coação e a reversibilidade/e os juízos formulados considerando apenas o ponto de vista próprio são considerados indicadores fundamentais dessa atividade-criativa.

A experiência é entendida no sentido benjaminiano, ou seja, como capacidade humana de apreensão e reflexão sobre o vivido, transformando-o em *“experiência comunicável”*. Ela está na base da capacidade de entendimento e de julgamento, para Kant é através da experiência que posso firmar minha capacidade de julgar.

Circunscrevemos a compreensão sobre a autonomia na abordagem intersubjetiva, considerando que o princípio de universalização é condição de sua existência; que a liberdade da pessoa individualizada também o é, mas entendida como dependente da realização da liberdade de todas as pessoas; que a universalização e a liberdade só podem ser alcançadas em processos interativos entre o eu e o outro sendo esses processos partilhados intersubjetivamente. Assim, entende-se por sujeito autônomo alguém que se constitui nas relações de reconhecimento recíproco adquiridas intersubjetivamente e é nelas que afirma a sua liberdade.

Autonomia significa independência de alguém tornada possível pelas relações de reconhecimento recíprocas, portanto só pode existir com independência simétrica do outro.

Autonomia exige portanto universalização, liberdade, cooperação, independência, reciprocidade e simetria de reconhecimento.

O conceito de heteronomia deve ser entendido como antitético ao de autonomia. Os valores contingentes são seus princípios fundacionais e a condição de sua existência. A liberdade do outro é considerada enquanto não constitui empecilho para a realização de sua própria vontade. O desenvolvimento da personalidade do sujeito depende de seu próprio esforço e vontade de se impor aos demais. Nesse sentido as relações se processam na direção de mando e obediência.

Entende-se por indivíduo heterônomo aquele que se constitui numa relação de assimetria em que o outro é sempre alguém que deverá obedecer, portanto, se encontra numa relação hierárquica e desigual, seu campo de liberdade é definido pela capacidade que tem de restringir a liberdade do outro.

Na relação heterônoma estão presentes o egocentrismo e a coação, não existe coordenação de pontos de vista, não há escala comum de referência e nem reciprocidade regulada entre os sujeitos de ação. A imposição é fundada na relação de autoridade, as normas são impostas por coação, a obediência moral apela sempre para um fator de transmissão, que é o respeito unilateral.

Heteronomia exige, portanto, imposição de valores contingentes, coação, egocentrismo, respeito unilateral e assimetria nas relações entre os atores.

Por ética compreendemos os estados de juízos relativos à conduta humana restritos a um grupo social ou a uma sociedade. Esses

juízos dizem respeito a valores universais, tais como “o bom”, “o bem”. Os juízos éticos visam à universalidade e à imparcialidade.

Um sujeito que age de forma ética e autônoma baseia sua ação em princípios de universalização, liberdade, simetria, respeito mútuo e reversibilidade.

Chamamos moral ao conjunto de normas de conduta reconhecidas institucionalmente. Entendemos como Habermas que *“a moral é uma disposição protetora que compensa a vulnerabilidade estruturalmente inscrita nas formas de vida sócio-cultural”*.

Mandamentos morais são imperativos categóricos incondicionados, que precisam ser entendidos como dever, pois exprimem normas válidas.

A moral se refere ao respeito simétrico, que cada um demonstra pela integridade de todas as outras pessoas. Regular conflitos é tema central das ações de natureza moral e concordamos com Kohlberg quando afirma que princípios de justiça são fundamentais para resolver esses conflitos.

Consideramos moralidade heterônoma a obediência absoluta à regra e à autoridade e moralidade autônoma o respeito mútuo entre os iguais. Por proteger relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco a moral autônoma tem por implicação a defesa da dignidade de todos e de cada um, e a defesa da solidariedade entre os membros de uma comunidade.

É no fio que tece essas categorias que procuramos alinhar os sentidos conferidos por Fernando Gabeira e Alfredo Syrkis em suas narrativas aos fatos vividos naquela situação-limite - o seqüestro - e, num esforço de reflexão crítica buscamos encontrar pistas dos processos de

aprendizagem dos princípios que fundamentam a construção de valores éticos e morais: a heteronomia e a autonomia.

Percorrendo as veredas da narrativa como fonte

No período de luta pela anistia e pela redemocratização política no Brasil muitos militantes de esquerda se transformaram de atores em autores e, como tal, escreveram obras que têm a configuração de relatos-depoimentos vivos da experiência política vivida, em passado recente. Algumas dessas narrativas têm claro tom pedagógico - procuram expressar as experiências vividas no período de 1968-1974, as reflexões feitas pelos autores no momento dos fatos e, posteriormente, as suas ocorrências, e também buscam ensinar o leitor sobre esse passado.

Fernando Gabeira e Alfredo Syrkis fazem parte desse grupo de *narradores* do período acima referido. Como participantes dos seqüestros fazem, nos seus livros, relatos vivos da experiência política vivenciada e ressaltam os seqüestros em capítulos de suas obras, dando detalhes sobre essas ações.

É na narrativa desses dois atores/autores que procuramos entender como se processa a aprendizagem na ação política em situações-limite, no caso, situações de riscos de vida como aos de seqüestro, buscando compreender a interpretação feita por eles, do passado real, dos momentos de enfrentamento com o regime militar e das contradições entre necessidades imediatas e valores universais.

É nosso propósito situar em suas narrativas o sentido que conferem às experiências de seqüestros dos embaixadores Charles Burke Elbrick, Enfreid von Holleben e Giovanni Enrico Bucher ocorridos nos anos de 1969-1970 no Brasil, buscando identificar, nos relatos, pistas dos

processos de aprendizagem de valores vivenciados por esses sujeitos históricos em situações políticas-limite.

Consideramos as obras *O que é isso, companheiro?* e *Os carbonários - memória da guerrilha perdida*, como relato da experiência política dos seqüestros, como depoimento e como testemunho do vivido. Se não podem ser consideradas obras de valor literário, no entanto são valiosas como registro de experiências, que lançam luzes sobre as sombras do passado. Por se aterem na história próxima e miúda, os relatos acabam por permitir compreender a dimensão da experiência individual marcada pelas ambigüidades, pelas contradições, pelos paradoxos daquele cenário.⁵⁵

Para Becker, o confronto de fontes dessa natureza quase sempre se traduz na melhor técnica, por permitir a compreensão de como as pessoas experimentam processos vitais e levantam questões sobre a natureza de suas experiências.⁵⁶

Silviano Santiago, ao definir os traços do que chama de memorialismo dos anos 70-80 no Brasil, afirma que de modo geral o texto centra todo interesse no *“envolvimento político, do pequeno grupo marginal, expressa a descoberta assustada e indignada da violência do poder”*, tem preocupação de autoconhecimento e forte caráter de depoimento relatando de forma viva a experiência pessoal do ator/autor:

*“A experiência pessoal do escritor, relatada ou dramatizada, traz como pano de fundo para a leitura e a discussão do livro problemas de ordem filosófica, social e política [...] a narrativa é o elemento que catalisa uma série de questões teóricas gerais que só podem ser colocadas corretamente por intermédio dela.”*⁵⁷

Como intérpretes entendemos que os narradores não se comportam como historiadores que *“têm e devem ter a pretensão de*

⁵⁵ Ver a esse respeito o ensaio de SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: Nas malhas da Letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 24-37.

⁵⁶ BECKER, Howard S. A História de vida e o mosaico científico. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 102.

oferecer a verdade sobre seu objeto”;⁵⁸ o que fazem é registrar os seus olhares sobre certa situação vivenciada, ou sobre determinado acontecimento presenciado. Trata-se, portanto, de uma visão personalizada da história.

Cabe a nós, interessados no estudo das narrativas, desvendar como os narradores relatam a realidade, a diversidade de seus aspectos que ressaltaram, afinal que tipo de olhar lançaram sobre essa realidade, o que escolheram para nos mostrar e o que não nos mostraram.

No caso das obras aqui consideradas, encontramos uma grande liberdade com relação à descrição e à interpretação dos fatos. E ainda que tenham sido precedidas por algum tipo de pesquisa falta-lhes o rigor de um estudo histórico ou sociológico.

Não estou segura de que as narrativas de Gabeira e Syrakis possam ser identificadas como documentos históricos, por isso não são analisadas como se ali estivesse registrada *“a verdade dos fatos”*. No entanto estou certa de que elas são, sim, um documento através do qual pessoas envolvidas com ações que assumem como históricas, interpretam o mundo e as suas relações sociais e que permitem, na esteira de seus relatos, que se levantem questões em torno do que consideram relevante ou irrelevante. Elas são um documento da experiência individual desses escritores em um determinado tempo, espaço e um quadro de valores com os quais se defrontaram. Por expressarem esses traços é que foram escolhidos para análise. São também traços dessa literatura:

“A exemplaridade e o decorrente tom pedagógico que a formula [...] O narrador autobiográfico assume a onisciência do foco narrativo num tom geralmente pedagógico, já que o móvel da narrativa se deve a fatos e situações de domínio público de que o

⁵⁷ Op. cit. 1989. p. 31.

⁵⁸ Costa Lima faz interessante distinção entre o que considera ser próprio do trabalho do historiador e o do autobiógrafo. Ver esta distinção no livro Sociedade e discurso ficcional. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 302.

*autor-narrador participou. Realizando-se sob a forma de um discurso subjetivo de cunho avaliativo, o sujeito da enunciação inscreve-se no enunciado através de expressões lingüísticas de tom avaliativo fazendo com que a natureza axiológica da narrativa resulte na dicotomia bom/mau, geralmente construída com adjetivos, verbos e advérbios que veiculam juízos de valor”.*⁵⁹

Nas narrativas deparamos com o registro de “*passagens do ser que simplesmente depõe ou conta a história da fração fundamental de sua vida, ao ser que se interroga em busca do sentido que viveu*”.⁶⁰ A interrogação introduz na narração um movimento oposto à trajetória descrita pela ação rumo ao dilaceramento do sujeito. Ela permite o surgimento de um novo ser em busca de sua identidade. O surgimento do ser que se interroga sobre o sentido da vida, depois que tudo se deu.

A estrutura de interrogação contida nas narrativas permite-nos acompanhar e reconhecer os elementos próprios aos processos de aprendizagem.

É nosso propósito abordar as narrativas através da análise temática e de conteúdo, “*amplamente utilizados no campo das ciências sociais*”; buscaremos nos deter em elementos de conteúdo, acompanhar possíveis indicações de traços explícitos ou implícitos no texto que nos permitam compor o que consideramos ser próprio de processos de aprendizagem de valores de natureza autônoma e heterônoma.

Reafirmamos que a aprendizagem de valores fica evidenciada quando deparamos com situações de alto grau de conflito, por isso definimos analisar as narrativas contidas nos livros relativas aos seqüestros dos embaixadores; é nesse sentido que privilegiamos o estudo

⁵⁹ Para Sônia Salomão KHÊDE o memorialismo autobiográfico dos últimos anos no Brasil tem como valor não só a individualidade, mas também a expansão da técnica jornalística que ressalta a informação como elemento de extrema importância. In: Memorialismo e Identidade. O Eixo e a Roda. Belo Horizonte: Departamento de Letras da UFMG, v. 6, julho de 1988. p. 184-185.

⁶⁰ ARRIGUCCI, Davi. Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 133.

dos capítulos referentes aos seqüestros, situando-os no contexto geral da obra.⁶¹

No livro *O que é isso, companheiro?*, buscamos ressaltar para a análise especialmente os relatos dos Capítulos XII, XV e XVI, ou seja, aqueles que narram as histórias pessoais de iniciação na vida da organização; a ação de seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick; e a vida clandestina e nas prisões da ditadura brasileira nos anos de 1969 e 1970.

O livro *Os carbonários - memórias da guerrilha perdida* tem oito capítulos.⁶² Daremos especial atenção ao capítulo 4 - Astral/70 onde o narrador registra o impacto do seqüestro do embaixador americano nos grupos de esquerda; ao capítulo 5º relativo ao seqüestro do embaixador Von Holleben; o capítulo 7º, que relata o seqüestro do embaixador Bücher; e ao capítulo 8º que registra o seu desligamento da organização e a saída do Brasil rumo ao exílio.

Nossa perspectiva de abordagem quer acentuar o entendimento das obras como voz, como fala narrativa. O narrador é entendido aqui no sentido benjaminiano, como aquele ser possuidor da “*faculdade de intercambiar experiências*”⁶³, capaz de dialogar consigo mesmo e com o leitor para além de seu tempo e espaço. Como entender e estabelecer esse diálogo é o desafio desta pesquisa e, nesse sentido,

⁶¹ O livro “O que é isso, companheiro?” apresenta a seguinte estrutura: Parte I - O homem correndo da polícia; Parte II - Fica conosco Aragão; Parte III - Engolindo Sapos; Parte IV - Desamando uns aos outros; Parte V - Caparaó, a guerrilha sobre o morro; Parte VI - O buraco é mais em baixo, monsieur; Parte VII - Somos todos cosmonautas?; Parte VIII - Sangue, gases e lágrimas; Parte IX - Um dia vão entender; Parte X - Ritual de Iniciação; Parte XI - Ser mãe; Parte XII - Retrato de família, com os homens; Parte XIII - As histórias da O; Parte XIV - Visita, só aos domingos; Parte XV - Babilônia, Babilônia; Parte XVI - Onde o filho chama e a mãe não ouve.

⁶² Tempo de passeatas; A geração/68; Sinal fechado; Astral/70; Seqüestro do alemão; Brasil ame-o ou deixe-o; Na infra do Tio; Passaporte.

⁶³ BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 198.

afirmamos com Palmer que *“a necessidade do diálogo com a obra é que abre o universo da pesquisa”*, e não a dissecação da obra literária.⁶⁴

É tarefa hermenêutica recolocar o texto no presente vivo do diálogo e o primeiro passo para isso é o esforço do exercício pergunta-resposta. Todo texto coloca ao intérprete uma questão que ele busca responder através da interpretação. Para Gadamer, a interpretação contém sempre *“uma referência essencial à pergunta que foi colocada”*. Palmer adverte que a verdadeira interpretação terá de se relacionar com a *“questão”* colocada pelo texto, ou seja, *“todo texto tem um lugar e um tema”*. Cabe ao intérprete compreender que num certo sentido o texto contém a resposta a uma questão, *“não a pergunta que lhe pomos, mas a pergunta que o tema do texto lhe põe”*.⁶⁵

Partimos da premissa de que toda experiência relatada pressupõe uma estrutura de interrogação. Desse modo definimos, como condição para a compreensão dos relatos, a identificação das indagações feitas pelos atores/autores no momento vivo dos acontecimentos, bem como, no momento da escrita dos livros.

É nossa intenção, com esse procedimento, estabelecer com a narrativa e com seus autores uma relação de diálogo. A proposta requer atitudes fundamentais do intérprete: primeiro, que saiba ouvir e segundo, que, a partir do que foi ouvido, saiba indagar para poder dar continuidade ao diálogo.

Decidimos ouvir a fala dos atores/autores procurando acompanhar a descrição que fazem do vivido e, a partir daí, apreender o sentido conferido por eles aos fatos e acontecimentos experienciados.

⁶⁴ PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 1989. (O saber da Filosofia). p. 202.

⁶⁵ GADAMER, Hans-Georg. A lógica da pergunta e resposta. In: *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 544. Ver também PALMER. Op. cit., Ibidem, p. 202-203.

Buscamos ouvi-los, inicialmente, através das indagações formuladas por eles mesmos no texto,⁶⁶ em seguida, passamos a construir os temas que nos permitiriam acompanhar as significações impressas aos fatos vivenciados.

Situamos quatro campos temáticos nas narrativas. O primeiro: o seqüestro como ação planejada. O segundo: a justificativa das ações. O terceiro: as relações entre os atores sujeitos-políticos envolvidos na ação, acompanhados de subtemas de análise - a relação com o grupo de companheiros, a presença forte dos embaixadores, a presença do regime ditatorial e dos órgãos de repressão; e por fim, as conseqüências advindas da ação de seqüestro, enfocadas sob dois aspectos - o da clandestinidade/prisão/tortura e morte, e as indagações sobre a identidade.

Passamos à tarefa de trazer a experiência vivida, agora tematizada, para a ordem da significação, extraíndo dos atos de fala o significado que esses atores/autores, através da narrativa, imprimem à experiência pessoal e coletiva em cada um dos temas abordados.

Em que sentido esses significados deixam perceber as tensões na aprendizagem dos fundamentos da moral prática? Dos fundamentos das racionalidades estratégica e comunicativa? Das exigências morais cabíveis sob condições dadas contrapostas à vontade fundada em princípios universais? Que associações e conexões faziam entre vontade empírica e vontade autônoma? Entre meios e fins?

⁶⁶ O primeiro bloco de indagações - “Íamos seqüestrar o embaixador americano... mas como?” “como foi a ação deu algum problema?” - possibilitou-nos chegar ao tema do seqüestro como ação planejada e as justificativas da ação.

O segundo bloco de questões permitiu a tematização sobre os sujeitos envolvidos na ação - as organizações, os embaixadores e o regime ditatorial: “Éramos ou não sonhadores do absoluto?” “Que é isso companheiro?” “Como julgá-los? Como acusar fulano de traidor? [se] até ontem era um grande quadro?” “Querido embaixador? Ao nosso prisioneiro?”, “Dormiu bem?” Por que não me deixam ir embora?”; “Será que chego vivo ao reveillon de 71?”; “E de quem eram aqueles gritos agora?”, “Afinal quem sou eu? Quem serei eu no futuro?”. As duas últimas indagações permitiram a tematização sobre as conseqüências advindas da situação de seqüestro.

Por fim, indagamos sobre as razões alegadas pelos autores para justificar o registro dessas experiências, os motivos que os levaram a escrever os romances. Teriam eles um projeto de construção de uma pedagogia sobre essa prática?

Interessa-nos demonstrar que é no processo de assimilação das tensões vividas que os horizontes do entendimento vão se alargando, possibilitando que a aprendizagem sobre os fundamentos da autonomia e da heteronomia cresça em complexidade, tornando possível a construção de uma pedagogia sobre essa prática.

A tese ganhou, assim, a seguinte estruturação: a introdução procura fundar um espaço de diálogo, definir inquietações teórico-metodológicas e encontrar caminhos que nos conduzissem à compreensão da experiência da aprendizagem de valores na ação política.

A Parte I, intitulada *Compondo o cenário de luta da esquerda armada* contém um capítulo. Nele buscamos compor o cenário histórico em que as ações de seqüestro se desencadeiam, a conjuntura brasileira após o golpe militar de 1964 e o período compreendido entre os anos de 1968-1970, período de realização dos seqüestros e, por fim, situamos a fase de transição brasileira para a redemocratização nos anos 79 a 82, quando foram escritas as narrativas.

A Parte II tem como título *O presente vivo do diálogo com as narrativas de Fernando Gabeira e Alfredo Syrkis*. No segundo, terceiro e quarto capítulos traçamos o horizonte do diálogo das narrativas de Fernando Gabeira e Alfredo Syrkis sobre os seqüestros dos embaixadores dos Estados Unidos da América (EUA), da Alemanha e da Suíça, buscando ouvir os autores e identificando em suas narrativas as significações conferidas à experiência da aprendizagem da autonomia e heteronomia.

A Parte III, denominada *A essência da experiência narrativa: no horizonte da indagação a possibilidade de aprender e ensinar sobre os*

valores fundantes da heteronomia e da autonomia, é estruturada em dois capítulos. No quinto capítulo buscamos, através da interpretação do significado textual, dar continuidade ao diálogo com as narrativas, procuramos não só compreender a experiência relativa ao processo de aprendizagem de valores em contextos de ação política, mas também identificar os princípios aprendidos naquela situação-limite. No sexto capítulo interpretamos as narrativas de Fernando Gabeira e Alfredo Syrakis como expressão da construção de uma pedagogia sobre a práxis.

Por fim, concluímos o trabalho refletindo sobre o percurso do nosso processo de aprendizagem. Novamente situamos as fontes e as hipóteses da tese, reconstruindo seu processo demonstrativo.

PARTE I

COMPONDO O CENÁRIO DE LUTA DA ESQUERDA ARMADA NO BRASIL: 1964-1970

CAPÍTULO I

FINITUDE E HISTORICIDADE DA EXPERIÊNCIA DE SEQÜESTRO NO BRASIL: 1969-1970

No Brasil, os anos que antecedem o golpe militar de 1964 são marcados por lutas em torno do domínio do poder de Estado por grupos políticos polarizados. A complexidade das forças sociais organizadas em torno da execução de projetos políticos para o país não era desprezível: no parlamento os principais partidos políticos - Partido Social Democrata (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN) - por meio de um jogo de alianças e oposições disputavam projetos políticos de feição nacionalista ou de apoio à internacionalização da economia brasileira. No tumultuado cenário do governo João Goulart, estes partidos articulavam forças políticas nacionais antevisando o processo eleitoral de 1965.

As Forças Armadas participavam ativamente dos acontecimentos políticos daquela conjuntura, apresentavam divisões internas, expressando os múltiplos interesses dos altos escalões do oficialato e das bases da tropa - sargentos, cabos e soldados. A mobilização das tropas também se dava em torno dos projetos políticos em disputa no país.

Na sociedade civil, a ação organizada dos movimentos trabalhista e estudantil compunha o cenário político da disputa. Os trabalhadores urbanos e rurais estavam organizados e mobilizados sindicalmente. As centrais sindicais lutavam por melhorias nas condições de

trabalho e vida e por reformas de base que pudessem concretizar suas reivindicações para todo o povo brasileiro.⁶⁷

O movimento estudantil organizado estadual e nacionalmente era ator político importante, tinha capacidade de mobilização de massa considerável, trabalho ideológico de formação de quadros políticos e atuava nos diferentes grupos de base operária/sindical e nos partidos de esquerda.⁶⁸

A ação semi-clandestina dos partidos de esquerda era uma evidência incontestável, e já em 1962 não mais expressavam suas vontades políticas, apenas através do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre os anos de 1962 e 1968 o espectro da esquerda brasileira muda substancialmente na sua composição, na multiplicidade de suas organizações, na formulação diferenciada de projetos políticos para o Brasil.

Wanderley Guilherme dos Santos descreve o sistema político brasileiro, no período que compreende os anos 1960-1964, como *“um sistema pluralista polarizado”*, e explica a sua decomposição pelo *“processo simultâneo de fragmentação e radicalização”*, no âmbito do Estado - Congresso e Forças Armadas -, e no âmbito da sociedade civil mobilizada em torno do debate sobre o Plano Trienal que continha propostas de reformas para aquela sociedade.

“João Goulart, último presidente a governar pela Constituição de 1946 começou seu mandato no início do último trimestre de 1961, na esteira de uma tempestade política provocada pela inesperada renúncia de Jânio Quadros. Menos de três anos mais tarde, em março de 1964, os militares entravam em ação para impedir o que

⁶⁷ Lucília de Almeida Neves afirma que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) era “a organização que legitimamente representava os interesses dos [trabalhadores], no contexto aqui considerado”. Ver a esse respeito o ensaio da autora “Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org). 1964: visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. E o capítulo O partido comunista e o comando geral dos trabalhadores. In: CGT no Brasil, 1961-1964. Belo Horizonte: Veja, 1981.

⁶⁸ A respeito do movimento estudantil ver os trabalhos de FÁVERO, Maria de Lourdes de A A UNE em tempo de autoritarismo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. e MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e a ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

*acreditavam ser uma escalada do esquerdismo, senão do comunismo, patrocinada pelo executivo.”*⁶⁹

O que se entendia por escalada do esquerdismo na época?

Sem dúvida, a esquerda tinha animada presença nos movimentos sindical e estudantil brasileiro e nas lutas de massa pelas reformas de base no país.

Participava como força ativa na Frente de Mobilização Popular, que congregava movimentos de cunho anti-imperialistas e de defesa da democracia e das reformas de base, juntamente com frações de partidos políticos, sindicatos, organismos intersindicais, entidades estudantis, de mulheres e de profissionais liberais.

Nesse sentido a esquerda somava força com movimentos progressistas no país de feição populista e postulava teses divergentes sobre o processo revolucionário brasileiro rumo ao socialismo: através do PCB defendia a tese de que esse processo se daria em duas etapas. Na primeira quebrariam a estrutura feudal da sociedade brasileira e propunham, para efetivar esse projeto, aliança com a burguesia nacional; e vencida essa etapa partiriam para a luta de implantação do comunismo no Brasil.

No que se refere às suas propostas para o Brasil, já em 1962, grupos de esquerda afirmavam *“que o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada*

⁶⁹ Ver SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986. P. 43. O autor busca desenvolver explicação sobre a crise política que culmina com o golpe militar em 1964, trabalhando as categorias “interação entre preferências, intensidade de preferências e recursos”, para buscar explicar a estabilidade e/ou vulnerabilidade do sistema a crises. À tese de Santos somamos a de NAVARRO, quando afirma que “a crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores, pressionando o Executivo a romper os limites do pacto-populista, levou o conjunto das classes dominantes e setores das classes médias - apoiadas e estimuladas por agências governamentais norte-americanas e empresas multinacionais - a condenar o governo Goulart. In: TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 120.

de poder”.⁷⁰ Esta posição evidencia a presença de divergências nas estratégias de luta para se processar a revolução comunista brasileira.

Ao longo dos anos 60, a esquerda brasileira foi marcada pelas mudanças que ocorriam nos movimentos internacionais de cunho revolucionário. A Revolução Cubana, implementada por grupos de vanguarda que atuavam na forma de guerrilha, alicerçada na teoria do foco.⁷¹ A guerra do Vietnã contra os Estados Unidos da América, considerada “a maior força do imperialismo no mundo”, demonstrava na prática o êxito militar da luta de guerrilha. Essas experiências colocavam na pauta da discussão política da esquerda a necessidade da luta armada, da vanguarda atuante tendo como tática o foco guerrilheiro, o culto ao militarismo e a crença de que a luta armada era o único meio eficaz de provocar mudanças substantivas na sociedade.

A revolução chinesa contribuiu para as mudanças no ideário das forças de esquerda, no período, ressaltando o potencial revolucionário do campesinato: o apelo “a estratégia revolucionária do cerco das metrópoles imperialistas industrializadas pelos países camponeses do terceiro mundo”⁷² tem eco na América Latina.

Os anos 60 foram também anos de crítica ao modelo soviético de socialismo considerado burocrático e incapaz de promover “as transformações sociais, políticas e econômicas necessárias para se chegar ao comunismo”. Estas críticas estavam presentes em grupos de esquerda

⁷⁰ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 50.

⁷¹ Para Alain Tourraine “O foquismo é uma variante da ação revolucionária marxista-leninista, que aparece nas situações em que não existe vanguarda política organizada e em que é a luta armada, mais do que a ação de um partido revolucionário, que pode criar as condições de derrubada do Estado burguês apoiado no imperialismo. Nada se encontra mais longe do foquismo do que um apelo a um movimento social”. In: Palavra e sangue - Política e Sociedade na América Latina. Campinas: Ed. UNICAMP, SID. p. 390. Para GORENDER o foquismo trouxe como novidade “a idéia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido”. Op. cit. p. 80.

⁷² Ver a esse respeito GORENDER. Ibidem. p. 76. E RIDENTI, Marcelo. Que História é essa? In: Versões e Ficções: o seqüestro da História. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

na América Latina, nos países da Europa (Alemanha, França, Checoslováquia) e na China, a partir da chamada Revolução Cultural de 1966.

Após o golpe militar de 1964, o caminho pacífico de conquista do poder defendido pelo PCB era duramente criticado; muitas eram as frações de esquerda que diziam ser imperativa a luta de resistência armada contra os golpistas de direita. A esquerda militarista adotou como estratégia revolucionária a luta de guerrilha urbana e rural.

O período que compreende os anos de 1965-1968 foi marcado pela radicalização dos principais atores políticos daquele contexto. As facções militares no poder mostravam-se divididas quanto às diretrizes de governo para o Brasil. O governo Castelo Branco reprimiu movimentos oposicionistas - sindicais e estudantis, pôs em vigência leis proibitivas de greves, fechou sindicatos, revogou conquistas trabalhistas e impôs reformas para o mundo do trabalho, decretou ilegalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), afastou e aposentou professores e criou legislação proibitiva da atividade política estudantil.

O movimento operário respondeu com greves às mudanças do processo produtivo e às arbitrariedades do regime, não só no campo como nas cidades. O movimento estudantil atuou de forma semi-clandestina, ou inteiramente clandestina, realizando em 1967 e 1968 congressos nacionais, intensificando a luta pela reforma de ensino, em especial, a reforma universitária e realizando passeatas e manifestações públicas contra o regime militar, tendo como momento culminante a Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968.

A ditadura respondeu ao crescimento do movimento oposicionista com a edição do Ato Institucional número cinco (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, com o fechamento do Congresso Nacional e cassando mandatos de parlamentares.

A esquerda reagiu ao enrijecimento político imposto pela ditadura com a intensificação das ações armadas. O seqüestro dos embaixadores configura-se como uma de suas táticas de luta.

Os principais grupos de esquerda militarista que atuaram neste contexto foram a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁷³, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP). Deles surgiram subdivisões resultantes de diferenças programáticas, estratégicas e táticas. Situei, apenas, as frações que nasceram dessas organizações e que tiveram participação direta nos seqüestros aqui analisados.

A ALN nasceu de uma cisão do PCB em 1967, foi dos grupos mais expressivos de luta armada, tendo como principal liderança Carlos Marighela, e como lema “a ação faz a vanguarda”; participou do seqüestro do embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick.

A POLOP surgiu em 1961, *“reunindo círculos de estudantes provenientes da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, da Liga Socialista de São Paulo (simpatizantes de Rosa Luxemburgo), alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio, São Paulo e Minas”*.⁷⁴

Após o golpe a POLOP decidiu resistir ao regime militar deflagrando movimento armado. Dois grupos se constituíram em seu interior, o que liderou a ação intitulada “*Guerrilha de Copacabana*”, e o que dirigiu a denominada “*Guerrilha de Caparaó*” liderada pelo *Movimento Nacional Revolucionário* (MNR).

Em 1967, sob a influência da Revolução Cubana e do guevarismo, o grupo mineiro da POLOP constituiu o Comando de Libertação

⁷³ O PCdoB surge em 1962, também de uma cisão do PCB. João Amazonas, Grabois e Pomar são citados pela literatura especializada como seus principais líderes. O PCdoB era crítico à estratégia de guerrilha urbana e seguia o ideário revolucionário chinês que enfatizava a luta de guerrilha camponesa: o cerco das cidades pelo campo. O grupo desencadeou na região do Araguaia, no sul do Pará, a luta de guerrilha. Em 1972 foram duramente combatidos por contingentes do exército.

Nacional (COLINA), e o grupo paulista se aliou aos remanescentes do MNR para constituir a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cujo principal líder foi Carlos Lamarca.

Após sucessivas derrotas em suas ações o COLINA, em 1969, se funde ao VPR formando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Em 1970 a VPR se responsabilizou pelo seqüestro de três diplomatas estrangeiros - do Japão, da Alemanha e da Suíça - conseguindo libertar ao todo 105 presos políticos. Alfredo Syrkis era membro da VPR e participa do seqüestro dos embaixadores da Alemanha e Suíça.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) “era conhecido inicialmente como *Dissidência da Guanabara do PCB*”⁷⁵ ocorrida em 1966. Atuava principalmente nos meios universitários. Tinha visão estratégica semelhante à da ALN e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O MR-8, junto com a ALN, se responsabilizou pelo seqüestro do embaixador dos EUA no Brasil em 1969. Fernando Gabeira fazia parte desse grupo revolucionário.

Eram concomitantes as “ações e reações da esquerda radical e da extrema direita do regime ditatorial”⁷⁶ tendo a última atuado até meados dos anos 70, através de grupos paramilitares, de forma violenta e cruel sobre as forças de oposição do país. A esquerda desencadeou ações armadas no Brasil no período de 1968-1970. Assaltos a bancos, confisco de material bélico, expropriação de bens de empresas e de bens privados de pessoas de posse, eram as formas mais comuns de ação da esquerda. As ações urbanas eram consideradas táticas para alimentar a grande estratégia da guerrilha rural.

⁷⁴ BRASIL NUNCA MAIS. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 102.

⁷⁵ Ibidem. p. 96.

⁷⁶ GORENDER. Op. cit. p. 150.

Segundo Gorender,

*“ao iniciar o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar. O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com braços armados, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada.”*⁷⁷

Em agosto de 1969, o General Costa e Silva, ocupante da presidência brasileira, foi vítima de uma trombose cerebral. Segundo a Constituição de 1967, o vice-presidente Pedro Aleixo deveria assumir a presidência do país. Forças militares impedem Pedro Aleixo de ocupar o cargo que lhe era de direito e uma junta constituída por militares das três Armas assume a direção do país: o Ministro da Guerra Lyra Tavares, o Ministro da Marinha Augusto Rademaker e o Ministro da Aeronáutica Márcio de Souza e Melo.

A esquerda reage ao que considera “o golpe dentro do golpe” e realiza a primeira ação exitosa de seqüestro político no Brasil: no dia 4 de setembro seqüestra o embaixador dos EUA no Brasil, o Sr. Charles Burke Elbrick.

Participaram da operação: Virgílio Gomes da Silva, Cláudio Torres da Silva, Franklin de Souza Martins, Manoel Cyrillo de Oliveira, Cid Queirós Benjamin, João Lopes Salgado, Vera Sílvia Magalhães, Paulo de Tarso Venceslau, Sérgio Rubens de Araújo Torres e José Sebastião Rios de Moura. Na casa onde o embaixador ficou confinado estavam Fernando Gabeira, Antônio Freitas Silva e Câmara Ferreira.

⁷⁷ Ibidem. p. 153.

Esse seqüestro foi planejado pela ALN e pela “*Dissidência Universitária da Guanabara*”, que no momento da operação decidiu adotar a sigla MR-8.⁷⁸

A Junta Militar reagiu ao seqüestro intensificando a repressão e editando novos atos institucionais: criou a pena de banimento para os presos libertados por seqüestro; decretou o Ato Institucional nº 14, em 19 de setembro de 1969, estabelecendo “*as penas de morte e de prisão perpétua em tempo de paz, destoantes da tradição jurídica brasileira*”.⁷⁹

No dia 29 de setembro, a Junta fez vigorar o Decreto-Lei nº 898, dias depois entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, “*constituindo-se o mais arbitrário e duradouro instrumento legislativo de segurança nacional, de aplicação abusiva e indiscriminada*”.⁸⁰

A repressão que já estava institucionalizada agiu com eficácia contra a esquerda armada. Virgílio foi preso no dia 29 de setembro e assassinado pela equipe de torturadores da Operação Bandeirantes (OBAN), a pontapés. Paulo de Tarso foi preso no dia 1º de outubro; Manoel Cyrillo foi detido no dia 30 e permaneceu preso por dez anos; Fernando Gabeira foi baleado e preso em São Paulo meses após o seqüestro; Antônio Freitas foi detido e conduzido ao quartel da rua Barão de Mesquita; Cláudio Torres foi preso no dia 9 de setembro, sendo barbaramente torturado no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e passou sete anos em

⁷⁸ Estudiosos das ações de esquerda explicam que a Dissidência Universitária da Guanabara decide assumir a sigla MR-8 por dois motivos: o primeiro porque o público não saberia identificar o grupo, afinal indagariam - Dissidência Universitária de quê? Em segundo lugar para desmoralizar as forças repressivas que em abril de 1969 divulgaram a completa disseminação do então denominado MR-8, que era conhecido na esquerda como Dissidência Estudantil de Niterói: “Talvez com o propósito de inflar o êxito repressivo, os órgãos oficiais apelidaram os foquistas fluminenses de MR-8. A Dissidência da Guanabara aproveitou a dica e adotou a sigla a fim de demonstrar que a organização supostamente liquidada continuava bem viva”. Ibidem. p. 167.

⁷⁹ Ibidem. p. 169.

⁸⁰ Ver a esse respeito, SILVA, Carlos Augusto Canedo Gonçalves da. Legislação de Segurança Nacional no período pós-64. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. p. 111.

regime penitenciário; em junho de 1970 Daniel Aarão, Cid Queirós e Vera Sílvia foram presos e banidos do Brasil, trocados pelo embaixador alemão.

No mesmo ano, alguns poucos grupos de esquerda armada iniciaram processo de autocrítica da “*perspectiva vanguardista*”, que postulava enfrentamento “*a qualquer preço*” aos órgãos especializados de repressão no país. A auto-crítica apontava a inferioridade militar da esquerda, e seu isolamento das massas como os principais aspectos críticos, mas no conjunto da esquerda a ação armada continua sendo proposta prioritária de luta. Neste ano foram realizadas várias tentativas de seqüestro, mas delas, apenas três foram exitosas.

No dia 7 de março de 1970, Shizuo Ozawa (Mário Japa), importante membro da coordenação regional da VPR foi preso. Ele detinha importantes informações sobre a organização, em especial sobre as áreas de treinamento guerrilheiro. A sua queda poderia significar o aniquilamento da VPR. Era preciso resgatá-lo da prisão. A VPR, em articulação com o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Resistência Democrática (REDE) decidiu seqüestrar o Cônsul Geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, no dia 12 de março.

Participaram da articulação do seqüestro Ladislav Dowbor (Jamil), Devanir e Eduardo Leite (o Bacuri). Os relatos caracterizam essa ação como tipicamente improvisada; conseguiram negociar com o governo Médici a libertação de cinco prisioneiros políticos, que com Mário Japa foram exilados no México.

Ainda em 1970, a esquerda armada permanecia com a proposta tática de organizar uma Frente de Ação Guerrilheira para o setor urbano. A proposta acabou sendo concretizada apenas pelos dirigentes da

ALN e VPR na forma de uma coligação para execução de ações conjuntas.⁸¹

Em Porto Alegre, no dia 5 de abril, a VPR teve frustrada sua tentativa de seqüestrar o Cônsul dos Estados Unidos da América, Curtiss Cutter, que reagiu à tentativa de seqüestro e, mesmo ferido, conseguiu escapar dos seqüestradores.

Em junho, em Recife, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) tentou seqüestrar o Cônsul japonês tendo fracassado nessa tentativa.

No dia 1º de julho de 1970 o grupo de esquerda denominado Comando Reinaldo Silveira Pimenta⁸² seqüestrou um avião da Cruzeiro, que fazia a Ponte Rio-São Paulo e exigiu a libertação de quarenta presos políticos, número idêntico ao dos passageiros do avião. Militares da Aeronáutica invadiram a aeronave, executaram um dos seqüestradores e prenderam o restante do grupo.

No dia 11 de junho de 1970, o embaixador da Alemanha no Brasil, Erenfreid von Holleben, foi seqüestrado por uma ação conjunta da esquerda armada VPR e ALN. A operação foi liderada por Eduardo Leite (o Bacuri), e Milton, antigo cabo do Exército, ambos membros da ALN, também participaram os seguintes militantes da VPR: Gerson Teodoro da Silva (Ivan), que fazia parte da antiga VPR de São Paulo, no momento do seqüestro, atuava no Rio de Janeiro no Comando Juarez de Brito; Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel) e Alfredo Syrkis e, por fim, Maurício Guilherme Silveira (Onório) integrante do PCBR.

Na casa onde detiveram o embaixador o grupo ganhou a seguinte composição: Bacuri, Ivan, Syrkis, somando-se a eles Manoel

⁸¹ Ver a esse respeito o capítulo “Frente clandestina”. In: GORENDER. Op. cit. p. 191. Segundo o autor, à “associação VPR-ALN se somaram o MRT e a REDE”.

⁸² Reinaldo Silveira Pimenta foi militante da Dissidência Estudantil de Niterói. Ao tentar fugir de uma perseguição policial, se lançou do quinto andar de um edifício no dia 27 de junho de 1969.

Henrique que atuava na VPR de São Paulo e Teresa Ângelo (Helga), também ativista da VPR. No momento da libertação do embaixador, Ronaldo e Caetano participaram da retirada de Syrkis e Manoel Henrique do bairro onde estava situada a casa que lhes servia de esconderijo.

No momento da ação, o guarda Irlando de Souza Régis, segurança do embaixador alemão, foi atingido por uma bala, falecendo. O governo Médici negociou com os seqüestradores e a saída dos quarenta presos políticos para a Argélia ocorreu cinco dias após o seqüestro.

A revista *Veja* de 17 de junho de 1970 publicou texto contendo instruções dos seqüestradores e os respectivos nomes dos prisioneiros que deveriam ser libertados:

“Nos inteiramos da aceitação das condições da ditadura e relacionamos abaixo a lista dos quarenta: Aderbal Alves Coqueiro; Almir (Ivo ou César, médico preso em abril deste ano); Altair Luchesi, capitão do Exército; Ângelo Pesuti da Silva; Apolônio de Carvalho; Carlos Eduardo Pires Fleury; Carlos Frederico Faial de Lira; Carlos Minc Baumfeld; Cid Queirós Benjamin; Daniel Aarão Reis; Darci Rodrigues; Domingues Ferreira; Edmauro Guerra; Dulce de Souza; Eudaldo Gomes da Silva; Fausto Machado Freire; Fernando Paulo Nagle Gabeira; Flávio de Souza; Ieda (Lídia), presa em abril de 1970 na Guanabara; Jeová de Assis; Joaquim Pires Cerveira, major; Jorge Raimundo Nahas; José Araújo Nóbrega; José la Vecchia; Ladislav Dowbor; José Ronaldo Tavares de Lira e Silva; Lizst (Bruno), advogado preso no Rio em abril de 1970; Marco Antônio Meier; Maria José de Carvalho Nahas; Maria do Carmo Brito; Maurício Vieira Paiva; Murilo Pinto da Silva; Osvaldo (“Portuga”); Pedro Lôbo; Ronaldo Dutra Machado; Vera Sílvia Magalhães, esposa de Domingues Ferreira; Maciel, preso em abril de 1970 com Ieda; Miguel, ex-sargento preso em maio de 1970; tia e duas crianças, filhas do Paiva, que está nos cartazes.

O governo deve obter asilo destes na Argélia, no caso de recusa de México ou Chile (ordem de prioridade). A imprensa deve comprovar a presença de todos através de declarações e fotografias. O governo deve tomar todas as medidas para evitar sabotagem por parte de possíveis descontentes. Fica clara a responsabilidade do governo durante a viagem. Esta deve ser feita

através de jato fretado para este fim. O policiamento deve ser diminuído e qualquer acidente na libertação do embaixador é da responsabilidade do governo. Comprometemo-nos a não realizar ações durante esta trégua.”

Segundo Gorender, a Frente Armada projetou “um seqüestro triplo”, objetivando trocar duzentos presos políticos por “um embaixador estrangeiro, um grande capitalista brasileiro e um Ministro do governo Médici”.⁸³ O plano fazia parte do lançamento da guerrilha rural e do “registro do aniversário da morte de Marighela”. O projeto foi desativado em consequência da prisão de Bacuri em 21 de agosto.

A ação repressiva da ditadura abatia sobre os militantes, dizimando-os: no dia 26 de outubro de 1970 os jornais anunciaram a morte de Câmara Ferreira (Toledo); no dia 5 de dezembro, o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) conseguiu interceptar Fujimore e liquidá-lo em plena rua de São Paulo; e no dia 9 de dezembro divulgou-se comunicado oficial sobre a morte de Bacuri.⁸⁴

A opinião de Gorender é que, na prática, estava ocorrendo “veloz desagregação e destruição da esquerda”, e a ditadura estava sendo fortalecida com as ações radicais da esquerda armada. Constata as dissensões ocorridas no interior da Frente Armada: enquanto a VPR insistia na execução do seqüestro triplo o MR-8, o MRT e a ALN propunham recuo tático em face dos recursos materiais escassos que possuíam naquele contexto, o que, certamente, os colocava numa posição fragilizada perante à ditadura. A VPR manteve sua posição de dar continuidade ao plano de seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, o que ocorreu no dia 7 de dezembro de 1970.

⁸³ GORENDER. Op. cit. p. 193.

⁸⁴ Ibidem. p. 195.

Participaram do seqüestro os militantes: Gerson Teodoro da Silva (Ivan), Maurício Guilherme Silveira (Onório), Alfredo Syrkis (Felipe), Herbert Eustáquio de Carvalho (Daniel), Teresa Ângelo (Helga), Alex Polari de Alvarenga (Alex), Inês Etienne Romeu (Olga ou Alda), Carlos Lamarca (Paulista, Cláudio) comandante-chefe da operação do seqüestro.

O governo Médici mudou inteiramente a forma de condução política que vinha adotando com os seqüestradores. Recusou vários dos nomes indicados nas listas, alegando que eram presos condenados por homicídios e, por terem também participado de seqüestros estavam condenados à prisão perpétua. Alegou que muitos deles não manifestavam o desejo de serem banidos. Desta forma fazia propaganda contra os seqüestradores. As negociações eram lentas e sigilosas, a imprensa acompanhava os fatos com dificuldade; o governo montou gigantesco aparato policial para vasculhar a cidade do Rio de Janeiro, tentando localizar a residência onde os guerrilheiros mantinham o embaixador Bucher.

“A atitude do governo Médici incitou um setor da VPR a exigir justificação do diplomata suíço, seja para dar uma demonstração de força, seja para preservar a prática de futuros seqüestros. Na condição de chefe operacional, Lamarca se opôs ao justificação. Previu o efeito político negativo, à semelhança do ocorrido com a execução do Conde von Spretti, embaixador alemão na Guatemala, cujo governo recusou as exigências dos captores. Afinal o governo brasileiro concorda com o resgate, embora impusesse alterações parciais na lista original de prisioneiros. Depois de quarenta dias tensos, setenta presos políticos voaram para Santiago do Chile e Giovanni Bucher pode retornar são e salvo à sede de sua embaixada.”⁸⁵

Esse seqüestro foi o último realizado no Brasil pela esquerda armada. Após essa ação, as forças repressivas da ditadura deram continuidade ao processo de liquidação da esquerda. A partir desta data Syrkis *“conta que [...] adotou-se a diretriz de não mais fazer prisioneiros.*

⁸⁵ Ibidem. p. 196.

*Praticamente nenhum quadro de organização armada, preso, a partir do final de 1971, ficou vivo”.*⁸⁶

O período do governo Geisel (1974-1978) foi marcado por mudanças nas relações entre o regime ditatorial e a oposição. A sociedade civil, de forma acanhada e usando o pequeno espaço institucional que lhe restava - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - iniciou novas bases de articulação das forças oposicionistas no país, fazendo a defesa dos direitos políticos, civis e humanos e pressionando para que fosse iniciado o processo de liberalização no país.

Para Maria Helena Moreira Alves “o governo do General João Batista Figueiredo iniciou oficialmente uma política de abertura”.⁸⁷ A literatura especializada no período é unânime em afirmar o importante papel da CNBB, da OAB e da ABI, bem como o das diferentes forças oposicionistas encasteladas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Somado a estas instituições apontam, ainda, o renascer do movimento popular marcadamente confessional, organizado nos bairros, o movimento sindical que, tanto no campo, como no meio urbano, dava mostra de ação reivindicativa e oposicionista.

Em 1979, a Lei de Anistia foi promulgada. Apesar de restrita os presos políticos foram libertados “*após análise individual dos casos*”. O Brasil vivia o clima de debate político da transição ditatorial para a ordem democrática. Estava em pauta a discussão sobre o ordenamento democrático da sociedade. E é esta sociedade que agora acolhe os banidos, os exilados de uma história, ainda, recente.

Diz Wanderley Guilherme dos Santos na conclusão de seu livro “*Políticos e cidadãos aprendem através da experiência; assim espero*

⁸⁶ SYRKIS, Alfredo. Op. cit. 1998. p. 403.

⁸⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 225.

que os brasileiros aprendam as lições de seu passado recente. É apenas uma esperança, reconheço, mas vale a pena mantê-la viva".⁸⁸ Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, atores dessa história, também partilham dessa esperança. É ela que nutre as suas narrativas.

⁸⁸ SANTOS, W.G. Op. cit. p. 137.

PARTE II

O PRESENTE VIVO DO DIÁLOGO COM AS NARRATIVAS DE FERNANDO GABEIRA E ALFREDO SYRKIS

CAPÍTULO II

A NARRATIVA DE FERNANDO GABEIRA SOBRE A EXPERIÊNCIA DO SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CHARLES BURKE ELBRICK

2.1 - O seqüestro como ação planejada

“Íamos seqüestrar o embaixador americano... mas como?”⁸⁹

Uma ação de seqüestro é uma típica ação de racionalidade estratégica, tudo precisa ser meticulosamente planejado para que o fim seja alcançado com sucesso. As ações precisam ser executadas com rapidez e precisão. As emoções precisam ser controladas.

A narrativa registra como foi planejado o seqüestro:

“[...] era preciso recolher o maior número possível de dados. Onde é que morava exatamente, que tipo de segurança trazia ao se deslocar, se tinha ou não conexão direta com a Embaixada, por rádio especial.

Enquanto Vera examinava a casa do embaixador em Botafogo, buscávamos em Santa Teresa a casa onde ele ficaria, quando seqüestrado.

O lugar adequado para a ação era mesmo a Rua Marques - estreita e tranqüila, permitindo que se bloqueasse qualquer carro com uma simples manobra.

Mas o Rebouças era um túnel grande, que nos permitia sairmos de Botafogo onde houve o seqüestro e chegarmos à casa onde o

⁸⁹ “GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro? Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1979. p. 109-110.

*embaixador seria mantido em apenas 15 minutos, 20 em caso de trânsito difícil.”*⁹⁰

Os militantes recolhiam dados, estabeleciam conexões entre eles, examinavam a adequação da casa e do trajeto, se o “*melhor*” local era “*mesmo*” aquele, se a rua possibilitava “*simples*” manobra e deslocamento rápido em “*apenas 15 minutos*”. Avaliavam as possibilidades concretas para operacionalizar o êxito do seqüestro. Exatidão, adequação, rapidez eram virtudes essenciais.

Ação tão arriscada quanto essa necessitava, para ser bem sucedida, de um grupo pequeno, disciplinado, treinado militarmente e com alto grau de consciência cooperativa entre seus membros. Assim, “*foram formados três grupos de pessoas*”, com funções de interceptar o carro, executar a ação, e de fazer a cobertura no trajeto entre o local do seqüestro e a casa que serviria de esconderijo do embaixador. Um dos militantes, a pé, cumpriria a função de olheiro.

Era preciso um certo arsenal, no caso, definido como sendo de responsabilidade de uma equipe de São Paulo, que “*viria com tudo em cima - revólveres, rifles, metralhadoras, enfim todos **los hierros**, como dizem os cubanos*”⁹¹.

Na reflexão sobre a eficácia da ação, o narrador constata os erros cometidos que, segundo o olhar crítico lançado posteriormente, foram causa da queda de muitos dos que participaram do seqüestro. O esquecimento por Gabeira do paletó de Cláudio na sala acabou conduzindo a polícia ao alfaiate, em seguida ao tio de Cláudio e, por fim, a Cláudio; o jornal com endereços de casas de aluguel, cortado, levou a polícia ao jardineiro *Baiano*.

⁹⁰ Ibidem. p. 109-110.

⁹¹ Ibidem. p. 111.

“Foi feita uma reunião final, para determinar todos os detalhes do plano que deixou de fora uma série de pequenas coisas que, mais tarde, cairiam sobre nossas cabeças.”⁹²

A narrativa do ato do seqüestro permite a identificação dos meios que possibilitam a execução da ação: agilidade, rapidez, precisão, mentira que somados às armas asseguram o sucesso da operação.

No momento do seqüestro a ação se veste dos instrumentos de violência através do uso de armas contra o embaixador e seu motorista.

“O motorista [...] parou e já apontavam uma pistola contra a sua cabeça, enquanto dois homens entravam no banco de trás e dominavam o embaixador. O motorista foi empurrado para o lado direito, seu quepe foi arrancado e imediatamente enterrado na cabeça do jovem que agora iria dirigir o cadilac e partir a todo vapor.”⁹³

“O pequeno golpe que o Embaixador recebeu na cabeça se deu no momento do transbordo. Ele foi retirado para a kombi e julgou que ia ser morto ali mesmo. Ele tentou se mexer e um dos companheiros que o mantinham pensou que queria fugir e golpeou sua cabeça. Foi horrível para todos nós, sobretudo para o companheiro que o golpeou. Sempre que podia, ele queria saber notícias, se sentia dores na cabeça, se ainda sangrava. Tudo aconteceu porque estavam nervosos e nada mais natural do que estar nervoso ali, no momento do transbordo, quando ele seria enfiado num saco e a kombi rumaria para a Barão de Petrópolis, tendo diante de si um grande obstáculo: o Túnel Rebouças.”⁹⁴

Na descrição da ação encontro elementos típicos de heteronomia - domínio e subjugação: *“carro barrado”, “pistola apontada”, “motorista empurrado”, “quepe arrancado”, “embaixador enfiado num saco”*. O ato em si exclui toda e qualquer possibilidade de entendimento. Atenta contra a liberdade de um indivíduo e, no limite, põe em risco sua vida.

Ao mesmo tempo que os atos de fala registram a ação sem estranhar o uso da violência, também evidenciam o incômodo *“moral”* que

⁹² Ibidem. p.111.

⁹³ Ibidem. p. 117.

⁹⁴ Ibidem. p. 118.

os seqüestradores sentem ao desfechar um golpe contra o embaixador ferindo-o: *“Foi horrível para todos nós, sobretudo para o companheiro que o golpeou”*. O incômodo ganha dimensão significativa, tanto, que o narrador busca justificar a agressão: *“Tudo aconteceu porque estavam nervosos e nada mais natural do que estar nervoso ali, no momento do transbordo...”*, ou seja, a agressão poderia ter sido evitada se tivessem maior controle sobre o nervosismo. Mas, apesar do esforço de justificação da violência, o texto não registra qualquer incômodo sobre a validade de seu uso como meio para se obter o fim almejado.

Esse tipo de conflito entre fins e meios registrado pela narrativa sinaliza que para os militantes questões próprias à moralidade da ação estavam colocadas no momento mesmo do seqüestro.

A mentira faz parte dos meios que possibilitam a concretização do seqüestro. Ela se transforma em instrumento de violência quando alicerça a fraude, o engodo, impede o outro (a vítima) de conhecer os dados da realidade e, nesse sentido, é arma eficaz contra o inimigo que se quer atingir.

A mentira antecede as ações do seqüestro como condição delas. Vera mentiu para a segurança pessoal do embaixador. Gabeira, ao alugar a casa que serviria de esconderijo de Elbrick, mentiu para o locador. Esse é o mundo de falsa identidade, tudo justificado em nome da causa maior, a *“revolução”*, a *“derrubada da ditadura”*, a *“libertação dos companheiros”*. O fim justifica os meios.

“Enquanto Vera examinava a casa do Embaixador em Botafogo, buscávamos em Santa Teresa a casa onde ele ficaria, quando seqüestrado. O clima era um pouco mais tenso nessas negociações. O dono da casa se chamava Vladimir e desconfiava de mim. Mencionou várias vezes o líder do movimento estudantil, que também se chamava Vladimir. Ao dizer isto, olhava para mim para examinar que tipo de reação aquela coincidência poderia trazer.

Fiz o possível para parecer completamente neutro. [...] O Sr. Vladimir aí abriu o jogo:

- Vi pela televisão uma reportagem sobre terroristas do MR-8. Eles alugam casas desse tipo e as transformam em aparelho.

Limitei-me a dizer que terroristas não alugam casas exatamente desse tipo, apesar de que aquela casa que discutíamos não parecia assim tão luxuosa, nem tão bem conservada. Se considerássemos o preço, claro... O Sr. Vladimir ficou surpreso com a digressão. Ele usara o argumento de terrorismo sinceramente preocupado com isto e, de repente, me via usando o mesmo argumento de forma estritamente comercial, tentando questionar o preço do aluguel, que, por sinal, havia sido aceito, sem muita relutância. Suponho que me tenha olhado com um pouco de desprezo.⁹⁵

A relação entre locador e locatário é de desconfiança. Gabeira mente, dissimula, faz digressão. O texto mostra apenas o empenho do militante em convencer o locador a alugar a casa, bem como dissipar sua preocupação de estar alugando sua propriedade a algum grupo terrorista. Nada mais. Em situação de luta aberta tudo se justifica.

O tempo é também fator determinante para o sucesso da ação. Quase sempre é percebido como rápido, fluido, curto: *“Tudo acontece muito rápido, de supetão: Vupt e pronto, just like that.”⁹⁶* Os gestos, as ações devem ser realizadas em questão de minutos, segundos... *“descer correndo as escadas da casa”, “fechar rapidamente a porta da garagem”*.

A noção de tempo foge à sua configuração cotidiana, aqui nada é lento, nada se espera. Tudo precisa sair a tempo e a hora. A agilidade é qualidade indispensável, em fração de segundos tudo pode-se perder, inclusive a própria vida.

O êxito do seqüestro depende também do domínio das emoções. E elas são muitas. A narrativa registra a profusão com que estas se configuram: tensão/medo, orgulho/entusiasmo, frieza/paixão são alguns dos pares ali presentes. As emoções e os sentimentos precisam ser

⁹⁵ Ibidem. p. 110.

controlados, para a garantia do êxito do seqüestro. Aprender a conhecê-los, identificá-los, dominá-los, essa era uma prontidão exigida naquele momento. Um erro de avaliação por medo, orgulho ou ansiedade poderia levar a operação ao fracasso. O nervosismo, como vimos, foi a causa da agressão física ao embaixador.

Emoções e sentimentos são registrados por todo o capítulo. Assim é que a preparação para o seqüestro se dá em clima de *“tensão”* e *“agitação”*, com conseqüentes *“noites mal dormidas”*. Dentro da kombi, no momento da operação, *“as pessoas sorriam discretamente orgulhosas”*. Demonstravam uma mistura de encantamento e emoção: *“a respiração era curta, os olhos faiscavam”*. No final do seqüestro, a tensão reaparece e é narrada, de forma a demonstrar a necessidade de frieza, cálculo preciso e lucidez, pois o confronto com a morte é real - frente a frente os carros dos seqüestradores e os dos policiais *“foram momentos de tensão: as armas apontadas da Rural Willys e as armas apontadas do carro de cobertura”*.

O medo aparece no texto com muitas gradações, à medida que se aproximava a data do seqüestro, *“como medo curto, um pequeno tremor de perna, um vazio no estômago”*. Esse é classificado como medo passageiro. Afinal, havia tanta coisa para se fazer.

Medo do que poderia conter a pasta do embaixador, como diz Gabeira, resultado das *“fantasias”* que fazia do inimigo; medo que se transforma em paranóia, em perda do bom senso. *“Afinal estou ou não sendo seguido?”*

A contraposição ao medo se delineia no entusiasmo com o seqüestro; na animação diante do fato de o governo aceitar as exigências do grupo; o orgulho, a vaidade expressos na consciência de ter entrado para a história, consciência de *“fazer a história, a certeza de que todos sairiam vivos dali”*.

⁹⁶ Ibidem, p. 108.

O que se apreende da narrativa é que, no momento da ação de seqüestro, os militantes constroem diferentes saberes.

Como típica ação de racionalidade estratégica, o seqüestro exige dos militantes que aprimorem as conexões, as associações entre meios e fins, pois necessitam construir a melhor relação possível entre esses elementos para o êxito da ação. Assim é que buscam acumular saberes técnicos sobre o uso de armas. Os treinos militares davam-lhes destreza, agilidade, rapidez na execução das tarefas. Aprendem a conjugar a noção de tempo rápido, curto, com o domínio das emoções. Demonstram cuidados com a educação do corpo, necessitam se adestrar para a disciplina e a obediência, e também se educar para a vida cooperativa entre os componentes do grupo.

O seqüestro é, em si, uma ação de violência e, como tal, transforma os meios em meros instrumentos de êxito da ação. Esta lição os militantes demonstram ter aprendido não só no manejo de armas, mas ao aprimorarem a arte da mentira, da dissimulação, do disfarce e do trato das emoções. O valor vivido e aprendido é o que funda a ação estratégica; o valor da eficiência e da eficácia para se atingir o fim proposto, obter o sucesso da ação.

A aprendizagem do valor da eficácia os remete ao conflito entre a adequação de meios e fins. No momento da ação demonstram certeza de que em situação de guerra os fins justificam os meios. Não questionam se os meios usados para atingir os fins são legítimos, fundados em valores éticos e morais, mas sim se são adequados para o sucesso que se almeja.

Essa certeza se deixa perpassar pelo elemento da dúvida, tão logo deparam com a necessidade de justificar a ação de seqüestro para a nação. O conflito moral se instala na construção da relação meios e fins, e fica explícito no texto de justificativa do seqüestro.

2.2 - A justificativa da ação

“Que desejos podiam ser levados em conta ali?”⁹⁷

Mas, afinal, para esses militantes o que justificava a ação de seqüestro?

No Manifesto apresentado à Nação, os grupos justificam suas ações - seqüestro, assaltos a bancos, incursões contra os quartéis, a colocação de bombas em edifícios onde se praticavam a tortura e a execução de torturadores - como atos da guerra revolucionária em curso no país, com que objetivavam derrubar a ditadura e libertar os seus companheiros presos.

*“O manifesto que seria lançado estava redigido. A ação pretendia globalizar todas aquelas ações armadas que tinham sido feitas. Tudo seria justificado e, dentro dos limites, apresentaríamos uma espécie de **avant-prémère** da história contemporânea brasileira. O dinheiro e as armas que estavam sendo recolhidos destinavam-se à guerrilha rural que, em breve, eclodiria no Brasil.*

Havia um parágrafo que sintetizava esta intenção:

- Grupos revolucionários detiveram hoje o Senhor Elbrick, conduzindo-o a algum lugar dentro do País, onde se encontra. Não se trata de uma ação isolada. É mais uma das inúmeras ações revolucionárias já realizadas: assaltos a bancos, em que se recolhem fundos para a revolução, recuperando o que os banqueiros tiram do povo e aos seus empregados; incursões contra quartéis e postos policiais, onde obtemos armas e munições para desenvolver a ação destinada à derrubada da ditadura; assaltos a cárceres, onde se encontram presos elementos revolucionários, a fim de libertá-los; colocação de bombas em edifícios que têm relação com a opressão; execução de carrascos e torturadores. Na realidade, o seqüestro do Embaixador é mais um ato da guerra

⁹⁷ Ibidem. p. 116.

*revolucionária que cada dia avança e que começou, este ano, sua etapa de guerrilha rural.*⁹⁸

*As duas exigências - dizia o texto - são: a) a libertação de 15 prisioneiros políticos que sofrem torturas nas celas de prisões em todo o País, que são golpeados, maltratados e suportam as humilhações que lhes impõem os militares. Não pedimos o impossível, não pedimos a volta à vida de inúmeros combatentes assassinados na prisão. Os que não forem libertados agora, é claro, serão reivindicados algum dia. b) a publicação e leitura desta mensagem completa nos principais jornais e estações de rádio e televisão do País.*⁹⁹

O texto do manifesto à Nação é cuidadoso ao qualificar as ações da guerrilha. Apontamos o uso dos verbos deter em vez de aprisionar, reter; recolher fundos em vez de apropriar; obter armas em vez de confiscar, apossar.

Se assaltam, dirigem suas ações contra banqueiros e empresários, ou seja, contra aqueles que exploram o povo trabalhador. Se fazem incursões contra os quartéis e os cárceres, a justificativa é de que buscam obter de armas e munições para alimentar a guerrilha, que por sua vez, efetuará a derrubada do Regime Ditatorial, realizará a libertação de líderes revolucionários. Se fazem explodir edifícios é porque estes “têm relação com a opressão”.

Usam a lógica argumentativa para justificar as ações de violência, porque os fins eram considerados nobres: lutar contra a ditadura, a opressão, a exploração, a tortura, a humilhação.

O texto permite ainda inferir os valores subjacentes às ações do grupo político guerrilheiro: democracia, liberdade, dignidade humana, defesa da vida, e constatar os tipos de meios utilizados para se obter os fins almejados: assaltos, colocação de bombas em edifícios, execução de pessoas.

⁹⁸ Ibidem. p. 113-114.

⁹⁹ Ibidem. p. 115.

A guerrilha urbana precisa “dizer” à nação as razões de seus atos, daí a exigência de acesso aos meios de comunicação explícita no Manifesto.

Se por um lado, o texto no Manifesto, redigido no instante da luta revolucionária, explicita haver consciência de que, em situação de confronto aberto com a ditadura, a violência é meio legítimo de responder às necessidades políticas imediatas daquela conjuntura: derrubar o regime ditatorial e libertar companheiros presos, por outro lado, não encontramos nele elementos que nos dêem pistas de que os militantes tivessem consciência de que vivenciavam uma típica situação de dilema - fins nobres, universais como libertação e felicidade de todo o povo explorado versus a adoção da violência como meio.

Em outro momento do texto, quando o narrador reflete sobre o vivido, o conflito entre valores universais e necessidades daquela conjuntura específica estão assim registrados:

*“De um ponto de vista de exigência, aquele seqüestro era uma coisa muito exclusiva. Queríamos a publicação de nosso manifesto, a libertação dos nossos presos, e deixávamos aos outros a alternativa de torcer pela nossa vitória. Que desejos poderiam ser levados em conta ali? Eu pediria a felicidade, mas um governo não pode dar felicidade. O máximo que poderia fazer era renunciar, retirando-se assim de cena e reconhecendo que era um grande obstáculo à felicidade. Pensávamos essas questões todas nos intervalos da guarda. Não eram questões completamente vazias. Nos outros seqüestros chegou a surgir pedido de passagem gratuita nos trens e, em muitos países, foi feita distribuição de remédios e alimento. Se bem que não era essa a idéia que tínhamos da felicidade.”*¹⁰⁰

Gabeira, ao narrar sobre os desejos do grupo, é explícito em assinalar o conflito que vivia no momento do seqüestro, dividido entre o desejo universal de felicidade e o desejo de resolver as necessidades

¹⁰⁰ Ibidem. p. 116-117.

imediatas próprias daquele contexto conjuntural - tornar públicas suas idéias e libertar os companheiros presos.

É interessante seu comentário “... *não eram questões completamente vazias*”, certamente, uma vez que estava diante de um dilema próprio à moralidade política do homem, ou seja, o conflito de valor vivenciado por ele “*nos intervalos da guarda*” está circunscrito no dilema configurado pela impossibilidade de realizar, ao mesmo tempo, as necessidades próprias daquela conjuntura e a vontade universal da felicidade. Assim, dividido entre a felicidade de todos e a felicidade dos poucos companheiros que seriam libertados, fica com a segunda opção, ou seja, a escolha possível.

À nação, ou ao povo, tidos como espectadores, deixavam “*a alternativa de torcer*” pela vitória dos guerrilheiros, estes sim considerados no texto como os verdadeiros sujeitos da história.

O seqüestro faz emergir as raízes do conflito moral naquele contexto de conjuntura autoritária.

O conflito entre meios legítimos, porque fundados em valores que se adequam aos fins propostos, e meios definidos apenas a partir da adequação dos instrumentos para obter o sucesso da ação. Esta tensão está na base do conflito moral entre as necessidades colocadas pela luta contra a ditadura e os princípios universais que alicerçam o telos da ação política dos militantes.

No processo de aprendizagem de valores mesclam-se, a um só tempo, elementos próprios da heteronomia e da autonomia. A concomitância deles fica evidenciada nas relações que esses atores políticos estabelecem entre si nessa situação específica de limite.

2.3 - As relações entre os atores/sujeitos políticos envolvidos na ação

A relação com o grupo de companheiros

“Éramos ou não sonhadores do absoluto?”¹⁰¹

“Que é isso, companheiro?”

“Pareciam dois enredos paralelos”¹⁰². Essa é a avaliação de Gabeira ao descrever as diferenças entre o cotidiano de vida de um militante de esquerda revolucionária e o cotidiano do povo brasileiro, de gente simples e comum. Dois estilos de vida diferentes, dois sentidos de vida paralelos impossíveis de se encontrar naquele momento. Encontro marcado para após a Revolução.

“O encontro daqueles mundos paralelos só se daria depois, de acordo com nossas esperanças. A guerrilha urbana conquistaria armas e dinheiro para a montagem da guerrilha rural. A guerrilha rural despertaria os camponeses, que despertariam os operários, que despertariam o povo em geral. Distribuíamos o Resistência mas achávamos que não era a tarefa principal. Quando comesse 69, iriam ver a extensão e a profundidade do que montávamos. A revolução não seria mais de palavras, nem de conchavos políticos. Marighela dizia que a ação une, que somente a ação armada iria aglutinar toda a insatisfação popular contra a ditadura. E esta viveria uma crise permanente, fruto da crise também permanente do capitalismo brasileiro.”¹⁰³

Ou quem sabe Marighela estivesse com razão: desencadeada a luta armada a ação revolucionária aglutinaria “a insatisfação popular contra a ditadura”, e o encontro poderia ocorrer antes da Revolução?

¹⁰¹ Ibidem. p. 147.

¹⁰² Ibidem. p. 94.

¹⁰³ Ibidem. p. 95.

A luta armada era avaliada como o meio eficaz para apressar o encontro entre os militantes e o povo. Nesse caso, a eficácia exige adestramento e disciplina, qualidades valorizadas por todas as organizações e muitas vezes absolutizadas por elas. Assim, quebrar a lógica da disciplina da organização era impensável, mesmo que fosse em um fugaz momento de satisfação dos desejos do corpo.

“- E se convidado aquela mulher para dar uma volta conosco?

- Quê isso, companheiro? Não vê que estamos com uma carga pesada?

- Mas ela não parece da polícia. Olha, parou diante da vitrine e está rindo pelo espelho. Então fica um pouco no volante, que eu desço.

- Que é isso, companheiro? Além do mais o sinal abriu. Toca pra frente.”¹⁰⁴

Segundo Gabeira, nas organizações, *“a idéia que se tinha era a de fazer a revolução, sacrificando os impulsos pessoais, sempre que fossem obstáculos à causa, um risco para a segurança de todos.”¹⁰⁵*

Esse ideário podia ser identificado também no comportamento dos chamados assistentes, militantes que faziam a ligação entre a organização e os quadros que estavam na *“geladeira”*, ou seja, que estavam isolados por algum motivo de segurança. Diz Gabeira que o horizonte desses militantes:

“[...] era a revolução, e seu pavor os problemas de segurança, tudo que era problema de segurança ameaçava a revolução, e tudo que adiasse a revolução era anti-humano. Uma lógica implacável. Se você queria se comunicar com um amigo através de um bilhete, o gesto era imediatamente catalogado na rubrica das necessidades pessoais, e se representasse alguma queda no nível de segurança, era anti-revolucionário.”¹⁰⁶

¹⁰⁴ Ibidem. p. 94.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 133.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 138.

Gabeira avalia que a tradição economicista da esquerda, somada ao postulado de que a vontade de classe era a única que definia a história, levava ao *“completo esmagamento do indivíduo.”*

A narrativa menciona o culto das organizações revolucionárias à ação - *“muitos achavam, mesmo, que a ação era tudo”* -, e o descaso, a desconfiança com tarefas de natureza teórica era uma realidade:

*“Nenhum de nós havia lido ‘O Capital’, nenhum de nós conhecia, profundamente, a experiência revolucionária em outros países, nenhum de nós, enfim, problematizara algum aspecto do marxismo...”*¹⁰⁷

Antes das ações de seqüestro, as organizações de esquerda enfrentavam sérios problemas para a conquista de novos quadros. A narrativa demonstra que naquela conjuntura os militantes tinham consciência desse grave problema de arregimentação de novos membros, *“como o movimento social não apresentava nada de essencialmente novo; dava-se o que a gente chamava de um crescimento antropofágico. O avanço de uma organização era o resultado direto do declínio de uma outra.”*¹⁰⁸ Somado a estagnação do movimento social, lembramos o aumento das ações repressivas da ditadura no ano de 1968.

Antes do seqüestro, a ligação de Gabeira com a organização era *“o trabalho em nosso jornal Resistência”*, escrevendo matérias, rodando o jornal e distribuindo-o entre eleitores de oposição. Eram rotineiras as atividades de panfletagem e o que chamam de tarefas especiais.

“Na medida, entretanto, em que as ações armadas se intensificaram, nossa vida foi também mudando radicalmente. De vez em quando, sumia um de nós. De vez em quando, chamavam-me para tarefas especiais. A mais difícil delas foi a de tentar

¹⁰⁷ Ibidem. p. 137.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 141.

arrumar lugar para esconder dólares. De repente, ali em 69, houve uma inflação de dólares. Cerca de dois milhões de dólares foram roubados ao cofre de Ademar de Barros, em Santa Teresa. Os dólares estavam no ar e ninguém queria tocar neles. Recusei-me a cuidar disto, pois a operação tinha sido evidente demais.”¹⁰⁹

Gabeira não era um quadro de direção da organização, sua narrativa menciona que tinha apenas “um contato por semana com a organização”, e que nessas ocasiões era estimulado a “*prosseguir com o Resistência, que poderia se transformar num jornal nacional, de frente com as outras organizações.*”¹¹⁰ O texto assinala os muitos problemas de segurança que exigiam disciplina, rapidez e destreza para quando fosse necessário o grupo abandonar os aparelhos.

Registra a idéia de encantamento, imortalidade e de onipotência do grupo a que pertencia, traços que acredita terem impedido a todos de analisar a conjuntura de forma mais apurada, “*suficiente*”, levando-os a equívocos políticos enormes. É assim que, sentindo “*impressionados*” com a experiência do MR-8, não conseguiam reconhecer a eficácia da polícia, atribuindo os erros políticos aos problemas internos das organizações e à sua tática de luta. Como heróis, personificavam todas as vontades “*encarnando tudo*”.

“Estávamos, entretanto, impressionados com a experiência do MR-8 do Estado do Rio. Eles caíram no Paraná e, de repente, toda a organização desapareceu. O MR-8 tinha se proposto a organizar a guerrilha rural. Para aquele grupo, também saído do Partido Comunista, todas as outras tarefas eram secundárias. Nossa análise daquelas quedas foi muito insuficiente. Foi uma análise produzida para nos tranquilizar. Falávamos do isolamento social do MR-8 como a causa principal de sua queda. Eles não desenvolviam trabalho de massas, contavam apenas com uma estrutura profissional. E uma estrutura profissional, por mais bem montada que seja, não pode resistir a um baque repressivo. O MR-8 praticamente acabara, não porque a polícia política fosse realmente eficaz, mas sim porque ruiu ao peso de seus próprios

¹⁰⁹ Ibidem. p. 95.

¹¹⁰ Ibidem. p. 94.

erros. Erros heróicos, mas erros. De agora em diante nos chamaríamos MR-8. O MR-8 éramos nós. Nada acabava. Íamos encarnando tudo e, nesse processo, negando a decadência que nos destruía gradualmente. A UNE éramos nós - os que ficaram de fora nas quedas de Ibiúna. O MR-8 agora éramos nós, a organização que conseguira ficar de fora daquele novo desastre.”¹¹¹

Na crença de que podiam tudo é que planejaram o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos da América. Esse sentimento de orgulho, onipotência parece constante na narrativa de Gabeira, quando fala dos progressos do grupo:

*“Quem nos viu e quem nos via... Saímos de um pequeno apartamento da Paula Freitas com um mimeógrafo tocado a álcool para uma casa na Barão de Petrópolis, com uma **off-set** habilidosamente montada num quarto coberto de isopor, para evitar barulho.”¹¹²*

Segundo o relato, no momento do seqüestro o Manifesto à Nação já estava redigido pelo MR-8. A ALN “*deveria aprovar o texto*”, mas a prática das intermináveis “*intensas*” e “*penosas*” discussões e negociações entre as esquerdas poderia dificultar essa aprovação devido às divisões e polêmicas que se davam no interior dos grupos em torno dos diferentes projetos revolucionários.

“A ALN deveria aprovar o texto. Pensávamos que surgiria aí uma intensa discussão, uma longa fase de chega pra cá, tira daqui; enfim uma penosa negociação nas últimas horas. A grande diferença entre as duas organizações era a de que o MR-8 propunha o socialismo, a ALN uma revolução de libertação nacional. Na época era uma divisão suficiente para justificar estruturas completamente diferentes, enfoques e ênfase também completamente diferentes.

Toledo e seus companheiros aprovaram o texto, praticamente, sem nenhuma alteração.”¹¹³

¹¹¹ Ibidem. p. 96-97.

¹¹² Ibidem. p. 110-111.

¹¹³ Ibidem. p. 114.

Gabeira se auto-avalia como um quadro fora dos padrões disciplinares e, até mesmo, ideologicamente mal formado para a tarefa de executar a Revolução Socialista no Brasil.

*“Definitivamente, os novos tempos me superavam. A libertação do Brasil exigia pessoas práticas, organizadas e com disciplina. Estudantes de engenharia, de química, por exemplo. Precisávamos de técnicos, gente capaz de transformar um bolo de aniversário numa bomba que fizesse voar o Parlamento. Eu usava óculos, esquecia as tarefas mais elementares e, num momento daqueles, me interrogava se Burke realmente amava Elviry.”*¹¹⁴

Esse tom negativo de sua auto-avaliação transparece quando assinala a irritação dos companheiros pela sua demora em cumprir as tarefas determinadas pelo grupo, como comprar comida para os companheiros e o embaixador:

*“Quando voltei à casa, já era bastante tarde e estavam todos famintos e levemente irritados comigo. Tudo bem, íamos morrer juntos, se preciso, não havia portanto nenhuma razão para brigar por um atraso na comida.”*¹¹⁵

O relato demonstra a pouca importância que ele dava à cobrança feita pelo grupo devido ao fato de ter se atrasado com a comida. Em face da possibilidade da morte, o que significava *“brigar por um atraso na comida”*? Em face da morte tudo fica banalizado.

Desnuda-se no texto a vaidade e o orgulho que sentia em participar da ação de seqüestro. Gabeira, ao questionar seu comportamento quando saiu para divulgar a lista dos quinze presos que seriam libertados ressalta, de um lado, a consciência do dever cumprido, de outro a vaidade, que poderia pôr tudo a perder; afinal, divulgar a lista dos presos que seriam libertados a quinhentos metros de sua antiga casa, era um fato que poderia ter tido conseqüências graves para o esquema de segurança do grupo.

¹¹⁴ Ibidem. p. 116.

¹¹⁵ Ibidem. p. 117.

*“Voltei para a Barão de Petrópolis com um sentimento de dever cumprido. Apenas estava levemente perturbado por um detalhe: por que jogar a lista a 500 metros da minha antiga casa? Não seria uma indicação para as pessoas que me conheciam bem? Por que o subconsciente me apontara para ali e não para outro lugar? Não seria exatamente isto o que estava querendo: dizer aos amigos íntimos que estava ligado àquela ação e me orgulhava muito disto?”*¹¹⁶

Orgulho e confiança no sucesso da operação de seqüestro, esses eram sentimentos que povoavam a vida desses militantes. A confiança aparece como imprescindível; como dizia Daniel a Gabeira *“era preciso ter três confianças: na organização, nos companheiros e na revolução”*¹¹⁷.

Divididos entre negar a classe de origem, abandonar as vontades/desejos individuais e cair *“nos braços de outra classe”*, assumindo a vontade da organização de fazer a revolução, era o tormento que os angustiava. Dúvidas e tormentos apenas sussurrados entre os companheiros mais próximos, entre amigos.

*“Não que temêssemos uma enxurrada de críticas e conselhos sobre nossa fraqueza ideológica: num certo sentido, a organização era aberta para investigações e perguntas variadas. Nosso inimigo principal éramos nós próprios: se começássemos a perguntar [...] o espírito de sacrifício necessário à revolução não abriria caminho para os anseios pessoais, para a decadência no sentido do individualismo total? [...] Éramos ou não sonhadores do absoluto? [...] Pensar era um perigo pois desconfiávamos da verdade”.*¹¹⁸

Em oposição a esses conflitos, a aparente *“segurança”* da organização era o que os alimentava.

Na organização a experiência forte da exigência da disciplina, o cumprimento do dever, a obediência à regra, a confiança no grupo, a valorização do espírito de sacrifício, a exemplaridade da ação, o

¹¹⁶ Ibidem. p. 120.

¹¹⁷ Ibidem. p. 146.

¹¹⁸ Ibidem. p. 146-147.

mito da revolução alimentando os sonhos e as esperanças dos jovens militantes.

No grupo, Gabeira se educa para a luta de resistência à ditadura, e a disciplina ganha centralidade nesse processo educativo.

No conflito entre as exigências do grupo e sua vontade e necessidade pessoais, Gabeira aprende a distinguir entre os valores que partilha com os colegas e aqueles que lhe são próprios e que não encontra no grupo espaço para que possam aflorar. Na vida partilhada aprende sobre a reciprocidade e a cooperação, mas também sobre o egocentrismo e a coação, elementos próprios da autonomia e da heteronomia.

A presença forte do embaixador americano

“Querido embaixador? Ao nosso prisioneiro?”¹¹⁹

A relação direta entre o embaixador e os militantes coloca para o ator/autor questões de natureza moral, afetiva e outras próprias do dilema entre razão instrumental e razão comunicativa, que evidenciam o conflito entre a violência usada como meio e os fins fundados em valores universais, no caso a liberdade.

Nos dois bilhetes enviados a sua esposa Burke menciona a esperança de ser libertado, liberação condicionada à dos presos políticos.

“Querida Elviry

Estou bem e espero ser libertado e te ver em breve. Por favor, não te preocupes. Eu também trato de não preocupar-me. As autoridades brasileiras estão informadas dos pedidos que lhes fazem os que me têm em seu poder. Não devem tratar de me localizar, pois poderia ser perigoso. Devem apressar-se em satisfazer as condições exigidas para a minha liberdade.

¹¹⁹ Ibidem, p. 126.

Estas pessoas parecem muito decididas.

Todo meu amor, querida, esperando que logo estejamos juntos

Burke. ¹²⁰

“Querida Elfie

Fui informado de que o Governo cedeu às exigências dos que aqui me têm seqüestrado. Esta é uma boa notícia, pois significa que serei posto em liberdade, tão logo se confirme a chegada ao México de 15 prisioneiros libertados.

Espero estar logo contigo,

Burke. ¹²¹

A contraposição violência/liberdade está na base da relação dos seqüestradores com o embaixador. A contradição é real e os militantes se vêem obrigados a justificá-la, a demonstrar a diferença de tratamento que davam a seu refém, se comparado ao tratamento dado pela ditadura aos presos políticos no Brasil. É assim que, no momento da ação, indagam ao embaixador sobre a quem gostaria que comunicassem o seqüestro.

“Antes disso, ainda quando estava na Kombi, perguntamos se queria que comunicássemos com alguém. Ele apenas pediu que se avisasse ao Ministro Conselheiro. Telefonei para a Embaixada Americana.” ¹²²

E, posteriormente, procuram mantê-lo informado sobre todos os passos da negociação.

“O Embaixador Burke procurava manter todo o tempo um misto de surpresa e curiosidade para esconder sua irritação. Não apenas pelos relatos que ouvia, mas pela confusão em que, de repente, se meteu. Ele sabia de todos os detalhes das negociações.” ¹²³

A narrativa assinala gestos de atenção e reconhecimento do outro como ser humano expressos na relação entre os militantes e o embaixador. É assim que *“Toledo resolveu aproveitar a manhã para fazer compras. Ele queria preparar um arroz carreteiro para o embaixador e para*

¹²⁰ Ibidem. p. 115.

¹²¹ Ibidem. p. 123.

¹²² Ibidem. p. 165.

*nós. Era uma de suas especialidades, possivelmente adquirida nos anos que deve ter se escondido da polícia nos aparelhos da vida.*¹²⁴

E no domingo, momento em que Elbrick seria libertado:

“Alguém teve uma idéia que nos arrastou mais alguns minutos:

- Gente, ele não pode partir daqui sem que a gente dê uma lembrancinha.

- É verdade, dissemos todos.

*O peso da cultura. A cidade já tomada pela polícia, a partida de futebol chegando ao final do primeiro tempo e nós ainda procurávamos uma lembrancinha para o embaixador. Resolvi tentar a estante de livros, onde nada parecia muito adequado também. Felizmente, havia uma edição de bolso dos poemas de Ho-Chi-Min, em inglês. Restava apenas encontrar o tom da dedicatória, Querido Embaixador? Ao nosso prisioneiro?”*¹²⁵

Certamente reconhecem a violência impingida ao embaixador, a diferença que Gabeira procura evidenciar em relação ao regime ditatorial é que sabem e querem tratar dignamente seus prisioneiros.

Gabeira demonstra estar atento às emoções do embaixador e registra demonstrações de tristeza, impassividade e espontaneidade nos seus momentos de cativeiro *“começava e encerrava uma discussão inteiramente à vontade.”*¹²⁶ Mostra-se consternado com o drama vivido por Elbrick:

*“Uma pessoa que sai de casa com um determinado objetivo e não aparece mais é uma trama que sempre me comoveu [...] o núcleo do drama era pensar que o esperavam, era pressentir o sofrimento das pessoas que gostavam dele. Será que a mulher do embaixador iria sofrer muito? Será que isso serviria para ligá-los mais profundamente? Ou os anos de indiferença e rotina já tinham corroído tudo?”*¹²⁷

¹²³ Ibidem. p. 118.

¹²⁴ Ibidem. p. 119.

¹²⁵ Ibidem. p. 126.

¹²⁶ Ibidem. p. 119.

¹²⁷ Ibidem. p. 122.

Se, de um lado, mostra-se comovido com a história pessoal do embaixador, de outro sabe que a sua detenção é a única arma eficaz contra a ditadura. A posse do embaixador é a concretização do poder da guerrilha.

“O bilhete de Elbrick para sua mulher não se destinava apenas a tranquilizá-la ou a tranquilizar nossa consciência. Era um bilhete escrito pelo próprio Embaixador e isto serviria para mostrar aos militares que ele estava conosco.”¹²⁸

Nesse ato de fala desnuda-se a complexidade das vontades e valores presentes na práxis-política. Percebe-se a preocupação com a afetividade, a culpa e a manifestação de poder a um só tempo.

Segundo o relato, as conversas com o embaixador giravam em torno das relações políticas entre Brasil e Estados Unidos da América, a violência e a realidade da tortura nos cárceres do Brasil. Sobre esse tema *“ficou sinceramente impressionado com o que ouviu.”¹²⁹* Também era tema de discussão o movimento Panteras Negras. As discussões deixavam claro a divergência de opinião entre Gabeira e Elbrick. Para Gabeira o movimento *“representava muito para a democracia americana”*, para Elbrick, justamente pelo radicalismo *“não teriam a mínima chance”*.

Também a Guerra do Vietnã não poderia estar de fora da discussão e, na visão de Gabeira, eles tinham opiniões semelhantes:

“Sobre o Vietnã houve uma certa concordância. Ele não achava que a intervenção americana conduziria uma solução ao problema.”¹³⁰

Nas situações de diálogo com o embaixador fica evidenciado o conflito entre coerção e espaço de manifestação de opinião, entre a racionalidade instrumental e a comunicativa. Gabeira registra o constrangimento que sofre nas situações em que o debate se instalava.

¹²⁸ Ibidem, p. 116.

¹²⁹ Ibidem, p. 118.

¹³⁰ Ibidem, p. 119.

“Eu estava com o revólver apontado para ele, por causa da janela à sua esquerda. Imediatamente baixei o revólver para prosseguir a discussão. Ele percebeu que fiquei perturbado em discutir nessas circunstâncias. Afinal meus argumentos eram bastante bons para que eu apontasse uma arma para o interlocutor. Ele captou muito bem a relação incômoda que tínhamos com a arma. Éramos intelectuais, querendo dizer alguma coisa, e os tanques estavam apontados contra nós, no Brasil. Não queríamos de forma alguma trocar de papel.”¹³¹

Mas como discutir com uma arma apontada? Sabe-se que situações argumentativas só acontecem onde se fundam bases de entendimento, nos espaços livres de coerção, a compreensão dos elementos próprios as duas racionalidades - instrumental própria da violência e a comunicativa própria ao entendimento - explica a perturbação de Gabeira *“em discutir nessas circunstâncias”*. Os dois interlocutores sabem que de frente a uma arma não há diálogo possível.

Novamente, no texto a tentativa de justificar a relação que tinham com as armas, as empunhavam porque *“tanques estavam apontados contra nós”*, e completa: *“não queríamos de forma alguma trocar de papel”*.

O paradoxo criado pela situação se evidencia. De um lado, a ditadura age brutalmente, seu fundamento político é a violência; de outro, um grupo de esquerda busca com a ação de seqüestro alimentar a luta revolucionária em favor de todo o povo oprimido, tendo como bandeira o desejo de uma sociedade de homens livres e iguais mas que, concretamente, funda suas ações em bases hegemonicamente estratégicas, onde a violência tem também o papel de fundamento da ação.

A raiz do paradoxo pode ser buscada aí: valores universais - liberdade, igualdade - constituem telos da ação; os meios usados para alcançá-los perdem de vista a universalidade desses valores para atender às exigências da eficácia da ação imediata. A legitimidade da ação se

¹³¹ Ibidem. p. 119.

fragiliza, porque o limite entre fins e meios não está bem traçado; no horizonte se confundem liberdade e opressão, violência e paz. Traçar o limite entre meio e fim é sempre um desafio. Corre-se o risco, o tempo todo, de “trocar de papel”.

O paradoxo se desfoca nos momentos em que se polarizam vida e morte. No relato, podemos identificar duas situações em que se evidenciam esses pólos.

A primeira, quando os militares descobrem a casa que servia de esconderijo e tentam confirmar a presença do embaixador no local. Tocam a campainha; Gabeira, que no momento fazia a guarda do embaixador, abandona o posto e como morador oficial abre a porta:

“[...] Alguém tomou meu lugar com a arma apontada diretamente para a cabeça de Burke, enquanto eu baixava as escadas com as pernas bambas [...] Que situação, seu doutor: na minha frente dois oficiais do exército ou do diabo que fosse; nas minhas costas três guerrilheiros da ALN apontando metralhadoras e espingardas de cano cortado. Era fundamental que se entendessem bem, que não brigassem, porque certamente um dos estilhaços iria me atingir”¹³²

A morte estava presente, tanto para o embaixador, quanto para os policiais, quanto para os guerrilheiros, que certamente não hesitariam em executá-lo diante da possibilidade de serem mortos pelos órgãos de repressão. A execução, nesse caso, seria justificada pela causa revolucionária. A tensão foi elevada. Gabeira retorna ao quarto e encontra o embaixador nervoso, “olhos vivos” e “sobrancelhas cerradas”, na tentativa de resgatar a tranquilidade. Voltam a discutir sobre política.

A segunda ocorre no instante da libertação do embaixador, momento em que o grau de tensão é também alto. O tempo era breve. Qualquer falha os levaria à morte. Gabeira avalia que o risco da morte era real, e isso depois que haviam alcançado os fins propostos - os quinze

¹³² Ibidem. p. 120.

presos políticos já se encontravam em liberdade no México - e que também o embaixador temia o mesmo que ele, *“o absurdo: depois de tudo pronto, poderia haver um acidente e teríamos de morrer, já sem nenhuma razão para isso”*.¹³³

O que justificaria a morte seria o não-alcance do fim, a não-libertação dos companheiros, fora isso, a possibilidade de morrer não teria sentido, não teria razão que justificasse a perda da vida.

No relato da relação com o embaixador pode-se identificar pistas da tensão entre adequação de meios e fins - violência como meio e liberdade como fim; do reconhecimento da distância entre duas racionalidades - a instrumental base de ações coercitivas, a comunicativa base de ações dialógicas. Na tensão entre vida e morte, identifico sinais da aprendizagem da vida como valor em si mesmo.

A presença do regime ditatorial e dos órgãos de repressão

Na opinião de Gabeira, o regime ditatorial brasileiro no início do seqüestro tinha dificuldade para iniciar as investigações sobre a localização do aparelho. Os boatos anunciavam a chegada do reforço americano para acelerar as investigações, bem como apontavam uma divisão no meio militar - indicativa de que a linha mais à direita resistia à idéia de libertação dos presos e à leitura e divulgação do Manifesto através da imprensa.

“As informações sobre a polícia não eram inquietantes. Parece que não tinham a mínima idéia e iam começar investigando casa por casa, bairro por bairro, o que, tecnicamente, era impossível. Falava-se na chegada de dois aviões com agentes americanos. Mas o que é que os americanos poderiam fazer numa cidade imensa como o Rio de Janeiro, num prazo tão curto? Falava-se também

¹³³ Ibidem. p. 125.

*em resistência militar à concessão dos presos e à leitura do manifesto. Um dos grupos teria tentado tomar uma emissora para protestar contra o que consideravam uma fraqueza do Governo Militar”.*¹³⁴

Os fatos demonstraram os erros e a precipitação dessa avaliação, pois em apenas 48 horas após o seqüestro a casa já havia sido localizada.

“- Boa noite - disse um deles. O senhor mora aqui?

- Boa noite - moro sim.

- É porque nos convidaram para jantar e nos deram este endereço. O senhor mora sozinho?

- Deve ter sido engano, disse. Se bem que os senhores seriam bem-vindos à minha mesa. Não convidei ninguém e naturalmente o endereço está errado.

- O senhor tem telefone?

- Não.

- Está bem então. Até a próxima. Desculpe o incômodo...

Gabeira era “o único” que poderia seguir os policiais, sua condição de morador “oficial” da casa o qualificava para a tarefa que descreve apenas como “simples exploração”.

“Fechei a porta da casa e ainda ouvi os passos dos homens baixando as escadas. [...] O melhor era tomar uma decisão rápida. Seguir os homens. Os olhos se voltaram para mim. Oficialmente era o morador da casa, o único que tinha chance de ir e vir. Toledo talvez o pudesse fazer, mas era ridículo arriscar a pele de Toledo numa simples exploração. [...] Felizmente os dois entraram numa casa próxima e ocuparam o telefone. Encostei-me devagarinho nas escadas e ouvi o diálogo. Quando um deles falou “alô comandante,”, não tive dúvidas. Eles apenas estavam dando sua localização.

Voltei e comuniquei que eram, de fato, os homens e que, possivelmente, se tratava de uma visita de rotina a uma das mil casas suspeitas do Rio de Janeiro. Mas que também a suspeita não

¹³⁴ Ibidem. p. 119.

*parecia ter se dissipado. Continuávamos a ser uma casa suspeita.”*¹³⁵

O texto demonstra a ingenuidade da avaliação que fazem da identificação do esconderijo pelos militares. Gabeira usa o advérbio “apenas” ao constatar que os policiais estavam informando o comandante sobre a localização em que se encontravam, ele não tinha dúvidas, não percebia que poderiam estar informando-o sobre a localização da casa/esconderijo. Avaliava que esta continuava a ser, simplesmente, uma casa suspeita entre “uma das mil do Rio de Janeiro”.

O desfecho do seqüestro se dá quando o Governo, pressionado pela opinião pública internacional e pelas autoridades norte-americanas, aceita as exigências dos seqüestradores e liberta os quinze prisioneiros reivindicados pelas forças da guerrilha.

A narrativa assinala a vaidade e o humor que tomam conta do grupo ao final das negociações.

“O sábado amanhecera muito bem. O Governo tinha aceito nossas exigências e conversávamos durante o café da manhã. Elbrick deveria escrever outro bilhete e eu sairia dentro em pouco. Falávamos animadamente sobre a história. Um dos amigos disse:

- É possível que a gente entre na história com esta ação.

- É possível - respondia eu.

- Tomara que você não caia agora, nessas últimas saídas.

- Tomara, dizia eu. Estou perturbado com essa idéia de passar à história e, além do mais, se cair creio que vocês aumentariam, automaticamente, a lista para 16 nomes.

*Todos riram. Não havia a mínima dúvida de que o Embaixador não sairia dali vivo, se um de nós caísse nas mãos da polícia e não partisse também para o México.”*¹³⁶

¹³⁵ Ibidem. p. 121.

¹³⁶ Ibidem. p. 122.

O humor do sábado se desvanece e dá lugar à tensão e ao medo no momento da soltura. A repressão aumenta o cerco e nada garantia que a finalização do seqüestro estava sob o controle do grupo.

A organização tenta divulgar o último manifesto. Na avaliação de Gabeira isso não aconteceria, pois após a libertação do embaixador, não mais teriam força de pressão sobre o regime.

“Os problemas começaram quando tudo, realmente, parecia terminado. Era domingo, as agências emitiam a radiofoto da chegada dos prisioneiros políticos, o Governo cumprira o papel que lhe fora destinado. Dentro da casa, Toledo ainda escrevia um manifesto no fim da manhã de domingo. Eu deveria sair com o manifesto, tentando uma publicação posterior à libertação do Embaixador. Sentia o ar muito pesado fora da casa e ainda tentei argumentar. Meu conhecimento da imprensa, pelo menos da imprensa sujeita às pressões militares, indicava que ninguém publicaria o manifesto. Íamos gastar nosso latim, para usar uma expressão que a geração dele entendia bem. O primeiro manifesto saíra, porque tínhamos o Embaixador nas mãos. Quando as edições da manhã estivessem circulando, ele já estaria livre e ninguém estaria mais interessado no que tínhamos a dizer. E mesmo se estivesse, os militares desaconselhariam.”¹³⁷

Assim, a “contragosto”, sai para deixar a última mensagem do grupo, que confessa não ter lido atentamente, pois avaliava que a imprensa não publicaria mais aquele Manifesto.

A descrição da libertação do embaixador é detalhada. As emoções são todas registradas “*havia uma certa excitação*”, “*a rua estava carregada*”, “*havia algo de errado no ar*”.¹³⁸

O tempo novamente é percebido pelo narrador como tempo curto. A estratégia era libertar o embaixador ao término do jogo que se realizava no Maracanã. Gabeira assim descreve o momento em que abandonam a casa:

¹³⁷ Ibidem. p. 125.

¹³⁸ Ibidem. p. 126.

“Dois companheiros postaram-se na saída da porta com Elbrick. O dia tinha morrido e os via um pouco à contraluz. Elbrick estava impassível com seu paletó e sua venda, e os carros começavam a baixar. Primeiro, viria o carro com o motorista apenas, e nele, Elbrick entraria com os dois companheiros. Depois, viria o carro com um grupo, mais Toledo e, finalmente, o carro da cobertura, com as metralhadoras, granadas e tudo. Esperávamos no topo da escada, porque os dois baixariam com ele assim que o carro estacionasse na porta.”¹³⁹

O percurso é descrito com detalhes e ressalta-se a descrição das emoções vividas. Um misto de tensão e medo perpassa a narrativa. Afinal, as armas estavam apontadas dos dois lados, e qualquer incidente, certamente, desencadearia uma tragédia.

A avaliação de que a ditadura se aprimorava na técnica da repressão só será feita, posteriormente, no momento da prisão e do exílio. A narrativa não contém indícios de que avaliavam com precisão a capacidade repressiva já instalada e institucionalizada no país. Na relação com as forças repressivas aprimoram o trato dos componentes da racionalidade estratégica, pois necessitam considerar todo o tempo as ações e a capacidade reativa de um oponente real.

2.4 - As consequências advindas da ação de seqüestro

“E de quem eram aqueles gritos agora?”

“Afinal quem sou eu? Quem serei eu no futuro?”¹⁴⁰

Clandestinidade/prisão/tortura/morte

As consequências advindas da ação de seqüestro evidenciam para Gabeira questões de natureza ético-moral próprias da

¹³⁹ Ibidem. p. 127.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 169, 128.

razão prática: a solidariedade, a fraternidade, a liberdade, a vida como valor em si mesma, a responsabilidade pelas consequências da ação.

Muitas foram as pessoas presas - as diretamente envolvidas com a ação, os simpatizantes indiretamente ligados ao grupo de seqüestro e os “*inocentes*”, aqueles presos por engano, por acaso; em todos eles o sofrimento, a dor e a humilhação da experiência de enfrentamento com a morte.

A vivência dramática da clandestinidade que faz permanecer “o *inferno*”, aparece registrada no texto como um adiamento do desfecho trágico da prisão, da tortura e da morte.

O sonho do exílio passa a povoar a vida de quem está preso encarnando a possibilidade da liberdade.

É no registro da experiência forte e dramática da prisão, da tortura, da morte, da clandestinidade e do exílio que o ator-autor intensifica a reflexão sobre o sentido do que viveu, e nela a evidência dos fundamentos da moralidade própria, bem como da moralidade que funda a ação do grupo de companheiros.

A queda sucessiva dos militantes que participaram do seqüestro arrasta pessoas que não partilhavam dos sonhos e projetos desse grupo revolucionário. A consciência de que a ação atinge a quem com ela não estava envolvido coloca em tela de juízo reflexões de natureza ética.

Ora, todo agir que se guia por princípios éticos se defronta com as consequências resultantes das imposições estratégicas, tornando necessário tematizar questões próprias da ética da responsabilidade. Nisso se expressa a avaliação sobre as consequências do agir, que no caso em questão são trágicas.

*“Com o embaixador libertado estávamos despojados de todo o poder que tínhamos, há apenas alguns minutos. Era a vez dos homens. E caíram sobre nós com uma rapidez fulminante”.*¹⁴¹

A perseguição começou implacável, e teve como resultado não só a prisão das pessoas envolvidas no seqüestro, mas também de simpatizantes e inocentes. Helena quase foi presa e, na tentativa de fuga, envolveu um cidadão comum que, enganado, tentou ajudá-la a fugir. O homem foi preso, enquanto Helena escapava de ônibus.

Do grupo de seqüestradores o primeiro a “cair” foi Baiano, o jardineiro, encontrado devido a pista deixada pelo recorte da página de pequenos anúncios do *Jornal do Brasil*. A polícia conseguiu localizar a pensão onde ele se hospedava e o prendeu.

À queda de Baiano se seguiu a de Cláudio, preso no apartamento dos tios, localizado pela pista do paletó esquecido na sala da casa que servia de esconderijo do embaixador.

Amazonas, fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, foi designado para fotografar a casa do seqüestro e depara com a kombi de sua propriedade, que tinha sido usada para seqüestrar o embaixador, sem que tivesse conhecimento. Sai para telefonar e “some de vez”, como diz Gabeira, ou seja, é forçado ao exílio por um ato em que não havia tido envolvimento.

*“Muitos amigos foram atingidos pela ação. A família de Helena foi jogada nos porões do CENIMAR. Todos os nomes que de alguma forma estavam ligados a nós passaram a ser suspeitos. Alguns jornalistas foram presos e torturados”.*¹⁴²

Deparo com uma narrativa que registra fatos - amigos atingidos pela ação. O que leio nas entrelinhas é a constatação de Gabeira de que inocentes passavam à condição de suspeitos, até por uma simples

¹⁴¹ Ibidem. p. 128.

¹⁴² Ibidem. p. 130.

ligação afetiva com qualquer um dos seqüestradores. Com algumas dessas pessoas Gabeira consegue recuperar os fatos até com um toque de humor, como é o caso de Amazonas, reencontrado na Suécia alguns anos após o ocorrido. Com a maioria das vítimas, o reconhecimento da tragédia, o registro do fato e o tom de expressiva solidariedade humana registrado na narrativa.

Na prisão, Gabeira aprende com a tristeza e a dor dos inocentes. Na Polícia Especial (PE) localizada na rua Barão de Mesquita havia uma cela grande “*que chamávamos Maracanã*”, e em um canto da cela ficavam “*algumas pessoas encostadas... eram inocentes*”.¹⁴³

“De vez em quando, baixava um para a tortura. Fernando, por exemplo, era patético. Não sabia, absolutamente, de nada a respeito de política ou de luta armada. Apanhava, violentamente, e quando voltava à cela, quebrado pelo pau de arara e choques elétricos mostrava, ingenuamente, as palavras que aprendera na tortura.

- Dizem que sou dirigente da VAR-Palmares. Querem saber quais são os meus pontos. Pontos são lugares onde as pessoas encontram com as outras, eu creio. E aparelho é a casa onde moram. VAR-Palmares, ponto, aparelho - ele parecia perplexo com aquelas expressões que iam se ajuntando ao seu vocabulário. Às vezes voltava com o olho arregalado e perguntava:

- Escuta aqui, o que é um grupo tático?

[...] O canto dos inocentes era o canto mais triste. Ali esperavam a qualquer instante que descobrissem sua inocência. [...] Aquele canto para mim, entretanto, ficou como símbolo.

*Depois de alguns dias de PE, pude ver a libertação de um deles. Era o flamenguista que, humildemente, pediu sua bandeira apreendida na Rural Willys. Nunca mais, entretanto, o caminho do Maracanã seria o mesmo para ele. O que vira ali na PE transformara completamente sua visão de mundo. Ele dizia: não tenho lado, mas se um dia tomar partido, tomarei contra as pessoas que brutalizam as outras dessa forma.”*¹⁴⁴

¹⁴³ Ibidem. p. 170.

¹⁴⁴ Ibidem. p. 170-171.

A narrativa assinala a aprendizagem dos inocentes na tortura. A transformação que se processa na visão que têm do mundo após a experiência embrutecida da prisão. Registra como o “*canto dos inocentes*” comove e entristece. O narrador revela a emoção pura de quem foi vítima de sevícias. Guarda, porque é inocente, a pureza da sinceridade, da esperança, do sonho da liberdade.

A respeito de sua própria aprendizagem reflete Gabeira:

“Com o canto dos inocentes, entretanto, aprendi muita coisa. Não sei se saberia expressar exatamente o quê. O fato é que nós catalogávamos as experiências, comparávamos a repressão de um momento histórico à repressão de outro momento histórico, tentávamos desmontar o mecanismo moderno da tortura, que para nós era completamente inédito, mas possível de ser analisado. Essas operações eram menos freqüentes entre eles. Quando escreviam num bilhete para suas mulheres que esperavam encontrá-las em breve, que eram inocentes, estavam sendo sinceros. Quando diziam que tinham medo da tortura o diziam abertamente; quando ficavam desapontados por não terem sido soltos no fim da tarde, o faziam sem nenhum mistério especial. Eles ousavam esperar. Nós éramos prisioneiros dos militares mas, num certo sentido, éramos também prisioneiros de nossa lógica. Quando um deles chorava no seu canto, todos se resignavam porque, afinal de contas, os inocentes não tinham problemas em chorar. Nós tínhamos toda a imagem por trabalhar; imagem diante dos companheiros, diante da repressão. Os inocentes eram o nosso lado mais emocional, vivido de coração escancarado, apesar da polícia. O que seria de nós sem eles? O intenso processo de racionalização a que éramos forçados pelas circunstâncias, e com base em nossa formação política, naturalmente, nos poupava sofrimento. Mas também nos roubava o lado inocente que, nos olhos deles, aparecia com toda a força: o escândalo diante da violência, a saudade da vida lá fora, da liberdade nos seus mínimos detalhes.

Seria inexato dizer que eles não se dedicaram a tarefas de catalogar e racionalizar aquela situação absurda em que se meteram. Da mesma forma, seria inexato dizer que não nos indignávamos com a violência. Eram as ênfases que se diferenciavam: havia uma divisão de trabalho. O problema é que

*muitos sentiam essa divisão como hierarquia, sem perceber o quanto ganhamos com os inocentes.”*¹⁴⁵

O que faz humano o ser humano? Paixão, desejo, emoção, razão? É no misto entre paixão e razão que se aprende sobre a condição de ser humano, sobre o valor de ser humano.

A experiência da razão evidencia a capacidade humana de “comparar”, “analisar”, “catalogar”, “demonstrar”, “desmontar”, “exercitar a lógica”; a experiência da paixão possibilita a vivência da emoção, do sentimento na sua forma mais pura, não lapidada expressando “sinceridade”, “medo”, “desapontamento”, “esperança”, “dor”, “sofrimento”, “desencanto”, “indignação”, “saudades” e “liberdade”.

É como se a cela projetada em um espelho deixasse ver a sua realidade - o canto da inocência, o canto da racionalidade. Cantos essenciais à preservação da vida humana, como condição dela.

Naquele inferno de dor e sofrimento, onde tudo era “brutalizado”, “patético”, “perplexo”, a indagação: “O que seria de nós sem eles?”. Eu indagaria o que seria dos presos se não se permitissem escancarar razão e paixão? Gabeira sabe que aprendeu muita coisa. Apesar de declarar “não sei se saberia expressar exatamente o quê”, a narrativa nos possibilita ler seu processo de aprendizagem sobre a essência da condição humana, fundamento da autonomia.

Para os militantes que participaram do seqüestro, as conseqüências foram variadas: morte, prisão, tortura, fuga, loucura, clandestinidade e exílio:

“Os participantes da ação se dispersaram a partir da noite de domingo. Dois morreram: Toledo sob torturas, em São Paulo; Jonas, o comandante militar da ação, massacrado a pontapés pela equipe do Capitão Albernaz, na Operação Bandeirantes. Alguns foram presos e libertados, depois de cumprirem a pena; outros

¹⁴⁵ Ibidem. p. 171.

foram libertados, por seqüestro, e vivem em lugares diferentes, no exílio. Alguns fugiram e, finalmente, um de nós enlouqueceu e perambula pelas ruas de Paris, de barba e cabelo grande.”¹⁴⁶

Na clandestinidade o aprendizado é de não deixar pistas, marcas de sua presença, mesmo que de passagem, em qualquer lugar.

“Compreendo agora a paciência de Toledo: ser da oposição, viver na clandestinidade é também aprender a rasgar suas anotações e jogá-las na privada, incessantemente.”¹⁴⁷

Paciência, perspicácia, coragem, atenção, nunca duvidar das evidências. São muitas as qualidades exigidas pela condição de clandestino. Compreender o outro, as suas ações e os seus gestos pelo silêncio, pela observação apurada.

A clandestinidade exige também disciplina aprimorada às regras de segurança. Foi por descuido dessas regras que ocorreu a prisão de Gabeira.

“Regras de clandestinidade entretanto são regras de clandestinidade. Qualquer profissional que ouvisse nossa discussão, arrancaria os cabelos, por sentir que estávamos duvidando do que não se podia duvidar: a casa tinha de ser abandonada naquela mesma noite.”¹⁴⁸

Outro aprendizado da condição de clandestino, manifestado por Gabeira é de que, se comparado à rotina da vida, o *“campo do possível é muito mais amplo do que imaginávamos”*. Esta constatação o fazia concluir que os movimentos de pessoas clandestinas *“eram muito mais rápidos que os movimentos de uma pessoa que respeita a lei e se move dentro de seus limites”*. Assim vivenciavam *“um constante processo de criação”*, que na sua avaliação os lançava a caminhos extraordinários, *“o de*

¹⁴⁶ Ibidem. p. 130.

¹⁴⁷ Ibidem. p. 125.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 148.

pensar em termos grandiosos, ainda que déssemos alguns saltos maiores que as pernas".¹⁴⁹

Essa experiência lhe permite medir os limites e as possibilidades de sua vontade, concretizada em ações, a um só tempo, grandiosas e mal-calculadas, muitas vezes impensadas do ponto de vista das conseqüências. Frente a ela a constatação de que algumas vezes o salto *"dado era maior que as pernas"*, ou que as *"exigências dos novos tempos me superavam"*.¹⁵⁰

Na clandestinidade são concomitantes o aprendizado sobre a disciplina sobre as bases da heteronomia, a obediência à regra, os limites dados pela organização, com o aprendizado sobre a condição de *"fora da lei"* abrindo para o militante um campo real de possibilidade de quebrar todos os limites impostos pela sociedade. De um lado, a experiência do cultivo e aceitação dos limites do grupo de referência; de outro, a experiência da negação, o não-reconhecimento dos limites impostos pela sociedade.

A experiência da prisão/tortura o coloca em face da ausência de liberdade e da possibilidade da morte, pondo em tela de juízo o reconhecimento da vida e do ser humano como valores em si mesmo.

*"No instante da prisão, Gabeira decide por uma tentativa de fuga não podia dar ao luxo de cair ali. Tinha muitas informações em meu poder, tinha muitas tarefas importantes e também tinha muitas esperanças de escapar daquela e de outras situações semelhantes."*¹⁵¹

Na corrida, um dos tiros o atinge nas costas. Assim descreve o momento em que é baleado:

"Senti apenas um baque para a frente, uma dor aguda e deixei o corpo cair. Dessas coisas que se pensam no chão, sem nenhuma

¹⁴⁹ Ibidem. p. 109.

¹⁵⁰ Ibidem. p. 109.

¹⁵¹ Ibidem. p. 150.

consequência prática, como um lutador batido que imagina, dez vezes, subir de novo no ringue e não percebe que a luta terminou. Pensava: vou levantar e continuar minha carreira, mesmo com esse tiro nas costas... Fiquei reduzido à idéia de correr e eles me cercavam.

Comecei a desejar, ardentemente, que aquele trânsito desengarrasse. Queria sobreviver, ainda que fossem muito duros os dias de tortura e dor que me esperavam.

Conseguimos chegar ao Hospital das Clínicas em SP - Eu estava um pouco nervoso. Não tinha morrido, mas começaria ali um processo, que absolutamente, não poderia controlar mais. [...] Foi minha introdução ao mundo dos presos, um mundo, conforme dizia a inscrição que vi em várias celas militares e civis, onde o filho chora e a mãe não ouve.”¹⁵²

Gabeira desejava ardentemente sobreviver e tinha esperança de escapar da situação de prisão. Dividido entre o instinto de sobrevivência e a realidade da detenção vivencia a experiência do interrogatório. Aprendeu com este que o que mais interessava aos torturadores eram “os pontos e aparelhos”. O desafio era aprender a reter, segurar as informações essenciais e, ao mesmo tempo, revelar dados que não pusesse em risco pessoas e aparelhos, dando a impressão à polícia política que aquelas revelações eram essenciais. No interrogatório o militante se vê cindido entre a preocupação com o outro e a preservação da própria vida.

“Mas a operação e aquela lenga-lenga de esconder o nome tinham me salvado dos pontos. Mesmo os mais inexperientes, já sabiam que não teriam nenhum ponto a revelar, ou melhor que os pontos, certamente, estariam descobertos. Eles próprios desconfiariam, pois pediam um ponto, eu revelava. Não adiantava mais ir conferir: passara muito tempo e quase todos, àquela altura, já sabiam de minha queda. No que diz respeito a aparelhos, joguei um pouco com a descoordenação que ainda existia, a nível interestadual. Abri primeiro o aparelho onde havia morado na rua Rainha Guilhermina. Só vinte e quatro horas depois é que me insultavam por ter aberto um aparelho há muito abandonado, senti que poderia trilhar aquele caminho com alguma segurança e creio

¹⁵² Ibidem. p. 150-151.

que o fiz bem, pois não derrubei nada de importante, creio mesmo que não derrubei nada naquela minha carreira de preso. Tinha uma vantagem: jamais negava informação quando me perguntavam, de maneira que jamais pensaram que estava resistindo.”¹⁵³

O esforço de auto-conhecimento é essencial, nele o reconhecimento da fraqueza física, dos limites do corpo, dos limites morais, acompanhado da valorização de si mesmo. Identificar seus desejos não bastava, era preciso traçar cuidadosamente uma estratégia para realizá-los. Assim, opta pelo jogo entre revelar e esconder. A partir dessa definição toma duas decisões que orientarão seu comportamento na prisão:

“O problema apenas era uma decisão de sobreviver em primeiro lugar, em segundo lugar de evitar todo o sofrimento desnecessário. Essa tática implicava conduzir a pistas falsas, ganhar tempo, aplacar a fúria e, em muitos casos, fornecer informações de que já dispunham.

Não tinha absolutamente forças para um comportamento do gênero turco: nada tenho a declarar e vou morrer na tortura. Não era minha intenção morrer e temia que, partindo de um padrão tão alto, caísse muito baixo, quando comesse a abrir. Vi na cadeia, entretanto, muitas pessoas não dizerem absolutamente nada. Muitos afirmavam que eram comunistas e que nada tinham a declarar: outras que se refugiavam num vago não sei e dali não saíam jamais. Não foi esse e não creio que será esse meu caso no futuro. Creio, sinceramente, que é um jogo, cheio de vaivéns, de pequenas derrotas e pequenas vitórias. Várias vezes saí derrotado de um interrogatório: senti-me envolvido, senti que estava dando informações a respeito das quais não tinha certeza, se eram ou não conhecidas da polícia. Houve outras vezes, que me senti vitorioso, inteligente e esperto. Como nunca terei certeza de que morrerei de boca fechada, sempre será necessário preparar um programa cheio de concessões e de armadilhas, que reduzam o sofrimento, e, ao mesmo tempo, reduzam a informação dos torturadores.”¹⁵⁴

Como agir moralmente sem traços de heroísmo? Como manter a dignidade diante da brutalidade da tortura, do interrogatório?

¹⁵³ Ibidem. p. 154.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 154.

Gabeira, reconhecendo seus limites, optou pelo jogo, e viveu a experiência da vitória e da derrota.

O texto desenvolve suas reflexões sobre as diferenças entre o interrogatório e a tortura, em que o tempo constitui categoria central:

“O básico do interrogatório era vencer pelo cansaço. Não se lutava contra o tempo, como nas verdadeiras salas de tortura, onde até os relógios eram cobertos com esparadrapo. Ali tinha de saber rápido o ponto, tinham, de anotar endereços e partir imediatamente, para os aparelhos onde ainda poderia haver gente. Os relógios tapados ficaram para mim como símbolo da tortura, pois eles diziam muito mais do que dizem apenas relógios tapados com esparadrapos. A noção de tempo era roubada ao torturado. Ele não poderia jamais saber que horas eram, pois agüentaria mais alguns minutos e, em muitos casos poderia salvar uma vida. A noção de tempo não se conta apenas com os ponteiros pequenos. A noção de tempo tapado era também o exercício da onipotência fantástica do torturador. Sua fantasia de suprema dominação sobre o outro só é possível se articulada com outra fantasia: a ausência do tempo. A tortura só é perfeita se o tempo não passa. O tempo é a sua morte.”¹⁵⁵

Assim, o tempo é diferencial importante entre interrogatório e tortura. No interrogatório, o tempo é palpável, visível, o objetivo é “vencer pelo cansaço” e, nesse sentido, pode-se ter consciência do tempo que se arrasta, prolonga, que parece interminável. A noção do tempo não é roubada ao preso como na tortura. Nela os relógios eram “tapados”, para impedir o torturado de “agüentar mais alguns minutos”, minutos que poderiam salvar a vida de um companheiro. O torturador é onipotente para definir o ritmo do tempo: “rápido”, “lento”, ou mesmo “ausente”.

Quando fala sobre tortura, Gabeira justifica-se como alguém que apenas retrata o que presenciou:

“Falo da tortura como um artista, pois não tenho direito de falar dela como um grande torturado... Meu sofrimento perto do que vi e senti, é insignificante, só poderia falar de tortura se tivesse caído

¹⁵⁵ Ibidem. p. 155.

*inteiro, sem nenhum tiro, e tivesse enfrentado o mesmo processo que os outros.*¹⁵⁶

*Não é necessário estipular uma cota de tiros ou de dor para se falar da guerrilha urbana e da tortura. O verdadeiro campo da discussão não é o campo dos heróis, mártires e torturados. A política única de nada dizer, por exemplo, de resistir até a morte não era decorrência de uma visão de mundo, de uma compreensão global dos militantes como homens de mármore? Até que ponto não éramos modelos de um stalinismo agonizante em tantos pontos do mundo?”*¹⁵⁷

Ao mesmo tempo que pondera sobre o que confere ao militante o direito de falar da tortura expressa, na forma interrogativa-crítica, um novo argumento justificando não ter assumido “a política única de nada dizer”.

Afinal, o tom crítico adquirido pela narrativa nas indagações formuladas indica que falar de heróis e mártires seria um contrasenso, quando se constata que eles encarnavam um projeto político já agonizante no mundo.

Nas narrativas sobre o que constatou e concluiu nas diferentes prisões por onde passou, identificamos a fraternidade entre os presos:

*“No fim da tarde decidiram me conduzir para a Ilha das Flores. Entrei num barco pequeno onde havia um outro preso algemado. Perguntei seu nome e ele disse: Humberto, MR-8. Perguntou o meu e, quando respondi, fez uma cara tão triste que fiquei comovido. Balançou a cabeça, desanimadamente, demonstrando que lamentava minha queda. Não o conhecia antes mais fiquei mais uma vez admirado com a fraternidade que havia entre as pessoas presas. Era horrível ter caído, mas uma reação como aquela atenuava muito a tristeza da prisão.”*¹⁵⁸

¹⁵⁶ Ibidem. p. 155.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 159.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 167.

A solidariedade entre os detentos:

“Quando chegamos à Ilha das Flores todos os presos nos saudavam... Passei por várias celas e compreendi, um pouco pelos olhares que estava deplorável. Tinha menos doze quilos, não havia dormido e estava curvo como se tivesse 90 anos de idade. (...) Minha crise era muito forte. Com a ajuda do telefone (que consistia em colocar a caneca na parede e falar através dela) comuniquei a Cláudio que estava muito mal. Coágulos baixavam dos rins e abriam passagem, dolorosamente pelo canal do pênis.

[...] Durante toda a noite, os presos da Ilha das Flores se moveram para me salvar. Batiam canecas, gritavam o guarda, cantavam em coro, enfim, perturbaram de tal forma que, na manhã seguinte, havia uma barca para me levar de volta à Praça XV, onde ficaria no Hospital da Marinha por uma semana.

A admiração pelos companheiros:

[...] “Uma coisa estava bem clara: os presos tinham passado por dolorosos processos de tortura e humilhação, mas estavam organizados e unidos para tudo o que viesse. Era um coletivo impressionante. Podiam até não chegar ao poder, mas eram as pessoas que eu mais admirava ali naquele momento.”¹⁵⁹

E todas essas virtudes concentradas em um único gesto:

“Cada vez que alguém baixava (para interrogatório) era esperado ansiosamente pelos companheiros. Algumas famílias fizeram entrar frutas e meu pai colocou uma lata de goiabada vinda de Minas. Recolhíamos aquilo tudo, fazíamos um fundo coletivo e, cada vez que alguém voltava da sala de interrogatório, era recebido carinhosamente. Fazíamos um círculo em torno da pessoa, curávamos os ferimentos, com os poucos recursos que tínhamos, dávamos uma das frutas que estavam na reserva. A solidariedade fazia possível suportar aquela situação e, às vezes, até cantávamos.”¹⁶⁰

O texto evidencia o reconhecimento da comoção e da admiração com os gestos de fraternidade e solidariedade, valores que, sem dúvida, passam a sedimentar a relação daquelas pessoas que unidas no sofrimento, na dor e na esperança reconstroem as bases morais das

¹⁵⁹ Ibidem. p. 167-168.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 172.

relações interpessoais no grupo, restabelecendo novos vínculos do indivíduo à vida.

Gabeira destaca também o pressentimento das emoções da libertação da prisão:

“As grandes sensações de minha vida são quando deixo um lugar que parece já superado. Esse adeus antecipado, esse olhar para as coisas que parecem ser um capítulo encerrado, me dão uma incrível sensação de movimento e a vida me parece um carrossel, permanentemente rodando.”¹⁶¹

Essa sensação antecipada de liberdade acontece duas semanas antes do seqüestro do embaixador alemão, que permitiria libertar quarenta presos políticos, dentre os quais Gabeira.

A esperança de ser libertado rompe com todos os mecanismos de defesa criados:

“A brutalidade da cadeia, o peso daquelas portas de metal, a tristeza daqueles corredores, a violência contra os presos comuns, tudo isso ia desfilando na minha cabeça. Parecia que algo dentro de mim havia rompido. Todos os mecanismos dedicados a agüentar a cadeia, a tolerar os anos de espera que estavam diante de nós caíram por terra. Passei a ver a cadeia com toda clareza: uma experiência insuportável. Passei a ver a cadeia com os olhos de quem ia abandoná-la. E não tinha a mínima idéia se meu nome estava na lista.”¹⁶²

A narrativa qualifica bem o sentimento que nutria em relação ao cárcere: a cadeia era brutal, triste, violenta, insuportável. Só o tempo daria resposta à ansiedade partilhada com os companheiros na cela:

“Caiu ou não caiu a casa do seqüestro, vão nos matar ou nos libertar.

[...] o dia amanheceu e, com ele, a notícia de que seríamos libertados.”¹⁶³

¹⁶¹ Ibidem. p. 186.

¹⁶² Ibidem. p. 188.

¹⁶³ Ibidem. p. 189.

Daqui a pouco estaríamos na Argélia. O governo havia decretado nossa morte oficial assinando uma pena de banimento, mas paradoxalmente, começávamos, a viver.

Se soubesse que era por muito tempo ou talvez para sempre, se soubesse que não era eu que estava partindo, mas que o carrossel empurrava aquele avião para um caminho, num certo sentido, sem volta, até que diria: Tchau Vera Cruz, Tchau Santa Cruz, Tchau Brasil.”¹⁶⁴

O exílio significa a um só tempo, morte e vida. Nele a única possibilidade da liberdade. De novo o texto ressalta a “sensação de movimento”, é assim que “o carrossel empurrava o avião”, estava conquistada a chance de recomeçar a vida, “num certo sentido sem volta”.

Indagações sobre a identidade

“Quem sou eu? O que é que eu [serei] no futuro?”¹⁶⁵

As indagações existenciais feitas pelo militante no curso do seqüestro e na situação de prisão e no exílio nos levam a buscar em sua narrativa indícios que nos permitam identificar e compreender os traços de sua identidade.

Alguém que diante das exigências da organização se divide entre o “sentimento do dever cumprido” - próprio da moral fundada na heteronomia - e o sentimento de orgulho, de vaidade por estar ligado àquela ação audaciosa, que tem ciência de que como consequência de seus atos deverá enfrentar a condição de clandestinidade, o que exige paciência, identidade cindida, modificada:

“Aquela pessoa da foto, com óculos da década de 50, com gravatinha só para o passaporte, estava prestes a desaparecer. Dentro em breve, minha carteira de identidade falsa ficaria pronta

¹⁶⁴ Ibidem. p. 190.

¹⁶⁵ Ibidem. p. 128.

e eu poderia até olhar com certo distanciamento daquele jornalista que se metera em maus lençóis.”¹⁶⁶

A experiência da clandestinidade lhe permite medir os limites e as possibilidades de sua vontade, concretizada em ações, a um só tempo, grandiosas e mal calculadas, muitas vezes impensadas do ponto de vista das conseqüências. É na clandestinidade que indaga: “*como é que um intelectual pode se negar tão profundamente?*”¹⁶⁷

“Durante esse tempo, poderia ter formulado mil planos de estudo como os que se fizeram no exílio. Poderia ter aprendido um novo idioma, tentar dominar melhor os que já conhecia. Estávamos, entretanto, vivendo um período muito anti-intelectual. A exaltação da ação armada, a desconfiança em torno das atividades exclusivamente políticas, faziam com que muitos de nós, eu especialmente, tivéssemos até um pouco de vergonha de preocupações intelectuais.”¹⁶⁸

O texto explicita elementos de crise de identidade: o narrador fala na primeira pessoa, ao mesmo tempo sua fala é plural, ou seja, a negação da identidade de intelectual não era algo vivido exclusivamente por ele, essa crise era típica do grupo ao qual pertencia. Afinal, como revolucionários era vergonhosa a condição intelectual, e valorizado o perfil operário.

No momento da vida clandestina em São Paulo, na interlocução de Gabeira com o amigo Zé Roberto, novas indagações surgem, mesmo que “*apenas sussurradas*”. Segundo ele esse sussurro acontecia, não porque temessem a organização que “*num certo sentido [...] era aberta para investigações e perguntas variadas*”¹⁶⁹, mas:

“Nosso inimigo principal éramos nós próprios: se começássemos a perguntar, eu continuaria tentando organizar um pequeno grupo de operários ali, naquela rua esburacada de São Paulo? O espírito

¹⁶⁶ Ibidem. p. 125.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 138.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 134.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 147.

de sacrifício necessário à revolução não abriria caminho para anseios pessoais, para a decadência no sentido do individualismo total? Pensar era um perigo pois desconfiávamos da verdade.”¹⁷⁰

A narrativa contempla a formulação plural e singular de forma mesclada. O narrador, ao duvidar se “*eu continuaria... tentando organizar*”, também expressa a dúvida no plural “*se começássemos...*” É como se a sua identidade expressa como a identidade do grupo, começasse a morrer; nesse sentido, o pensar autônomo era um perigo, pois possibilitava aflorar a individuação. Desconfiar da verdade do grupo era se defrontar com outra verdade, a verdade do eu.

Na condição de preso vive a dificuldade de manter a falsa identidade no momento em que o interrogatório se inicia no Hospital das Clínicas, logo após despertar da cirurgia a que fora submetido:

(...) “Abrir tudo, abrir o quê? Quem é João?” “continuava olhando espantado para o Capitão Maurício e confirmei apenas os dados que estavam na minha carteira de identidade falsa, minha presença naquela casa que acabavam de estourar.”¹⁷¹

Frente à situação de interrogatório a consciência dos limites pessoais:

“Não tinha absolutamente forças para um comportamento do gênero turco: nada tenho a declarar e vou morrer na tortura”.

“Várias vezes saí derrotado de um interrogatório [...]. Houve outras vezes, que me senti vitorioso, inteligente e esperto.”¹⁷²

A expressão “*absolutamente*” aqui empregada indica total ausência de força. Entre derrota e vitória, a alternância de sentimentos contraditórios presentes na sua vida e relatados em tom realista.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 147.

¹⁷¹ Ibidem. p. 152.

¹⁷² Ibidem. p. 154.

Durante o interrogatório feito pelo Delegado Fleury, a sensação de derrota é também registrada, ficando subentendido o sentimento de culpa:

“Senti uma sensação de derrota ao reconhecer minha letra naquele papel [...] saí dali, entretanto, cabisbaixo e pensativo. Como é que não conseguimos destruir uma lista tão elementar?”¹⁷³

E a certeza de que a violência só se justificaria como ação de resistência ou numa situação de guerra; torturar nunca, mesmo que a justificativa fosse uma causa nobre, como diziam os torturadores:

“Os dois oficiais da Marinha e Fleury sentiram-se à vontade para filosofar. Afirmavam que eu jamais seria um torturador, pois para ser torturador era preciso ter coragem e assumir as tarefas mais sujas de uma causa nobre. Concordei que jamais seria um torturador. Perguntavam: Você teria coragem de torturar? Respondia: não.”¹⁷⁴

Só o tempo permitiria a Gabeira recompor os traços da identidade, muitas vezes negada, perdida e questionada. O exílio abre a possibilidade de um novo começo, nele ganha centralidade a reflexão sobre a experiência política vivida, sobre os valores que fundamentam a vida, sobre o sentido da própria existência: *“Afinal, quem sou eu? Quem gostaria de ser no futuro?”*

¹⁷³ Ibidem. p. 164-165.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 164.

CAPÍTULO III

A NARRATIVA DE ALFREDO SYRKIS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR DA ALEMANHA, ENFREID VON HOLLEBEN

3.1 - O seqüestro como ação planejada

“Como foi a ação? Deu algum problema?”¹⁷⁵

Syrkis em sua narrativa mostra o impacto do seqüestro do embaixador americano no seio da esquerda: *“Era a prova cabal - só a luta armada é que podia mudar alguma coisa”¹⁷⁶*. A frase registra a estratégia da esquerda na luta contra o regime militar naquele contexto específico da história política brasileira:

“[...] ao se dar o derrame cerebral do marechal Costa e Silva, eles tinham, novamente violado a sua própria legalidade, depondo mediante um golpe branco o vice-presidente Pedro Aleixo. Assumira a junta dos três ministros militares intensificando ainda mais a repressão.”¹⁷⁷

A estratégia de parcela significativa da esquerda era de luta armada, com o objetivo de organizar e pôr em ação a luta de guerrilha no campo, apoiada pelas ações de guerrilha urbana. A esquerda revolucionária tinha por meta desencadear a luta no sentido de alterar as estruturas sociais do país rumo ao socialismo; também a guerrilha seria usada como forma

¹⁷⁵ SYRKIS, Alfredo. Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Ed. Global, 1980. p. 177.

¹⁷⁶ Ibidem. p. 116.

imediate de resistir ao regime militar, que a cada ano *“intensificava ainda mais a repressão”* mostrando sua feição de *“sadismo, de prepotência, de terror”*.

O seqüestro expressava a vontade política daqueles militantes que viam, nesse tipo de ação, a chance de fortalecer a luta armada no país; possibilidade de libertar os quadros revolucionários presos e ameaçados de morte, pela prática da tortura; de organizar no exílio a volta ao Brasil desses companheiros para dar continuidade à luta revolucionária, de divulgar suas idéias à Nação através de manifestos lidos e publicados nos meios de comunicação quebrando o silêncio imposto à imprensa pela lei de censura, de desgastar e desmoralizar o regime militar nacional e internacionalmente.

É com esse espírito que Syrkis relata a alegria da celebração que fizeram em frente à TV, quando o noticiário divulgou a decisão do governo de libertar os presos políticos exigidos pelos seqüestradores do embaixador americano:

“A capitulação da Junta veio pela TV e nós celebramos como se fosse final de campeonato. Foi um carnaval doméstico, secreto, no dia seguinte quando anunciaram a lista de 15 presos a ser levados de avião ao México.”¹⁷⁸

O texto permite constatar o impedimento de manifestação de opinião na época, é assim que o carnaval foi *“doméstico”, “secreto”*.

Em curto espaço de tempo a desolação toma conta de Syrkis e dos companheiros, pois os jornais noticiam, 24 horas após a libertação do embaixador, a localização do aparelho, bem como divulgam retratos dos principais suspeitos - *“Gabeira, o Cid, irmão do Cezinha, a Vera Sílvia”* -, e a prisão de Cláudio Torres, um dos participantes do seqüestro.

¹⁷⁷ Ibidem. p. 115.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 115.

Aprende-se com o seqüestro. Na avaliação de Syrkis “[...] a ação tivera sérios furos, fruto da inexperiência”. Uma das provas do erro registrada na narrativa é que o aparelho havia sido localizado pelos órgãos de repressão “enquanto o diplomata ainda estava lá”.¹⁷⁹

A avaliação desse tipo de erro faz com que a seleção da casa/esconderijo seja pensada cuidadosamente para os próximos seqüestros de que participa - o do embaixador alemão e o do embaixador suíço. A escolha da casa é decisiva para a segurança do grupo, para a segurança do embaixador e dos presos políticos. O objetivo era que todos saíssem com vida da ação.

O texto faz breve registro do seqüestro do cônsul japonês:

*“A ação fora improvisada às pressas. Um quadro muito importante da nossa organização, o Mário Japa, tinha caído por acaso, num desastre de carro besta. Estava sendo torturadíssimo no DOPs e tinha informações vitais, como a localização da escola de guerrilha rural, chefiada por Lamarca.”*¹⁸⁰

Segundo a narrativa quatro organizações de esquerda assumem o seqüestro do cônsul japonês: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Resistência Democrática (REDE) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Os seqüestradores conseguem a libertação de cinco presos políticos e dentre eles Mário Japa, “assim trocamos um japonês pelo outro, com mais quatro de lambuja. Mário Japa foi parar no México, quase morto, mas com a língua bem presa nos dentes”.¹⁸¹

A expressão “língua bem presa nos dentes” denota o valor que davam àqueles que resistiam à tortura, mesmo que na condição de “quase morto”. A resistência moral dos militantes diante das sevícias era

¹⁷⁹ Ibidem. p. 116.

¹⁸⁰ Ibidem. 141.

¹⁸¹ Ibidem. p. 141.

valorizada pelas organizações e aqueles que fugiam ao padrão considerado como “heróico” e, não resistindo às torturas, “abriam” informações, eram desvalorizados pelos companheiros, que não os consideravam como “verdadeiros militantes”.

Terminadas as ações dos dois seqüestros - do americano e do japonês - a repressão se intensifica, a caça aos seqüestradores se transforma em prioridade dos órgãos repressivos do regime. Assim, quase sempre, após os seqüestros, a ação repressiva se abatia de forma indiscriminada sobre simpatizantes e membros de diferentes organizações de esquerda.

“Finda a ação, veio a rebordosa. A coisa nos atingia indiretamente, porque as áreas de simpatizantes se interpenetravam e era fácil o nosso pessoal cair nas malhas da rede que, se abatia sobre os últimos remanescentes do M.E de 68.”¹⁸²

O texto de Syrkis reconhece que “era fácil” a ação da repressão, diferentemente do texto de Gabeira. Syrkis constata que a esquerda se encontrava reduzida, tanto é assim, que para ele as “áreas de simpatizantes se interpenetravam”. Gabeira caracteriza esse movimento como “antropofágico”.

Mas, afinal, como foi planejado o seqüestro do embaixador Enfreid von Holleben?

Era importante a definição de quem seqüestrar. Fazia-se uma avaliação da força econômico-política do país que o embaixador representava. Era preciso avaliar a capacidade de pressão que o país faria junto ao governo militar do Brasil. É nesse sentido que decidem pelo seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil:

“Com aquela invasão de capitais avassaladora eles tinham mecanismos de sobra para pressionar o governo Médici, Brandt

¹⁸² Ibidem. p. 116. O texto refere-se ao Movimento Estudantil (ME).

era um sujeito humanista e social-democrata, não ia deixar morrer um dos seus grandes diplomatas pelos belos olhos de um truculento regime militar dos trópicos. A opinião alemã estava minimamente informada a respeito do Brasil e, depois do escândalo que provocara o caso do embaixador von Spreiti, na Guatemala, Bonn não mediria pressões.”¹⁸³

O texto permite identificar o valor atribuído por Syrkis ao capitalismo internacional e à ditadura brasileira. É assim que a aplicação de capital alemão é qualificada, de “*invasão*” e “*avassaladora*”, e o regime militar é um “*truculento*” regime dos trópicos.

Para que a operação pudesse ser bem sucedida, era necessário aprimorar o treinamento militar: “*decidimos aproveitar o fim de semana prá fazer um treinamento de tiro no meu sítio*”.¹⁸⁴ Também era imprescindível fazer contatos políticos com outras organizações integrantes da “*frente armada*” para combinar o seqüestro e, ainda, desencadear ações para conseguir recursos financeiros para efetivá-lo.

“O GTA combinado, integrado pelos remanescentes da VPR, pela ALN e pelo MRT tinha realizado uma aparatosa ação de banco, em pleno centro de São Paulo. Rendera 150 milhões velhos, dos quais 30 foram para o Rio, apoiar a nossa ação.”¹⁸⁵

O seqüestro do embaixador alemão só se efetivou na segunda tentativa. É importante registrar que a ação tinha sido planejada meses antes, mas os órgãos de repressão, através dos processos de tortura, haviam descoberto o plano. Para os militantes, esse era um bom motivo para tentarem, novamente, realizar o seqüestro, pois avaliavam que os militares não os julgariam tão audaciosos, uma vez que a operação já havia sido descoberta. Era apenas esperar a oportunidade.

¹⁸³ Willy Brandt era chefe do governo alemão na época. O embaixador Karl Spreiti, da Alemanha Ocidental, foi morto em 6 de abril de 1970, depois de cinco dias em poder dos guerrilheiros da Guatemala, uma vez que o governo desse país se negou a atender às reivindicações do grupo de seqüestradores. Ibidem. p. 149.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 149.

¹⁸⁵ O texto refere-se ao Grupo Tático Armado (GTA). Ibidem. p. 168.

Desencadeavam, portanto, a segunda tentativa, pois *“a outra fora suspensa no último momento, porque aparecera um camburão”*.¹⁸⁶

De acordo com o relato a segunda tentativa estava atrasada 50 minutos da hora prevista, o que fazia elevar o grau de tensão, ansiedade, dúvidas, preocupações das pessoas envolvidas na ação: *“me assaltou repentina convicção de que tinha entrado areia de novo”*, registra Syrkis. A ansiedade toma conta dele: *“mais meia hora”* de espera *“pernas doendo”*, *“claustrofobia”*, *“acendi mais um cigarro”*.¹⁸⁷

Enquanto pensava surge à sua frente o Opala azul que trazia o embaixador seqüestrado. Era preciso efetivar a troca de carros com rapidez e precisão, e colocar o embaixador no caixote; *“num piscar de olhos abrimos as portas laterais da kombi”*.

Três foram os carros que usaram, a kombi, havia sido escolhida para transportar o embaixador para o esconderijo, uma vez que facilitava montar *“um cenário de mudança”*, para não levantar suspeitas no bairro: *“Um caixote de madeira, mesinhas, umas cadeiras de armar e dois tapetinhos enrolados.”*¹⁸⁸ O caixote serviria para transportar o embaixador até a chegada na casa/esconderijo.

*“A kombi não podia ser vista naquele beco escuro e, depois, a entrada do caixote no aparelho tinha que ser muito discreta. Durante alguns dias tudo dependia da casa não ser localizada. Porque dali não haveria recuo...”*¹⁸⁹

Nesse momento a narrativa assemelha-se à de Gabeira, isto é, também Syrkis enfatiza a noção rápida do tempo. Sem dúvida a precisão no ritmo, a agilidade de raciocínio e ação eram condições de sucesso do seqüestro.

¹⁸⁶ Ibidem. p. 172.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 172.

¹⁸⁸ Ibidem. p. 167.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 171.

O texto registra a emoção do diplomata, “*olhos míopes e assustados*”, que, sem alternativa, obedece aos comandos que lhe eram impostos: “*Para dentro, por favor. É uma viagem curta, logo chegaremos numa casa. O senhor será bem tratado.*”¹⁹⁰

Primeiro uma ordem “*para dentro*”, depois o tom educado “*por favor*”, “*o senhor será bem tratado*”. A dubiedade desse ato de fala mostra a ambivalência da ação: de um lado, a coerção, do outro, o tom civilizado, gentil.

Syrkis mostra-se preocupado com o traslado do embaixador, recolhido em um caixote na parte traseira da kombi:

*“Imóvel, silencioso, nem parecia respirar. E se tivesse um enfarte? Nova preocupação me assaltou. Do levantamento constava uma robusta saúde germânica. Mas coração nunca se sabe...”*¹⁹¹

Dúvidas dessa natureza demonstram a preocupação de que todos saíssem com vida: o embaixador, os presos e eles mesmos, os militantes. Mas, principalmente, demonstra a consciência que tinham de que a posse do embaixador era expressão máxima de poder.

Também Bacuri, chefe da operação, demonstrava suas emoções e as do grupo ao dar ordens enérgico:

“-Vam’bora Onório! Guia com atenção rapaz, não precisa correr! Você aí, senta no chão direito, não olha prá fora e dá assistência ao homem!

*- Calma rapaz, calma... Era o Bacuri tentando serenar os nervos de Onório e prevenir maiores cagadas.”*¹⁹²

Esses atos de fala expressam a força ilocutiva do mando, que ao exigir atenção, disciplina, calma, ordena para que o sucesso da ação seja alcançado.

¹⁹⁰ “Inside please. Its just a short trip, soon will reach a house. You are joing to be well tread.” Ibidem. p. 173.

¹⁹¹ Ibidem. p. 174.

*“Mas nossa lata de horrores não capotou e Onório ultrapassou o ônibus e seguiu em frente desabalado. Crispei o cabo do 38 e tentei pensar em Tânia, numa trepada na praia, prá afastar o medo, intenso, desintegrar toda aquela tensão retesada, retorcida no peito.”*¹⁹³

A narrativa registra a mescla de sentimentos e emoções, vividas por Syrkis na situação de traslado do embaixador: *tensão, medo, agitação, desconfiança, preocupação*; assim, para aliviar a tensão e afastar o medo intenso, só mesmo pensando no jogo da Copa do Mundo de 1970, e nas horas de amor na praia, ou mesmo nas brincadeiras com colegas. É assim *“que rindo e falando alto, fomos cuidar do resto da mudança”*.¹⁹⁴

A rapidez dos gestos, das ações e do raciocínio também são registrados como condição de sucesso do seqüestro: ao chegar na casa era necessário agilidade *“num abrir e fechar de olhos o depositamos [o caixote] na sala de entrada”*.¹⁹⁵ também foi que *“num piscar de olhos abrimos as portas laterais da kombi”*.¹⁹⁶

A passagem do tempo é percebida como rápida, mas também como um tempo que se arrasta: *“Olhei o relógio. Fazia apenas 10 minutos que entramos. Pareciam horas. Era a antecipação do que prometia ser aquilo em matéria de espera.”*¹⁹⁷

Essa noção de tempo morosa será constantemente registrada por Syrkis na narrativa do seqüestro do embaixador suíço.

Syrkis avalia como perfeita a chegada na casa onde ficaria escondido o embaixador:

“Não sei se algum vizinho presenciou nosso teatro [...]”

¹⁹² Ibidem. p. 173.

¹⁹³ Ibidem. p. 174.

¹⁹⁴ Ibidem. p. 175.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 175.

¹⁹⁶ Ibidem. p. 172.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 177.

- *Olha as cadeiras. Pegai a mesa e o tapete. Cuidado com o abajur!*”¹⁹⁸

O cenário do teatro estava montado. A encenação fazia parte da condição de sucesso do seqüestro. A mudança estava concluída. Agora era a vez de iniciar as negociações com o governo militar.

Já instalados na casa/esconderijo, a emoção pode transvazar:

*“Acabou meu turno de guarda, e fui para o dormitório (...). Deitei na outra cama. Sentia frio e toda fadiga daquele dia, chapada no corpo, mas a cuca febril continuava aos pinotes. Fiquei muito tempo olhando o teto escuro, infinito. O pensamento virando sonhos e uma esperança preciosa palpitando no peito. Ia dar certo.”*¹⁹⁹

O texto na primeira pessoa descreve as emoções do narrador, que a um só tempo sentia “frio”, “fadiga”, “cuca febril”, palpitação e “esperança”. Syrkis mergulhado nas emoções deixa a esperança tomar conta de seu pensamento alimentando seu sonho. “Ia dar certo”.

A narrativa registra a aprendizagem do grupo com os seqüestros dos diplomatas americano e japonês; até a escolha dos carros é feita a partir da montagem do cenário de mudança, cuidadosamente planejado pelos seqüestradores. Sabiam que não poderiam ter falhas na escolha da casa-esconderijo. Caso isso acontecesse, certamente a repressão agiria de forma brutal contra todo o grupo. Aprimoram o treinamento militar, extravasam as emoções, mas conjugam essa atitude com obediência total às ordens do chefe da operação. São rápidos e precisos nos gestos. Estrategicamente foram perfeitos no seqüestro do embaixador, demonstram a aprendizagem do cálculo preciso alicerçando a audácia política do gesto.

¹⁹⁸ Ibidem. p. 175.

3.2 - A justificativa da ação

“Não é necessário? Então quem vai salvar a pele dos nossos companheiros que estão sendo massacrados na prisão?”²⁰⁰

Hannah Arendt afirma que a violência *“como todos os meios, está sempre à procura de orientação e justificativas pelo fim que busca, que se encontra no futuro”*.²⁰¹

Percebo que no seqüestro do embaixador americano a violência era justificada pelos militantes, pelo fim revolucionário a ser atingido no futuro. Percebo também que, à medida que a repressão se impõe, esse futuro fica tão distante que passa a ser apenas algumas vezes mencionado. Desse modo, o grande fim almejado - a revolução - não serve mais como justificativa da violência, que acaba sendo buscada, cada vez mais, nas necessidades do momento, restringindo-se à liberdade dos companheiros presos.

A narrativa de Syrkis sinaliza a esse respeito. Para ele, que já no instante dos dois seqüestros tinha dúvidas quanto à oportunidade do momento para se fazer a revolução, a justificativa registrada no texto se resume na libertação dos companheiros ameaçados de morte. Para Syrkis o futuro se esvai e a única chance que lhe resta é a de se agarrar à restrita possibilidade do presente: a de resgatar companheiros presos.

O valor moral que está por trás de tudo isso é o do compromisso com amigos que, ameaçados de morte pela tortura, coloca a imperiosa defesa do direito à vida.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 178.

²⁰⁰ Ibidem. p. 183.

²⁰¹ ARENDT, Hannah. Da violência. Brasília: UNB, 1985. p. 28.

São muitos os matizes que justificam as ações revolucionárias. No primeiro plano podemos identificar a noção de revidar, de vingar as ações do imperialismo no continente latino, imperialismo que explorava e financiava golpes militares. Assim é que, ao registrar impressões sobre o seqüestro do embaixador americano, Syrkis afirma: *“Os americanos tinham ajudado o golpe em 1964, mandado os seus Dom Mitriones adestrar a repressão. Agora pagavam.”*²⁰²

Ele desenvolve o mesmo raciocínio para o embaixador alemão. Como vimos, na sua opinião, a Alemanha aplicava considerável montante de capital no Brasil, tinha interesse em manter boas relações com o país; Syrkis avalia que o perfil humanista e social-democrata do líder alemão Brandt seria também um dado importante a considerar. Assim, esses dois fatores, certamente, pesariam para que os alemães pressionassem o governo militar brasileiro para se comprometer a resgatar o embaixador vivo.

E também como foi visto o seqüestro se justificava, *“sobretudo, para libertar os nossos presos. Essa era a grande prioridade.”*²⁰³

*“Ele [Juvenal] explicou que faríamos uma ação de troca de prisioneiros. Um peixe por 50 presos. Outra semelhante seria levada a cabo no sul do país. Íamos pedir 100 ao todo. Arrancar 100 companheiros dos cárceres e das salas de tortura. Os olhos de Juvenal brilhavam de satisfação.”*²⁰⁴

O seqüestro era também uma forma de vingar companheiros mortos:

“-Vamos juntar tudo e formar um só comando Juarez de Brito, com esse nome vai dar o que falar. É a única forma de vingar o

²⁰² Ibidem. p. 115.

²⁰³ Ibidem. p. 146.

²⁰⁴ Ibidem. p. 146.

Juvenal. O professor, velho de guerra. Seguir com a sua luta. Tirar os presos da cadeia.”²⁰⁵

Com o seqüestro, havia a possibilidade real de resgatar companheiros que estavam sendo torturados barbaramente, salvar-lhes a vida e impedir que, sob tortura, abrissem informações vitais relativas à organização. Os valores da amizade, da vida e da fidelidade à organização estão expressos no texto.

“Isso era mais urgente. Alguns ainda retinham informações vitais que podiam levar a novas quedas em áreas de simpatizantes e outros esquemas ainda intatos como o milhão e tanto de dólares do cofre do Adhemar. Com a morte de Juvenal perdemos o contato com a grana. Alguns companheiros já estavam quase mortos, depois de quase um mês de torturas ininterruptas. Mesmo sobre os presos mais antigos pesavam ameaças terríveis. Constantemente eram requisicionados para novas torturas.

Por outro lado sabíamos que estavam sendo acondicionados, no interior do Estado de São Paulo e do Estado do Rio, sítios especiais, distantes do mundo, para a lenta eliminação de seres humanos. Não mais a tortura “comum”, pau de arara, choque, afogamento e porrada. Coisas gênero arrancar olho, cortar orelha, castrar, fazer morrer devagarinho.

Era preciso agir rápido e seguro. Deixar balanços históricos prá depois.”²⁰⁶

Esses são argumentos decisivos para Syrkis. Diante da possibilidade de resgatar companheiros ameaçados de morte sob tortura, as dúvidas em relação à oportunidade histórica das ações de guerrilha se dissipavam. A vontade pessoal de tirar passaporte e deixar o país ficava para ser realizada depois: *“Ainda havia possibilidade de lutar, de fazer alguma coisa. Valia a pena trocar o passaporte pelos nossos companheiros*

²⁰⁵ Refere-se à fundação da Unidade de Combate Juarez Guimarães de Brito, “sociólogo mineiro, militante veterano de antes de 1964. Ativista nas Ligas Camponesas, intelectual da Polop, depois fundador da COLINA.” Ibidem. p. 162.

²⁰⁶ Ibidem. p. 164.

presos”.²⁰⁷ A solidariedade do militante supera o desejo individual da liberdade.

Nesse texto relativo ao dia do seqüestro, constato que Syrkis encontra na liberdade dos companheiros a motivação para participar da ação:

*“É hoje, de qualquer maneira. Ou vai ou racha. Hoje de qualquer maneira. A excitação e o medo misturavam-se sob o meu nervosismo controlado. Pensava nos companheiros presos e me sentia cem por cento decidido.”*²⁰⁸

Logo após instalar Von Holleben no quarto, Syrkis estabelece com ele um diálogo, e novamente fica explícito o objetivo de salvar os presos políticos: *“Logo vamos lhe explicar quais são as nossas exigências. Tudo depende da ditadura brasileira, estamos seguros que vão soltar os prisioneiros, como nos dois casos precedentes.”*²⁰⁹

As exigências feitas pelos guerrilheiros eram a liberdade de quarenta presos políticos e a publicação do manifesto. A narrativa explicita que o método usado, o seqüestro, apesar de violento, era a única forma que tinham de se contrapor à violência da ditadura e salvar os companheiros ameaçados pela tortura.

*“Olha, nós não gostamos deste tipo de método, mas, é o único jeito de salvar nossos presos políticos... o senhor sabe muito bem que estão sofrendo toda espécie de tortura, alguns deles vão ser assassinados. É a única maneira de salvá-los.”*²¹⁰

A narrativa demarca a diferença no trato dos prisioneiros. A ditadura agride, mutila e comete assassinato. A guerrilha busca tratar com dignidade seus prisioneiros.

²⁰⁷ Ibidem. p. 164.

²⁰⁸ Ibidem. p. 167.

²⁰⁹ Alusão aos seqüestros do embaixador americano e do embaixador do Japão. Ibidem. p. 175.

²¹⁰ Ibidem. p. 176.

A ação de seqüestro é movida por muitos interesses políticos: o de vingar a morte de companheiros, as ações do imperialismo que explora e financia golpes no continente latino; o interesse em resgatar companheiros - presos políticos - impedindo que sob tortura transmitissem aos órgãos repressivos informações sobre a vida das organizações. Esses interesses fundamentam os argumentos políticos da esquerda, quando justifica a tática de seqüestro.

Somada à justificativa política situo outra de natureza ético-moral - o valor da fidelidade à organização, da amizade e da defesa da vida de quem, na prisão, tinha a vida ameaçada pela tortura. Esses valores explicam as expressões de Syrkis: *“valia a pena trocar o passaporte pelos nossos companheiros presos”, “alguém tinha de seguir na luta”, “dar exemplo”*, os balanços históricos ficariam para depois.

São os valores da amizade, da liberdade e da defesa da vida, somados ao compromisso político com a luta revolucionária, que nutrem a decisão de Syrkis nessa situação-limite: *“Pensava nos companheiros presos e me sentia cem por cento decidido”*.

Na justificativa do seqüestro do embaixador alemão encontro sinais da aprendizagem de valores de natureza política e ético-moral próprios da autonomia.

3.3 - As relações entre os atores/sujeitos políticos envolvidos na ação

A relação com o grupo de companheiros

“Como julgá-los? Como acusar fulano de traidor? [Se] até ontem era um grande quadro.”²¹¹

²¹¹ Ibidem, p. 128.

Juvenal, “*olhos brilhantes de satisfação*”, avaliava as possibilidades de, no seqüestro do embaixador, resgatar cinquenta presos políticos; Syrkis “*sonhava libertar*” vários companheiros - “*o pessoal de Minas, o de São Paulo, da velha VPR, os companheiros da ALN do Mariga, a patota universitária do Rio*”.²¹² O texto registra a prisão de companheiros no Rio - Vera Sílvia, Zélio e Daniel. Registra, ainda, que “*semanas antes, em São Paulo, outro quadro importante do MR-8, o Fernando Gabeira [tinha sido], gravemente ferido na hora da prisão*”.²¹³

A narrativa denota que a cada semana que passava, ficava mais trágica a situação da esquerda. Muitas eram as prisões. As organizações clandestinas tinham reduzido seus quadros.

*“- Companheiros, aconteceu uma coisa incrível. Faz dois anos que tá todo mundo caindo em volta de mim e sempre me safo não sei como nem porque. Embora eu tenha sempre a certeza que vou cair, mais dia menos dia. Vou morrer no pau. Mas a coisa curiosa não é isso não. É que tendo caído o Comando Nacional da VPR, com exceção do Lamarca [...] tendo morrido Juvenal, tendo caído o Roberto Gordo, Comandante da Lucas [...] me vejo na ingloria tarefa de assumir provisoriamente o comando dessa organização. [...] Eu sou um cara despreparado demais da conta, pr'esse negócio de comando. Mas sobreí, eu.”*²¹⁴

Esse ato de fala de Daniel evidencia que não se tinha mais tanto entusiasmo para a luta como antes; de um lado, a certeza da morte na tortura, a queda de muitos companheiros; de outro, a constatação do despreparo para assumir a direção da organização. Somando-se a isso a avaliação de que assumir o comando da organização nessas circunstâncias era tarefa “*inglória*”. Cabe registrar que a percepção do “*despreparo*” pessoal e do grupo está também presente na narrativa de Gabeira.

Diferente de Alex que se mostrava “*cheio de disposições heróicas*”, Syrkis tinha dúvidas quanto à oportunidade de permanecer no

²¹² Ibidem. p. 146.

²¹³ Ibidem. p. 146.

Brasil, já avaliava que a guerrilha era a grande perdedora naquela conjuntura. Buscava no reencontro com Daniel e Alex ânimo para continuar a luta:

“Eu continuava com a mesma dúvida encravada, mas o gosto do reencontro, dos folclores guerrilheiros, a demonstração que ainda não tinham acabado com a gente, que ainda sobrávamos uns tantos quantos gatos pingados rebeldes. Íamos recontar o que sobrara do comando Lucas e juntar tudo numa só “Unidade de Combate, Juarez Guimarães de Brito.” ²¹⁵

Syrkis avaliava que do ponto de vista militar fazia sentido “fundar um só comando”, pois ainda possuíam “mais de dez combatentes, quase todos com experiência de ações armadas no Rio e São Paulo,” contavam com simpatizantes da luta armada e tinham ainda um grupo de operários. A narrativa explícita como a esquerda já se encontrava aniquilada pelas forças repressivas. É assim que contavam apenas com

“um simpatizante da velha patota da COSEC nos passara um ponto com Cavalo e Careca, dois salva-vidas que tinham já trabalhado com o antigo MR-8, e ficando sem contato após a destruição daquela organização.” ²¹⁶

Era essa a situação política. Recontatavam um aqui, outro ali, membro da própria organização ou das organizações “co-irmãs da frente armada” para continuar a luta, que se restringia a fazer levantamento de finanças para, então, tentar resgatar os companheiros presos.

Nas prisões as torturas eram constantes e cada vez mais bárbaras. Por isso é que Syrkis avaliava ser “preciso agir rápido e seguro. Deixar balanços históricos prá depois”, ²¹⁷ pois “ainda havia possibilidade de lutar, de fazer alguma coisa. Valia a pena trocar o passaporte pelos nossos companheiros presos. Alguém tinha que seguir na luta. Dar o exemplo.” ²¹⁸

²¹⁴ Ibidem. p. 161.

²¹⁵ Ibidem. p. 162.

²¹⁶ O texto refere-se ao Comando Secundarista (COSEC). Ibidem. p. 162.

²¹⁷ Ibidem. p. 164.

²¹⁸ Ibidem. p. 164.

“Dar o exemplo”, era essa a pregação moral feita por Daniel a Syrkis. Se o momento não era oportuno para a mudança radical da sociedade, era oportuno, moralmente correto, fazer tudo para retirar os companheiros da prisão, da tortura, da real possibilidade da morte. É nesse sentido que Syrkis julgava valer “a pena trocar o passaporte pelos nossos companheiros presos”.

O texto registra também as desavenças internas entre os membros da organização, os afetos e desafetos nas relações entre os militantes. Syrkis comenta sobre os companheiros que participaram com ele do seqüestro do embaixador alemão:

“Onório eu conhecia desde a época das assembléias da AMES. Era um dos secundaristas do PCBR com os quais tínhamos intermináveis polêmicas, plenário adentro. Não perdera o jeito meio anal, nem aquela ânsia compulsiva de auto-afirmação, que tropeça cruelmente na sua tão patente fragilidade.

Tinha, como eu, 19 anos. A mesma imaturidade e inexperiência, faltava-lhe aquele mínimo de formação intelectual, prá absorver e racionalizar melhor as coisas. Parecia não se fazer perguntas, nunca.

Politicamente era um desastre. Via o país em franca conflagração revolucionária, prestes a explodir. Fazer revolução era sair por aí queimando milicos na rua.

Entrara para a organização, há pouco, juntamente com outro companheiro, originário do PCBR, o Van. Desde o início tivemos um mau relacionamento e constantes atritos de tipo machista.”²¹⁹

A discussão de Syrkis com Onório no momento do seqüestro do embaixador é prova disso:

“Ele cismava que a metralhadora Thompson devia permanecer debaixo do seu banco de chofer, só ele podia usar.

- A bichinha fica comigo.

²¹⁹ O texto refere-se à Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES). Ibidem. p. 167.

- E se der bode o que acontece? Você acelera a kombi, simultaneamente mira no olho do cu e aperta o gatilho com o dedão do pé? Essa porra é pra usar...

Onório me mandou à merda. Aquilo era como um totem para ele, um símbolo fálico. Ivan entrou cortante na discussão:

- Calaboca os dois! Fico eu com ela até chegar o comandante da ação, aí passo para ele.

E a Thompson 45, sem cabo, pivot daquele barulhento conflito de autoridade, andou uns trinta centímetros prá direita, sob o assento da frente.”²²⁰

“Fiquei alarmado com o fato dele ser o chofer da kombi do transbordo, missão vital da qual dependia a chegada segura e a entrada discreta no aparelho, com o peixão a bordo.”²²¹

Ivan vinha do antigo comando Lucas, agora integrado junto com o nosso na UC, Juarez de Brito. Originário da antiga VPR, de São Paulo, era filho de uma família operária de Osasco.”²²²

Valentão, arrojado e cheio de si, desprezava abertamente os quadros de origem pequeno-burguesa afirmando a sua origem de classe. Embora tivesse entrado prá organização do colégio secundário, sem passar pela produção, reivindicava orgulhoso a sua condição operária.

Em termos de análise da conjuntura, abraçava sempre as teses mais voluntaristas, revolução para ele era uma questão de culhões. Na onda de quedas de início de 69, em São Paulo ele foi preso através do irmão. Levou choque elétrico e porrada, mas acabou sendo solto, pois convenceu-os que mantinha apenas laços familiares com o mesmo e que este o dedara transtornado pelas torturas. Como não houvesse nada mais a incriminá-lo foi solto.”²²³

A avaliação era dura. Antipatias pessoais eram claras, discordâncias políticas também ficam evidenciadas. O relacionamento pouco amistoso faz parte do cenário dos dois seqüestros narrados - o de Von Holleben e de Bucher.

²²⁰ Ibidem. p. 171.

²²¹ Ibidem. p. 167.

²²² O texto refere-se à Unidade de Comando (UC) Juarez de Brito. Ibidem. p. 168.

²²³ Ibidem. p. 168.

Syrkis aponta em Onório a necessidade compulsiva de se auto-afirmar, a sua pouca capacidade crítica, o que o impedia de elaborar avaliações políticas pertinentes aos desafios daquela conjuntura, somando-se a esses traços o de *“machista”*, que parece, também Syrkis cultivava. Ele mostra desconfiança na competência de Onório para desempenhar as funções designadas pelo grupo no momento do seqüestro: *“Fiquei alarmado com o fato de ser ele o chofer da kombi”*. Descreve Ivan como *“valentão”* e *“cheio de si”*. Neste texto, Syrkis, como Gabeira, aponta o valor atribuído pelo grupo àqueles companheiros de origem operária, bem como a desconsideração daqueles membros de origem pequeno-burguesa.

Se, de um lado Syrkis considerava os companheiros de forma pouco valorativa, de outro, recebia em troca o mesmo tipo duro de avaliação de sua personalidade - vacilante, pequeno-burguês-liberal, subjetivista, indisciplinado e mal formado ideologicamente. Esse era o olhar avaliativo dos companheiros percebido por Syrkis, em relação a si próprio e à sua conduta.

Indicado por Toledo, Bacuri *“deveria chefiar militarmente a operação”*, Milton, outro participante do seqüestro *“era um antigo cabo do exército”*, e havia sido também indicado por Toledo. Syrkis nutria admiração por eles; nesse texto expressa o valor atribuído a Bacuri:

*“Bacuri era um dos mais façanhudos. Já se safara de várias situações incríveis, inclusive um bloqueio de rua da OBAN, abrindo caminho à bala. Vivia bolando golpes de guerra psicológica, gênero telefonar pro DOPS denunciando um assalto a banco por terroristas fardados de PM e depois ligar prá PM dando o alarma da ação promovida por falsos policiais à paisana. Mais de uma vez a coisa acabara em tremenda balaceira entre os homis de gatilho fácil. Bacuri tinha mais de uma morte nas costas e estava jurado pela repressão.”*²²⁴

²²⁴ O texto refere-se à Operação Bandeirantes (OBAN), ao DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS) e a Polícia Militar (PM). Ibidem. p. 169.

Enquanto o MR-8 e a ALN decidiram o nome dos presos a serem libertados sem muita polêmica, no seqüestro do embaixador americano, isso não aconteceu entre os membros da VPR e ALN no seqüestro do diplomata alemão, assim as desavenças políticas ficaram evidenciadas ao listarem os quarenta presos que seriam libertados.

“Quanta polêmica, quanta briga, causara aquela lauda de papel fino, com 40 nomes datilografados. Houve várias propostas de lista. Uma vinda de São Paulo, duas elaboradas no Rio, a lista velha de abril. As discussões sobre critérios eram intrincadíssimas.

Acabou havendo muito pouco critérios. No entanto, dado o caos, o pouco contato com os companheiros presos, o clima de mitos e os sectarismos existentes na esquerda, os amiguismos e os inamiguismos individuais reinantes, duvido que se pudesse elaborar uma lista melhor.

Pedíamos todos os militantes da VPR caídos em abril, menos Lourenço e Januário.”²²⁵

A inclusão e a exclusão da lista deixa perceber o tipo de moralidade própria do grupo: Lourenço não foi incluído porque teve o que os militantes consideravam um “*péssimo comportamento*” na prisão. “*Entregou tudo que sabia e colaborou no interrogatório dos outros presos, num nível pior do que a simples quebra momentânea, diante do terror. De maneira continuada. Era considerado traidor.*”²²⁶ Traição à causa, aos companheiros. Isso na opinião de Syrkis e do grupo era imperdoável.

Quem participava diretamente do seqüestro, no caso a VPR e ALN, fazia a maior parte das indicações dos nomes para a soltura. A lista continha os nomes dos militantes do MR-8 que haviam seqüestrado o embaixador Elbrick: Fernando Gabeira, Vera Sílvia, Daniel e Cid, Syrkis comenta “*um lapso imperdoável*”, a não-inclusão de Cláudio Torres, que também participara do seqüestro; do PCBR, reivindicavam a libertação de Apolônio de Carvalho, “*figura lendária*”, “*ex-combatente da guerra da*

²²⁵ Ibidem. p. 188.

²²⁶ Ibidem. p. 188.

*Espanha e da resistência francesa”; do COLINA, “Ângelo Pezzuti e seus companheiros do primeiro GTA de Belo Horizonte”.*²²⁷

Os jornais apresentavam os presos políticos, na visão de Syrkis, como *“monstros sanguinários”, “bestas assassinas”, “facínoras da pior espécie”*. Segundo o narrador, o próprio embaixador Von Holleben teceu críticas ao tratamento dado pela imprensa brasileira aos presos políticos: *“Essa imprensa é muito tendenciosa, devia mostrar também o outro lado das coisas”*, demonstrando concordar com os militantes na avaliação que faziam da imprensa brasileira.

Syrkis registra sua indignação contra a falta de planejamento da organização no momento da soltura do embaixador. Os presos já tinham chegado a seu destino e faltava apenas libertar o refém, mas a organização ficou sem transporte, pois a kombi havia sido rebocada por policiais.

Syrkis expõe assim sua opinião:

“- Porra, não podemos ficar mais dois dias com o homem! Pega mal na opinião pública, que por muito menos já tá sendo intoxicada contra nós pela imprensa. Além disso o sujeito não merece. Não dá mais pra ficar nesta merda deste aparelho. Chega! Terminamos a ação, agora temos que promover a retirada, segura. Tem muita coisa pela frente. Que porra de planejamento de ação é esse que não prepara nem um carro alternativo! Bosta de artesanismo! Somos uns guerrilheiros de merda!

- O que? Então você quer evacuar o aparelho e deixá-lo aqui? Isso é que você quer? Desmoralização? Que que foi porra, tá vacilando, tá?

Seus olhos negros faiscavam de desprezo e desafios.

- Não propus isso. Vai tomar no cu, que não foi isso que propus! Tem outra alternativa. Segundo você mesmo disse outro dia, depois das dez, o bairro fica deserto, ainda mais que tá chovendo. Fazemos ele vestir o velho macacão de mecânico que temos aí. Leva o terno embrulhado na bolsa. Pegamos o ônibus que passa

²²⁷ Ibidem. p. 189.

quase vazio, andamos dois ou três pontos com ele, saltamos. Ele continua até o ponto final, desce e aí toma um táxi. Acho que podemos obter dele o compromisso de não dizer que veio de ônibus. Dizer que o deixamos ali de carro. O cara tá louco prá sair, tou seguro que vai topar.

Ele ficou calado, pensando, depois retrucou:

- Só em último caso. Se não se arranjar um carro, talvez a gente faça isso. Agora vai dar assistência ao homem.”²²⁸

A crítica de Syrkis à organização é explícita, faz um alerta para a sua fragilidade e para o desgaste político perante a opinião pública, alega que o embaixador não “merece”, demonstrando ter consciência do valor do diplomata como pessoa.

Segundo um dos companheiros, soltar o embaixador nas condições propostas por Syrkis seria “desmoralização”. Parece-nos, também, ser ingênua a avaliação de que “acho que podemos obter dele o compromisso de não dizer que veio de ônibus”.

O texto demonstra as condições precárias em que as organizações se encontravam. Registra as brigas internas entre os militantes, bem como os valores morais que embasavam as ações do grupo: como ficaria a moral do aparelho se soltassem o embaixador de ônibus? Por outro lado, o embaixador não merecia ser vítima do não-profissionalismo da organização, “seria desumano” na opinião de Syrkis. Por tudo isso, a constatação do desgaste frente à opinião pública.

Na narrativa de Syrkis encontramos pistas de que os participantes da guerrilha julgavam-na a grande perdedora no confronto com a ditadura. Os militantes constatavam, ainda, a precariedade de material e de quadros com que contavam; na realidade demonstravam menor entusiasmo com a luta de resistência ao regime.

²²⁸ Ibidem. p. 193.

Na narrativa percebo indícios de que a relação entre os companheiros no grupo tinha feição heterônoma: egocentrismo, unilateralidade de opiniões, ordens estabelecidas autoritariamente.

A presença forte do embaixador Von Holleben

“Dormiu bem?”

“Por que não me deixam ir embora?”²²⁹

Dos três embaixadores seqüestrados, Von Holleben é o que a narrativa registra como sendo o mais rebelde, crítico e, diria mesmo, reivindicativo. A relação dos seqüestradores com ele é tensa denotando, de um lado, o tom reivindicativo do embaixador, e do outro lado, a sua disposição para o diálogo. Ao mesmo tempo que denuncia que foi vítima de violência, é capaz de confessar que se aparecesse uma oportunidade, certamente teria fugido; faz questão de ressaltar que é defensor dos direitos humanos e contra a violência e o nacionalismo. Nos momentos de diálogo com os seqüestradores se dispõe a divulgar o *Documento de Linhares*, contendo denúncias sobre a tortura no Brasil. Segundo Syrkis, Von Holleben mostra-se confiante no empenho dos governantes de seu país para libertá-lo.

No momento do seqüestro, o narrador o descreve como *“um senhor muito comprido de terno cinza em desalinho e olhos míopes assustados”*,²³⁰ e mostra-se preocupado, com medo de que tudo desse errado:

“Não se preocupe. Está tudo OK. Estamos quase chegando. Quase.”²³¹

²²⁹ Ibidem. p. 179-194.

²³⁰ Ibidem. p. 173.

²³¹ Ibidem. p. 174.

*O senhor pode sair da caixa e se acomodar. Ali está o seu quarto, sua cama. O pior já passou. Pedimos desculpas pela viagem dentro do caixote, mas, era o sistema mais seguro. Logo vamos lhe explicar quais são as nossas exigências. Tudo depende da Ditadura brasileira, estamos seguros que vão soltar os prisioneiros, como nos dois casos precedentes.”*²³²

“Por favor”, “desculpas”, “não se preocupe”, “está tudo OK”... estas são expressões que denotam a ambigüidade da relação entre Syrkis e o embaixador. A fala “educada” é acompanhada de uma ordem “pra dentro” e de “exigências” que serão feitas. Ao mesmo tempo que se dizem “seguros” de que vão soltar os prisioneiros, essa segurança se esvai pois “tudo depende” da ditadura. A situação é paradoxal, seqüestram uma pessoa e “pedem desculpas”, dizem que está tudo bem!

A exigência política é explicitada para o embaixador - soltar os prisioneiros! A ela o diplomata pondera: “Estou seguro de que meu governo agirá como necessário. Quanto às autoridades brasileiras, espero que ajam como no caso de Elbrick”.²³³ Syrkis afirma ter também a mesma esperança que ele, ou seja, de que a ditadura negocie a liberdade dos presos políticos em troca da liberdade do embaixador. E completa:

“- Olhe, nós não gostamos desse tipo de método mas, é o único jeito de salvar nossos presos políticos... O senhor sabe muito bem que estão sofrendo toda espécie de tortura, alguns deles vão ser assassinados. É a única maneira de salvá-las.

- Não aprovo torturas! Já escrevi relatórios para o meu governo sobre direitos humanos no seu país. Até discuti, informalmente, este assunto com o Chanceler Gibson. Ele admitiu que houve maus tratos, mas, apenas em casos isolados...

*- Isso é mentira! A tortura é uma instituição no nosso país, não um caso isolado. O senhor quer ver algumas cartas escritas por presos políticos?”*²³⁴

²³² Ibidem. p. 175.

²³³ Ibidem. p. 175.

²³⁴ Ibidem. p. 176.

Apesar de não gostarem “*desse tipo de método*” o seqüestro é justificado como única forma de salvar os companheiros “*da tortura*”, de “*serem assassinados*”. Contra a violência, a violência!

Novamente nos deparamos com o paradoxo registrado na narrativa de Gabeira: condenam a violência, mas a usam como meio para obter o fim almejado! Outra questão importante a se pensar é o uso da mentira. Denunciam a mentira do chanceler sobre as torturas, mas “*a cena*”, “*o teatro*” da casa é para eles meio para obter a segurança que precisam para conseguirem libertar os companheiros presos.

A situação é paradoxal. Se de um lado a ditadura fecha todos os espaços públicos impedindo as oposições de manifestarem, livremente, suas idéias e de agirem, politicamente, em consonância com elas, ela elege a violência como seu meio mais eficaz de ação e mente sobre a conseqüência advinda dessa escolha - a tortura, a morte de cidadãos que contra ela manifestam seu direito político de desobediência civil. De outro lado, a esquerda, ao optar pela luta armada de resistência contra a violência das forças ditatoriais, também elege a violência como meio eficaz de ação e para se defender das arbitrariedades do regime, recorre à clandestinidade. Essa situação a faz confrontar com a mentira usada também como condição mesma da clandestinidade, justificada como única forma de se proteger. É assim que a esquerda vive o conflito entre fins nobres e meios definidos, apenas, pela eficácia. É difícil traçar a linha do horizonte entre ações políticas normativas justificadas pelas contingências e as ações políticas que desconsideram o campo moral colocado pelas necessidades históricas. Não podemos nos esquecer que a linha do horizonte é móvel, senão vejamos.

A preocupação com o bem-estar do embaixador contrasta com o ato do seqüestro em si:

“Na mesinha os óculos, a carteira e uns livros e revistas em inglês que tínhamos passado prá ele na véspera. Uma xícara de chá com uma rodela de limão amassada.”

“Dormiu bem?”²³⁵

No entanto, o embaixador é enfático em denunciar a violência de que fora vítima: *“Fazia questão de frisar que não tinha nada que ver com a guerra da gente, que sofrera uma violência injustificável.”²³⁶*

Os guerrilheiros buscavam justificar a ação contra-argumentando: essa era a única forma de salvar os companheiros, o imperialismo alemão, americano e japonês oprimia nosso povo *“como se fosse animal”* e tinha ganhos extraordinários, *“lucros fabulosos”, “super-lucros”* e se beneficiava da exploração:

“Brasileiro é como se fosse animal, só serve para produzir super-lucros prum punhado de multinacionais e bancos de merda, prá alimentar o super-consumo de minorias privilegiadas. Para garantir isso tudo é que existe esse regime. Os capitais alemães, assim como os americanos e os japoneses, tiram lucros fabulosos dessa situação.”²³⁷

Von Holleben também contra-argumentava:

“Se os trabalhadores são maltratados a culpa era dos brasileiros [...]. Sou um homem favorável à democracia, mas na América Latina, isso não é muito fácil... Nós estamos ajudando o país a desenvolver... Quem sabe um governo civil fosse melhor para o Brasil? [...] Não duvido da sinceridade do ideal dos senhores mas a violência e o extremismo não resolvem nada!”²³⁸

Diante do poder argumentativo do embaixador, Syrkis faz então a defesa da violência:

“Eu voltava à carga: muito obrigado pelo conselho, caro embaixador, mas pelos vistos resolve, sim. Foi pela violência que esse regime se impôs derrubando um governo constitucional, em

²³⁵ Ibidem. p. 179.

²³⁶ Ibidem. p. 180.

²³⁷ Ibidem. p. 180.

²³⁸ Ibidem. p. 181.

64. *É pela violência que tem se mantido nesses últimos seis anos. Foi pela violência que esmagou todo tipo de oposição pacífica, até a mais tímida. E foi aí que surgimos nós que dizemos: se a violência sempre resolveu pro lado deles, agora vai começar a resolver pro nosso! Pro lado do povo!*

E não adianta o senhor lavar as mãos. Insisto que o imperialismo alemão se beneficia da triste situação do nosso país. Os capitais, a tecnologia estão aí prá gerar lucros pros investidores, não prá ajudar no nosso desenvolvimento. A maioria do nosso povo está passando fome, precisa de comida, casa, escola, médico. Não precisa de automóvel, TV a cores, esses bens de luxo que as multinacionais produzem pros ricos do nosso país. Não precisamos. Os americanos, os japoneses e vocês posam de nossos amigos, mas são nossos exploradores. Apoiam a ditadura e espoliam nossas riquezas.”²³⁹

No diálogo de Syrkis com Von Holleben, fica explícita a identificação feita por ele de que “o lado do povo” é o “nosso” lado, ou seja, a vontade da guerrilha é expressão da vontade do povo; o lado “deles”, da ditadura, resolve seus problemas com violência e conclui que, se a violência resolveu para a ditadura, certamente resolverá para a guerrilha. “Vocês” alemães, americanos, japoneses são “nossos” exploradores, “apóiam a ditadura” e espoliam “nossas” riquezas. O pronome “nosso” engloba a guerrilha e o povo, o “vocês” e o “deles” são expressão da ditadura e do imperialismo, deixando clara a oposição entre os dois lados.

Von Holleben identifica na fala de Syrkis um “nacionalismo absurdo”: “Não há mais lugar para o nacionalismo no mundo moderno”.²⁴⁰

Na visão de Syrkis, Von Holleben era um

“quadro de alto nível. O corpo longo, ascético, sempre muito aprumado, a fala polida, mas incisiva e aquele seu jeitão de rir repuxado. Tratava os rebentos destes turbulentos povos tropicais, ao sul do Equador, com uma condescendente superioridade ariana. Com um desprezo mesclado de perplexidade.

²³⁹ Ibidem. p. 181.

²⁴⁰ Ibidem. p. 182.

Mas buscava constantemente o diálogo político. Queria entender, ver melhor nossas motivações, a própria situação brasileira, que confessava conhecer apenas de contatos formais com o governo, colônia alemã ou relatórios de gabinete. Não foi necessária muita discussão para eu chegar a certas conclusões sobre ele. Não era fascista, independente das convicções que pudesse ter tido 30 anos atrás, antes da guerra.

Era um liberal, elitista, avesso às tiranias e sensível às violações dos direitos humanos. De profissão advogado. Se interessou pelo problema das prisões, dos antros de tortura. Traduzi-lhe partes do documento de Linhares e ele pediu uma cópia para o governo alemão. Ficou sinceramente horrorizado pelas histórias dos porões do regime.

Eu não conseguia ver nele um inimigo real. Até me constrangia pensar que sofrera tamanho susto.”²⁴¹

Syrkis mostra-se sensível na percepção dos traços de personalidade de Von Holleben: sua “*fala [era] polida*”, “*mas incisiva*”, demonstrava “*condescendente superioridade ariana*”, “*desprezo mesclado de perplexidade*”, em relação ao grupo que o seqüestrara, e no dizer de Syrkis, num rompante de generosidade, em relação aos “*turbulentos povos tropicais*”.

É reconhecida sua disposição para o diálogo: “*buscava constantemente o diálogo político*”, “*queria entender*”, “*ver melhor nossas motivações*”, e também seu “*lado avesso às tiranias e sensível às violações dos direitos humanos*”. O embaixador concretiza em ato sua posição de defesa dos direitos humanos ao pedir uma cópia do *Documento de Linhares* para o governo alemão.

O convívio com o embaixador deixa perceber que ficava difícil seqüestrar e, se preciso, executar em nome da liberdade e da vida dos companheiros. Sem dúvida a atitude do embaixador, que busca o diálogo, o entendimento, que defende os direitos humanos, a democracia era um

²⁴¹ Ibidem. p. 182.

contra-senso, porque evidenciava o dilema a que estavam submetidos. Na realidade era como se violentassem um “aliado”.

Isso explica a angústia de Syrkis, a expectativa de um desfecho favorável:

*“Nem queria pensar nas conseqüências de uma negativa. Olhava prá ele pelos furinhos do capuz negro, com uma acabrunhada ansiedade. Só esperava que tudo não tivesse um fim macabro. Ele não merecia. Nem nós.”*²⁴²

Sim, para Syrkis eles mereciam a vida, a liberdade, o respeito! E não mereciam a morte, a prisão, a violação dos direitos humanos!

Em conversas com Syrkis, o embaixador “contava suas recordações de guerra”, cuja experiência o fez “chegar à conclusão que o nacionalismo e a violência eram ruim para o povo”. Fazia a defesa de “um mundo aberto à livre circulação de pessoas, idéias e capitais. Um mundo internacionalizado, onde a eficiência e a competência seria a mola mestra do desenvolvimento”.²⁴³

Syrkis buscava dar continuidade a esse raciocínio esmerando-se em recolocá-lo à luz de argumentos próprios, afirmando ser adepto da livre circulação de pessoas e idéias, “aliás essa operação vai permitir a livre circulação de 40 brasileiros”, e também registrava: “essa imprensa amordaçada, censurada e cúmplice foi obrigada a publicar o nosso manifesto, quando de hábito não publica sequer a mais tênue alusão crítica ao governo Médici”.²⁴⁴

Aqui registra-se que o termo “livre” é interpretado de forma ambígua por Syrkis: o seqüestro, meio da violência, permite a livre circulação de pessoas e obriga a publicação do manifesto pela imprensa. O

²⁴² Ibidem. p. 186.

²⁴³ Ibidem. p. 186.

²⁴⁴ Ibidem. p. 187.

uso da violência se justifica para se obter a liberdade dos companheiros e de idéias, ao mesmo tempo que impede a liberdade do embaixador.

Syrkis assim reinterpreta o que para o embaixador seria a livre circulação de capitais: *“se quer dizer que países como o Brasil, devem permitir que os capitais estrangeiros entrem, tomem conta do mercado, pilhem os recursos naturais, explorem o nosso povo e controlem os pontos vitais da economia, então é melhor que circulem pra fora daqui”*.²⁴⁵

A liberdade do capital estrangeiro é interpretada como algo que *“entra”, “toma conta”, “pilha”, “explora”, “controla”*, ou seja, imprime à fala de Von Holleben sentido oposto ao dado por ele ao termo livre circulação de capital. Assim Syrkis reafirma a posição nacionalista do grupo a que pertencia: *“então é melhor que circulem para fora daqui”*.

Penso ser interessante analisar o que, para Syrkis, implica a livre circulação de capitais: ele cobra regras para a entrada do capital estrangeiro, regras que respeitem os recursos naturais e o povo; não apresenta nenhum argumento de apropriação coletiva do capital, fundamento da economia socialista.

Em contrapartida, o embaixador acusava Syrkis de nacionalismo e assim se expressava:

*“O mundo mudou. A economia mundial agora está completamente internacionalizada. Até os países comunistas vivem dentro do mercado mundial capitalista. Todas formas de nacionalismo estão sendo abolidas do mundo moderno.”*²⁴⁶

A este argumento Syrkis rebatia: *“Ora sem essa... não se pode confundir duas formas inteiramente diferentes de nacionalismo”*.

A disposição para o diálogo esteve sempre presente na relação da maioria dos seqüestradores com o embaixador. Nas suas

²⁴⁵ Ibidem. p. 187.

²⁴⁶ Ibidem. p. 191.

diferenças políticas marcantes, procuravam polemizar a respeito da liberdade (de mercado, de pessoas, de idéias), entendiam-se com facilidade sobre a necessidade da democracia e do respeito aos direitos humanos.

É assim que, no momento de sua libertação, Von Holleben se dispõe a fazer chegar ao conhecimento do governo da Alemanha cópia do *Documento de Linhares* e uma carta dos seqüestradores para a ONU, a Cruz Vermelha Internacional e o governo alemão, propondo como trato *“renunciar a quaisquer futuros raptos de diplomatas, caso cesse a tortura nos porões do regime”*.²⁴⁷

Se por um lado, havia se estabelecido entre os seqüestradores e o embaixador um clima de diálogo e até de atenção pessoal a seus gostos:

*“No aparelho, o clima ficara bem distendido. Os outros também vieram conversar com ele, apenas Bacuri se mantinha reservado. Continuava suspeitando que o embaixador fosse nazista. Eu traduzia uns e outros, e aos poucos, von Holleben ia entendendo o que diziam Mané e Ivan. Helga se esmerava em cozinhar quitutes e fazer chás para o diplomata.”*²⁴⁸

Por outro lado, o embaixador e os guerrilheiros demarcavam bem as diferenças de opinião e de atitudes: essas diferenças pudemos constatar nos diálogos sobre tortura, nacionalismo, livre mercado e também em outras situações.

O embaixador era enfático ao denunciar a violência de que fora vítima: *“Não duvido da sinceridade das idéias dos senhores mas a violência e o extremismo não resolvem nada!”*²⁴⁹

Também não permitiu que os seqüestradores ficassem sem capuz à sua frente, como dizia Syrkis, *“as coisas no devido lugar”*.

²⁴⁷ Ibidem. p. 195.

²⁴⁸ Ibidem. p. 191.

²⁴⁹ Ibidem. p. 181.

“Bacuri entrou repentinamente no quarto. Cara descoberta, os cabelos negros revoltos e os olhos muito claros! Jeitão leonino. Partia do princípio que o diplomata já vira seu rosto durante a ação. Mas von Holleben virou-se para mim e reclamou, irritado:

*- Por que ele não está usando a sua máscara? Não quero ver rostos. Nada de rostos! Por favor!*²⁵⁰

Traduzi pro Bacuri que, surpreendido, saiu em busca do seu capuz negro e voltou coberto, apenas os olhos aparecendo pelos furinhos. As coisas no devido lugar.”

O embaixador é crítico e reivindica sua liberdade com firmeza, quando da demora em soltá-lo, no final da operação.

No momento da libertação do embaixador ocorre, no dizer dos seqüestradores, um problema técnico, pois não havia carro disponível para essa tarefa.

*“Acontece que o carro tardava. Lá pelo meio dia, voltou da rua Ivan com a notícia de que não havia carro, ainda. Expliquei o contratempo a von Holleben. Ficou irritadíssimo.”*²⁵¹

Expliquei novamente a situação ao diplomata que explodiu:

*- Vocês não podem fazer isso! Os 40 presos já estão em Argel. Exijo minha libertação imediata. Exijo minha libertação imediata!*²⁵²

Respondi que não era possível. Tivesse paciência, era questão de apenas mais um dia. Queríamos tanto quanto ele sair dessa situação. Mas ele não queria saber de nada e não se acalmava.”

A irritação do diplomata evidencia as desavenças pessoais e políticas entre Syrkis e Ivan, que ficarão acirradas no momento do terceiro seqüestro aqui relatado, o do embaixador suíço. Ivan acusava Syrkis de ser pouco enérgico no trato com o embaixador: *“- Culpa sua! Fica tratando o homem com paninhos quentes, é isso que dá! Tem que mostrar prá ele que*

²⁵⁰ Why isn't wearing his mask" I don't want to see faces! No faces, please! - A atitude do embaixador alemão é oposta ao do diplomata suíço, que fica aliviado quando os seqüestradores retiram o capuz deixando seus rostos livres para identificação. Ibidem. p. 182

²⁵¹ Ibidem. p. 192.

²⁵² You can't do this! The forty prisoners are already in Algeirs! I demand to be immediately released! Ibidem. p. 193.

*a gente não é moleque não. Dar uma dura. Ele tá fazendo a gente de moleque! Por causa de você!*²⁵³

Syrkis, perdido e dividido entre as críticas de Ivan e o comportamento reivindicativo e acusador de Von Holleben reage:

“Me sentia uma perfeita bola de pingue-pongue. De saco cheio resolvi acabar com aquilo. Voltei ao quarto e dei com o alemão em pé, junto à janela. Pedi pra ele se afastar dali. Ele se recusou e permaneceu imóvel, junto ao mosquitoireiro fino de plástico esverdeado que dava diretamente pro jardim.

Recuei até a porta, espichei o braço e suspendi da cadeira da sala o cinturão com a arma. Abotoei e puxei um pouco para fora a corronha do 38. Ele continuava imóvel, junto à janela.

*- Sente aí imediatamente! Ainda não acabou!*²⁵⁴

Minha voz soou ameaçadora pelo quarto.

Ele recuou devagar e voltou para o seu lugar meio lívido. Perguntou:

*- Por que você está armado! Você nunca entrou neste quarto com uma arma antes.*²⁵⁵

Realmente, eu costumava sempre tratar com ele desarmado. Por respeito ao prisioneiro e também pra não dar bobeira de arma na cintura num ambiente de conversa. O revólver, a Thompson e as duas bombas anarquistas eram mais úteis ali na cadeira da sala, junto à entrada.

*Por nenhuma razão especial. Respondi, envergonhado com o calibre do argumento do qual lançara mão.*²⁵⁶

*- Por que não me deixam ir embora? Posso encontrar meu caminho e prometo não dar nenhuma espécie de informação à polícia brasileira.*²⁵⁷

*[...] Lhe garanti novamente que até à noite do dia seguinte tudo estaria resolvido. Que era um simples problema técnico.”*²⁵⁸

²⁵³ Ibidem. p. 193.

²⁵⁴ Sit down immediately! Its not over yet. Ibidem. p. 194.

²⁵⁵ - Why are you wearing a gun? You never came with a gun to this room before. Ibidem. p.

²⁵⁶ For no special reason. Ibidem. p. 194.

²⁵⁷ - Why don't you simply let me go? I'll find me own way and I promise I won't give the brazilian police any sort of information. Ibidem. p. 194.

²⁵⁸ Ibidem. p. 226.

No confronto com os dois Syrkis tenta reconquistar sua autoridade: “*suspendi da cadeira o cinturão com a arma*”, “*sente imediatamente*” ordenou, “*minha voz soou ameaçadora*”. O embaixador se mostra rebelde, “*permaneceu imóvel*”, depois “*meio lívido*” recua, por fim reivindicativo e crítico “*pensei que fossem mais organizados*”.²⁵⁹ Syrkis precisa mostrar a si mesmo, ao diplomata e a Ivan que tinha autoridade. Autoridade resgatada pelo porte de arma e pelo tom de voz. Era uma contradição: a arma como meio para a obediência, quebrando a autoridade conseguida por outros meios - o argumento.

“Realmente, eu costumava sempre tratar com ele desarmado. Por respeito ao prisioneiro e também para não dar bobeira de arma na cintura num ambiente de conversa.”

“Perguntei se não queria enviar outra carta à esposa, explicando o atraso da sua libertação por problemas técnicos. Ele gostou da idéia, fez a carta que garanti seria despachada pelos canais que havíamos estabelecido com a embaixada. Depois que terminou, dobrou o papel e pôs dentro do envelope aberto que lhe passei, ele suspirou novamente, e disse pela enésima vez:

*Pensei que vocês fossem mais bem organizados...”*²⁶⁰

Na relação com von Holleben encontro sinais de elementos próprios da heteronomia e da autonomia. De um lado, a ambigüidade do mando fundado na autoridade alicerçada pela coerção ou pelo consenso; de outro, o trato difícil das duas racionalidades, a comunicativa fundada no entendimento, a estratégica fundada na coação; somada a esses desafios, a convivência conflitiva de elementos próprios da democracia e do autoritarismo presentes na situação. Desafiando. Incomodando.

A um só tempo a convivência de atitudes de mando, obediência com a de interlocução argumentativa, de gestos impositivos com gestos de atenção e respeito. E a presença do dilema entre exigências

²⁵⁹ Ibidem. p. 193.

²⁶⁰ - I thought you were better organized. Ibidem. p. 193.

morais cabíveis sob condições dadas e a vontade fundada em princípios universais.

A presença do regime ditatorial, dos órgãos de repressão e do governo alemão

“Será que chego vivo no reveillon de 71?”²⁶¹

Vimos que por ocasião dos seqüestros dos embaixadores americano e japonês a ditadura brasileira intensificava a repressão. A narrativa de Syrkis registra que o contexto do seqüestro do embaixador alemão era de aumento visível das ações repressivas por parte do governo brasileiro.

Syrkis analisa a conjuntura e nela procura compreender a capacidade do regime de responder às ações de seqüestro: se de um lado parecia evidente que os militares ficavam acuados perante a opinião pública internacional e precisavam negociar para poder libertar os embaixadores; de outro, apertavam o cerco e a caça aos grupos de esquerda revolucionária. Mostravam-se agressivos e controlavam a imprensa, que sob censura passa, de forma unânime, a acusar os grupos de esquerda e a caracterizar os seqüestradores como perigosos criminosos e assassinos.

Ação e reação nos marcos da violência. Esse era o cenário. O governo ditatorial agia brutalmente, e em reação, a esquerda decidia pela prática da violência - seqüestro, execução, roubos, assaltos.

O seqüestro expunha o país à avaliação política mundial; diante das democracias européias e dos órgãos internacionais de direitos humanos os regimes ditatoriais latinos se viam desacreditados.

²⁶¹ Ibidem. p. 127.

*“- Dessa vez a gente tira o Ângelo Pezzuti, o pessoal velho de Minas. Ele pensava no grupo original da COLINA, o primeiro a entrar em ação, que caíra em fins de 68. Os companheiros que tinham denunciado as torturas no DOPS de Belo Horizonte e na PE da Vila Militar, no Rio. Pesavam sobre eles as ameaças de represália. O seu “Documento de Linhares” já circulara na imprensa de toda Europa. O governo Médici esbravejava contra o “denegrimento da imagem do país(?) no exterior.”*²⁶²

Os grupos de esquerda avaliavam o peso econômico e político dos países aos quais os embaixadores pertenciam, e assim mediam a capacidade de pressão que poderiam fazer junto ao governo brasileiro. Essa avaliação era a base para o cálculo do número de presos políticos que poderiam ser trocados pelo embaixador.

Também era comum os seqüestradores analisarem a atitude do governo diante do seqüestro do embaixador americano, para compará-la às ações repressivas aos seqüestros, posteriormente, efetivados.

“- Tudo depende da ditadura brasileira, estamos seguros que vão soltar os prisioneiros, como nos dois casos precedentes. [americano e japonês].

*- Estou seguro que meu governo agirá como necessário. Quanto às autoridades brasileiras, espero que ajam como no caso Elbrick.*²⁶³

Esperança não só do embaixador como dos seqüestradores.

A comunicação entre os seqüestradores e o governo brasileiro acontecia através de comunicados.

*“Bacuri explicou que o comunicado nº 1, já fora mandado. Ainda não havia resposta mas nos jornais da manhã vinha um indício favorável. Tinham publicado na íntegra, o texto do panfleto espalhado em Santa Teresa no local da ação.”*²⁶⁴

²⁶² Ibidem. p. 146-147.

²⁶³ Ibidem. p. 175.

²⁶⁴ Ibidem. p. 179.

De maneira geral o texto demonstra que os editoriais e comentários jornalísticos eram radicalmente contra os seqüestradores mas *“pareciam preparar o terreno para um desfecho favorável da coisa. O governo Médici parecia perfeitamente perplexo”*.²⁶⁵ Mas essa perplexidade rapidamente vai se esvair no seqüestro do embaixador suíço. O governo muda de tática e coloca a esquerda numa situação perigosa, como veremos mais adiante.

A pressão da Alemanha é forte, assim:

*“O ministro das Relações Exteriores, Walter Sheel enviara uma mensagem à Brasília na qual declarava a sua “absoluta convicção de que o governo brasileiro fazia tudo a seu alcance para obter a libertação imediata do embaixador von Holleben.”*²⁶⁶

Syrkis, em conversa com o diplomata, expressava a avaliação do grupo guerrilheiro:

“- Dormiu bem?

- Bastante bem, considerando as circunstâncias. Obrigado.

- Pensamos que a situação é bastante positiva. Seu governo tomou uma posição muito firme. Estamos convictos que a ditadura vai agir como nos dois casos precedentes. É o que indicam os editoriais dos jornais.

- Espero que sim, com certeza.”

*O clima geral indicava que o governo Médici ia ceder. Abundavam os indícios. A imprensa dava dicas nesse sentido, o que, dada a situação de censura e controle total das informações, só se concebia com a anuência do regime.”*²⁶⁷

A narrativa registra os indícios de que o governo Médici cederia às exigências da guerrilha: o fato de os jornais divulgarem o manifesto na íntegra; os boatos informando que já fora fretado um *“Boeing*

²⁶⁵ Ibidem. p. 179.

²⁶⁶ Ibidem. p. 179.

²⁶⁷ Have you slept well? - Fairly well, considering the circumstances, thank you. - We think the situation is quite positive. Your government is in a very firm position. We are sure that the

707 da Varig, para um vôo transoceânico”²⁶⁸; as declarações de Willy Brandt à imprensa alemã afirmando estar tranquilo, quanto à decisão do governo brasileiro e, por fim, a leitura do Manifesto feita pelos radialistas que também, em intervalos regulares, liam as mensagens de Bacuri aos companheiros da organização de São Paulo: “- [...] *Operação Juarez Guimarães de Brito! Ousar lutar, ousar vencer! Alternativas 2 e 5. Situação positiva! Até a vitória sempre! Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil! Ass. Joaquim.*”²⁶⁹

Apesar da esperança, dos indícios de que o governo cederia, os militantes aguardavam apreensivos o desfecho do seqüestro: e se o Presidente Médici cedesse frente à pressão da “linha dura”?

Afinal o governo emite um comunicado “*anunciando a decisão de banir do território nacional 40 presos políticos e enviá-los de avião para Argel.*”²⁷⁰

Os seqüestradores tentam, ainda, através do embaixador, da Cruz Vermelha Internacional, da ONU e do governo alemão estabelecer um trato com o governo brasileiro: “*renunciar a quaisquer futuros raptos de diplomatas, caso cessasse a tortura nos porões do regime.*”²⁷¹

Avaliam que seria:

“*útil politicamente... pois aumentaria a pressão internacional sobre o regime. Alertaria a opinião pública dos países grandes, acionistas “do milagre”, que a melhor forma de evitar seqüestros era cessar as torturas e elucidar a situação dos desaparecidos.*”²⁷²

A narrativa evidencia a fraqueza política da esquerda em meados da década de 70. Suas reivindicações se restringem a “cessar as

dictatorship will act as in the two previous cases. That’s what news papers editorials seem to indicate. - I certainly hope so... Ibidem. p. 179-184.

²⁶⁸ Ibidem. p. 185.

²⁶⁹ Ibidem. p. 186.

²⁷⁰ Ibidem. p. 187.

²⁷¹ Ibidem. p. 195.

torturas e elucidar a situação dos desaparecidos”. Tenta, ainda, neutralizar as ações do governo Médici, que a impedia de ter acesso aos órgãos de imprensa para que não influenciasse a opinião pública nacional e internacional, ao mostrar-se disposta a negociar com o regime. Tentativa fracassada.

Na narrativa sobre as relações entre o poder militar e o poder da guerrilha e o governo alemão, pode-se observar a presença de elementos próprios da racionalidade estratégica. Os três atores se observam, analisam, ponderam e medem cada palavra, cada ato na tentativa de influenciar as decisões uns dos outros. Estas decisões são tomadas considerando a força do oponente real. Nesse jogo, todos os atores aprendem sobre as bases que alicerçam a adequação entre meios e fins - o cálculo racional propiciando a eficácia da ação política.

3.4 - As consequências advindas da ação do seqüestro

*“Olha, somos todos uns caras que sabemos que não vamos lá viver muito tempo, né?”*²⁷³

Prisão, tortura e morte

O texto de Syrkis registra as consequências advindas de um dos seqüestros anteriores, o do embaixador americano: *“Estampadas na primeira página as fotos dos sujeitos, dos quais um já fora preso num tiroteio, no Leme. Era o Cláudio Torres.”*²⁷⁴

A narrativa assinala que terminado o seqüestro a repressão abatia-se, indistintamente, sobre a esquerda no seu conjunto, atingindo

²⁷² Ibidem. p. 196.

²⁷³ Ibidem. p. 133.

²⁷⁴ Ibidem. p. 116.

também simpatizantes e remanescentes do movimento estudantil de 1968 e registra os muitos militantes que caíram nas mãos da ditadura:

*“Vera Sílvia, com um tiro de raspão na cabeça, o Zélio, três balas no corpo e vários outros companheiros, inclusive o Daniel, ex-presidente da UNE. Semanas antes, em São Paulo, outro quadro importante do MR-8, o Fernando Gabeira, gravemente ferido na hora da prisão.”*²⁷⁵

Como consequência do seqüestro do alemão, o texto informa também que *“um dos guarda-costas foi morto e outros dois feridos”*, fatos avaliados pelos seqüestradores, explicitamente, como um problema de natureza política.

“- Merda. Era melhor a ação ter saído limpa. Assim fazem uma tremenda exploração da coisa...”

*- Também preferia, respondeu. Mas eles quando botam a mão num da gente, não tem esses pruridos, não. Matam no pau, devagarzinho, e acham formidável...”*²⁷⁶

Poderia afirmar que no diálogo encontro sinais implícitos de uma preocupação moral tanto com a morte dos inimigos, como a dos próprios companheiros? A expressão *“não tem esses pruridos, não”* é indicativa do entendimento da vida como um valor em si mesmo? Ou, novamente, deparo com um trecho anunciativo do valor de que em situação de guerra nada se deve estranhar?

Indagações sobre a identidade

Syrkis, por todo o tempo do acirramento do confronto com a ditadura, tem dúvidas quanto à oportunidade da luta armada naquela conjuntura, e demonstra vontade de sair do país. Fica dividido entre essa vontade e a moral do grupo, que o prende e cobra-lhe compromissos com a

²⁷⁵ Ibidem. p. 146.

²⁷⁶ Ibidem. p. 177.

luta revolucionária, com os companheiros presos e com a lembrança dos que deram a vida pela revolução.

“Eu continuava com a mesma dúvida encravada, mas o gosto do reencontro, dos folclores guerrilheiros, a demonstração de que ainda não tinham acabado com a gente, que ainda sobrávamos uns tantos quantos gatos pingados rebeldes.

Era a opinião de Daniel que assumia o comando na mesa do bar e que demovia, pelo menos por agora, as dúvidas encravadas no meu espírito. Ainda havia possibilidade de lutar, de fazer alguma coisa. Valia a pena trocar o passaporte pelos nossos companheiros presos. Alguém tinha que seguir na luta. Dar o exemplo.

Mas tinha que ser rápido. Rápido e seguro.”²⁷⁷

A narrativa se inicia na primeira pessoa, mas logo é substituída por “nós”, “a gente”, numa clara demonstração da força do grupo sobre sua vontade. Desta forma a opinião de Daniel irá demover “as dúvidas encravadas no meu espírito” e Syrkis decide “trocar o passaporte pelos nossos companheiros presos”.

Em contexto adverso o narrador acaba por valorizar, enaltecer a atitude de quem seguiria lutando, daí o registro “alguém tinha que seguir na luta”. Esse “alguém” era ele que se arvora a “dar o exemplo”. Atitude moralmente avaliada, pelo grupo, como verdadeiramente revolucionária. As dúvidas e angústias de Syrkis não cessam aqui, pelo contrário, vão ganhar proporção no seqüestro do embaixador da Suíça.

À semelhança de Gabeira, Syrkis encontra-se dividido entre sua própria vontade e desejos e a vontade do grupo. À medida que reconstrói sua identidade afasta-se do que considera como negação do nós, entendido por ele como construção coletiva que permite a convivência entre a igualdade e a diferença. É nesse processo que as desavenças com o grupo se acentuam.

²⁷⁷ Ibidem. p. 164.

Syrkis registra a emoção de estar vivo e livre após a soltura do embaixador. É assim que curte “o ar que entrava pelo vidro”, “as luzes e os neons pousavam doces nas minhas pupilas”, e até o “ar sujo e esfumaçado do subúrbio cheirava fresco e gostoso”.

“Rodamos quinze minutos até o Meier. Ronaldo ao volante avisou que já podíamos olhar. A viagem transcorreu num instante, eu curtindo o ar que entrava pelo vidro arriado, numa espécie de embriaguez, num barato de liberdade. Os companheiros soltos do outro lado do marzão besta, lá pelas Arábias. Eu saindo vivo daquela transação doida. Motivos de sobra pruns minutos de completa felicidade.”²⁷⁸

Afinal, depois de todo o risco era preciso celebrar a liberdade e a vida! Fazia sentido a frase do embaixador ao se despedir de Syrkis:

“Apertei a mão de Von Holleben, transmitindo os melhores votos para sua mulher e filhos, felicidades na carreira diplomática. Ele agradeceu e despediu-se de mim com um olhar de reprovação condescendente.

- Espero que não lhe aconteça nada.

- Também eu...²⁷⁹

O carro parou, nos despedimos dos companheiros e descemos. O fusquinha deu a volta e sumiu no trânsito para buscar o próximo passageiro, o embaixador von Holleben.”

Sim, Syrkis o tempo todo tem esperança de que nada de mau lhe aconteça...

²⁷⁸ Ibidem. p. 197.

²⁷⁹ - I hope nothing happens to you. - So do I... Ibidem. p. 197.

CAPÍTULO IV

A NARRATIVA DE ALFREDO SYRKIS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO SEQUESTRO DO EMBAIXADOR DA SUÍÇA, GIOVANNI ENRICO BUCHER

4.1 - O seqüestro como ação planejada

“Como é? Vocês hoje não fazer fachada? E a segurança?”²⁸⁰

O seqüestro do embaixador suíço tem marcada diferença em relação aos outros dois analisados. O governo militar muda a tática de conduzir as negociações. O tempo se arrasta. O seqüestro dura quarenta dias. O fechamento político iniciado em 1968 deixa marcas, a esquerda sofre “*baixas*” significativas, não só quantitativa mais qualitativamente. A tortura é uma instituição no país.

No calendário das organizações pensava-se que o seqüestro deveria fazer parte da “*quinzena Marighela*”, bem como, da “*campanha do voto nulo contra a força eleitoral de novembro*”. A Frente Armada que assumiria o seqüestro seria a ALN, MR-8, PCBR, juntamente com a VPR. A morte de Toledo, que participara do seqüestro do embaixador americano, e a queda de muitos quadros da ALN no Rio de Janeiro e em São Paulo fizeram a Frente recuar no projeto do seqüestro do diplomata. Assim, a VPR decide efetivar, sozinha, a operação.²⁸¹

O local onde ficaria o embaixador é cuidadosamente pensado. O trajeto entre o local do seqüestro e a casa/esconderijo tinha sido

²⁸⁰ SYRKIS, Alfredo. Os carbonários: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: GLOBAL, 1980. p. 270.

²⁸¹ Ibidem. p. 228-229.

testado inúmeras vezes. Era importante, imprescindível mesmo, para o sucesso da operação, imprimir um certo ar de naturalidade às ações do grupo. Era necessário se integrar à vida daqueles moradores de bairro de periferia. O cenário da “*infra*”, para usar a linguagem de Syrkis, foi projetado com zelo.

“- Encosta ali. Ivan apontou para uma pequena casa, ladeada por uma fila de outras do mesmo tamanho, [...] Portão de metal, murinho baixo e uma pequena varanda coberta por uma abóbada mourisca que a fazia parecer ainda mais apertada.

Era pequena mesmo, bem menor que a do embaixador alemão. Sem jardim, apenas dois canteirinhos, a varanda e três quartos, um atrás do outro, banheiro, cozinha e área à esquerda, protegidos por um muro alto. Os quartos eram pequenos e suas paredes da direita davam para a casa do vizinho de onde chegavam abafados os sons do cotidiano. A rua de ladeiras e casas todas parecidas com aquela, começava lá em baixo no quartel da PM em Rocha Miranda, e terminava em Onório Gurgel, depois da fábrica fantasma.”²⁸²

“Junto com ele e sob a supervisão de Ivan, planejei a rota de escoamento da ação, depois do transbordo. A troca de carros com o prisioneiro ia ser numa rua do Catumbi, e era necessário traçar o caminho mais seguro e mais rápido, para a distante Tacaratu.

Durante quase uma semana testamos diversas rotas, a variadas horas e especialmente a volta das nove da manhã, hora prevista para a operação.”²⁸³

Militarmente se equipavam com o que consideravam ser um arsenal nada desprezível: “*um fuzil automático M-1 de coronha dobrável, uma INA, cinco revólveres 38, uma pistola 45 e as duas bombas anarquistas, lembranças dos proletas*”.²⁸⁴ Os carros que seriam utilizados na ação eram três: um Aero-Willis e dois Volks, “*um branco e um turquesa*”.

O capítulo descreve os passos da ação de 5:15 às 9:15 horas da manhã. A operação não se concretiza, pois Syrkis esquece no

²⁸² Ibidem. p. 227.

²⁸³ Tacaratu era o nome da rua onde se localizava a casa-esconderijo. Ibidem. p. 230.

²⁸⁴ Ibidem. p. 230.

bolso da calça a chave de um dos carros do seqüestro. Definem nova data e nela o seqüestro se efetiva.

A segurança da ação é cuidadosamente traçada. O esquema de “*despiste*” foi planejado de forma diferente dos seqüestros anteriores. O objetivo era aparentar o maior grau de normalidade possível naquela vida pacata de bairro de periferia. Cuidaram da aparência da casa, das relações com os vizinhos, chegando até a organizar uma festa de *reveillon*.

A estratégia era perfeita com o inimigo, o regime militar. Sem dúvida, a organização conseguiu estabelecer uma relação rotineira com os moradores do bairro.

“As janelas da casinha, com suas cortinas coloridas estavam abertas, escancaradas. Ivan, Helga e secundariamente Daniel tinham um excelente contato com os vizinhos, moravam no local há mais de 6 meses. “Fazer fachada” era uma arte e Paulista se revelava um virtuoso na matéria. Assim, como eu estava “fechado” não podia aparecer para o mundo exterior do afastado subúrbio. Mas constantemente dava autênticos cursos daquela arte de camuflagem social e existencial.

- Temos de partir do conhecimento do povo dos arredores, dos seus hábitos. É um bairro pobre, mas não miserável. As cortinas são fundamentais, têm que ser bonitas e coloridas. São o orgulho da casa do pobre.”²⁸⁵

Também sugeriu que Helga levasse uma bandeja de doces para os vizinhos do lado:

“- Sobrou ontem à noite, trouxe prá vocês experimentarem” - ao dar a idéia ele garantiu que no dia seguinte a bandeja ia voltar cheia de doces da vizinha.”²⁸⁶

“Criou-se o hábito de receber os vizinhos sempre na varanda e de manter, por trás do trato amistoso, aquele recato próprio de gente humilde.”²⁸⁷

²⁸⁵ Ibidem. p. 244.

²⁸⁶ Ibidem. p. 244.

²⁸⁷ Ibidem. p. 245.

“Seguindo instruções detalhadas de Lamarca, tinha feito compras fora do bairro. Naquela manhã, já fizera as diárias para a trinca oficial da casa, na venda habitual do fim da ladeira. Mas, as despesas a mais, devia ser enrustidas. Num bairro pobre qualquer gasto maior chama atenção. Mesmo em comida.”²⁸⁸

Realmente, Lamarca (Paulista) mostrava-se virtuoso na arte da segurança, no dizer de Syrkis, *“um mestre”*, chegando a dar *“autênticos cursos”* de camuflagem, um verdadeiro conhecedor dos *“hábitos” “do povo”* de um *“bairro pobre”*. A estratégia era a incorporação de parte do grupo ao cotidiano do bairro, devendo demonstrar relações de parentesco, como é comum entre famílias das classes populares. Ivan e Helga constituíam *“o casal”* de moradores, Daniel representava o papel de *“irmão”* de Helga e, mais tarde, Lamarca assume o papel de tio de ambos.

A questão da segurança do aparelho é interessante de ser discutida. Se por um lado, as relações cordiais com a vizinhança asseguram uma *“ótima fachada”* para o grupo, de outro pode torná-los vulneráveis e no limite serem identificados pelos vizinhos. Essa dubiedade irá ocorrer e obrigar Lamarca a assumir a *“legalidade”* como tio de Helga.

“Estava totalmente distraído, quando entrou a negrinha curiosa, perguntando por Helga. Deu de cara com aquele homem desconhecido, de cavanhaque, bermudas, sem camisa. Cumprimentou a menina com efusão, enquanto Helga chegava e saía com ela prá varanda. Agora se discutia o que fazer para sanar o furo de segurança.

- A única solução é eu aparecer. Vocês me apresentam como tio de Helga, que chegou ontem à noite de São Paulo. Vou sair agora mesmo, fazer amizade com o pessoal da rua. É a única solução.”

Concordamos. Depois do café, Lamarca se vestiu e saiu com Ivan e Helga prá “fazer fachada”. Notei que estava exultante [...].

Ficou amigo da vizinhança da Tacaratu, naquele mesmo dia. Em menos de uma semana ficou o cara mais popular da rua. O “tio vendedor que chegou de São Paulo”, passava horas batendo papo

²⁸⁸ Ibidem. p. 248.

com o pessoal das redondezas, tinha uma capacidade notável de se relacionar com as pessoas do povão, contar casos, dar dicas.”²⁸⁹

“Na manhã seguinte, ao acordar, ouvi um tremendo vozerio com barulho de bola do lado de fora. Espiando pela fresta da janela, vi Lamarca numa disputadíssima pelada, com os garotos da rua. Entre dribles e remates, corridas ladeira abaixo, atrás da bola, ele sorvia os raios de sol, a luz proibida. Voltou prá casa lampeiro, esfuziante.

- Fui lá bater uma bola. É prá segurança do aparelho. Prá dar fachada. E piscou para nós. Era Carlos Lamarca, o homem mais procurado do país, dando “fachada legal” prum aparelho!!!”²⁹⁰

O texto demonstra a competência de Lamarca na arte de “fazer fachada”; implicitamente, expressa a admiração de Syrkis por ele, o reconhecimento de sua liderança entre as forças revolucionárias do país.

“O verbo “fazer fachada” colou. A ponto dum dia em que estávamos todos bundando pela casa, sem que ninguém tivesse ainda saído, Bucher perguntou: - Como é? Vocês hoje não vão fazer fachada? E a segurança?

“No dia 31 de dezembro, decidimos dar o grande golpe da fachada: fazer uma festa de reveillon. (...) O “reveillon do terror” foi na saleta de entrada e na varanda, ao som do Roberto e Erasmo Carlos.”²⁹¹

Passavam-se os dias, o governo não respondia aos comunicados; na casa/esconderijo o cotidiano se arrastava. Assim é que,

“disfarçávamos cada vez menos a cara. Os capuzes eram incômodos prá respirar e falar e os furos estavam ficando cada vez maiores. Na hora da sua passagem matinal pela cozinha, ninguém tinha saco de vesti-los. Simplesmente se virava a cara. Ele, muito aéreo, fingia não olhar.”²⁹²

“À medida em que jogávamos longas partidas de alternadas vitórias, eu sentia o rosto coçar cada vez mais, sob a fazenda suada do capuz. No início eram três furinhos. Um prá cada olho e um prá respirar. Foram crescendo até se transformar num único

²⁸⁹ Ibidem. p. 269.

²⁹⁰ Ibidem. p. 270.

²⁹¹ Ibidem. p. 270.

²⁹² Ibidem. p. 249.

grande. Meu rosto já praticamente aparecia, mas o pano negro continuava a esquentar terrivelmente e penicar as partes cobertas.

Libertei-os de um último rasgão. Pouco depois, entraram na sala os outros e fiquei meio inquieto de estar com a cara destampada. Mais uma crítica?

Lamarca já estava de bom humor e teve um acesso de riso. Ivan também, se divertiu com aquele capuz desfeito e minha cara de fora. Bucher já vira praticamente todo mundo e decidimos, naquela hora, abolir os capuzes. Não acreditávamos que uma vez em liberdade, ele aceitasse colaborar com a polícia na nossa identificação.”²⁹³

Aos poucos vai se afrouxando o esquema de segurança: a “negrinha” que invade o aparelho, os capuzes retirados. A narrativa assinala o humor dos companheiros “Lamarca [...] teve acesso de riso”, “Ivan se divertiu” com a cena; bem como faz alusão à possível reprimenda do grupo em relação ao comportamento de Syrkis “Mais uma crítica?”. O texto trata Bucher quase como um aliado, o grupo demonstra confiança no embaixador: “não acreditávamos que, uma vez em liberdade, ele aceitasse colaborar com a polícia na nossa identificação”.

Os dias transcorrem lentos. “Eu comecei a sentir uma necessidade doida de sair dali e de ir até o mar [...] As regras de segurança não comportavam aquela repentina necessidade que rasgava por dentro de tão forte.”²⁹⁴

Embora a segurança do aparelho seja, na visão de Syrkis, impedimento para realizar sua vontade, ele coloca em discurso sua saída e a organização acaba cedendo.

“Paguei o chopp e segui de coletivo até a Voluntários, onde saltei e tomei a Paulo Barreto, em direção ao meu quartinho, próximo ao cemitério. Eu ia ter que contar uma boa estória, pra explicar o sumiço. Esperar que a senhoria, na sua sacrossanta alienação, não tivesse suspetado da minha ausência, às vésperas do “roubo do cônsul”.

²⁹³ Ibidem. p. 254.

²⁹⁴ Ibidem. p. 271.

- Demorou, né senhor Hélio. Aqui graças a Deus tudo bem.

A mulher me recebia amável e não aparentava nenhuma desconfiança.

- Teve uns amigos seus, que telefonaram pro senhor. Prá tratar de aulas de inglês. Perguntaram quando o senhor voltava.

A sirene de alerta uivou na minha cabeça, que disparou a mil por hora, no raciocínio ligeiro e ansioso do perigo. Nenhum amigo meu tinha o telefone daquela casa. Minha fachada era de professor particular de inglês, mas, na verdade eu não tinha nenhum aluno. Alguém estava me investigando e era mais que o suficiente prá dar o pulo de banda.”

- Já sei quem é, dona Amélia. Vou ligar prá ele daqui a pouco. Agora, eu queria avisar a senhora, que vou deixar o quarto hoje mesmo. É que arranjei um serviço de professor numa escola particular de São Paulo. Tenho que me apresentar ao serviço amanhã.

Ela pegou as notas que eu lhe estendia. Entrei rapidamente no quartinho. Havia apenas uma mala trancada, com umas subversões e um saco de roupas no armário. Em dez minutos eu evacuava meu fiel refúgio e saía ligeiro pela rua arborizada, deixando a senhoria sem entender toda aquela pressa.

- Vai com Deus, senhor Hélio.

Fiz vários contra-chequeios nos próximos quarteirões, para me certificar de que não estava sendo seguido. Deixei a mala na casa dum amigo em Copacabana e, preocupado em não perder a hora do teto de segurança, segui de volta para os subúrbios.”²⁹⁵

O texto enfatiza como a questão da segurança era central para os seqüestradores: “a sirene de alerta uivou na minha cabeça, que disparou a mil por hora, no raciocínio ligeiro e ansioso do perigo”, uivar, disparar são verbos que denotam o estado de alerta, bem como as expressões “a mil por hora”, “raciocínio ligeiro e ansioso”.

A noção de tempo, nesse seqüestro, se diferencia em especial dos outros dois narrados. No momento da operação de resgate do embaixador suíço também se registra a percepção de rapidez, fundamental

²⁹⁵ Ibidem. p. 275.

para a eficácia da ação. Mas esse seqüestro enfrenta a mudança de tática do governo para negociar com os seqüestradores e o seqüestro se arrasta por 40 dias. Tempo esse considerado longo, interminável, horas arrastadas, que não passavam. Essa noção de tempo está evidente na expressão *“intermináveis partidas de baralho”*.

A avaliação crítica dos seqüestros anteriores possibilita à VPR aprimorar a forma de efetivar a operação. O grupo se esmera nos cuidados com a segurança da casa, nesse sentido, a *“fachada”* foi cuidadosamente montada. Também não se descuidam dos equipamentos militares.

A segurança é tema central do relato. Apesar da disposição dos militantes em seguir as orientações do chefe da operação, também neste seqüestro o grupo enfrentará conflitos entre seus membros, muitas vezes relativos à segurança. As desavenças se acentuam pela demora nas negociações, fato que provoca alto índice de tensão entre os militantes.

A noção de tempo neste caso é, em relação aos dois seqüestros anteriormente narrados, de tempo longo, arrastado, interminável. Afinal, como vimos, a operação durou quarenta dias.

Esta experiência de tempo longo foi de difícil assimilação e fez afluírem sentimentos de amizade-inimizade, conflitos de vontade coletiva contraposta à vontade individual, gestos de cooperação e de individualismo, como veremos ao longo da narrativa.

4.2 - A justificativa da ação

A questão da justificativa pode ser assim analisada: em primeiro lugar, o que se reivindica é a libertação de setenta presos políticos e a divulgação do manifesto de quatro em quatro horas, durante as negociações; a novidade é a exigência de passagem gratuita para o povo,

nos trens do subúrbio da Central do Brasil e Leopoldina até a chegada dos presos políticos no Chile. Forma de ganhar popularidade? Necessidade de apoio da população? Gabeira, em seu relato, ironiza esse tipo de reivindicação, quando afirma *“nós queríamos mais, queríamos a felicidade...”*. O próprio texto de Syrkis avalia que *“a vida não ia longe de teatro...”*.

“A vida não ia longe de teatro, além dos 70 presos políticos, o comando da ação decidira exigir igualmente a divulgação do manifesto de 4 em 4 horas, durante toda duração das negociações, bem como passagem gratuita para o povo, nos trens dos subúrbios da Central do Brasil e Leopoldina enquanto os 70 companheiros não chegassem ao seu destino, desta feita o aeroporto de Pudahuel, em Santiago do Chile.

O manifesto batido com muito cuidado por Paulista, o único datilógrafo do aparelho. Eram três laudas num papel cor de rosa fininho, carregado de uma explosiva declaração de guerra total ao governo Médici, imperialismo ianque, e multis. Sobrava lenha até prá União Soviética por uma negociata com xisto betuminoso com uns empreiteiros de praça. Terminava com OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL!”²⁹⁶

A narrativa qualifica o manifesto como uma *“explosiva declaração de guerra total”* ao governo, ao imperialismo, às multinacionais e que *“sobrava lenha”* também para a União Soviética. O seu tom não condiz com a fragilidade das organizações de esquerda naquela conjuntura.

No momento do seqüestro, o diálogo rápido com Bucher confirma o teor do Manifesto, de denúncia e cobrança ao imperialismo, responsabilizado pela miséria do povo brasileiro; nesse sentido, nada mais natural que pagasse pelos lucros ganhos no Brasil com a libertação dos presos políticos.

“Me deparei com ele, de terno e gravata, rosto carnudo, avermelhado, um nariz grosso, robusto jeitão europeu bem nutrido. Um par de olhos assustados.

²⁹⁶ Ibidem. p. 236.

*Você vai ser bem tratado.”*²⁹⁷

Assumi de novo minhas funções de intérprete oficial da VPR.

- Porra... Eu não sou americano, sou suíço! Não tenho nada com isso. Rapazes, vocês certamente cometeram um engano!

Falava um português excelente, com leve sotaque.

- É o senhor mesmo que queremos. Imperialismo ianque já pagou quinze presos, Japão cinco, Alemanha quarenta. Tá na hora dos bancos suíços comprarem a vida dalguns companheiros torturados. A Suíça é a quarta investidora na miséria do nosso povo.”

Como no seqüestro do embaixador alemão o cerne da justificativa era que *“fizemos essa ação foi prá libertarmos os nossos presos”*.²⁹⁸

Observa-se que o tom de denúncia política está presente na justificativa da ação, quando acusam o imperialismo; pode-se registrar também a tentativa de se estabelecer relação entre as necessidades do povo e a ação da guerrilha na exigência de gratuidade nas passagens e, por fim, o grito de liberdade - dos companheiros e da pátria.

4.3 - As relações entre os atores/sujeitos políticos envolvidos na ação

A relação com o grupo de companheiros

*“Será que era também o nosso destino?”*²⁹⁹

A narrativa registra a trajetória política vivida por Syrkis. Jovem secundarista, participante ativo do grêmio estudantil do Colégio Universitário, vive a conjuntura dos anos 64-68, dividido entre as lutas próprias do movimento estudantil do Rio de Janeiro, a participação em

²⁹⁷ You will be well treated. Ibidem. p. 236.

²⁹⁸ Ibidem. p. 266.

passeatas contra a ditadura e a reforma de ensino, culminando com a participação nas organizações de esquerda clandestina, cujo projeto político era a luta de guerrilha na cidade e no campo como forma de mudar radicalmente as estruturas da sociedade brasileira.

*“De repente, a coordenação do grêmio-livre recaiu sobre a leva mais nova. Os que tínhamos entrado no processo de 67. Na executiva da entidade Jaime, Cesinha e eu.”*³⁰⁰

A estréia de Syrkis como liderança estudantil é explicada no texto como uma necessidade de reposição de quadros, pois *“quase todos os colegas mais experientes da turma, com o mesmo ar de mistério, calcularam que não podiam mais se encarregar da coordenação do grêmio-livre [...] Tinham assumido “outras tarefas e não podiam “se queimar”.”*³⁰¹ Tinha início a entrada de jovens do movimento estudantil na luta armada.

O trefismo da esquerda e a influência política do movimento estudantil universitário sobre o movimento secundarista ficam evidenciados no texto:

*“Por outro lado, eu tinha muitas idéias, era dinâmico e entrava num ritmo de trefismo doido.[...] A esquerdinha capiana continuou a crescer, mas em função da dinâmica externa: a esquerda estudantil crescia em toda parte. Nós vivíamos em função do movimento universitário e tentávamos trazer seus momentos para dentro do CAP e levar os estudantes do CAP prá suas passeatas.”*³⁰²

O trefismo é descrito na primeira pessoa, como se fosse um traço pessoal, mas é certo que era uma marca da esquerda no Brasil. Logo em seguida, o pronome aparece no plural para caracterizar a dependência do ME secundarista em relação ao movimento universitário.

²⁹⁹ Ibidem. p. 94.

³⁰⁰ Ibidem. p. 46.

³⁰¹ Ibidem. p. 46.

³⁰² Ibidem. p. 46. O texto refere-se ao Centro Acadêmico do Colégio Aplicação (CAP).

As passeatas compõem o cenário das grandes cidades brasileiras nos anos 67/68 e por meio delas é possível avaliar a força de mobilização do movimento estudantil bem como o seu refluxo:

*“Foi à ‘Passeata dos cinqüenta Mil’. Uma espécie de reprise anterior, uma semana mais tarde. [...] A manifestação dos ‘50 mil’ foi simultaneamente o ápice da radicalização ideológica do movimento e o início do seu refluxo.”*³⁰³

Cem mil na contramão

VOCÊ QUE É EXPLORADO/NÃO FIQUE AÍ PARADO! O bramido era impressionante. Não eram mais os córregos de estudantes na contramão, por entre os carros. Era o rio Amazonas do povão que ocupava quarteirões e mais quarteirões da Rio Branco.

Depois do enterro de Edson Luís, era a primeira passeata legal, tolerada pelo governo. A indignação da opinião pública pela “sexta-feira sangrenta”, as violentas críticas de quase toda a imprensa, o anúncio por parte de setores da Igreja, intelectuais e artistas e associações de mães, de que iam todos participar da nova manifestação estudantil convocada pela UME, obrigara o regime a um pequeno recuo, apesar da “linha dura” militar, pressionar pela decretação do estado de sítio.

*Recuo enorme, pareceu-nos na época...”*³⁰⁴

As metáforas empregadas, “córrego de estudantes”, “no Amazonas do povão”, permitem-nos compreender a avaliação da força política das oposições feita pelo autor e também pelos grupos organizados da esquerda naquele contexto. Força irreal. Percepção que só mais tarde será registrada na narrativa - quando da prisão de companheiros após o AI-5 e da escrita do romance no exílio.

O texto demonstra a “indignação da opinião pública” diante das ações repressivas desencadeadas contra o ME que resultaram na morte do estudante Edson Luís: “violentas críticas de quase toda a imprensa”, “o anúncio por parte de setores da igreja, intelectuais e artistas e

³⁰³ Ibidem. p. 79.

³⁰⁴ Ibidem. p. 75. O texto refere-se à União Municipal dos Estudantes (UME).

associações de mães, de que iam todas participar da nova manifestação estudantil convocada pela UME".³⁰⁵

"O grande comício na Cinelândia durou horas. Vladimir, muito didático, expunha o sentido da nossa luta. Numa linguagem acessível, explicava a situação política. Às vezes despaginava uma tirada humorística que fazia rir toda a praça.

O Brito, com seu imponente vozeirão, deu também o seu recado. Depois, intervieram alguns oradores não-estudantis, o psicanalista Hélio Pelegrino, uma representante das mães, um artista

*Findo o comício, a passeata, que se calculava numas cem mil pessoas, desceu a Rio Branco, rumo à Candelária. Era o carnaval na avenida.."*³⁰⁶

A passeata dos cem mil é vista por Syrkis "como o carnaval na avenida", a idéia de festa, de celebração de vitória sobre a ditadura que frente "ao carnaval" "ao rio" de pessoas foi obrigada a um "recuo enorme, pareceu-nos na época..."

À liderança cabia ensinar ao povo. É assim que "Vladimir, muito didático expunha o sentido da nossa luta. Numa linguagem acessível, explicava a situação política". Sim, para Syrkis, "o Vladimir era o explicador nato".³⁰⁷

*"Discursei pelas esquinas. Subia no poste e mandava o verbo pros curiosos, desancando o regime vigente. Agitava as reivindicações básicas do ME: mais verbas, reabertura do Calabouço, libertação do Jean Marc e dos outros presos da semana anterior. O finalzinho apoteótico era dedicado à derrubada da ditadura. As pessoas aplaudiam e eu pulava do poste convencido de ter ganho uns tantos futuros revolucionários prá luta."*³⁰⁸

Syrkis com todo entusiasmo "mandava o verbo... desancando o regime", "agitava as reivindicações básicas do ME", pregava a "derrubada da ditadura". Nesse contexto estava "convencido de ter ganho

³⁰⁵ Ibidem. p. 75.

³⁰⁶ Ibidem. p. 76.

³⁰⁷ Ibidem. p. 51.

³⁰⁸ Ibidem. p. 76.

uns tantos futuros revolucionários prá luta". Esse era o clima político que antecedeu a decretação do Ato Institucional nº 5, editado em 13/12/1968. Após sua edição, a estrutura clandestina da organização chega também aos colégios *"Mas o movimento secundarista ainda tinha possibilidades. Íamos nos organizar numa estrutura clandestina inter-colégios. Abrir trabalho nos subúrbios e favelas"*.³⁰⁹

A narrativa registra ser *"sonho"* de Syrkis *"fazer trabalho de massa num colégio de subúrbio"*.

*"O futuro exército revolucionário, formado, como ensinava o Che, a partir do foco rural, ia precisar de apoio político nas cidades. Era necessário manter acesso ao movimento de massas. Era a nossa maneira de meter bala no sinal fechado."*³¹⁰

Seguir os ensinamentos de Guevara, que se resumiam na estratégia revolucionária *"a partir do foco rural"* apoiada pelas ações da guerrilha urbana, era condição para formar o *"exército revolucionário"*. Esse é o ideário que conduz Syrkis à luta armada.

Syrkis freqüentava as discussões do movimento universitário e sua narrativa relata as *"polêmicas entre as tendências existentes no movimento estudantil"*.

*"[...] A UME pertencia à dissidência comunista da Guanabara, DI-GB, um racha do partidão, [...] A linha da UNE era uma 'frente' entre a Ação Popular, de origem cristã e PCdoB. [...] No geral, nos inclinávamos mais pela tendência UME."*³¹¹

Syrkis e demais colegas do CAP tinham contato com organizações políticas de São Paulo e Minas - Dissidência de São Paulo DI-SP e o NML - Núcleo Marxista Leninista, e o grupo de Minas denominado COLINA.

³⁰⁹ Ibidem. p. 94.

³¹⁰ Ibidem. p. 94.

³¹¹ Ibidem. p. 55.

“Eu não era sequer um iniciado naquele estranho mundo. Ouvia fiapos de conversa e ficava interessado, mas ao mesmo tempo, perplexo. Pra que tantas siglas. Deviam era se juntar... As divergências entre uns e outros, eu também não pescava bem.

Eu entendia porque não o partidão: era ligado a URSS, stalinista e defendia a transição pacífica. Transição pacífica, se pudesse até era bom. Mas no Brasil, não ia dar pé. Quanto à URSS, aquele modelo, nem pensar! Tinha que ser um outro com mais liberdade.

Havia companheiros que garantiam que a China era diferente, a Revolução Cultural era a grande festa da verdadeira democracia.”³¹²

O texto assinala a vaga noção que Syrkis possuía das diferenças entre as organizações: “*estranho mundo*”, “*Pra que tantas siglas*”, denota-se a força da ideologia da luta armada “*transição pacífica [...] no Brasil, não ia dar pé*”, apesar de avaliar que se ocorresse “*era até bom*”, bem como a percepção das diferenças entre as linhas russa e chinesa.

O texto registra que “*nos últimos meses do ano*” de 1968 ocorrem as primeiras ações de guerrilha urbana: assaltos a bancos em São Paulo e Minas Gerais, captura de armas de guerra e explosivos, a morte do Capitão Chandler, membro da CIA, que na avaliação da esquerda era responsável por organizar Comandos de Caça Comunista. Segundo a narrativa o capitão “*na Bolívia, participava do cerco e morte de Guevara*”. Na ótica dos atores, “*Che estava vingado*”, pois o atentado a bomba no QG do IIº Exército teve como consequência a morte de um cabo.

“- Esse negócio é uma porralouquice. Tá errado politicamente. Era mais ou menos o nosso consenso nas reuniões e nos papos de bar. Guerrilha tinha que ser no campo. [...]

Achávamos que o momento ainda não era de luta armada. Mas compreendíamos as razões deles.

[...] “A tempos que não tinham nenhuma possibilidade de ação política legal. Será que era também o nosso destino?”³¹³

³¹² Ibidem. p. 55.

³¹³ Ibidem. p. 93-94.

Era. Depois do AI-5 Syrkis intensifica os treinamentos militares:

“Começamos a reunir o nosso arsenal. Porretes, correntes, atiradeiras com bilhas, sacos de clorato de potássio, latas de gasolina, vidros de ácido sulfúrico, encheram o velho armário da anciã que mudara pra Isabel. Dois preciosos Taurus 32, foram adquiridos, a duras penas, para reforçar o arsenal até então reduzido ao revólver niquelado, de cinco balas, da guerra do Paraguai.

O narrador ironiza a capacidade bélica de seus armamentos.

“Com esse armamento imponente, fomos fazer os nossos treinamentos. Em geral, eram nos fins de semana, no meu sítio ou no do Vic, o nosso líder do André Maurois. Crivávamos de balas um boneco de madeira batizado “Teo”, em alusão ao Teobaldo, temido inspetor do DOPS que prendera alguns companheiros universitários.

Aprendíamos a fazer coquetéis molotov com bucha de clorato, bomba termita (incendiária) a base de nitrato de alumínio, bomba C-2: cano simples, roscas, clorato e enxofre.”³¹⁴

No treinamento militar ocorria a aprendizagem da confecção de bombas, e o exercício de crítica e auto-crítica nas inúmeras reuniões do grupo.

Syrkis mostra entusiasmo vibrante pela luta armada:

“Eu vibrava com a notícia da união de todas aquelas organizações, já me sentia parte daquele excitante mundo de esperança e combate. Ouvia as estórias com entusiasmo, a moral altíssima subiu aos píncaros do Himalaia tempos mais tarde, quando, uma bela manhã, soube pelas garrafais das manchetes que haviam raptado o embaixador americano”.³¹⁵

O moral elevado denota a certeza de que a revolução socialista estava em curso, e é assim que Syrkis opta por participar da luta armada e passa a integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

³¹⁴ Ibidem. p. 101.

³¹⁵ Ibidem. p. 111-112.

“A nossa opção de ficar com o racha se baseou mais em questões subjetivas de simpatia e admiração pelo desconhecimento ‘pessoal da pesada’ e da amizade pelo Minc, do que por qualquer critério político.”³¹⁶

Ficamos batendo papo na cozinha até o raiar do sol. Daniel, mineiro, estudante de medicina, origem COLINA, remanescente das quedas de fim de 68, e outras mais, era o orientador do nosso grupo, o contato com a nova VPR, a organização que nascera do racha da VAR-PALMARES.

Depois da queda do Minc, tínhamos demorado algum tempo para recuperar a ligação. Finalmente, por vias travessas, conseguimos.

À primeira reunião veio como enviado o próprio Jamil.

Por maiores que fossem minhas dúvidas a respeito das posições expressas naquele seu documento “A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase” era mais forte o impulso de entrar para a organização que o Minc caíra tentando construir, a organização onde estava o “pessoal da pesada”, o único que tinha armas e preparo para deflagrar a guerrilha rural e a propaganda armada nas cidades. O futuro exército guerrilheiro do legendário capitão Lamarca, melhor atirador do IIº Exército, perito em anti-guerrilha, que passara com (muitas) armas e (poucas) bagagens para o lado da revolução.

A organização do famoso Juvenal, cuja fama já chegara a nossa OPP. À organização das setentas e tantas FAL e do milhão e meio de dólares, a única que tinha condições de montar a infraestrutura para uma guerra de longa duração.

- Chega de discutir, o negócio é fazer!”³¹⁷

A um só tempo justifica a escolha por “questões subjetivas”: “amizade pelo Minc”, “simpatia e admiração”, e por questões objetivas: na VPR estava o “pessoal da pesada”, únicos capazes de “deflagrar a guerrilha rural e a propaganda armada na cidade; a admiração ao “legendário capitão Lamarca”, “melhor atirador”, “perito em anti-guerrilhas”, que passara para o lado da revolução.

³¹⁶ Ibidem. p. 120.

³¹⁷ Ibidem. p. 131. O significado das siglas OPP e FAL não foram identificados no texto.

Para Syrkis o papel histórico que estava reservado para a sua geração era:

“Ser a vanguarda armada da revolução na sua fase mais difícil, a centelha que ia incendiar a pradaria, que ia engendrar atrás de si, pela força do exemplo, dezenas, centenas de grupos guerrilheiros, no campo, na periferia, nas cidades!”³¹⁸

O culto à ação estava presente no grupo militante. “Chega de discutir, o negócio é fazer!”

As ações do grupo são desencadeadas: *“assalto ao terminal de ônibus em Nova Iguaçu”; à telefônica de Ipanema; roubo de carro; assalto a banco em São João do Meriti, “Ivan, Van e Ronaldo renderam o gerente. Syrkis fez a cobertura do assalto”.³¹⁹ “Além das ações, onde em geral atuava de chofer, e levantamentos, fiquei com uma outra tarefa, a de reorganizar o trabalho de inteligência.”³²⁰*

Esse trabalho se caracterizava em *“colher e analisar dados a nível econômico político e operacional [...] dados do interior do aparelho repressivo”*. Ao realizar essas tarefas Syrkis tem os primeiros contatos com Cláudio (Lamarca).

O narrador assinala as esperanças que o grupo depositava na volta dos companheiros que estavam no exterior.

“A semelhança de quase todos nós, depositava as esperanças na suposta tábua de salvação, que seria a volta dos companheiros do exterior. Víamos os dirigentes e quadros experientes que tínhamos tirado da cadeia, como uma espécie de deus ex-machina. Os putas quadros experientes que iam voltar e reassumir o comando, agora ainda mais provados e treinados que nunca!

Por enquanto cabia-nos preparar as condições da sua volta, a infra material e política para recebê-los. E manter acesa a chama da resistência armada...”³²¹

³¹⁸ Ibidem. p. 132.

³¹⁹ Ibidem. p. 216.

³²⁰ Ibidem. p. 218.

³²¹ Ibidem. p. 219.

A idolatria dos “*dirigentes, quadros experientes*” mantinha-os com o vigor necessário à luta de resistência.

O texto relata as brigas e desavenças no interior do próprio grupo - entre Syrkis e Onório, entre Syrkis e Ivan - discussões típicas de disputa de poder, vaidades pessoais e também de natureza política:

“Onório parou o carro. Desde o depósito íamos numa discussão interminável, sobre quem ia ficar com a metralhadora.

A mesma estória do rapto do alemão. Onório queria ser chofer e artilheiro, ao mesmo tempo!

O problema tinha sido previamente discutido. Ivan, que nos dera o planejamento da operação, estava de birra comigo.

- Não creio que o companheiro tenha nível prá ficar com a metranca. Melhor ficar com a Helga.

Eu concordei, rangendo os dentes. Acontece que ela me avisou, no carro, que não sabia como manejar a arma. Era a velha Thompson, sem cabo, que junto com a M-1 e a INA, completavam o arsenal, com o qual guerreávamos a ditadura e o imperialismo.”³²²

Syrkis novamente discutia com Onório pela posse das armas; Ivan, líder da operação no Rio de Janeiro, demonstrava comportamento infantilizado em relação a Syrkis “estava de birra”, por isso não lhe confere posse da arma. Esse fato poderia colocar em risco o êxito do seqüestro, uma vez que Helga já havia declarado a Syrkis não saber manejar a “*velha Thompson*”. O texto tem sentido irônico ao comentar que estas eram as armas com as quais “*guerreávamos a ditadura e o imperialismo*”. E a discussão continua:

“Eu conhecia a arma bastante bem. Tinha dado uns tiros de treino com ela. Era uma arma manhosa. O fato de não ter culatra, fazia com que saltasse das mãos, facilmente.

- Vai ficar comigo. Sou eu que dirijo e que tou no comando aqui. Onório queria dar ordens.

Eu já tinha na ponta da língua a maior das diatribes orgânicas, mas, descrente do resultado, disse apenas:

³²² Ibidem. p. 290-291.

- É o que a gente vai ver...

Quando ele parou o carro e desligou o motor, eu peguei a bolsa, debaixo do banco e tirei a metranca. Ele fez que ia segurar.

- Se meter a mão aqui leva uma porrada. Sua função é ser chofer companheiro!

Ele me olhou meio surpreso e se intimidou, mas, começou a me xingar.

- Toma no cu, filho da mãe.

*Helga olhava a cena de olhos arregalados.*³²³

O bate-boca entre Syrkis e Onório presenciado por Helga denota que no seio do grupo estavam presentes elementos de heteronomia: o comando unilateral, a disputa pela posse das armas como concretização do poder de mando autoritário e a ausência de respeito de um companheiro pelo outro. Aspectos que poderiam ter consequências graves para o sucesso da operação de resgate do embaixador.

A narrativa explicita que as desavenças não eram apenas pessoais, mas faziam parte da cultura do grupo caracterizada por Syrkis como expressão da *“melhor tradição leninista”*. É, assim, que os documentos escritos, alimentadores do debate interno ao grupo, possuíam um tom irônico e sarcástico.

“Era uma época de grande produção de documentos internos. Rodados em tiragens de dez a quinze, em mimeógrafo a álcool, circulavam pelas mingues estruturas. O tom era de briga, as discordâncias políticas e as análises iam entremeadas de críticas pessoais, ironias e sarcasmos, na melhor tradição leninista. Os títulos corriam pelo minúsculo circuito clandestino: “Quem é Carlos Lamarca?”, “Resposta às Insinuações do Companheiro Otávio”, “Contra o Liberalismo e Subjetivismo e o Baixo Nível”, etc.

*Mas, entre mim e Ivan, não havia documentos escritos. Era mesmo no bate-boca e este parecia não acabar mais, no calçadão em frente ao mar. Via ódio em seu olhar, sentia ódio no meu.*³²⁴

³²³ Ibidem. p. 291.

³²⁴ Ibidem. p. 299.

“Depois de muita briga, nos despedimos, secamente. Ele cruzou as pistas, eu fiquei zanzando pelo calçadão. Na cuca uma colméia de abelhas, a garganta afogada, sem ar, no peito uma sensação de morte.”³²⁵

As desavenças pessoais entre Syrkis e Ivan ganham espaço na narrativa e evidenciam as diferenças políticas e ideológicas que havia entre eles. A convivência entre ambos foi difícil e conflituosa naqueles quarenta dias que estiveram na casa-esconderijo.

O relato de Syrkis enfatiza também a prática da esquerda de executar pessoas de seus próprios quadros, alegando razões morais ou de segurança:

“Mas nem só de DOI-CODI morria a esquerda armada. Também o stalinismo matava, naqueles dias.

Vinha nos matutinos da véspera. Alguns quadros da ALN executaram, em pleno centro de São Paulo, um militante que queria se desligar do grupo.

Márcio Toledo foi ao ponto com seus companheiros. Eles o mataram a tiros de revólver e panfletaram as imediações reivindicando o ‘justiçamento do desertor’.

Quando li a primeira vez, no JB, não acreditei.

- Deve ser coisa do Fleury, disse pro Ronaldo. Ele concordou, só podia mesmo ser coisa do Fleury!

Mas, logo recebemos, por canais orgânicos a confirmação. A ALN reivindicava a execução sumária, que agora provocava uma crise interna na organização. Os detalhes do caso eram patéticos.”³²⁶

Syrkis de início mostra-se incrédulo a essa prática da ALN; qualifica, posteriormente, “o *justiçamento do desertor*” de “*estúpido crime*”.

O fato provoca forte polêmica no interior da organização, e a direção da ALN alega não ter sido consultada:

“- Foi uma cagada terrível, não tivemos nada com isso, garantiam consternados.

³²⁵ Ibidem. p. 300.

³²⁶ Ibidem. p. 296.

Notem bem, consideravam uma cagada, não um crime.

Este era o nível médio de consciência que a esquerda tinha. Na VPR ninguém era a favor. Mesmo Ivan achava um erro. Mas um erro porque um “exagero”, afinal “o caso não era pra tanto”.

Poucos viam que mais do que um erro, a ser explorado pelo videolhão. E pelos demais mídias hostis, era também um crime. Um ato contra-revolucionário na mais pura acepção do termo.

Passados uns dias, a morte de Márcio Toledo virou folclore. A mais recente troça nas nossas sessões de humor negro:

- Tá desbundando, é? Então vamos marcar um pontinho lá em São Paulo com o tribunal da ALN (risos). ”³²⁷

Essa distinção entre execução e crime aparece com força no momento em que se discutia a oportunidade de execução do embaixador suíço. Syrkis coloca-se contra a execução nos dois momentos, para ele configurava-se uma situação de crime, não havia razões políticas que justificasse a morte nesses dois contextos. Esse fato é indicativo da moral do grupo. Syrkis foge a essa moral e faz defesa da vida como valor em si? Ou o fato indica que os grupos revolucionários precisavam fazer essa distinção mais cuidadosamente estabelecendo o que consideravam como exigências morais cabíveis naquele contexto?

A prática da chamada “*crítica formal*” que a organização fazia aos militantes é narrada no capítulo do seqüestro do embaixador suíço. Syrkis tem de se submeter a ela quando esquece no bolso a chave do carro que faria o traslado do embaixador. As regras da organização precisavam ser cumpridas à risca, havia também o padrão considerado revolucionário, fugir dele significava abandono da luta, desvio ou má formação ideológica.

Em sua curta trajetória na organização acaba somando contra si o que denomina de “*listão de pecados orgânicos*”:

³²⁷ Ibidem. p. 297.

“Ronaldo - que como eu andava meio dissidente - me avisou do listão de pecados orgânicos contra mim compilado, com coisas datando de mais de um ano.

O companheiro Felipe era acusado de: 1) ter proposto abandonar o embaixador alemão, dentro do aparelho e fugir, no fim da ação, quando dos problemas com o carro; 2) ter pensado em viajar pro exterior prá se exilar, durante as quedas de abril de 70; 3) gastar mais dinheiro que os outros. Receber ajuda familiar ocasional e não dividir com a organização; 4) badalar em áreas de desbundados, que fumam maconha; 5) só gostar de marcar pontos e circular na zona sul; 6) ser “recuista” e derrotista; 7) ter ameaçado de agressão um companheiro, durante uma ação, prá ficar com a metralhadora.

Eu tinha começado a discussão me controlando e dando uma de “vamos discutir racionalmente, esclarecer dúvidas, de cabeça fria, chegar a uma conclusão juntos”. Tentei argumentar em cima dos fatos.

- Esse negócio de deixar o alemão no aparelho, não é verdade e você sabe disso, tão bem quanto eu. Propus foi sair com ele de ônibus, se a gente não arranjasse carro. Realmente recebo um pouco de grana da família de vez em quando, não dou prá organização, mas ajudo alguns companheiros, individualmente. Gasto mais e circulo na zona sul porque é onde fico mais seguro e onde eu tenho apoios, simpatizantes. Além disso, tenho o direito de pegar um cineminha ou um show de música de vez em quando, ou não? Negócio de amigos maconheiros é pessoal, não vou nem discutir. Negócio de derrotismo e vacilação é uma interpretação. Há outras. Até agora só mentiras ou meias verdades. A única coisa verídica é o fato de ter pensado em ir embora, durante as quedas de abril. Eu achei que a organização tinha acabado.

- Taí! Isso prá mim confirma tudo. Falta de confiança na Revolução e na classe operária. Baixo nível ideológico. Tá tudo ligado.

E por aí vai.”³²⁸

A discussão descrita é iniciada com boas intenções: “vamos discutir racionalmente”, “esclarecer dúvidas”, “cabeça fria”, “chegar à conclusão juntos”, disposição de uma razão fundada no entendimento. Só

³²⁸ Ibidem. p. 298.

disposição. Na prática, nenhuma atitude de diálogo, o que se nota são discursos paralelos, cada qual fundado na certeza de sua verdade!

Torna-se evidente o conflito entre valores ajuizados do ponto de vista próprio e valores cultivados pelo grupo; desejos e vontades individuais versus vontade do grupo; a dificuldade de ambos em criar bases de entendimento fundadas no espaço do “nós”, construídas nas relações inter-subjetivas, que por sua própria natureza preservaria o espaço da igualdade e da diferença entre eles.

A discussão com Ivan desencadeia emoções variadas em Syrkis, que busca “atenuar a depressão”:

“Queria me distrair, ir ao cinema, arranjar uma namorada para a noite. Qualquer coisa que tirasse aquela sensação horrível de ter visto o inimigo num companheiro.

No Metrô passava uma fita italiana: “Os Carbonários”.

Roma sofria a opressão do Papa-rei. Tirania, obscurantismo, terríveis desigualdades. Os romanos estavam entorpecidos, intimidados pela guarda suíça e outras tropas mercenárias, a soldo do Estado do Vaticano.

A futura Itália fervilhava de pequenas seitas rebeldes. Eram os carbonários, jovens cidadãos animados por ideais da revolução francesa. Lutavam contra a ditadura do Papa e o imperialismo austríaco.

*Robert Hossein, jovem médico carbonário, amava Cláudia Cardinale, judia, amasiada com Nino Manfredi, **cornuto**, vesgo, considerado débil mental.”*

O doutor carbonário e seu jovem amigo, foram presos, numa malograda e tragicômica tentativa de justicamento de um traidor. O filme retratava a sua longa espera de condenados à morte, nas masmorras do Vaticano.

O mais novo cantava trovas rebeldes do século 19, com um violão emprestado pelos guardas. Não temia a guilhotina, porque esperava que o povo se revoltasse. Aguardava para aqueles dias o grande levante, que os libertaria da masmorra, bem como a todo o povo romano, de ambos os lados do Tibre, dos grilhões da tirania.

Eis que na véspera do dia da execução, uma guilhotina já instalada em praça pública, o povo invade a prisão.

- Você está ouvindo você está ouvindo? É o povo! Vem nos libertar! Em praça pública, o povo invade a prisão

Ilusão carbonária.

Quem tomava a prisão, aos gritos de protesto, eram as centenas de espectadores que tinham comprado seus lugares nas janelas e balcões da praça, para assistirem à festa da guilhotina. Como a execução fora adiada, pelo Santo Ofício, eles protestavam, queriam o dinheiro de volta. À frente da manifestação vinham donos dos camarotes improvisados, prejudicados no seu negócio, furibundos:

- Degolem logo esses carbonários, que estamos perdendo dinheiro à toa, que joça!

*Foram executados ao ar livre, a pesada lâmina, fez o deleite da torcida.*³²⁹

político:
Na tela a realidade da sua história: a derrota de seu projeto

“Eu tinha passado boa parte do filme, me debatendo em angústia. Quanto terminou, saí devagar, matutando.

Tamos todos fudidos, é tão certo como dois e dois são quatro. Vamos todos cair ou morrer. O que é melhor, ser torturado ou morrer?

Morrer. Assim não me arrancam nada, nada.

Acabar tudo aos vinte anos? Tanta coisa prá acontecer, tanta coisa prá ver, tanto mundo prá correr. Prá que morrer aos vinte?

Um compromisso. Compromisso com o povo. O povo que vai entender, um dia. Porque hoje não sabe, não conhece, tá iludido com o Tri, com o “milagre”, com a Transamazônica, essas coisas.

*Compromisso com os companheiros. Com os que deram a vida: Marighela, Bacuri, Zé Roberto, Juarez, Devanir, Lucas, Severino, Zanirato, tantos outros. Com os vivos, igual a mim, que ainda resistem.*³³⁰

³²⁹ Ibidem. p. 300-301.

³³⁰ Ibidem. p. 301.

Dividido entre o compromisso ou com os mortos ou com os vivos faz opção pela vida! A decisão de sair da organização estava tomada.

A presença forte do embaixador Bucher

“O que vocês vão fazer comigo, se o governo não soltar os presos?”³³¹

A presença do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, põe em relevo a natureza do conflito vivido pelos militantes no contexto de ação do seqüestro. Em primeiro lugar observa-se que a simples presença do embaixador evidencia-lhes a violência que praticavam. Fazem-nos enfrentar a questão de que recorrem ao mesmo meio usado pela ditadura - a violência. Em segundo lugar, a presença do diplomata provoca também reflexões sobre as relações entre seqüestro/violência/morte e liberdade/paz/vida.

Essa discussão está referenciada no grupo de companheiros, se é que ganha expressão universal ela é difusa no texto, subentendida; o que a narrativa faz é ressaltar os valores do grupo, expressando o esforço que faziam tentando avançar em algumas distinções importantes entre crime comum e crime político, justificando a execução política em situações de confronto aberto, ou seja, de guerra revolucionária.

É notório o esforço que tanto Lamarca quanto Syrkis fazem para compreender a complexidade das exigências político-morais daquele momento, chegam a expressar o nível moral, os valores que alicerçam as ações de seu grupo de referência.

Em terceiro lugar, a narrativa registra os sentimentos, as emoções que se configuram na relação do embaixador com o grupo de

³³¹ Ibidem. p. 245.

seqüestradores e, mais especialmente, com Syrkis. Essas relações são fortes e acabam por ser a base da caracterização política que os companheiros fazem de Syrkis ao denominá-lo de “*subjetivo*”, ou “*subjetivista*”, cobrando dele frieza e controle das emoções, pois consideram ser aquela uma situação de guerra revolucionária aberta.

Esses três aspectos serão identificados na narrativa que registra o sentido da relação de Bucher com os guerrilheiros, as emoções vividas por eles e a relação intersubjetiva que ele estabelece com Syrkis e com o grupo.

No que se refere à violência que o seqüestro expressava, o embaixador, ao mesmo tempo em que protesta contra o ato de que é vítima, dá a entender que compreende a intenção de seus seqüestradores, ou seja, salvar os companheiros das prisões políticas. Bucher quer se mostrar como alguém que conhece o país: tinha ciência da existência de torturas, fala da desigualdade brutal existente entre ricos e pobres, “*conheço os empresários, mas, também, já freqüentei favelas. Acho a miséria espantosa*”.³³²

“- Compreendo que vocês queiram de alguma maneira salvar seus companheiros. A situação dos presos políticos desse continente, e desse país, - porque não dizê-lo francamente? - é péssima. Mas, não posso deixar de estranhar (e de protestar), por que diabos, logo eu? Eu não tenho nada a ver com essa situação.

- Conheço bem o país de vocês, estou aqui há cinco anos. Conheço os empresários, mas, também já freqüentei favelas. Acho a miséria espantosa. Mais espantosa a causa do luxo da pequena parcela rica, riquíssima.

- É isso aí. O capitalismo. Por isso que a solução é o socialismo. A revolução.

Eu preparava-me prá nova esgrima, com novo embaixador.

- Às vezes é a única saída, em países atrasados. Talvez alguma forma de socialismo seja a solução pro Brasil. Mas acho difícil

³³² Ibidem. p. 240.

vocês conseguirem isso. Talvez impossível. São poucos e o povo não os conhece. É analfabeto e trabalha para comer todos os dias. Não liga para a política e parece contente com o Carnaval e o Tricampeonato.

- Podemos tentar, né? Os bancos suíços com certeza é que não vão gostar.

Ele se remexeu novamente, enxugou o suor da testa e reclamou do calor dos diabos. Realmente, fazia quase 40º naquele dia.

- Eu sou o representante do governo suíço, os bancos têm outros canais próprios. Sou um simples diplomata de carreira. Represento meu país nos vários continentes. Minha interferência pelo Jean Marc von der Weid, teve seu custo.”³³³

A temática capitalismo versus socialismo é introduzida como tentativa dos guerrilheiros de justificar a ação, ou seja, diante de tanta desigualdade só a revolução resta como alternativa.

Novamente Bucher levanta argumentos contrários, talvez seja impossível implantar o socialismo no país argumentando serem poucos os guerrilheiros e sem inserção social. Quanto ao povo, que deveria ser a base política da guerrilha, não tem consciência política, é analfabeto e trabalha cotidianamente para sobreviver. Acrescenta dois argumentos de ordem cultural - o carnaval e a paixão pelo futebol.

Os militantes ironizam dizendo que podem querer tentar fazer a revolução e que, certamente, o capital financeiro suíço não iria gostar. O Brasil é visto pela esquerda como paraíso para aplicação de capitais.

Bucher procura argumentar mostrando a insensatez do gesto, tenta esclarecer as coisas do ponto de vista lógico: os bancos têm autonomia em relação ao Estado Suíço, ou seja, o Estado não representa tão automaticamente o interesse do capital; ele, Bucher, é apenas um diplomata de carreira, representante de seu país nos continentes.

³³³ Ibidem. p. 239-240.

No que se refere à tortura, o embaixador demonstra ter conhecimento de sua existência, além de ser contra as ações do regime nesse sentido, acrescenta que sua defesa dos Direitos Humanos se concretiza em ações, o caso da prisão de Jean Marc, presidente da UNE, é exemplo disso.

“Como embaixador intercedi pelo Jean Marc, presidente da UNE, tentei valer sua dupla cidadania. Sua condição de suíço. Não houve nada a fazer neste caso. O chanceler Gibson Barbosa me respondeu: na dupla nacionalidade, prevalecia a do país onde se encontra o cidadão. Ele tinha razão, pelas leis internacionais.

Suspirou, remexeu na poltrona e continuou a argumentar para os capuzes negros.

- Levantei até com o vosso, quer dizer... o deles, chanceler Gibson, que é um homem ponderado, devo dizer-lhes - o problema das torturas que, segundo fui informado pela família, o rapaz sofrera. O chanceler me respondeu que realmente tinha havido alguns casos escassos de responsabilidade de alguns policiais comuns. Que o exército já tinha coibido essas práticas por interferência direta do próprio presidente Médici. De resto, que este era um assunto interno brasileiro e que estranhava um pouco a minha insistência. À saída, já menos irritado, me garantiu que os excessos já haviam sido totalmente sanados, graças a Deus.

- Pô, e o senhor acredita nisso?

Minha voz se fez céptica sob o capuz.

- O Ministro é um homem distinto. Mas, aí existe naturalmente la raison d'état. Se vocês me disserem que as torturas continuam não vou deixar de acreditar.

Disse acreditar, com sotaque no crê.”³³⁴

O governo brasileiro parece estranhar a atitude do embaixador. Na visão dos militares é como se ele estivesse interferindo em assuntos internos brasileiros. O chanceler coloca-lhe a versão oficial do governo: os casos de torturas eram “escassos”, “os excessos sanados” pela “interferência direta do próprio presidente Médici”. O embaixador reconhece que as razões do Ministro são razões de Estado; é nesse sentido, que

afirma para os guerrilheiros “se vocês me disserem que as torturas continuam não vou deixar de acreditar”.

“Ele agora estava com toda a corda.

- Bem, diríamos, então, que o senhor está praticamente do nosso lado?

Levantou as duas mãos num gesto de não-me-comprometa, e sentenciou com a voz ligeiramente empostada e sotaque um pouco mais perceptível:

- Não, porque sou contra uma violência que sofri. Além disso estou com receio que aconteça algum problema... O que vai acontecer se descobrirem a casa?

- A segurança da casa é perfeita. Ninguém nos viu entrar, a repressão perdeu completamente o traço. Agora se descobrirem resistimos até o fim e morremos todos.

- Não é uma boa perspectiva. Espero que não descubram...

- Descubrem não. A única questão é o governo ceder e não vemos porque não cederia. Há três precedentes favoráveis. Estamos seguros que tudo correrá bem e em breve nossos companheiros, bem como o senhor, estarão todos em liberdade, numa boa.”³³⁵

O embaixador é claro em manifestar sua discordância em relação aos métodos da guerrilha “sou contra uma violência que sofri”, mostra-se preocupado com o que poderia lhe ocorrer “se descobrirem a casa?”, e ao receber como resposta “se descobrirem resistimos até o fim e morremos todos”, mostra-se apreensivo. O texto assinala que os guerrilheiros avaliam a situação de maneira positiva: “há três precedentes favoráveis”, “tudo correrá bem”, “breve nossos companheiros, bem como o senhor estarão todos em liberdade...”.

O diálogo de Syrkis com o embaixador introduz o tema da morte entre eles, uma vez que a possibilidade ou a necessidade da execução de Bucher pode ser real. Esse tema coloca o grupo diante do dilema da escolha entre execução do embaixador e a execução dos

³³⁴ Ibidem. p. 239-240.

³³⁵ Ibidem. p. 241.

companheiros detidos pela repressão, como veremos no desenrolar deste capítulo.

A hipótese da execução de Bucher não estava descartada e, a cada dia que passava, ficava mais evidente que o governo retardaria as negociações, como de fato aconteceu. O governo, para ganhar tempo, passou a conduzir de outra forma suas ações na tentativa de obter o êxito esperado, que nesse caso, seria libertar o embaixador, não soltar os prisioneiros políticos e liquidar política e fisicamente com os seqüestradores.

A narrativa registra que a possibilidade de executar o embaixador remete Syrkis para questões de natureza ética e moral. Nosso ator passa a questionar a diretriz da organização - *“se não está disposto a levar até o fim, não se faz”* -, passa a negar esse postulado, não aceita essa lógica, pois passa a considerar ser esta uma abstração frente ao ser humano que se colocava, concretamente, diante de si: *“Não era um torturador, um responsável pela repressão ao nosso povo”*.

Aqui está colocada a máxima de que todo ser humano tem valor em si, bem como a questão da ética da responsabilidade: *“Bucher não era um torturador... Era apenas um sujeito boa praça, meio boêmio, que não tinha nada a ver com aquilo e até nutria sentimentos contrários ao regime, por trás da etiqueta diplomática.”*

A ambigüidade de Syrkis frente aos valores que justificam a ação de seqüestro é clara. Há momentos como esse aqui relatado em que demonstra não estar convencido da necessidade política do seqüestro de embaixadores; também há momentos em que é porta-voz da doutrina do grupo e expressa todos os argumentos revolucionários para justificar o seqüestro.

“O único comentário que Ivan conseguiu captar nas suas rondas exploratórias pelos bares da região, foi um crioulinho muito invocado, reclamando do policiamento no Méier, por onde passara na véspera.”

- Os homis tava tudo oriçado! Diz que roubaram o cônsul!

Ivan voltou prá casa alardeando:

- Roubaram o cônsul! Roubaram o cônsul!

Tudo isso tinha graça, mas, enquanto as horas passavam lentamente, e os noticiários continuavam a anunciar que o governo não recebera nenhum comunicado, a angústia pairava densa. O ambiente foi ficando sombrio e todos concordavam em achar que o governo estava armando alguma maneira sutil de recusar as negociações.

O humor muitas vezes presente entre eles se esvai e dá lugar à “angústia” frente à mudança da tática de governo. Havia sinais de que a ditadura se negaria a negociar. O anúncio de que o governo não havia recebido o comunicado dos guerrilheiros era uma evidência incontestável. O impasse não tardaria a vir. E os remete para o conflito ético-moral entre vida e morte.

“Eu temia as conseqüências. O que aconteceria com o embaixador? A resposta a uma recusa era a morte. Tal era o postulado inerente à natureza daquele tipo de ação. ‘Se não se está disposto a levar até o fim, não se faz’. Era o refrão da firmeza revolucionária.

No íntimo me era ainda mais difícil aceitar a lógica deste esquema, do que da outra vez. Era demasiada abstração frente ao ser humano, de carne e osso ali na minha frente. Não era um torturador, um responsável pela repressão ao nosso povo. Era apenas um sujeito boa praça, meio boêmio, que não tinha nada a ver com aquilo e até nutria sentimentos contrários ao regime, por trás da etiqueta diplomática.”³³⁶

Syrkis não tem dúvida da lógica que subjaz as ações do grupo alimentando um de seus valores principais, o da “firmeza revolucionária”. Inevitavelmente, esta lógica conduziria à execução do embaixador. Incomodado frente à verdade do grupo desencadeia, intimamente, raciocínios contrários a ela reconhecendo que a opção pela morte do embaixador seria “demasiada abstração frente ao ser humano, de

³³⁶ Ibidem. p. 245.

carne e osso” que estava diante dele. No texto encontro indícios da preocupação em estabelecer distinção entre justicamento de um torturador e de um cidadão democrático, afinal ficava difícil justificar a morte de quem “nutria sentimentos contrários ao regime, por trás da etiqueta diplomática”.

“- O que vocês vão fazer comigo, se o governo não soltar os presos?

Foi lhe explicado que neste caso ele seria transferido para outro aparelho mais confortável, onde ficaria preso indefinidamente. Que seja um outro “caso Gomide”. Era uma alusão ao seqüestro do cônsul brasileiro em Montevideo, que naquela época estava, já fazia meses, nas mãos dos Tupamaros, numa ação que, para nós no Brasil, foi péssima, pois, transformou o cônsul, um membro importante da TFP, num mártir.

Mas eu não estava certo desta explicação. Sabia que tínhamos um aparelho de recuo, onde funcionava o esquema médico e que ficava na zona rural. Nenhuma decisão fora tomada, mas, conhecendo a organização, eu achava que a tendência, em caso de recusa, era a sua “transferência”, mas não de aparelho...”³³⁷

O incômodo dos seqüestradores em responder a indagação do embaixador era patente. Conhecedor da lógica e das máximas do grupo ao qual pertencia, Syrkis avaliava ser impossível o diplomata permanecer preso “indefinidamente”, não duvida de que ocorreria sua “transferência, mas não do aparelho”.

“A engrenagem era aterradora. Uma coisa era enfrentar a repressão a tiro, matar prá não morrer, durante uma ação ou uma fuga. Era concebível, também, o justicamento de torturadores e mesmo um episódio do tipo Dan Mitrione, o professor de interrogatórios da CIA, que ensinara a sua triste arte à polícia brasileira e uruguaia, antes de ser eliminado pelos Tupamaros, depois que o governo de Montevideo se tinha recusado a libertar os presos.

Mas, o caso do embaixador suíço, era totalmente diferente e a sua “transferência” seria uma tragédia de conseqüências incalculáveis, política e humanamente. Seria de certa forma, nos

³³⁷ Ibidem. p. 245-246. O texto refere-se à Tradição Família e Propriedade (TFP).

nivelarmos com os que matavam a sangue frio nossos companheiros.

Durante todo o dia, o governo continuou a negar ter recebido qualquer comunicado. Eu não tinha estômago para conversar com Bucher. Passei o dia do meu vigésimo aniversário, tentando me concentrar num livro de Wilfred Burchett sobre o Vietnã, fumando um cigarro atrás do outro e trocando monossílabos com os companheiros.”³³⁸

A narrativa de Syrkis, tal como a de Gabeira, constata a lógica implacável do grupo - “engrenagem aterradora” -; ponderava que uma coisa era “matar para não morrer” e, novamente, expressa a distinção entre “justiçamento de torturador” e a possibilidade da “execução” do embaixador, considerada, aqui, como uma “tragédia de conseqüências incalculáveis, política e humanamente”. A indagação está posta, nesse caso, o que “os distinguiria daqueles que matavam a sangue-frio [seus] companheiros?” Aos vinte anos Syrkis enfrenta, ensimesmado, difíceis problemas ético-morais: o da justiça e o da vida contraposto à morte.

A questão moral colocada tornava o ambiente “sombrio”, a angústia pairava “densa”, “eu temia as conseqüências”. Demonstra estar ciente da complexidade da situação que vivencia e, isolado, enfrenta de forma corajosa, mas angustiada e dilacerada, o dilema moral que se configura com a demora da ditadura em atender as exigências feitas pelo grupo, conforme análise feita anteriormente.

Percebo indícios de uma ética fundada em valores universais quando Syrkis faz diferenciação valorativa no sentido das ações que se desencadeiam; quando na discussão interna ao grupo se mantém isolado, mas defende sua posição contra a execução do embaixador. Percebo também indícios de que, mesmo discordando, Syrkis se submeteria à decisão do grupo quando contra-argumenta, mas submete a sua vontade à da maioria.

³³⁸ Ibidem. p. 246. O texto refere-se à “Central Intelligence Agency” (CIA).

O certo é que o dilema colocado pela possibilidade de execução do diplomata tem peso significativo na decisão de Syrkis de sair do país após a conclusão do seqüestro.

Bucher avalia, com os seqüestradores, a dimensão política do seqüestro do ponto de vista internacional. Pondera sobre o peso político dos embaixadores americano e alemão. Insiste no interesse pessoal de Nixon para a libertação de Elbrick. Argumenta que a Suíça é um país pequeno, seu peso político era menor se comparado à Alemanha e aos EUA. Demonstra ter certeza de que seu país fará pressão para obter sua liberdade. Por outro lado, demonstra dúvidas quanto ao empenho do governo brasileiro.

“Ele ficou muito sério, pensou e depois disse, preocupado:

- Meu governo fará, tenho certeza, muitos esforços. Mas, os senhores devem saber que eu não sou o von Holleben. O von Holleben - repetiu, batendo as sílabas do nome do colega - é muito, muito importante. Também não sou embaixador Elbrick. Nixon pessoalmente, intercedeu por ele. Richard Nixon em pessoa.

*- Quero falar com o homem que manda nesta porra deste país. Foi o que Dirty Dicky disse pelo telefone aos próceres da Junta Militar, queria saber qual deles era o “fucking man”.*³³⁹

Ele não ria da graça e preocupado repetiu:

- Como dizia, não sou nem o von Holleben, nem o Elbrick, sou muito menos importante. A Suíça é um pequeno país.

- Um pequeno país, mas, um grande banco, Ivan entrou de sola.

Prosseguiu impassível mostrando porque os outros embaixadores tinham sido melhor escolhidos que ele. Revelou que era amigo do chanceler Graber e que este certamente moveria os canais competentes, mas, temia que o governo brasileiro não se sensibilizasse pela sua sorte.

- Acho que eles não gostam de mim.

Daniel que assistia a conversa silencioso detrás do capuz, quis animá-lo:

*- Mais importante que o cônsul japonês você é.”*³⁴⁰

³³⁹ - I want to talk with the man in charge of this fucking country. Ibidem. p. 241.

Os guerrilheiros tentam dar um toque de humor à conversa, “quero falar com o homem que manda nesta porra deste país”, “mais importante que o cônsul japonês você é”, mas Bucher não demonstra partilhar desse humor.

O cotidiano de vida do embaixador e dos seqüestradores nos 40 dias que passam juntos

*“E como vou apresentá-los a minha governanta?”
“Como é vocês não vão fazer fachada?”³⁴¹*

Diferentemente do embaixador alemão, que havia sido transportado em um caixote, Bucher foi conduzido ao esconderijo do seqüestro disfarçado de pintor: “Guarda-pó de pintor, boné claro e os óculos escuros de cegum. Era mais simpático o disfarce que o caixote da vez anterior.”³⁴²

O embaixador suíço tem um comportamento próximo ao dos outros embaixadores seqüestrados quando tenta entender as razões do seqüestro politicamente, ou seja, como resistência à ditadura militar instalada no país; tenta argumentar contrário a ação do seqüestro em si, denunciando a violência de que fora vítima; não resiste à vontade dos seqüestradores no que se refere ao conteúdo das comunicações que mandam para o exterior. Concorde inclusive em rubricar um comunicado que informa sobre a possibilidade de sua execução, caso não fossem cumpridas as exigências; segue à risca as orientações dos seqüestradores ao longo dos quarenta dias em que fica submetido ao poder do grupo guerrilheiro, bem como no momento de sua libertação.

³⁴⁰ Ibidem. p. 241-242.

³⁴¹ Ibidem. p. 248-270.

Talvez pelo tempo de convivência, quarenta dias, somados aos traços de sua personalidade, Bucher tem com os membros do grupo guerrilheiro uma convivência que diria calma, respeitosa e, até certo ponto, descontraída. Passemos ao registro que a narrativa faz de seu cotidiano na casa/esconderijo, das emoções e sentimentos que experimenta na convivência com os guerrilheiros.

“O embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, já estava instalado nas poltronas da sala do meio, quando cheguei. Em mangas de camisa, vermelho e transpirando, fumava seu Benson & Hedges. Paulista lhe explicava algo. Helga fazia um suco de maracujá e Ivan revistava sua pasta.

Estavam todos de capuz negro, mas faziam o possível para atenuar a imagem um tanto tenebrosa.

Bucher, mais sossegado, ar até meio cúmplice, pediu-nos que queimássemos um documento que trazia na pasta. Um informe reservado de Berna para a embaixada na qual vinham tratados vários temas, inclusive a situação brasileira. Havia algumas observações críticas sobre questões de direitos humanos, nada muito duro, mas o suficiente para que temesse um problema diplomático como o ocorrido com Elbrick.

- Nunca se sabe o que pode acontecer, argumentou.”³⁴³

O texto assinala as emoções e atitudes de Bucher “*vermelho transpirando*” no momento de chegada no aparelho, “*mais sossegado*”, “*ar meio cúmplice*” para solicitar que queimassem o documento que trazia consigo, com “*algumas observações críticas sobre questões de direitos humanos*”.

Bucher demonstra calma frente à situação em que se vê envolvido; diria que se empenhava para que tudo desse certo e pudesse sair dali com vida. No convívio com os guerrilheiros mostra-se amável e até de bom humor:

³⁴² Ibidem. p. 238.

³⁴³ Ibidem. p. 238.

“Provou as bermudas e os chinelos e instalou-se frente ao ventilador.

- Vocês são uns caras muito amáveis, vejo que fazem o possível para minorar minhas privações, agora que já me seqüestraram. Os jovens são sempre idealistas, pensam em fazer revoluções, salvar o mundo. Depois é que um se convence de que é tudo um jogo de cartas marcadas, impossível de mudar, a não ser aos pouquinhos. Gostaria de tê-los conhecido noutras circunstâncias, lá na embaixada.

- Tá legal. Depois que tudo isso acabar, o senhor nos convida prum Chivas Regal na Embaixada, prá retribuir a hospitalidade, mas não pretendemos pedir asilo. Uísque puro com gelo.

- E como vou apresentá-los à minha governanta?

Risos gerais no aparelho, capuzes negros sacudindo em gargalhadas.”³⁴⁴

Quanto aos guerrilheiros, mostravam-se dispostos a dar-lhe um certo conforto, tratamento digno, apesar de a situação em si poder ser classificada como trágica. Tentam tornar a estadia de Bucher na casa, no mínimo confortável:

“A caixa pesada continha um ventilador, que instalamos na sala de Bucher. Helga trazia igualmente uma bermuda bege, duas camisas e um par de chinelos. Para os cigarros, ela tivera um ponto com o pessoal da logística da UC. Alguém foi ao Copacabana Palace comprar um pacote de Benson & Hedges, longos, que ele consumia a razão de 4 por dia.

- Na verdade fumo Bensons curtos, sem filtro - explicava.

Provou as bermudas e os chinelos e instalou-se frente ao ventilador.”³⁴⁵

Nas intermináveis horas que passavam confinados no interior da casa procuravam passar o tempo conversando com Bucher e jogando cartas.

“Bucher foi contando casos da sua vida de diplomata. Negociações secretas franco-argelinas, na Suíça, que ajudara a organizar, em

³⁴⁴ Ibidem. p. 248.

³⁴⁵ Ibidem. p. 248.

61, entre representantes de De Gaulle e da FNL argentina. Viagens de barco, pelo mar Vermelho, num calor de 60°. Aventuras com Lady Hunt, antes dela ser mulher do embaixador britânico.

Depois acompanhava Lamarca, Ivan e eu numa biriba a 2 mil, em parceria com o primeiro. Mais metódicos batiam a nossa dupla com inesperadas canastras e finalizações. Depois a janta e as primeiras rondas.”³⁴⁶

Também mostravam-se preocupados com a aparência do embaixador. Era preciso cuidar de sua saúde, e assim os banhos de sol do diplomata entram no cotidiano do aparelho.

“Era a hora do banho de sol democrático, em turnos de dois a dois, turno duplo e exclusivo pro hóspede, noblesse oblige.

Bucher, já vermelho por natureza, ficava um pimentão. Era um ritual divertido, sua ida ao banho de sol.

Primeiro, ele se preparava. Ficava de bermuda e chinelos. Aí passávamos uma cadeira pela janela do quartinho dos fundos e ele dava a volta pelo outro lado, pela saleta da frente e cozinha.”³⁴⁷

Os dias iam passando e crescia uma certa intimidade e confiança entre Bucher e os seqüestradores:

“Disfarçávamos cada vez menos a cara. Os capuzes eram incômodos prá respirar e falar e os furos estavam ficando cada vez maiores. Na hora da sua passagem matinal pela cozinha, ninguém tinha saco de vesti-los. Simplesmente se virava a cara. Ele, muito aéreo, fingia não olhar.”³⁴⁸

A questão de segurança é prova disso, primeiro Bucher *“fingia não olhar”* para seus rostos, como no caso da saída matinal relatada acima; segundo, os guerrilheiros chegaram mesmo a acreditar que Bucher não colaboraria com a polícia para a identificação do grupo; terceiro, o próprio Bucher solicitava silêncio quando alguém falava alto, ao mesmo tempo em que preocupado em manter o *“ar”* de normalidade nas vizinhanças lembrava aos guerrilheiros que não esquecessem de *“fazer*

³⁴⁶ Refere-se à Frente Nacional de Libertação (FNL). Ibidem. p. 249.

³⁴⁷ Ibidem. p. 249.

fachada”, termo esse usado pelos militantes para manter a aparência de legalidade do aparelho.

*“Bucher agora lia todos jornais, e era amplamente informado das coisas. Era o mais otimista de todos. Parecia segurar a peteca numa boa e não criava problemas. Era também o mais segurista. Quando alguém falava muito alto ele fazia shhh de dedo cruzado sobre os lábios.”*³⁴⁹

*- Como é? Vocês não vão “fazer fachada”? E a segurança?”*³⁵⁰

O grupo vai relaxando a questão de segurança, os rostos acabam ficando a descoberto, dão-se a conhecer a Bucher, chegando até mesmo a *“abolir os capuzes”*. A narrativa assinala o tom de humor da situação:

“À medida em que jogávamos longas partidas de alternadas vitórias, eu sentia o rosto coçar cada vez mais, sob a fazenda suada do capuz. No início eram três furinhos. Um prá cada olho e um prá respirar. Foram crescendo até se transformar num único, grande. Meu rosto, já praticamente aparecia, mas o pano negro continuava a esquentar terrivelmente e penicar as partes cobertas.

Libertei-as de um último rasgão. Pouco depois, entraram na sala os outros e fiquei meio inquieto de estar com a cara destapada. Mais uma crítica?

Lamarca já estava de bom humor e teve um acesso de riso. Ivan também se divertiu com aquele capuz desfeito e minha cara de fora.

Bucher já vira praticamente todo mundo e decidimos, naquela hora, abolir os capuzes. Não acreditávamos que uma vez em liberdade, ele aceitasse colaborar com a polícia na nossa identificação.

Ao contrário do alemão, que pedira para o Bacuri pôr o capuz - “I dont want to see faces” - Bucher ficou contente com os rostos descobertos.

*- Dava-lhes uma aparência muito sinistra. Prefiro ver as caras. Imaginava-os mais velhos. Que idade têm vocês?”*³⁵¹

³⁴⁸ Ibidem. p. 249.

³⁴⁹ Ibidem. p. 255.

³⁵⁰ Ibidem. p. 270.

³⁵¹ Ibidem. p. 254.

Bucher tem de pronto resposta à sua questão:

“O mais velho era Lamarca, com 32 anos. Daniel andava pelos 24, Ivan 21 e eu 20, revelamos-lhe.

Ele ficou matutando e mais tarde, quando estávamos sozinhos de novo na peça, me perguntou:

- Será que vale a pena entrar nessa, com vinte anos? Arriscar a vida por uma causa política? Você realmente está convencido que pode mudar as coisas? Está realmente, convencido disto?

*Eu estava.”*³⁵²

Sem dúvida o grupo era composto por jovens, e é em razão dessa juventude que Bucher faz as indagações: *“vale a pena [...] com vinte anos [...] arriscar a vida por uma causa política?”*, *“Está realmente convencido disto?”*. A resposta de Syrkis veio de pronto e era uma resposta afirmativa: *“Eu estava”*.

À medida que as negociações se arrastavam e que a hipótese da execução de Bucher se tornava motivo de discussão, a relação entre Syrkis e o embaixador e entre Syrkis e os demais membros do grupo sofre significativa alteração.

Primeiro é interessante registrar que o relacionamento de Syrkis com o embaixador era diferente do relacionamento de Bucher com o grupo. Foi a Syrkis que Bucher fez a indagação: *“Você realmente está convencido de que pode mudar as coisas?”*. Também era com ele que conversava longamente. Afinal, Syrkis era o único do grupo que não podia circular pelo bairro, ficando confinado ao espaço da casa. Quando sentia-se cobrado pelo grupo, Syrkis pedia refúgio a Bucher chegando a partilhar com ele suas preocupações e medo da morte:

“Durante aqueles meses todos, eu tinha afastado, sublimado a idéia da queda, da morte. Paradoxalmente, não era difícil fazê-lo na engrenagem do dia-a-dia da militância. O perigo estava sempre rondando, mas, era invisível, imprevisível. Bastava olhar para o

³⁵² Ibidem. p. 255.

outro lado e se convencer que isso só acontecia com os outros. Mas, os dados estavam ali. O cerco fechava, inexoravelmente. E agora que eu pensava no assunto, era prá chegar à conclusão de que naquele ritmo de quedas, eu certamente não resistia mais um ano. Era muito difícil. Eu ia me fuder...

- O que quê há? Você está com um ar preocupado.

- Estou pensando se chego no ano que vem...

- Bem, este é um problema seu - disse com uma ponta de crueldade.

Irritado, fechei a guarda e retruquei:

- Se não chegar, garanto que levo uns tantos junto comigo.”³⁵³

Os companheiros da organização acusavam Syrkis de estar ligado subjetivamente ao embaixador, quando queriam questionar sua firmeza revolucionária e acusá-la de vacilante.

A posição da ditadura de não atender de imediato as exigências dos guerrilheiros colocava para Bucher a possibilidade do grupo “executar a sentença de morte”, o que o tornava assustado, ansioso:

“O ultimato seguiu na tarde daquele dia. No texto, lamuriento, denunciávamos as manobras do regime, o fato de muitos dos excluídos sequer serem responsáveis pelas coisas, em função das quais as autoridades se negavam a libertá-los. Concluía com a ameaça: caso não fossem libertados os 70 que tínhamos pedido, “executaríamos a sentença de morte”.

Muito assustado, Bucher teve que autenticar o papel. Foi-lhe explicado que a ameaça era um blefe, para ver se dava prá forçar a barra pelos excluídos. Não sei se realmente acreditou.”³⁵⁴

Syrkis tem dificuldade de enfrentá-lo colocando a realidade dos fatos, ou seja, a possibilidade de sua execução. Fica ansioso, evita estar a sós com Bucher. Depois de discutir com Lamarca e conseguir convencê-lo do erro político e humano que seria a execução de Bucher. Syrkis o procura com a boa nova:

³⁵³ Ibidem. p. 271.

³⁵⁴ Ibidem. p. 263.

“Suspirei de alívio. Agora mudava tudo, era a luz no fundo do túnel.

Fui à sala de Bucher. Ele lia um livro e levantou os olhos ansiosos. Fazia dias que eu o evitava sempre que podia e ele sentia que se cozinham coisas vitais entre os sussurros dos últimos dias.

- Alguma novidade?

- Sim. Creio que se abriu uma perspectiva de solução. Não posso entrar em detalhes, mas a tendência é nós recuarmos mais uma vez e assim a coisa se resolve.

*- Eu sabia que vocês iam chegar a uma solução sensata. E melhor para todos nós.”*³⁵⁵

Enquanto Syrkis mostrava-se “aliviado”, Bucher estava “ansioso”, Syrkis anuncia que a “tendência é nós recuarmos” politicamente, Bucher mostra confiança no grupo “eu sabia que vocês iam chegar a uma solução sensata”.

A narrativa da convivência de Syrkis e dos companheiros com o embaixador evidencia o cotidiano de vida no aparelho, as emoções vividas, os conflitos entre os membros do grupo, as questões de fundo que passaram a enfrentar pela configuração da possibilidade de executar o diplomata, questões que exigiam deles ação e reflexão no limite.

É assim que esbarram nos problemas próprios de quem usa a violência como meio para atingir o fim almejado, neste caso, a liberdade de todos.

O relacionamento do grupo com o embaixador os leva à reflexão sobre os problemas de quem tem, na violência, o meio para a ação; as nuances e matizes das questões relativas à morte como exigência política. Em guerra aberta, ela se justifica como único meio de preservação da própria vida; como execução tem implicações em sentenciar alguém por algum motivo; nesse contexto, a execução é justificada para torturadores, empresários, técnicos ligados ao esquema de tortura, mas como executar o

³⁵⁵ Ibidem. p. 267.

embaixador, homem pacato, alegre, defensor dos direitos humanos? Era abstrair demais. Perante ao embaixador e aos colegas presos a consciência do dever de defesa da vida. O crime é outra modalidade em que a condição da morte é tratada no texto; o crime é definido na narrativa como eliminação do outro sem nada que a justifique, sem razão aparente.

A relação com o embaixador exige deles refinamento na análise política: o trato da opinião pública nacional e internacional; a convivência com a pressão dos Estados (Brasil e Suíça) materializada em ações de propaganda contra-revolucionária, acompanhada de ações de cerco e repressão aberta ao ato que cometeram; as diferenças e conflitos internos ao próprio grupo e na esquerda em geral; e, por fim, os próprios presos políticos que podem se transformar nas maiores vítimas do seqüestro.

A configuração desses elementos ou variáveis os coloca no centro da reflexão política orientada por valores.

A experiência de ação dessa natureza os confronta com a temática da moral e da ética na ação política revolucionária. A capacidade de refletir sobre essa experiência, assimilar as nuances, as ambigüidades próprias da ação é que demonstra a disposição para a aprendizagem desses militantes. Aprendizagem essa que é própria dos valores que orientam suas ações políticas e fundam bases de ação democrática e/ou autoritária, alicerçadas em princípios autônomos e/ou heterônomos.

A capacidade do juízo está na base do entendimento. Ajuizar sobre o próprio ato, sobre o ato do grupo de referência, exige capacidade crítica, capacidade de assimilar ambigüidades, contradições e nuances de um processo que nada tem de linear, de construção objetiva (lógica formal), mas que necessita, sim, de estabelecer conexões entre elementos, aparentemente díspares, opostos, mas que na prática

condensam em si a ambigüidade dos fatos, dos valores que fundamentam ações dilemáticas.

Penso que quanto maior a capacidade de entendimento das bases de conflito, de ambigüidade, de contradição, maior é a aprendizagem sobre a diferença, a liberdade, a igualdade, o que possibilitará a reflexão verdadeiramente autônoma.

A presença do regime ditatorial, dos órgãos de repressão e do governo suíço

“E se não cedessem? Se desta vez se recusassem a negociar?”³⁵⁶

O contexto em que ocorrem as ações de seqüestro é de conflito aberto entre duas forças políticas antagônicas: o regime ditatorial instalado no Brasil em 1964 e as forças de esquerda revolucionária, que optam pela luta armada na sua feição de guerrilha urbana e rural após o golpe militar.

A ditadura militar reage às ações de seqüestro de forma ágil e inteligente. Observa-se nos relatos que o Regime responde a cada um dos seqüestros de forma diferenciada.

No seqüestro do embaixador americano o regime busca mostrar competência e eficiência na localização da casa e na forma como faz o cerco aos seqüestradores. Demonstra querer o embaixador vivo e para isso se empenha cumprindo exigências dos seqüestradores. Mostra-se eficaz quando, em curto espaço de tempo, prende os militantes que participaram da ação.

No seqüestro do embaixador alemão o regime procura localizar a casa onde estaria escondido o embaixador, sem sucesso; “eles

logo suspenderam as buscas”, restando-lhe cumprir as exigências dos seqüestradores e libertar os quarenta presos exigidos.

Já no caso do seqüestro do embaixador suíço, a tática é mudada. A ditadura busca isolar os seqüestradores - não divulga seus manifestos, não aceita as exigências contidas em seus comunicados e quer negociar os nomes dos presos a serem libertados. Ela impõe condições para negociar a soltura dos presos. Outro elemento importante a considerar é que também faz jogo e pressão com os presos. Usa ardilosamente o seqüestro para conseguir que “*terroristas*” assinem documentos dizendo não ter interesse em sair da prisão, bem como os conduz para as televisões para que, publicamente, confessassem arrependimento e denunciassem as organizações às quais pertenciam.

A ditadura isola os seqüestradores, impedindo-lhes o acesso aos órgãos de comunicação através da difusão de seus comunicados; nesse sentido, os seqüestradores não conseguem divulgar seus ideais e formar uma opinião pública favorável a eles.

Para a imprensa internacional, os militares mostram-se dispostos a negociar com o grupo de seqüestro e se comprometem a tudo fazer para libertação dos embaixadores.

Do ponto de vista militar, a ditadura aciona toda sua força para capturar os seqüestradores vivos ou mortos, vasculha a cidade para encontrar o esconderijo de Bucher, chega aos quadros da organização para conseguir as informações necessárias para prendê-los.

A cada ação dos militares, uma reação dos seqüestradores e vice-versa. Para compreendermos como os militantes percebem as ações da ditadura no que se refere ao combate aos grupos armados de esquerda vamos considerar como avaliam as ações do regime do ponto de vista militar; o seu comportamento frente aos presos políticos; o seu

³⁵⁶ Ibidem. p. 223.

comportamento diante da opinião pública nacional e internacional; as mudanças gerais na tática de conduzir as negociações com os seqüestradores.

As ações do ponto de vista militar têm início tão logo tomam conhecimento do seqüestro, iniciando operação de bloqueio à área:

“Mais tarde chegou Daniel com um sorriso excitado. Já estávamos preocupados com a sua demora.

- Pô, cês não imaginam como tá a cidade! Eles fecharam tudo, tudo! Pararam o trânsito prá nos pegar. Não sei como vocês passaram, vim de ônibus no Engenho Novo e pelo Méier já estava o trânsito parado, os homis revistando todos os carros.

O rádio, onde a notícia já tinha estourado há mais de meia hora, confirmava a situação. O trânsito em toda cidade foi bloqueado, para que centenas de milhares de veículos fossem revistados, em busca do embaixador suíço.”³⁵⁷

No esconderijo, os seqüestradores acompanhavam pelo rádio os noticiários que divulgavam *“só notícias sobre buscas frenéticas, em toda cidade”*.³⁵⁸

“As buscas continuavam em todo o Rio. Felizmente os estrategistas deles estavam convencidos da infalibilidade da sua operação-engarrafamento, que em menos de 10 minutos tinha interrompido o trânsito de toda a cidade e mantido os carros parados durante sete, oito horas, em muitos casos.”³⁵⁹

Imediatamente, os seqüestradores respondem a esse tipo de ação com *“o nosso esquema de contra-informação telefônica buscava reforçar essa convicção apontando casas suspeitas nestas regiões”*.

“Estavam absolutamente certos de que não podíamos ter ido muito longe e vasculhavam, minuciosamente, bairros próximos ao local da ação. Especialmente Cosme Velho, Santa Tereza, Catumbi e Floresta da Tijuca.”³⁶⁰

³⁵⁷ Ibidem. p. 239.

³⁵⁸ Ibidem. p. 223.

³⁵⁹ Ibidem. p. 244.

³⁶⁰ Ibidem. p. 244.

Os militares fazem os rádios divulgarem, de meia em meia hora, telefones para que os civis discassem anonimamente informando sobre suspeitos do seqüestro.

Lamarca avaliava que o regime se empenhava para “estourar o aparelho”. Em sua opinião “a vida do embaixador não era a questão principal para eles”.

“Os demais companheiros também tinham boas esperanças. Apenas Lamarca estava com um certo pé atrás.

- Se pediram a lista é porque vão soltar os presos. Senão faziam que nem o governo do Uruguai. Se recusavam a negociar. Mas temos que considerar também outro aspecto. Eles estão fazendo tudo prá achar e estourar o aparelho. Assim a vida do embaixador já não é mais a coisa principal prá eles. Não é como o caso do americano, onde mesmo localizado o aparelho, não interviram.

Nem o do alemão, quando eles logo suspenderam as buscas. O Médici chegou a dizer, depois, que se tivessem pedido todos os presos políticos pelo alemãozão, ele também abria as pernas.

Esse caso tá sendo diferente. Já perdemos muito terreno, com a não-aceitação das condições políticas. Não sei não. Pode dar merda.

Mas, terminava compartilhando das expectativas favoráveis.”³⁶¹

Divididos entre esperança e pessimismo os guerrilheiros vivem a difícil expectativa da negociação.

Para os guerrilheiros os militares estavam dispostos a tudo para prendê-los, inclusive levantavam a hipótese de uma certa disposição para matar o embaixador, transferindo-lhes a culpa de sua morte: “segundo certas informações que tínhamos recebido, os setores da “linha dura” estavam dispostos a queimar o embaixador, pra jogar-nos a culpa”.³⁶²

“Enquanto isso, nós passávamos dias razoavelmente amenos, jogando biriba e batendo os últimos papos com Bucher. Ele estava

³⁶¹ Ibidem. p. 255.

³⁶² Ibidem. p. 282.

ansioso para sair, mas, entendeu bem as razões do adiamento, sobrando cobras e lagartos para o regime:

- É escandaloso distribuir a minha foto para os carros de polícia! Não ligam nada prá minha vida! Querem pegar vocês de qualquer jeito. Não devemos correr riscos. Estou disposto a aguardar. Seria estúpido que tudo terminasse mal agora.

Seria. Por isso esperamos até o sábado, enquanto o dispositivo se cansava pelo Rio de Janeiro afora. Decidimos soltá-lo perto da igreja da Penha, às cinco da manhã. Com instruções de pegar um táxi e seguir, não para sua casa, mas para a do encarregado de negócios suíço, no Parque Guinle. De lá, em carro diplomático, para a sua residência, acompanhado por outros membros da embaixada. Segundo certas informações que tínhamos recebido, os setores da “linha dura” estavam dispostos a queimar o embaixador, prá jogar-nos a culpa.”³⁶³

Bucher fala no plural, numa clara identificação com os seqüestradores, *“não devemos correr riscos”*, em seguida, usa a primeira pessoa, deixando claro sua disposição de aguardar o momento oportuno, pois *“seria estúpido que tudo terminasse mal agora”*.

A mudança na tática do regime para conduzir as negociações com os seqüestradores registrada na narrativa é elemento que desencadeia exigências de aprofundamento de análise política por parte dos guerrilheiros e acaba por evidenciar a revisão dos valores em que se baseavam as ações do grupo.

Desde o primeiro comunicado, os seqüestradores analisam a mudança de tática do governo:

“Fiquei jogando paciência junto a M-1 sobre a mesa. Ouvindo rádio à espera de alguma notícia, quem sabe a leitura do nosso comunicado nº 1, com as exigências, que seguira logo após a ação. Mas, nada de comunicado e nenhuma resposta oficial do governo. Só notícias sobre buscas frenéticas, em toda cidade. Fora isso, as condenações de variados círculos e autoridades públicas e privadas da indústria e do comércio.

³⁶³ Ibidem. p. 282.

Sentia-me preocupado e angustiado, os minutos passavam lentos, muito lentos e quanto mais analisava os dados, mais crescia dentro de mim o receio de que a coisa corresse mal. E se não cedessem? Se desta vez se recusassem a negociar?”³⁶⁴

A indagação final feita por Syrkis demonstra a preocupação que passam a vivenciar se a hipótese de que a não-negociação se efetivasse. Essa hipótese, se confirmada, na avaliação de Syrkis traria para o grupo consequências trágicas do ponto de vista político e humano: seria a derrota política da guerrilha, e seria a derrota moral do grupo perante a opinião pública, e frente a eles mesmos, pois teriam que proceder à execução do embaixador.

Nas notas e editoriais da imprensa era possível perceber que a ditadura mudaria sua tática com os guerrilheiros:

No *Jornal do Brasil* o “editorial de apoio total ao governo Médici”, algumas notas e comentários conduziam à idéia de que, desta vez, o governo mudaria sua atitude. A ditadura mantinha a imprensa sob total controle, tanto é assim que, 24 horas após terem divulgado o comunicado nº 1, rádios e jornais afirmavam “que o governo não tinha recebido nenhum comunicado”.

“Ivan saíra prá comprar os jornais e dar uma urubusservada geral nas redondezas.

Voltou logo, trazendo o JB que dava o rapto na manchete e lhe dedicava um furibundo editorial de apoio ao governo Médici, seja qual fosse a política que este viesse a adotar. Algumas notas e comentários conduziam à idéia de que desta vez o governo mudaria sua atitude.”

“Os jornais da manhã, bem como o rádio, diziam que o governo não tinha recebido nenhum comunicado dos raptos do embaixador suíço. Ficamos tentando interpretar o significado daquela contra-informação. O comunicado nº 1 seguira minutos depois da ação, há quase 24 horas. Mais de cinco cópias tinham sido enviadas a diferentes órgãos de informação. Já era uma

³⁶⁴ Ibidem. p. 223.

*indicação do grau de controle que a repressão tinha sobre a imprensa. Para o mundo não existia nenhum comunicado.”*³⁶⁵

Afinal, o governo divulga uma declaração na qual admite ter recebido o comunicado dos terroristas, mostra-se empenhado em salvaguardar a integridade do embaixador suíço, mas nega-se a se “*sujeitar às exigências*” que segundo ele, interferiam na ordem pública; estas exigências eram os passes livres para a população nos “*trens da Central, Leopoldina e linha auxiliar*”; no final da declaração solicitava aos seqüestradores o nome dos setenta presos.

A essa declaração do governo, os guerrilheiros, em reunião de “*célula político-militar*”, analisam a situação e após a avaliação configuram-se duas linhas políticas: a maioria do grupo fechava com a posição de Ivan, que defendia não “*recuar em nada*”, devendo manter as exigências iniciais da operação. Syrkis pensava de outra forma.

*“- Esse negócio de manifesto pela TV, de 4 em 4 horas, e passagem de trens grátis são exigências demasiado elevadas pro equilíbrio de forças que existe. As condições prá ditadura são diferentes da época do alemão. Suíça não tem tanta força e tá com uma posição um bocado mole. O governo Médici tá mais forte, que antes da copa. Tão todos cagando prá vida do embaixador e fazendo o possível prá localizar o aparelho. Querem uma lista. Pode ser uma indicação que eles aceitam soltar os presos. Prá nós tá grandioso, perfeito. Mais que isso, meu chapa, só com outro exército, mais forte que o deles!”*³⁶⁶

Syrkis avaliava a fragilidade da esquerda através da avaliação que fazia sobre o governo Médici. Daniel e Lamarca concordavam, em parte, com ele, ponderavam ser difícil a ditadura aceitar todas as exigências, observando ser necessário insistir mais um pouco. Estavam certos, no entanto, de que deviam limitar “*nossas ambições aos presos*”. Ao final, todo o grupo fecha com a terceira posição, que “*tinha a*

³⁶⁵ Ibidem. p. 243-244.

³⁶⁶ Ibidem. p. 247.

vantagem de mostrar ao inimigo que não estávamos ansiosos, nem amedrontados. Tá, vamos aí, firmes, no aparelho mais procurado do Brasil".³⁶⁷

Muitas são as confirmações de que o governo buscava ganhar tempo na tentativa de *"localizar e estourar o aparelho"*.

No momento em que os guerrilheiros decidem mandar o terceiro comunicado solicitando garantia de liberdade para os setenta presos, evidencia-se a tática do governo de não divulgar para a imprensa os comunicados; publicamente mostra-se disposto a negociar, mas na prática protelava, impunha condições aos seqüestradores. Os jornais não só veiculam notícias falsas, como também denunciam o comportamento desumano dos seqüestradores. Syrkis reconhece que o governo fazia *"um jogo maquiavélico, muito competente"*. A estratégia era de *"parecer solícito"*, *"disposto a negociar"*, com isso, *"tentava ganhar tempo, para localizar e estourar o aparelho"*.

"Decidimos mandar o comunicado nº 3, cobrando apenas a garantia da soltura dos 70 presos.

Passaram mais dois ou três dias e o poder com seus mídias amestrados, seguiu no mesmo jogo. Não recebia nenhum comunicado. Ao mesmo tempo, o tom do vídeo, emissoras e jornais passou a patético. Por trás do "silêncio desumano" dos seqüestradores, descortinavam-se as mais negras suspeitas. Estaria ainda vivo o diplomata do país amigo? Ou já teria sido vitimado pela sanha sanguinária dos agentes de Havana?

Pelos jornais alimentavam constantemente o clima de que o aparelho onde estava escondido o embaixador suíço, estava pra cair - já fora localizado, já tinha a luz e o gás cortados - garantiam certas versões.

Ficou claro que não receberiam nem o 2 nem o 3, mandássemos quantos mandássemos. Depois de muitas discussões e reuniões, foi decidido enviarmos a lista dos 70 nomes que a ditadura dissera

³⁶⁷ Ibidem. p. 248.

aguardar “no firme propósito de salvaguardar a vida e a integridade de S. Excia., o embaixador da Suíça.”³⁶⁸

A guerrilha tenta furar o bloqueio armado pelo governo fazendo chegar aos meios de comunicação internacional e local uma lista dos nomes dos presos que seriam libertados. A ditadura reage e deporta o jornalista francês, que havia enviado a lista à Agência Francesa de Notícias.

“Para tentar varar o bloqueio de informações, fizemos chegar uma das listas diretamente à Agência France Presse, ao mesmo tempo que remetíamos outras para os jornais cariocas.

A lista da AFP seguiu com o carimbo vermelho VPR e uma carta do embaixador e as demais cópias com bilhetes de Bucker anexos, autenticando, mas não o fizemos rubricar a própria. No meio da tarde, pintou um comunicado do Ministério da Justiça, negando a autenticidade à lista de presos, recebida por várias redações cariocas e por uma agência internacional.

Nem por isso deixou de prender e expulsar do país o diretor da mesma, François Pelou, por ter passado no telex a notícia.

O jornalista francês ficou um dia detido no DOPS, numa cela cheia de merda. Depois foi levado ao Galeão e metido no primeiro voo pra Paris.”

A ditadura mostra sua face arbitrária ao “prender e expulsar do país” o jornalista francês.

O governo define e impõe condições para a negociação:

“O ministro Buzaid fez divulgar uma nota precisando que só seria considerada oficial a lista que: 1) fosse rubricada pelo embaixador; 2) fosse endereçada ao seu ministério.

No dia seguinte mandamos outra cópia nessas condições. À noite, o governo admitiu tê-la recebido. Anunciou que seria estudada. Sem mais precisões. Os mídia começaram a colocar a perspectiva de um desfecho favorável, pela primeira vez.

O tempo se arrasta, a espera angustia:

“A tensão foi cedendo lugar ao tédio. Os minutos sempre compridos. As repetidas esperas do dia. Espera do noticiário do

³⁶⁸ Ibidem, p. 251.

meio-dia. Do noticiário das oito. À espera da volta de Daniel, cujo teto era às sete. Era quem fazia o contato da tarde com a organização.”

A situação se agrava com a queda de quadros da VPR em Jacarepaguá e no sul do país. A queda do aparelho não acontece, porque os órgãos de repressão haviam “matado o gaúcho no pau”. Uma tragédia impede que outra aconteça.

“Foi depois de uma destas saídas, que trouxe um informe alarmante. Tinha caído o aparelho alternativo, na zona rural. Mais precisamente, o esquema médico em Jacarepaguá. Era alugado por um quadro legal, transferido de Porto Alegre, em contato com Inês. Tinha sumido há dias e agora ela descobrira, por vias travessas, sua prisão, lá para o dia 9. Não tinha relação com a nossa operação, mas com outras quedas no sul do país. Em todo caso, era uma pista que levaria à VPR, não tivessem eles matado o gaúcho no pau, logo nos primeiros dias.”³⁶⁹

A atitude do governo era de protelar, de fazer jogo dissimulado, de arquitetar uma situação sem saída. Primeiro divulgam que não haviam recebido as exigências, criando para a opinião pública a impressão de que não havia disposição por parte dos guerrilheiros de negociar. Na avaliação da guerrilha tudo levava a crer que a ditadura os conduzia para a execução do embaixador.

O regime isolava os guerrilheiros, não divulgando seus comunicados, e dava a entender pelas notas e declarações oficiais veiculadas na imprensa, que a disposição para negociar era do governo e não da guerrilha.

Os presos políticos tinham papel importante no jogo da ditadura. De um lado, os militares prometiam “tratamento especial” para aqueles que “colaborassem”; essa “disposição” de alguns presos poderia ser considerada elemento atenuante nos processos militares. De outro, o

³⁶⁹ Ibidem. p. 252.

regime ameaçava os presos que se negassem a “colaborar”, esses, certamente, seriam vitimados pelas ações dos órgãos de repressão.

Diante desse quadro, os militantes avaliam que a ditadura tinha alguns trunfos: primeiro trabalhava com a hipótese da morte do embaixador, transferindo toda culpa dela aos guerrilheiros; segundo, jogava com os presos políticos, conseguindo de alguns deles depoimentos contra a guerrilha veiculados pela imprensa, e aos que se recusavam a colaborar ameaçava deixar explícito que o regime se mostrava disposto a negociar, mas a guerrilha, ao contrário, era intransigente quanto às suas exigências.

Entre as estratégias e táticas da ditadura e da guerrilha, as negociações acontecem e têm desfecho favorável à libertação dos presos e do embaixador.

4.4 - As conseqüências advindas da ação do seqüestro

“E se eu não agüentar o pau? E se eu abrir? E se eu provocar quedas, mortes?”³⁷⁰

“Tá vacilando? Tá vacilando?”³⁷¹

Clandestinidade, prisão, tortura, morte e indagações sobre a identidade

A narrativa de Syrkis registra, como conseqüência das ações de guerrilha urbana, a dor e o sofrimento de companheiros mortos e seviciados nas prisões políticas do Brasil; o debate intenso no interior da organização sobre a oportunidade histórica da revolução brasileira e o exercício crítico de sua estrutura e diretrizes políticas; bem como o sofrimento pessoal por optar por sair do partido, após o seqüestro do embaixador suíço, e a crise de identidade vivida a partir dessa decisão.

³⁷⁰ Ibidem. p. 302.

³⁷¹ Ibidem. p. 262.

Syrkis demonstra, ao longo do texto, a forte experiência do medo. Medo de morrer no confronto aberto com a polícia, morte considerada pelos militantes a mais digna naquele contexto de adversidade. Medo de não suportar a tortura, do sofrimento e também de não ser forte o suficiente para *“não delatar ninguém”*.

O texto permite compreender as bases do compromisso moral que nutre com os companheiros que deram a vida pela causa revolucionária ou passaram por humilhações e atrocidades nos processos de tortura.

A crise de culpa/consciência de Syrkis se funda na amizade, e não como pensava, nos princípios ideológicos próprios do projeto revolucionário que assumira.

Na prisão, os guerrilheiros vivem a experiência de estar a todo momento entre vida e morte e é no enfrentamento da dor, do sofrimento e da humilhação que vivenciam processo de degradação e perda da dignidade humana.

Syrkis, em inúmeras passagens do texto, faz registro sobre a prisão, a tortura e a morte de militantes da esquerda no Brasil; relata a história dos militantes da ALN e MR-8 que participaram do seqüestro do embaixador americano.

Segundo o texto os órgãos de repressão noticiaram que Toledo havia morrido de enfarte no momento de sua prisão. A narrativa, na versão de Syrkis, afirma *“mas Toledo morreu na tortura, na pequena granja ‘31 de março’, do delegado Fleury”*.

À morte de Toledo seguiram-se várias quedas da ALN no Rio de Janeiro e em São Paulo. A morte de Eduardo Leite - o Bacuri - foi noticiada pela imprensa um dia após o seqüestro, sendo relatada com expressividade no texto.

Bacuri havia sido preso semanas antes do seqüestro do embaixador suíço, *“no Rio por causa de uma infiltração”*, o texto informa que *“foi inicialmente torturado no CENIMAR, depois entregue ao DOPS de São Paulo, aos cuidados de Fleury”*.³⁷²

*“Em São Paulo, Bacuri fora retirado, numa noite, da sua cela no DOPS por Fleury e sua equipe [...] Ele foi transferido para um dos sítios clandestinos e lá começaram a matá-lo aos pouquinhos. Segundo uma informação que tínhamos recebido estava cego e tinham-lhe quebrado as pernas. Era torturado todos os dias.” [...] Depois ficaríamos sabendo que o companheiro, barbarizado durante semanas a fio e já totalmente irreconhecível, foi executado com uma machadada logo que chegou a notícia da operação. Antes cortaram-lhe a orelha...”*³⁷³

O nome de Bacuri encabeçava a lista dos setenta presos que seriam libertados em troca do embaixador suíço. A repressão, como de costume, veiculou pela imprensa do país *“a notícia de sua suposta fuga, durante a prisão do velho Toledo”*.

O texto narra, assim, o que consideravam as primeiras vítimas do seqüestro:

“As buscas continuavam. Centenas de casas e edifícios eram vasculhados, mas, na sua maioria, as operações se concentravam nas regiões mais próximas ao local do seqüestro, e nos altos da Tijuca. Os bloqueios se multiplicavam pelas ruas e o dispositivo parecia extenuado e nervoso.

*Surgiam as primeiras vítimas. Na rua Alice, um casal foi alvejado e morto, num Corcel, ao se atraparhar frente uma blitz. O rapaz estava sem carteira. Numa rua próxima, em Santa Teresa, foi metralhado o pacato habitante de um falso aparelho, “estourado” a partir duma suspeita ou denúncia. Pensou que fosse assalto e reagiu.”*³⁷⁴

Syrkis, como Gabeira, depara com inocentes vitimados.

³⁷² Ibidem. p. 228.

³⁷³ Ibidem. p. 244.

³⁷⁴ Ibidem. p. 251.

Também a morte do guarda-costas de Bucher desencadeia no grupo um clima de crise moral. Tentam justificar essa morte com a expressão *“guerra é guerra”*. Ivan conta a Syrkis que Lamarca precisou *“ferir o guarda-costas que reagiu e quase acertou um tiro em Daniel”*.³⁷⁵

Ao ser informado da morte de seu guarda-costas Bucher lamenta e se considera responsável *“de certa maneira me considero responsável. Morreu pensando que ia me proteger”*.³⁷⁶

Daniel e Lamarca relembram a cena, e assim, justificam a morte do guarda-costas: *“guerra é isso aí”*. Lamarca, em tom de tristeza, afirmava

*“[...] sacanagem. Não queria matar o cara... É uma merda ter que matar, já me aconteceu outras vezes. O militar é educado para matar, guerra é guerra, mas, ainda assim, eu não gosto nada disso. A primeira vez também fiquei na fossa. Todas as outras...”*³⁷⁷

De um lado, a constatação realista de que *“guerra é isso aí”*, de outro, todas as vezes que mata alguém fica *“na fossa”*. Observo que o comportamento é diferenciado, quando alguém é morto por engano como são os casos do relato da página 251, inocentes vitimados são apenas um registro no texto. Gabeira descobre os inocentes na prisão, e com eles aprende sobre a dignidade humana. No relato de Syrkis o tom é apenas de registro, constatação da realidade vivenciada pelas vítimas do seqüestro.

A morte dos militantes da VPR Yoshitani Fujimori e Plácido foram anunciadas pelos rádios - *“sorte ter morrido de bala. Se caísse vivo iam tirar pedaços deles.”*³⁷⁸

O autor faz um balanço das mortes dos companheiros da organização:

³⁷⁵ Ibidem. p. 237.

³⁷⁶ Ibidem. p. 256.

³⁷⁷ Ibidem. p. 256.

³⁷⁸ Ibidem. p. 276.

*“Desde que tinha começado a operação, tínhamos perdido mais de dez companheiros no Rio Grande do Sul e um no Rio, no aparelho médico de Jacarepaguá. Agora, mais dois em São Paulo. Da VPR restava apenas a U.C. Juarez de Brito, na Guanabara, um ou dois gatos pingados em São Paulo e a área de trabalho no nordeste, o misterioso coqueluche da organização. Era hora de parar e fazer um balanço. Se as coisas continuassem nesse ritmo, em poucos meses, talvez semanas, a VPR acabaria.”*³⁷⁹

O texto permite constatar a decadência, o fim da Vanguarda Popular Revolucionária; dela *“restava apenas a U. C. Juarez de Brito... em poucos meses, talvez semanas, a VPR acabaria”*. As quedas terão seqüência após a libertação de Bucher. Agora era a vez de Onório e Ivan:

“Duas fotos pintam na tela, um negro, um branco, jovens.

Às 11 horas da manhã de hoje, na esquina da Av. Suburbana, com Cupertino, bairro de Cascadura, foram detectados dois terroristas de alta periculosidade, fortemente armados. Ao reagirem à ordem de prisão resultaram mortos a tiros, por agentes de segurança. Segundo comunicado difundido esta tarde pelo DOI-CODI do 1º Exército, os terroristas, já identificados são: Gerson Teodoro da Silva, paulista, 21 anos, e Maurício Guilherme Silveira, 19 anos, carioca, suspeitos de participação no recente seqüestro do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher.

*E as fotos de Ivan e Onório ainda ficaram uns segundos na tela mágica do vídeo. Depois sumiram para dar lugar aos nossos comerciais..”*³⁸⁰

Syrkis demonstra culpa pela morte dos companheiros, analisando que:

*“A INA era a perda logística mais recente. Muito pior, eram as perdas humanas. A morte súbita dos companheiros me deixou arrasado. O fato de não me dar com eles, fazia doer ainda mais, sentia-me culpado. Por Ivan, valente, implacável na sua determinação, como no seu sectarismo. Confuso politicamente, stalinista, mas, dera a vida pela revolução. Acaso podia exigir-lhe mais?”*³⁸¹

³⁷⁹ Ibidem. p. 278.

³⁸⁰ Ibidem. p. 319.

³⁸¹ Ibidem. p. 320.

Sentia-se arrasado, culpado pela morte de Ivan e Onório. Reafirma a avaliação que fazia de Ivan - valente, implacável, sectário, confuso politicamente, stalinista, *“mas”*, apesar de tudo foi capaz de dar a vida pela revolução. Ou seja, Ivan havia cumprido à risca a bandeira de luta da organização: *“Ousar vencer, ousar lutar, ousar morrer!”*

O balanço crítico do projeto político da organização tem início no período mesmo em que acontece o seqüestro do embaixador suíço.

Quarenta dias de seqüestro. Tempo *“passando lento”*, havia tempo suficiente para jogos de cartas, animosidades pessoais, crises existenciais, sonhos macabros, tempo para *“intermináveis discussões com Lamarca, no quarto dos fundos, começamos a questionar a linha da organização. Mas rompíamos apenas com os aspectos mais caricatos do vanguardismo-militarismo reinante”*.³⁸²

Segundo a narrativa, *“o primeiro nível de questionamento”* admitia a necessidade de *“renunciar às ações espetaculares, dedicar-se às ações de propaganda armada, ligada a problemas locais, e voltar a fazer algum trabalho de massas”*.³⁸³

O texto assinala a necessidade que os militantes viam - principalmente Syrkis e Lamarca - de *“fazer um balanço sério, mudar toda nossa política”*. É assim que constata:

*“A polêmica sobre o “transferir” ou não o embaixador da Suíça, tinha aberto caminho a uma outra, muito mais profunda, que ia questionando, a própria essência da nossa prática, desde a reorganização da VPR, em fins de 69.”*³⁸⁴

Nesse contexto, a essência da prática política valia mais que a vida do embaixador. Duas são as avaliações políticas que se confrontam

³⁸² Ibidem. p. 279.

³⁸³ Ibidem. p. 279.

³⁸⁴ Ibidem. p. 278.

na análise crítica que fazem do seqüestro como forma de luta. De um lado, os que defendiam o seqüestro como meio eficaz de luta *“vital nas cidades, enquanto não se criavam condições para a guerrilha rural, essa teia de Penélope”*. A base do *“raciocínio”* era que *“ações-espetaculares-de-sacudir-o-país”* deviam ser constantes grandiosas, pois *“as massas precisavam ser sacudidas pela Vanguarda, para depois, seguirem o nosso exemplo”*. Criticavam a forma como a célula tinha conduzido as negociações no seqüestro de Bucher, afirmando que *“tínhamos desmoralizado a suprema e sacrossanta forma de luta do seqüestro”*. De outro lado, os que avaliavam que o seqüestro *“estava virtualmente esgotado como instrumento, no Brasil”*. Desse grupo faziam parte Syrkis e Lamarca. Avaliavam o esgotamento da eficácia desse tipo de ação através de ponderações sobre as conjunturas nacional e internacional.

Ponderavam que como tática de luta o seqüestro tivera eficácia *“num momento particular”*, em uma situação *“especial”*, eficácia que se perde ao se *“generalizar”* pelo mundo.

“Tinha funcionado num momento particular, numa conjunção especial de circunstâncias. Na medida em que, na seqüência do seqüestro de Elbrick, ele foi se generalizando pelo mundo, foi se desgastando rapidamente e esvaindo suas possibilidades.”

Assinalam a desproporção entre as forças militares do poder ditatorial e do poder da guerrilha.

“Era uma forma de luta, totalmente desproporcional à força real dos grupos que dele lançavam mão. Dez gatos pingados, isolados das massas, podiam, mediante um golpe de audácia, colocar em cheque um regime militar todo-poderoso, realizar um ato de repercussão nacional e internacional. Era uma espécie de deux-ex-machina político.”

Reconhecem a audácia política desta forma de luta que atingia a raiz do poder de Estado.

“Por esta razão, era evidente que se tratava de um instrumento condenado a um rápido desgaste. Os estados ditatoriais, contra os

quais era dirigido, não podiam ficar abrindo as pernas, sistematicamente, a uma forma de pressão que os questionava na própria essência milenar do Estado, a capacidade de manter presos seus próprios inimigos.”

E avaliam as alterações na conjuntura política que mudam, significativamente, a correlação de forças.

“A pedra de toque, era evidente, a vontade e a capacidade de pressão das potências imperialistas, cujos diplomatas eram seqüestrados, sobre os governos ditatoriais do continente. Nas primeiras vezes, com relação ao Brasil, da junta militar e depois do general Médici, governos ilegítimos de péssima imagem internacional, essa pressão tinha existido e tinham sido abertos os precedentes.

Mas, agora, depois da copa do mundo, e em plena euforia de milagre econômico, a tendência desses governos era de não mais pressionar os regimes às voltas com seqüestros de embaixadores. Foi a política que os EUA logo vieram a adotar. Se, naquela época, perdiam dezenas de homens, diariamente no Vietnã, porque haveriam de tolerar que os guerrilheiros latino-americanos, continuassem esvaziando as prisões, em troca dos seus representantes oficiais?”³⁸⁵

Aos aspectos políticos apontados - o desgaste do seqüestro como forma de luta à medida que se generaliza pelo mundo; as forças de esquerda estarem enfraquecidas frente ao *“regime militar todo poderoso”*; os Estados ditatoriais não admitirem perder *“a capacidade de manter presos seus próprios inimigos”*; a constatação de que a pressão das *“potências imperialistas”* para a libertação dos embaixadores não mais aconteceria *“por que haveriam de tolerar que guerrilheiros latino-americanos continuassem esvaziando as prisões, em troca dos seus representantes oficiais?”*; - somava-se, ainda, o indicativo de que a organização estava inteiramente isolada *“do povo pelo qual lutávamos”*.

“A massa real, que só sabia de nós pela TV e pelos jornais de crime, muitas vezes nos confundia com bandidos e assaltantes. Vivíamos no mundo fechado dos aparelhos, sem nenhum contato

³⁸⁵ Ibidem. p. 278-279.

social, nem com a classe média, que no passado fora a nossa base de apoio.”³⁸⁶

E que o isolamento social era fruto da política de quadros adotada pela organização.

“A política da organização tinha sido de clandestinizar todos os militantes, inclusive os que ainda teriam alguma chance de vida legal, como era o meu caso. Mesmo os quadros que podiam, não trabalhavam e não estudavam, viravam clandestinos, de documentos frios, profissionais de pontos, aparelhos e ações, isolados de qualquer outra atividade, desenraizados de qualquer camada social.”³⁸⁷

Constatado o esgotamento da forma de luta de seqüestros, o erro da escolha da política de quadros base da estrutura da organização, constatado o desenraizamento da organização das camadas da população, restava questionar a validade da luta armada no contexto histórico específico do país:

*“Será que a própria luta armada, em si, tinha viabilidade, naquele momento da história do país? Será que vivíamos, conforme o repetíamos, há mais de três anos, numa situação pré-revolucionária? Ou, pelo contrário, no meio dum profundo refluxo?”*³⁸⁸

Lamarca somava a essas indagações a constatação de que o capitalismo brasileiro não vivia uma crise de estagnação. Afinal, estava no auge o chamado milagre econômico brasileiro, período em que as taxas de crescimento do país atingiram o índice de “mais de 10% ao ano, e a esquerda era a última a reparar”.

É assim que, no momento de libertação do embaixador, após a chegada dos 70 presos políticos no Chile, Lamarca se despede de Syrkis “com um forte abraço” expressando a vontade de:

³⁸⁶ Ibidem. p. 279.

³⁸⁷ Ibidem. p. 279.

³⁸⁸ Ibidem. p. 279.

“- Vamos ficar em contato por carta e ver se a gente se encontra prá continuar as nossas discussões. Pensar melhor nas coisas. Tem que mudar tudo.

A frase ficou pairando pela saleta de entrada, à saída de palco do primeiro dos atores. Na madrugada seguinte, após breve ato final, as cortinas se fechariam, de vez, sobre aquele parênteses de vida, longo de quarenta dias de verão carioca.”³⁸⁹

A correspondência entre Syrkis e Lamarca tem vida breve. Syrkis registra na narrativa a troca de somente duas cartas entre eles. Na primeira, Lamarca comenta a decisão de Syrkis de sair da organização e viajar para o exterior: *“Abri o envelope. Ele devia estar puto da vida comigo. Decepcionado. [...] Sentado no banco de praia comecei a ler a carta temeroso”*.³⁹⁰

“Engano. A carta era das mais amigas. Começava dizendo que antes de qualquer outra coisa, ele queria dizer que tinha por mim o maior respeito como companheiro. Que entendia e aceitava minha decisão. Havia muitas maneiras de ser útil à luta. Ela ia ser muito, muito longa e tínhamos que raciocinar a longuíssimo prazo. Tínhamos estado muito tempo errados. Devíamos recuar, voltar ao trabalho de massas, à criação duma base social.

Necessitávamos preservar a vida dos companheiros e as suas possibilidades de formação. Sentia-se contente por eu ir ao exterior e poder levar as questões que estávamos discutindo, o balanço dos últimos tempos, aos companheiros do exterior, que não estavam a par da situação e viviam num oba-oba que o inquietava.

Comunicava-me também a sua decisão de romper com a VPR. As divergências eram insuperáveis no interior do CN e com outros companheiros, que agora formavam a Coordenação Provisória. Ele não queria mais ser comando de porra nenhuma. Queria fazer trabalho de base, no campo, junto ao povão.

Rompia com a VPR e queria ser um simples militante, num trabalho de conscientização e organização dos camponeses. Sonhava com comunidades de base.”³⁹¹

³⁸⁹ Ibidem. p. 279.

³⁹⁰ Ibidem. p. 316-317.

³⁹¹ Refere-se ao Comando Nacional (CN). Ibidem. p. 317.

O “tom” da carta de Lamarca é de respeito pelo companheiro, de quem aceita e compreende a decisão do outro, entendendo que Syrkis permanecia fiel à luta; a decisão de abandonar a organização era aceita uma vez que *“também [era] sua decisão de romper com a VPR”*. Na carta “amiga” Lamarca reconhece erros, critica companheiros que estavam no “oba-oba” e reafirma sua disposição de lutar. *“Devíamos recuar, voltar ao trabalho de massas, à criação de uma base social”*. Segundo a narrativa, Lamarca *“queria ser um simples militante, num trabalho de conscientização e organização dos camponeses. Sonhava com comunidades de base”*.

A segunda carta de Lamarca (Cláudio) a Syrkis datada de 2 de maio de 71 é de despedida. No início ele autoriza Syrkis *“a falar em meu nome com os companheiros da VPR, no exterior”*. Em seguida expressa sua discordância em *“gênero, número e grau”* relativa ao Documento da Coordenação Provisória da VPR. Depois, expressa a posição da VPR em Cuba de *“organizar uma força lá fora e desembarcar aqui”*, mostrando-se *“contra essa posição que considero aventureira”*; logo em seguida finaliza a carta:

*“Não sei como me despedir, nem vou tentar - te abraço forte, como faz um revolucionário que respeita seu companheiro - a Revolução está em todo o mundo, dentro dela está a solução para a humanidade, em todos os níveis. Só resta um tchau que não vai cheio de dor, mas de ardor revolucionário, para um revolucionário que se despede do país, mas não da revolução.”*³⁹²

Lamarca reconhece em Syrkis *“um revolucionário”*, ciente de que *“a Revolução está em todo o mundo, dentro dela está a solução para a humanidade, em todos os níveis”*. A despedida de Lamarca no último parágrafo da carta nos remete para a crise de identidade que Syrkis vivia naquele instante de sua vida. O reconhecimento de Lamarca à sua pessoa e

³⁹² Ibidem. p. 327-328.

a manifestação de que via nele um revolucionário o conforta - *“te abraço forte, como faz um revolucionário que respeita seu companheiro”*.

Eram muitas as dúvidas e indagações que povoavam a mente e o coração de Syrkis: afinal quem era ele? Quais os valores que o formavam? Em que acreditava? Era com forte sentimento de culpa que indagava sobre os rumos da revolução e, em especial, os rumos de sua vida.

Muitos companheiros da VPR o classificavam como insubordinado, indisciplinado, mal formado ideologicamente, liberal, vacilante, sem firmeza revolucionária. Em certos momentos ele se penitenciava em face dessa avaliação, em outros reagia indignado, sem aceitar as críticas que lhe eram dirigidas. É assim que no momento do seqüestro do embaixador suíço, quando esquece no bolso a chave de um dos carros que participaria da operação, se penitencia perante os companheiros e *“desesperado”* afirma *“sou um contra-revolucionário [...] que liberalismo [...]”*.³⁹³

A narrativa é forte na celebração da vida. Ao completar 20 anos no dia 8 de dezembro de 1970, pensava: *“Restava saber se chegaria inteiro aos 21, se iam me dar os 70 presos de aniversário e se o astral estava ou não pra sagitário”*. A preocupação com a vida reaparece em conversa com Bucher, na noite de 31 de dezembro, no chamado *“reveillon do terror”*.

“Nestas alturas eu era o único “clandestino” da equipe e fiquei batendo papo com Bucher, enquanto se esvaíam os últimos minutos de 1970. Me lembrei do ponto com Daniel e Alex, no Zepellin. Pareciam mais de dez anos. Naquele dia tínhamos trocado prognósticos alegres sobre aquilo que achávamos viria a ser um ano e uma década de grandes acontecimentos revolucionários.

³⁹³ Ibidem. p. 233.

*Doze meses depois, estávamos ali, dizimados, reduzidos a menos de um quarto do que fora a organização. Um pensamento sombrio me assaltou. Será que chegava no reveillon de 71?”*³⁹⁴

A vida pulsava no corpo do jovem de vinte anos.

*“Eu comecei a sentir uma necessidade doida de sair dali e de ir até o mar. Fazia três semanas que estava enlatado naquela infra de paredes cada vez mais apertadas. Tinha que ver o mar.”*³⁹⁵

Sentimentos de culpa são registrados em diferentes situações.

Na conversa com a mãe pelo telefone:

“A velha quase desmaiou do outro lado do fio. Mas ficou aliviada em ouvir minha voz. Fazia um mês que eu não dava notícias. A preocupação materna atravessou vários quarteirões, pelos cabos da Telerj.

- Meu filho, onde você está???

*Falamos mais uns minutos e depois desliguei, cheio de culpas.”*³⁹⁶

No momento do sonho que teve quando da polêmica da “transferência” do embaixador:

“É um pasto à beira do milharal. Estou perseguindo um bando de anus negros, que fogem cortando o céu, com seus gritos tristes, lancinantes. Pousam nos primeiros pés de milho.

Corro, a carabina 22 pesa na mão, retarda o pique. Estou chegando perto. As manchas negas mexem nervosas, mas não voam. Controlo meu ofegar, levanto a arma, o dedo preme o gatilho, a mão salta para o ferrolho num vai-e-vem frenético, os estampidos cortam o ar sossegado. O anu cai. De asa quebrada saltita pelo chão e se emaranha nos galhos de um arbusto, quando disparo novamente.

O tiro cortante e o impacto seco do projétil na vegetação rasteira ainda pairam no silêncio quando chego. A ave negra, grandona, está esfacelada, a parte traseira arrancada pelas balas de chumbo. As entranhas e as penas, numa massa disforme, ensangüentada, pingam por entre os galhos do arbusto verde, bucólico.

³⁹⁴ Ibidem. p. 270.

³⁹⁵ Ibidem. p. 271.

³⁹⁶ Ibidem. p. 273.

Sinto nojo. Nojo amargo, culposo, piedoso. Nojo.”³⁹⁷

Culpa e piedade povoam seu sonho. Piedade de si mesmo, piedade do embaixador.

A um só tempo, expressa as incertezas e certezas quanto a oportunidade política da luta revolucionária naquele contexto, quando dialoga com o amigo Carlinhos e este pondera ser uma questão de tempo a vitória da ditadura no confronto com a esquerda. *“Nossa experiência vai ficar acumulada prás gerações futuras...”* O diálogo termina com a avaliação de que o que faziam era resistir, que era coerente e tinha compromisso da luta revolucionária.

“- Somos um pouco como os narodniks. Nossa experiência vai ficar acumulada prás gerações futuras, observei fatalista.

- Resta saber se vale a pena você se fuder por tão pouco.

- Sei lá. Talvez não. Mas tenho um compromisso muito forte com tudo isso. Alguém tem que resistir. É uma questão de coerência.

Nos despedimos e fui para o mar, de ônibus. O dia no Leblon estava meio pro cinzento. O mar, muito agitado tinha um tom verde.”³⁹⁸

Syrkis mostra-se angustiado de *“deixar a luta”* quando fazia crítica a ações políticas que implementavam e nas conversas com Lamarca. Registra que o clima no aparelho era de *“animosidade e autofagismo”*, confessa que não tinha coragem de questionar a própria luta revolucionária junto aos companheiros receoso de ser acusado de não-revolucionário, vacilante...

“Eu começava a colocar essas questões abertamente. Já pensava nisso há algum tempo, mas, não tivera coragem de levantar, por receio de ser acusado de ‘vacilação ideológica’.”³⁹⁹

Após a liberação do embaixador suíço a crise pessoal de Syrkis aumenta. Dividido entre permanecer na luta resistindo à ditadura e

³⁹⁷ Ibidem. p. 261.

³⁹⁸ Ibidem. p. 274.

abandonar a luta por reconhecê-la perdida; a lealdade a companheiros e amigos vivos e mortos e a quebra do compromisso revolucionário de permanecer na luta até a morte; a condenação dos companheiros à sua atitude e a aprovação dos companheiros de luta; dúvidas sobre sua capacidade de suportar as torturas e a certeza de sua fragilidade frente à brutalidade da tortura - Syrkis busca reencontrar seu eu, seus desejos, sonhos e fantasias, sua realidade, sua verdade. No reencontro os valores e sentimentos se misturam, o valor da amizade e da lealdade acompanhados da culpa.

“Lamarca, fechado nalgum aparelho. Daniel, Alex, Inês, Lúcia, Raquel, Eli, Careca, Tibério. Meus companheiros, meus amigos. Como posso abandoná-los?”

O sentimento de antipatia pessoal gerando desafetos.

“Veio à mente a briga com Ivan, o fígado roído. Meu e dele. Era Prometeu, roendo o próprio fígado, sem precisar de abutre. Era isso a nossa esquerda armada, mal-amada.”⁴⁰⁰

- E você, porque não se manda. Prá que ficar dando uma de Joana D’Arc?

Eu dava a resposta costumeira, sem muita convicção:

- Alguém tem que resistir, alguém tem que fazer alguma coisa contra essa merda dessa ditadura.

O sentimento do medo da morte e a vontade forte de viver.

“No dia seguinte fui novamente ao cinema.”⁴⁰¹

Os atores iam acontecendo na tela, mas eu assistia outro filme. De terror, silencioso, em cinerama interior.

Queria conhecer o mundo, viajar por aí. Mas não vou. Breve, o apagar da vida, como de uma lâmpada. No meio de uma balaceira, ou pior, muito pior, numa sala de torturas, totalmente nas mãos deles.

³⁹⁹ Ibidem. p. 280.

⁴⁰⁰ Ibidem. p. 302.

⁴⁰¹ Ibidem. p. 304.

Ou na melhor das hipóteses, depois de tudo, passar uma vida presa, enjaulado, feito uma fera. Porque perdemos.

E se eu não agüentar o pau? E se eu abrir? Se eu provocar quedas, mortes. Nessas alturas do campeonato, não dá mais prá mistificar. Não abriu nada, quem morreu no pau. Ou alguns caras velhos, muito experientes, um ou outro herói, como Bacuri.

No confronto com a fraqueza pessoal frente à eficácia da tortura a descoberta de valores que fazem suportar esta situação de atrocidade - o amor, o ódio.

“Do nosso pessoal, alguns conseguiram ludibriar os torturadores, ganhar tempo, esconder informações vitais. Na maioria dos casos, os militantes não agüentavam, no grau em que a tortura era posta em prática, cada vez mais cientificamente. Honestamente, não posso garantir seja capaz de agüentar tudo. Não sei. Tenho dúvidas.

Os grandes ferrabrazes ideológicos, foram os que sempre mais abriram. Ninguém resiste à tortura por “nível ideológico”, “fé no marxismo-leninismo” ou “no proletariado”. Se resiste é por uma questão de estrutura própria, como pessoa, por uma emoção muito forte. Por amor ou por ódio.

A tortura é uma arma eficaz. Se não fosse, não teria causado tanto estrago, não seria usada pelos esbirros de todo mundo, sempre que podem.”

Dilacerado, reafirma sua crença na revolução.

“Lamarca diz: o negócio é ter fé na revolução e “nunca deixar-se reduzir à própria individualidade”. Sentir-se parte do povo explorado.

Fé na revolução, na redenção dos explorados e oprimidos, numa vida melhor pro povo, num Brasil mais humano e mais justo, eu tenho. Não tenho mais é na esquerda armada, na guerrilha urbana, na VPR, no confronto solitário com o poder.

Não acredito mais nos carbonários.

Quero cair no mundo, conhecer coisas novas prá lá do mar, prá lá da linha do horizonte.

Não posso! O compromisso! Que vão dizer os companheiros? Que vão pensar de mim?

Aliviado opta pela vida:

“O filme acabou. Fecharam as cortinas. Acenderam as luzes. Saí do cinema. Fiquei imóvel na calçada, petrificado. As pessoas até olhavam prá mim com fugaz curiosidade, devia estar com uma cara muito estranha. O cálice transbordara e eu tinha tomado uma decisão. Nalguma fração de segundo, entre a poltrona do cinema e a calçada turbulenta de gente, a mola da engrenagem havia quebrado.

Logo mais me atormentaria de culpas e vergonha, mas naquele momento, eu só sentia alívio. Queria viver, tinha decidido e não havia mais dúvidas.

Voltei ao meu quarto e dormi um sono pesado, de fundo de poço.”⁴⁰²

Mortificado, cheio de culpa, defrontando-se com suas fraquezas e limites, sem acreditar nas esquerdas busca angustiado pistas da verdade. É assim que depara com a verdade da derrota histórica da esquerda revolucionária no Brasil, com a verdade da fragilidade humana frente à tortura, constatando que *“ninguém resiste à tortura por nível ideológico”, “fé no marxismo”* ou *“no proletariado”*. Se resiste é por uma questão de estrutura própria, como pessoa... Por amor ou ódio”. Depara com a verdade de ter *“Fé na revolução, na redenção dos explorados e oprimidos, numa vida melhor pro povo, num Brasil mais humano e mais justo, eu tenho”*, contraposta à verdade de não ter mais fé *“na esquerda armada, na guerrilha urbana, na VPR, no confronto solitário com o poder”*. *“NÃO ACREDITO MAIS NOS CARBONÁRIOS”*. Essa era a grande verdade de Syrkis, em consequência dela nova verdade aparece - *“Queria viver, tinha decidido e não havia mais dúvidas”*! É com esta certeza que Syrkis busca o mundo, busca *“conhecer coisas novas pra lá do mar, pra lá da linha do horizonte...”*

Na seleção dos textos de Gabeira e Syrkis sobre a experiência vivida no contexto dos anos 1969/1970, tivemos a intenção de

⁴⁰² Ibidem. p. 304-305.

destacar as significações que sujeitos históricos, em situação-limite, conferem às suas experiências.

As narrativas exprimem o esforço dos atores/autores de se elevarem acima do mundo que os cercava, manifestando o registro dos acontecimentos por meio da fala viva, mas distanciada dos fatos.

Esse esforço compreensivo sobre o vivido que as narrativas contêm, possibilitam-nos destacar os conflitos teórico-práticos que os militantes vivenciaram a respeito da ação política concreta desencadeada e de sua efetividade naquele momento circunscrito da conjuntura brasileira.

Foi possível também perceber a presença de racionalidades distintas que alicerçavam as ações desses militantes e as suas mutabilidades, muitas vezes presentes em uma mesma situação.

As narrativas expressam a natureza contingente dos conflitos ético-morais vividos pelos militantes, e como eles sinalizavam, não só, para a exigência da melhor adequação entre meios e fins, mas também deixavam subjacente a esta evidência, a vidência de princípios universais, exacerbando os conflitos inquietando e exigindo que se aprimorasse a capacidade de julgamento.

Os narradores em suas falas permitem-nos a identificação dos conflitos entre a verdade subjetiva e a objetiva, entre as vontades e as necessidades do eu de cada um dos atores, seus valores pessoais e as crenças e necessidades do grupo a que pertenciam. Nesse movimento entre o eu e o nós avança a experiência do auto-conhecimento. Aprendem sobre si mesmos.

As narrativas por trazerem o mundo circunstanciado à fala possibilitam aos narradores o distanciamento e a reflexividade sobre o vivido. Criam, deste modo, bases para o entendimento dos elementos

próprios da heteronomia possibilitando a superação desta experiência e a fundação das bases de autonomia.

Nas narrativas encontramos sinais da aprendizagem dos atores/autores sobre os elementos constitutivos da heteronomia e da autonomia. Passemos à interpretação e à análise da experiência da aprendizagem de valores na ação política.

PARTE III

A ESSÊNCIA DA EXPERIÊNCIA NARRATIVA: NO HORIZONTE DA INDAGAÇÃO A POSSIBILIDADE DE APRENDER E ENSINAR SOBRE OS VALORES FUNDANTES DA HETERONOMIA E DA AUTONOMIA

CAPÍTULO V

DIALOGANDO COM A NARRATIVA: A BUSCA DE UMA COMPREENSÃO SOBRE A APRENDIZAGEM DE VALORES NA AÇÃO POLÍTICA

Em contextos históricos de ditadura, onde os elementos de coerção e opressão estão presentes, sujeitos políticos podem aprender sobre os valores que fundamentam a autonomia e a heteronomia, através da experiência de conflito ético-moral advindo de situações-limite: ameaça à vida e perda da dignidade humana.

Os seqüestros dos embaixadores efetuados por grupos de esquerda no Brasil, no período que compreende os anos de 1969-1970, se configuram em situação de limite para a esquerda naquela conjuntura: nas prisões políticas a morte é uma realidade, a institucionalização da tortura impõe a realidade da perda da dignidade humana. Os fatos exigem dos militantes que tomem posição diante daquelas atrocidades, remetendo-os para questões de natureza moral-prática.

Neste capítulo busco interpretar a experiência narrada por atores-autores desse cenário específico da história política brasileira.

A narrativa é considerada aqui material pedagógico no triplo sentido: para o próprio narrador que ao registrar sua memória daquele tempo vivido realiza uma reflexão sobre sua prática, para o leitor que ao fazer esforço interpretativo aprende com a experiência do outro. E por fim, a reflexão advinda desta leitura, que procura ressaltar a aprendizagem ético-

moral na ação política e o tom pedagógico da narrativa para que outros possam seguir neste rastro.

As categorias autonomia e heteronomia foram definidas como ferramentas possibilitadoras da análise da aprendizagem de valores advinda da ação política em contexto de conflito ético-moral, por permitir elucidar processos ativos de construção das regras, leis e princípios efetivados por sujeitos para guiar suas decisões.⁴⁰³

Sujeitos políticos podem aprender sobre os fundamentos da autonomia quando vivenciam situações em que estão presentes o respeito mútuo, a reversibilidade, a reciprocidade e a cooperação; e aprender sobre os fundamentos da heteronomia quando têm experiências em que se manifestam o respeito unilateral, juízos formulados unilateralmente, o egocentrismo e a coação.

Tem-se por hipótese que a aprendizagem de valores em situações políticas conflitivas e/ou dilemáticas se configura, quando sujeitos de ação são capazes de compreenderem e interpretar a contraposição, a contradição e a ambivalência entre componentes próprios da autonomia e da heteronomia; os elementos próprios da racionalidade estratégica - fonte de autoridade e/ou autoritarismo, e àqueles próprios da racionalidade comunicativa - fonte de poder fundado em bases consensuais; e os sinais de cisão entre vontade empírica e vontade autônoma, ou seja, entre exigências morais cabíveis sobre condições dadas contrapostas a vontade fundada em princípios universais. E que é nesse processo de assimilação das antíteses, contradições e ambivalências entre autonomia e heteronomia que aprendem sobre os fundamentos da democracia, do autoritarismo, da

⁴⁰³ Como vimos as categorias autonomia e heteronomia estão presentes na tradição moderna Kantiana de análise da pragmática universal, tem marcada influência na formulação teórica da Escola Crítica, aqui considerada na produção de Jürgen Habermas e na psicologia cognoscitiva do desenvolvimento, de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg.

solidariedade, do egocentrismo, da liberdade, da opressão, da dignidade e da miséria humanas.

Em cada um dos quatro campos temáticos propostos para a compreensão dos textos - as estratégias de seqüestro; a justificativa das ações; as relações entre os sujeitos/atores políticos envolvidos na ação; e as conseqüências advindas das ações de seqüestro - formulamos três indagações que nos permitirão interpretar/explicar os valores vivenciados pelos militantes na ação política em situação-limite:

- Que elementos constitutivos das categorias autonomia/heteronomia estão presentes nas narrativas das situações vivenciadas, e quais conexões os autores estabelecem entre eles?

- Quais os tipos de racionalidades que se encontram presentes na base das ações circunscritas naquele contexto específico?

- Como atores/autores vivenciam a contraposição entre máximas necessárias por si mesmas (lei universal do tipo vida e dignidade humana) e os imperativos necessários como meio para uma outra intenção?

Como intérpretes enfrentamos o problema da objetividade da interpretação, nesse sentido nos esforçamos para compreender por que o autor do texto faz determinadas *“asserções, observa ou fere determinadas convenções e porque dá expressão a determinadas intenções, disposições, sentimentos e coisas parecidas”*⁴⁰⁴. Como intérprete nos esforçaremos para averiguar as razões que fazem com que os procedimentos do ator/autor pareçam como racionais para ele, só assim conseguiremos compreender o que quis dizer na narrativa. Ainda como intérpretes, buscaremos situar/identificar as situações em que o autor consegue de forma harmoniosa, equilibrada, fazer conviver valores, acordos sobre proposições

⁴⁰⁴ HABERMAS, 1988^a. p. 44-46.

fundadas em bases de reciprocidade entre os parceiros e aquelas em que o convívio e a harmonia são quebrados por egocentrismo ou coação.

5.1 - A experiência da ação planejada e a aprendizagem sobre os valores próprios da ação estratégica: eficiência e eficácia

As narrativas de Gabeira e Syrkis sobre as ações que antecedem e as que se constituem no momento mesmo do seqüestro, bem como as relações que estabelecem com o regime militar no momento de duração do seqüestro permitem identificar os tipos de racionalidades em que se assentam estas ações - a instrumental e a estratégica.

É próprio da racionalidade estratégica fazer adequação dos meios para se atingir de forma eficiente o fim proposto. Nesse tipo de ação o agente avalia a forma mais eficaz de agir e considera o tempo todo “as decisões de um oponente racional”⁴⁰⁵.

No seqüestro dos embaixadores o oponente é o regime ditatorial, e portanto é contra ele que dirigem e planejam suas ações. Assim, buscam conquistar um fim imediato, no caso o do seqüestro do embaixador, que ao ser atingido se transforma em meio para se obter o fim maior, ou seja, o de libertar os companheiros presos e implementar a luta revolucionária que, por sua vez, traria a possibilidade de implantação do projeto socialista para o Brasil.

As regras de ação estarão orientadas para os fins que se pretende alcançar, por isso seus valores fundantes são eficiência e eficácia. As racionalidades instrumental e estratégica estão na base de ações desse tipo.

⁴⁰⁵ Idem, 1994. p. 385.

Ao planejarem ações de seqüestro os militantes levam em conta: aspectos políticos de âmbito nacional, relativos ao regime ditatorial brasileiro, e internacional referentes aos Estados Unidos da América, Alemanha e Suíça; a rotina da vida dos embaixadores, as condições materiais e técnicas necessárias para a realização do seqüestro; condições de segurança, aspectos emocionais e habilidades pessoais necessárias. A experiência própria da ação planejada possibilita a aprendizagem sobre os valores da eficiência e da eficácia.

No âmbito político nacional a ditadura impõe a experiência da mais brutal coerção e opressão, imposição que culmina com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

As narrativas permitem avaliar a capacidade dos militantes em analisar a conjuntura política e as considerações que o regime ditatorial fazia sobre eles.

As relações que estabelecem entre o regime ditatorial e a esquerda armada no Brasil têm feição heterônoma. Não existem bases de acordo possíveis de serem firmadas. O que se assiste é o exercício da coerção brutal por parte da ditadura, o confronto aberto entre os poderes militar e o militante.

A racionalidade que está na base desta relação é a estratégica, atentamente orientada para a anulação do outro como sujeito de poder. Os fins que se busca alcançar são a derrota das forças de oposição armada, no caso da ditadura; a derrota do regime militar e reconquista da ordem democrática, no caso da esquerda.

Ditadura e guerrilha aprendem uma com a outra, aperfeiçoam suas táticas e estratégias de luta com as análises feitas das ações de confronto que estabelecem entre si.

As narrativas situam as diferenças conjunturais da força militar nos três seqüestros realizados. No do embaixador americano o país estava governado por uma Junta Militar. O presidente Costa e Silva havia sofrido derrame. Na avaliação de Syrkis a Junta era expressão do golpe dentro do golpe. No seqüestro dos embaixadores alemão e suíço a direção do regime militar estava sob o comando do General Médici. O país vivia a euforia de ser o campeão mundial da Copa de 70 e dos resultados do crescimento econômico obtidos pelo *“Milagre Brasileiro”*.

Os militares mostram-se competentes na técnica de combate à esquerda armada. Competência demonstrada no momento dos três seqüestros. No seqüestro do embaixador americano localizam com rapidez a casa-esconderijo, fazem o cerco a ela e acompanham, passo a passo, a libertação do diplomata. Concluída a operação, eficientemente localizam e prendem alguns dos militantes que dele haviam participado diretamente, em curto espaço de tempo, estendendo suas ações repressivas às demais organizações, simpatizantes e inocentes.

Nos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço não conseguem localizar as casas-esconderijo, mas desencadeiam ações de busca incessantes, aumentam o cerco às organizações, *“estouram aparelhos”*, prendem e matam pessoas.

Especificamente, no caso do embaixador suíço, o governo Médici muda de tática: procura desenvolver ações objetivando isolar os seqüestradores através do controle rigoroso sobre os órgãos de informação exigindo deles que apenas divulguem fatos e comunicados permitidos pelo governo. Não vacila em reprimir jornalistas que procuram noticiar fatos para além de seu controle. O caso do jornalista francês relatado por Syrkis é exemplo disso.

O governo também não aceita as exigências dos comunicados, exigindo negociação do nome dos presos solicitados. Diante

do governo do país ao qual o embaixador pertencia, a ditadura compromete-se a tudo fazer para resgatá-lo vivo. O governo militar veicula internacionalmente que está disposto a negociar, e de não ser essa disposição manifestada pelos seqüestradores.

Inicialmente, a guerrilha urbana avalia mal a capacidade repressiva do regime. A avaliação de Gabeira sobre a “*visita*” dos militares à casa-esconderijo afirmando ser esta apenas uma das muitas vistorias feitas em várias casas no Rio de Janeiro pode ser lembrada como exemplo desta avaliação apressada. Os esquemas de segurança “*cuidadosamente*” planejados por eles são desmontados com eficiência pelos militares, que percorrem pistas deixadas localizando-os com relativa facilidade.

Se o regime apura técnicas de combate à guerrilha, os militantes, por outro lado, apuram técnicas de seqüestro. Os esquemas de segurança são cuidadosamente planejados. Apesar do amadorismo, os seqüestros são concluídos com sucesso.

Para que o meio fosse eficaz era preciso também avaliar a conjuntura internacional. Em primeiro lugar cabe registrar que os militantes sabem que o seqüestro é o meio eficaz para projetá-los no cenário mundial, bem como as idéias políticas que defendem (o socialismo) e as que condenam (o regime ditatorial). Em segundo lugar necessitam avaliar a expressão política internacional do país que os embaixadores representam, e a capacidade de pressão que poderão fazer sobre o regime brasileiro no sentido de exigir dos militares disposição para negociar com os seqüestradores e libertar seus representantes políticos no Brasil.

Insisto que essa é uma decisão de natureza prática, nenhum conflito moral se esboça nesse momento de ação.

A eficácia do seqüestro requer a atenção dos militantes na escolha das armas e dos carros que melhor se adequem ao tipo de ação que irão implementar, escolhas que serão norteadas pela observação

cuidadosa das regras técnicas necessárias para o êxito da ação. A racionalidade instrumental é, nesse caso, condição de sucesso da ação que se quer executar.

Também era preciso ser eficiente na observação da rotina dos embaixadores. Os dois textos assinalam a atenção e a desatenção que dedicaram a esse aspecto. Em ambos os registros observamos que mantiveram alerta em relação aos hábitos e trajetos, cumprimento de horários, bem como ao esquema de segurança pessoal dos embaixadores.

Sem dúvida os três seqüestros foram bem planejados, no que se refere ao momento de captura dos embaixadores. A cada avaliação que faziam da experiência anterior buscavam aprimorar a técnica de captura para execução do próximo seqüestro.

Nesse sentido, observamos que a forma de abordagem dos embaixadores se aprimora. Os cenários dos dois últimos seqüestros acabam sendo mais bem montados que o primeiro. Enquanto o embaixador americano recebe uma coronhada no momento de sua captura, os embaixadores da Alemanha e Suíça chegam ilesos nas casas-esconderijo.

O embaixador americano foi *“enfiado em um saco”*, o alemão foi transportado em um caixote compondo o cenário de mudança ardilosamente montado pelos seqüestradores e o suíço acabou sofrendo menor agressão, foi disfarçado de pintor e transportado para o local que seria esconderijo do grupo por quarenta dias em um pacato bairro de periferia no Rio de Janeiro.

A questão de segurança é considerada vital para os grupos guerrilheiros. O menor deslize nesse sentido era avaliado como erro, que poderia pôr todo o projeto político a perder, como também colocar em risco a vida dos companheiros das organizações, dos presos e até a própria causa revolucionária. Descuido de segurança era considerado na escala de valores dos militantes falta gravíssima.

A definição da casa-esconderijo era da maior importância para o sucesso da ação; razão por que apontavam e criticavam duramente, como falha do seqüestro do embaixador americano, a localização, pelos órgãos de repressão, da casa no transcorrer da ação.

Após o sucesso do seqüestro do diplomata americano os responsáveis pela repressão aos seqüestradores aprimoravam suas técnicas de investigação e rastreamento do inimigo. Era preciso responder a esse ganho de competência técnica da ditadura com aprimoramento e zelo na arte militar - de camuflagem e de treinamento no manejo de armas dos quadros da guerrilha. A segunda casa-esconderijo foi escolhida em local afastado de onde seria realizado o seqüestro. Era preciso não despertar nenhuma desconfiança nos vizinhos. Tanto era assim, que Syrkis usa o termo *“teatro”* para se referir ao traslado do embaixador alemão arquitetado como se fosse uma mudança - o embaixador havia sido transportado em um caixote, juntamente com mesas, cadeiras e tapetes, compondo o que denominava de cenário de mudança.

A terceira casa-esconderijo foi uma resposta perfeita dos militantes às ações de busca incessantes da ditadura. A casa não tinha apenas um *“ar”* de normalidade. A tática do grupo era de constituição de uma *“verdadeira família”* - Helga e Ivan representavam o papel de marido e mulher, Daniel era irmão de Helga e Lamarca tio de ambos. Deveria ser observada a rotina de compras semanais na venda da esquina; as janelas enfeitadas com cortinas coloridas davam um toque especial à casa; na rua o *“tio”* Lamarca jogava bola com a criançada, enquanto Helga, cordial, trocava doces com a vizinha; essa *“normalidade”* tem seu auge com a festa de reveillon!

A tática usada de *“fazer fachada”* tinha sido perfeita, pois os quadros da organização já participavam há meses do cotidiano de vida dos moradores do bairro. Se não fosse o aprimoramento da técnica de *“fazer*

fachada", de se integrarem à vida do povo de periferia, certamente, os seqüestradores não resistiriam às buscas incessantes efetuadas pela polícia política durante os quarenta dias de duração do seqüestro.

No momento da ação de seqüestro Gabeira não aparenta ter dúvidas quanto à sua necessidade. Syrkis já indagava sobre a oportunidade da luta armada naquela conjuntura específica, mas deixava-se convencer pelos *"folclores guerrilheiros"*, ao constatar que a ditadura ainda não os havia vencido *"sobrávamos uns tantos quantos gatos pingados rebeldes"*.

O imperativo desse tipo de ação é contingente, o seqüestro é meio para se atingir o fim almejado, derrubar a ditadura e no processo de luta implantar o socialismo no Brasil. Esse tipo de imperativo não prescreve dever moral categórico, mas pelo contrário, a ação prática *"transcreve no horizonte da racionalidade dos fins, com a meta de encontrar técnicas, estratégias e programas adequados"*⁴⁰⁶.

A regra é seguir sem vacilar na execução da ação. Nesse sentido, não encontramos na narrativa pistas que denotassem a presença de conflito ético-moral. Para melhor refletirmos sobre essa afirmação sugerimos o exercício crítico sobre as temáticas da violência e da mentira. Trabalharemos como exemplo o fato da agressão física ao embaixador Elbrick no momento do seqüestro.

Os militantes, ao se relacionarem com a ditadura, encontram-se em situação tipicamente fundada em relações heterônomas.

Enfrentam um quadro político de forte coação e repressão violenta exercidas pelo regime em relação às ações de oposição que realizam. Encontram-se impedidos de fazerem uso de direitos civis e políticos - a clandestinidade é resultado dessa situação política. Para a ditadura são meros objetos, que precisam ser eliminados da cena política

nacional. O exercício de poder em sua feição autoritária nega-lhes os direitos mais fundamentais da pessoa humana - o de pensar e de emitir opinião livremente, de se organizar, de ir e de vir. O espaço público lhes é negado. Assim, impedidos por força de lei de manifestarem sua vontade política, resta-lhes a ação de oposição clandestina.

Politicamente toda ação clandestina move-se no espaço da simulação, da mentira, do engodo. A racionalidade que a subjaz nega por natureza as bases de entendimento, e se funda nos alicerces da racionalidade instrumental e estratégica. Corre-se o risco de, com facilidade, avaliar que todo meio é bom se possibilita o alcance do fim. Syrkis é claro ao avaliar que se a violência era boa para a ditadura, por que não seria boa para a esquerda?

Assim, deparamos com duas vontades unilaterais - a da ditadura e a da esquerda revolucionária -, o tipo de respeito e os juízos que delas nascem são formulados a partir do ponto de vista próprio só que emitidos sem os componentes definidores de uma vontade formada de forma livre e autônoma, ou seja, fundada no respeito mútuo, na reciprocidade e na cooperação.⁴⁰⁷

A ação é de ambivalência, acredito ser essa a razão que dificulta a percepção de estar de frente com um conflito moral.

O seqüestro se dá em nome da liberdade do povo brasileiro, isso se considerarmos que o fim último que se quer alcançar é a revolução, e a liberdade dos companheiros presos. Ora, a liberdade é um princípio universal só que, nesse momento, está consubstanciada nos projetos políticos de implantar o socialismo e libertar os companheiros da prisão.

Registra-se, ainda, que o meio para o alcance da liberdade é a sua negação, quer dizer, o seqüestro e a detenção dos embaixadores

⁴⁰⁶ HABERMAS, 1989b. p. 6-8.

⁴⁰⁷ PIAGET, 1973. p. 110-111.

como reféns. Se tomamos como princípio universal que todo indivíduo tem valor por si mesmo (segundo imperativo categórico kantiano), os militantes estariam novamente frente a um contra-senso: de um lado o reconhecimento do valor do indivíduo como ser orienta a luta para libertar companheiros ameaçados de morte na prisão, de outro, o desconhecimento desse valor ao aprisionar e pôr em risco a vida dos embaixadores e, por conseqüência, a dos companheiros presos.

A não-clareza da contradição que vivem ao efetivarem o ato de seqüestro os iguala a quem criticavam e se opunham politicamente - a ditadura.

A relação que estabelecem com o embaixador é no momento do seqüestro de pura coação, imposição de vontade expressa na força das armas.

Diz Gabeira que a agressão física ao embaixador *“foi horrível para todos nós”* e tenta justificar alegando o nervosismo do grupo naquele momento; não percebe que o ato por si mesmo expressa uma violação aos direitos que eles mesmos reivindicavam para si naquela conjuntura - à liberdade, à vida e à dignidade humana.

A mentira é meio eficaz na ação de seqüestro, e é também ela que dá sustentação à vida clandestina. É seu alicerce. A mentira é fonte inesgotável de conflito e, aqui neste contexto é condição de realização do projeto político proposto de resistência à ditadura. A mentira é justificada como meio necessário para a sobrevivência da oposição.

Se é certo que a ditadura faz configurar a clandestinidade como possibilidade de ação política oposicionista, também é certo que a mentira é o meio mais eficaz da ação clandestina.

Se, de imediato, a resposta possível ao inimigo que coage e oprime é a mentira, como manipulá-la em relação aos aliados?

O povo, aliado natural deste projeto transformador, entra na narrativa na condição de objeto. É visto como alienado, incapaz de formular projeto político que o libertasse do jugo ditatorial, imperialista e capitalista. Nesse sentido é que os militantes justificam o projeto vanguardista e se arvoram a líderes da luta revolucionária. Avaliam que ao desencadear a revolução obteriam, de imediato, o apoio do povo.

A clandestinidade justifica a mentira na relação com o povo. Neste caso, a questão moral também não está posta porque para eles o fim justifica os meios. A verdade que se consubstanciava na “revolução”, “*derrubada da ditadura*”, “*libertação dos companheiros*” era ajuizada unilateralmente. Ao povo cabia o papel de obedecer e observar a quem de fato encarnava a verdade suprema - a ditadura e a guerrilha urbana.

Aprende-se sobre emoções e sentimentos. O trato que dão às emoções e aos sentimentos será orientado por valores próprios da racionalidade estratégica. Aprendem a identificar, conhecer e dominar as emoções e os sentimentos, pois essas habilidades, sem dúvida, eram condições indispensáveis para o êxito do seqüestro.

Os contrapontos aparecem nas narrativas: medo/coragem, frieza/paixão, dúvidas/certezas, agitação/calma, tristeza/alegria; também são registrados sentimentos e emoções harmoniosas e complementares: orgulho/vaidade, tensão/agitação/ansiedade, entusiasmo/animação, humor/alegria e sonho/esperança.

Nas narrativas de Syrkis e Gabeira encontramos indícios de que a reflexão que fizeram sobre a experiência das emoções era no sentido de conhecê-las e controlá-las, dominá-las para que não pusessem em risco o sucesso da ação. A luta entre paixão e razão perpassa os textos. Os militantes se auto-avaliam, mostram-se capazes de, no exercício da autocrítica, perceber, identificar a correspondência, a complementariedade, o conflito e a contradição entre os sentimentos e as emoções vividas e, ao

tentar compreender esse lado da experiência pessoal e afetiva, fazem sua leitura tendo como eixo principal a razão estratégica, que precisa de meios eficazes para o sucesso da ação, mesmo que esses meios venham perpassados de fortes sentimentos e emoções.

A noção de tempo também se ajusta ao valor da eficácia. Para Gabeira e Syrkis o tempo tem a configuração de rápido, ligeiro, preciso, fluido, curto, mas também de longo, arrastado, comprido, em especial no momento do seqüestro do embaixador suíço.

A experiência do tempo nos dois primeiros seqüestros é marcada, principalmente, pela noção de rápido, ligeiro, preciso, fluido e curto. O tempo rápido proporciona vivências intensas, densas e complexas que acabam impondo a ação um ritmo mais intuitivo e menos reflexivo. A experiência do tempo no terceiro seqüestro é marcadamente oposta: sua configuração é de longa duração. Tempo arrastado, comprido, propício a reflexão, ao surgimento de dúvidas e angústias, a desavenças e ódios, a antipatias e desafetos, a amizade e inimizades.

A forma como assimilam o tempo de curta e de longa duração será fundamental para o êxito das ações de seqüestro: nos dois primeiros seqüestros a aprendizagem sobre a agilidade e a rapidez; no terceiro sobre a paciência e a espera. Aprendizagem fundamental para o sucesso das três ações.

Para melhor interpretarmos as justificativas dadas pelos militantes para a concretização dos seqüestros precisamos situar que a luta de guerrilha iniciada pela esquerda no Brasil dos anos 60 foi expressão da vontade emancipatória dos jovens e das forças de esquerda - queriam disputar o poder com quem o usurpara, por isso optam pela luta de resistência armada, desobedecem e confrontam com o regime ditatorial que naquele contexto perdera toda força legitimadora conquistada no momento do golpe. Syrkis expressa bem a ilegitimidade do regime ao afirmar que

“eles tinham novamente violado a sua própria legalidade” referindo-se ao *“golpe branco”* desferido contra o Vice-Presidente Pedro Aleixo, quando do derrame cerebral do Marechal Costa e Silva.

O projeto político da esquerda apresenta um problema de raiz em sua formulação: o regime militar era violento e ilegítimo, mas não impotente. Não havia surgido naquele contexto um movimento emancipatório capaz de instituir o novo começo de uma sociedade de homens livres e iguais. O povo não estava nas ruas exercendo seu direito de desobediência civil, organizando e praticando a luta de resistência ao regime.

A esquerda constata essa realidade, mas acredita ser possível como vanguarda fazer a revolução socialista no Brasil. Sua verdade partia do entendimento de que sua vontade era a vontade do povo, bastando desencadear a luta de guerrilha para que o povo os apoiasse. Esse era o papel político das vanguardas no processo revolucionário, que avaliava já estar em curso.

O manifesto à Nação apresentado pelos grupos que seqüestraram o embaixador americano busca justificar a ação de seqüestro.

Os fundamentos dos fins que buscavam alcançar tinham caráter universal. Faziam a defesa da vida, da dignidade humana, da liberdade e da igualdade. Os meios os negavam, pois eram a concretização das ações na forma da violência: assaltos, justiçamento, colocação de bombas em edifícios e seqüestros.

A pessoa do embaixador adquire a importância de meio eficaz para atingir o fim almejado. Nesse sentido o imperativo da ação tem conotação relativa e não categórica.

No momento do seqüestro a relação dos militantes com o embaixador é tipicamente heterônoma e tem feição utilitarista. Uma vez que

as normas do grupo são entendidas como instrumentos justificáveis do ponto de vista da utilidade social, ou seja, as normas se justificam por serem adequadas aos fins.⁴⁰⁸ Nesse sentido, questões morais dificilmente estarão postas, mas ao iniciar reflexão sobre os meios buscando avaliar se são bons e justos para todos, passam a enfrentar a discussão de natureza moral sobre a práxis.

Insiste Habermas que quase sempre decisões complexas não se restringem a questões pragmáticas. Chama a atenção para o fato de que, quando os próprios valores se tornam problemáticos, a pergunta “*que devo fazer*” aponta para além do horizonte da racionalidade dos fins⁴⁰⁹.

No contexto político dos anos 69-70, os militantes se debatem entre tarefas tipicamente pragmáticas, em que as ações se orientam pelas metas e preferências das organizações a que pertencem e, se restringem aos fins a serem alcançados; e tarefas de natureza ético-moral, onde as ações se orientam por máximas e valores tornados problemáticos pela própria contingência e que colocam questões relativas ao bom e ao justo.

Assim, quando buscamos compreender quais as utopias que nutrem as ações desses atores e, por extensão, de seus grupos de militância, buscamos compreender os pilares em que se assentam as máximas orientadoras de suas ações. Com o projeto revolucionário que empunhavam como bandeira, pretendiam fundar uma sociedade justa de homens livres e iguais! Na crítica, as ações e projetos da própria esquerda no confronto com as forças militares no poder definem como estratégia de

⁴⁰⁸ Esse raciocínio perpassa a crítica de Habermas ao empirismo e ao utilitarismo. Para ele o empirista acaba por reduzir a questão prática “o que devo fazer” às questões: “O que quero fazer” e “como posso fazê-lo”. Já o utilitarista reduz a mesma indagação à questão técnica da produção social racional, quanto à adequação dos meios aos fins, de efeitos desejáveis”. Ambos (empiristas e utilitaristas) reduzem a questão “o que devo fazer” a assuntos de mera prudência, ou a formas comportamentais, em vista de fins que devem ser perseguidos. HABERMAS, 1989b, p. 6-8. Idem, 1989^a, p. 68-69.

⁴⁰⁹ Idem, 1989b, p. 7.

luta a guerrilha, a luta armada. Estas decisões os levam a ações de seqüestro, de assalto a bancos que acabam por fazê-los confrontar com questões de fundo - vida e morte, perda da dignidade humana - e se colocar diante dos problemas relativos ao bom e ao justo.

Se no momento do seqüestro a questão moral está ausente, não se pode dizer o mesmo do momento imediatamente posterior a ele, quando se encontram confinados na casa/esconderijo, onde a convivência com companheiros de militância, pertencentes ou não ao grupo a que fazem parte, com os embaixadores e com o regime ditatorial os fazem defrontar com *“decisões complexas e de valor grave”* - para usar expressão habermasiana - tornando imperativo o enfrentamento das questões circunscritas entre as necessidades postas no dia-a-dia da luta política revolucionária e os valores universais que alimentam suas utopias e informam as ações desses sujeitos singulares.

No momento em que desencadeiam a ação de seqüestro aprendem sobre os valores da eficiência e da eficácia próprios à ação de natureza estratégica.

A aprendizagem desses valores ocorre com a reflexão, conexões sobre os elementos que, como meios para sua concretização, os compõem e que se manifestam nas emoções e sentimentos, percepção de tempo, aperfeiçoamento da técnica e da arte militar, a percepção do outro.

A práxis política dos seqüestros os faz aprender de forma aprimorada sobre o que é próprio do imperativo hipotético, que exige adequação dos meios para se atingir os fins propostos, sem questionar se os meios contradizem ou negam fins que se desenham no campo do absoluto - *“Afinal, éramos ou não sonhadores do absoluto?”*, indagava Gabeira.

Diria que a experiência da heteronomia fundada em bases de respeito unilateral, de juízos formulados, sem levar em conta os

interesses e vontades do outro (no caso o embaixador) e na coação os remete à aprendizagem da eficiência e da eficácia como valores fundantes da razão estratégica, quando esta coloca questões relativas ao justo e ao bom circunscritas a contingências, esquecendo do caráter de universalidade próprio a questões éticas e morais.

5.2 - A experiência nas organizações e a aprendizagem sobre os valores próprios da ação coletiva: confiança, cooperação e responsabilidade

Consideramos para análise dois tipos de sujeitos políticos: aqueles individuados - como Gabeira, Syrkis, Lamarca, Onório e Ivan..., que se conformam como sujeitos individuais e coletivos, a um só tempo; e as organizações de esquerda, sujeitos coletivos por excelência. Buscamos interpretar o sentido expresso nas narrativas de Gabeira e Syrkis às múltiplas significações que estabelecem das relações com os companheiros e com os grupos aos quais pertencem.

Como jovens adolescentes portadores de vontade e de direito e como membros da sociedade é que partilham seus pontos de vista na convivência informal entre amigos e colegas nos espaços de lazer, festas, escolas, grêmios, etc.

Dos grupos informais de companheiros evoluem para a participação nas organizações clandestinas, nelas objetivam concretizar a utopia socialista.

É no grupo de companheiros que desenvolvem a capacidade de estabelecer definições sobre o que consideram justo e correto como bem-estar e ordem para a sociedade em que vivem. É no grupo que constroem de forma ativa seus projetos de uma sociedade

socialista fundada nos ideais de liberdade, igualdade e justiça para todos, contrapondo-os à ordem capitalista em vigor.

Os relatos de Gabeira e Syrkis registram essa trajetória e permitem identificar os processos de equilíbrio e conflito próprios desses sujeitos, quando subordinam suas necessidades aos pontos de vista e necessidades do grupo. Esse procedimento é fonte de conflito e problema típico do estágio moral convencional na classificação de Kohlberg.⁴¹⁰

No estágio 4 de consciência moral, indivíduos buscam cumprir obrigações e normas acordadas entre os pares, nesse sentido não é incomum que entrem em conflito com deveres sociais estabelecidos, mas de outra natureza. No caso aqui estudado este conflito é permanente, uma vez que o que buscam é mudar radicalmente a sociedade.

Nas organizações aprendem sobre necessidade da vida clandestina: o rigor da disciplina deverá ser observado para o desempenho de todas as tarefas do grupo. A disciplina é a cultura mais forte da organização, está entranhada na sua estrutura e é condição de seu funcionamento como organização clandestina. A disciplina requer obediência, que pode ser conseguida de forma heterônoma, e nesse caso implica coação, ou de forma autônoma implicando cooperação. Em ambos os casos a disciplina requer responsabilidade para a execução da norma, requer cumprimento do dever.

Segundo Kant a disciplina é componente da educação do corpo; ela submete o animal-homem e o educa para se transformar em ser humano. Através da disciplina o homem faz a passagem da natureza à cultura. Diria que no contexto da ação clandestina a disciplina cumpre o papel educativo de iniciação para a vida ilegal, faz a passagem da esfera da vida individual para o pertencimento integral a um grupo de referência. A

⁴¹⁰ A esse respeito consultar o quadro Os seis estágios morais, formulado por Kohlberg. Op. cit. p. 188.

disciplina educa o indivíduo para a responsabilidade “cívica” própria da vida coletiva. Neste caso, paradoxalmente, o cumprimento do dever requer a desobediência civil à ordem política estabelecida.

Nesse sentido é que a disciplina é avaliada como qualidade central exigida para participar da organização, embora houvesse outras: rapidez, destreza, fervor revolucionário, um toque de vaidade e orgulho não eram mal vistos.

Se fôssemos construir uma escala de valor do grupo, certamente, a disciplina teria uma pontuação alta. Era ela o alicerce da questão de segurança do grupo e seu exercício a expressão da responsabilidade do militante com a causa revolucionária e com o grupo de companheiros.

Gabeira explicita com clareza a lógica dos companheiros: no horizonte estava a revolução, se problemas de segurança ameaçavam a revolução eles eram considerados anti-humanos, se necessidades pessoais se evidenciavam e ganhavam a rubrica de ameaça à segurança, o comportamento seria classificado de anti-revolucionário.

Gabeira e Syrakis são de opinião que as organizações provocavam um “*completo esmagamento do indivíduo*”, ao absolutizar a questão da segurança.

As necessidades pessoais - paquera, banho de mar, conversa fiada em mesa de bar, o uso da maconha, fazer amor - para serem satisfeitas, passavam por intermináveis discussões sobre segurança para, então, serem autorizadas ou não.

Seja por traço de personalidade, desvio pequeno burguês, deformação ideológica, ou qualquer outra explicação que possamos atribuir ao comportamento dos atores, o fato é que os dois narradores sofrem com o conflito estabelecido entre necessidades individuais e necessidades

coletivas. Na opinião de Gabeira esse fato é elucidativo da rigidez das organizações. A reflexão que desenvolve a esse respeito tem importância tal que dá o título a seu romance: *“O que é isso, companheiro?”*, indagação feita por um colega da organização ao se espantar com sua atitude de cortejar uma mulher no momento em que estavam cumprindo uma das tarefas definidas pela organização.

Gabeira, após o seqüestro de Elbrick, vive clandestinamente encarnando o papel de operário em um bairro pobre de São Paulo. Narra em um texto da obra a *“visão romântica”* que elementos da organização tinham da vida operária, visão que afirmava não possuir *“jamais me seduziu a idéia de me passar por um operário. Nasci e me criei num bairro operário, de trabalhadores da indústria têxtil”*.⁴¹¹

Syrkis, nas muitas desavenças com Ivan, afirma que ele assumia um *“ar”* superior por sua condição operária.

O fato é que a origem pequeno-burguesa que carregavam os fazia alvos das críticas da organização e muitos dos seus comportamentos eram identificados como *“desviantes”* e deveriam ser corrigidos por esforço pessoal e nas ações de formação ideológica.

No interior dos grupos têm experiências de construção de regras e normas heterônomas e autônomas.

Vivem situações de autonomia quando desenvolvem atividades de cooperação, respeito mútuo e reciprocidade. A atuação no seqüestro na forma de *“frente”* é exemplo disso, é também exemplo a organização e desempenho de tarefas no interior da casa-esconderijo, bem como as situações em que todos participam para discutir e decidir sobre problemas políticos surgidos no transcorrer do seqüestro - discussão sobre a oportunidade e teor dos comunicados, a necessidade de sair do anonimato e de como fazê-lo, caso de Lamarca ao ser descoberto pela

“*negrinha*”. Nesses momentos discutem, planejam, decidem de forma coletiva. Emitem juízos após considerar pontos de vista distintos aos seus, sem dúvida, mostram-se capazes de reversibilidade.

Mas o contexto é de equilíbrio precário, para usarmos a expressão de Piaget.⁴¹² É fácil e rotineira a experiência da heteronomia e difícil e pontual a experiência da autonomia.

Aparentemente as organizações têm estrutura horizontal. Na realidade as direções definem e tomam decisões através do mecanismo de centralismo democrático - a direção consulta as bases e toma decisões após ouvi-las. Através do centralismo a verticalidade se impõe estabelecendo uma relação de autoridade fundada no mando e na obediência.

Cabe registrar que o equilíbrio das organizações ocorre porque elas constroem e formulam bases de pensamento coletivo (construção de projetos revolucionários), criam uma escala de valores comum aos membros do grupo, que também se expressam através de uma linguagem uniforme, facilitadora da convivência entre os componentes do grupo. O problema é que essas bases são construídas verticalmente, não se fundam no respeito mútuo, na reciprocidade não suportando a intervenção da livre discussão.

Ao analisar o conflito que viviam pela exigência de abandonar desejos e paixões individuais para assumir os imperativos da revolução, Gabeira expressa bem as nuances das relações no interior da organização. É nesse contexto que dúvidas e tormentos eram sussurrados apenas entre amigos, apesar de a organização “*num certo sentido*” ser

⁴¹¹ GABEIRA, 1979. p. 143.

⁴¹² Segundo Piaget, para que uma coletividade conserve a condição de equilíbrio social é preciso que apresente uma escala comum de valores e que a troca entre seus membros atinja benefícios recíprocos. Insiste que em situações de crises sociais o desequilíbrio se instala impedindo a troca de valores em bases recíprocas, provocando ruptura na escala comum de valores vigentes. PIAGET, op. cit. 1973. p. 136.

“aberta para perguntas variadas”, se comesçassem a perguntar, a indagar colocariam em risco verdades do grupo. Sim, Gabeira estava correto, pensar era um perigo. Certamente, as organizações não suportariam a livre discussão.

No momento dos seqüestros, os relatos deixam ver que no interior das organizações o equilíbrio era precário. O equilíbrio se vê ameaçado pelo egocentrismo dos participantes do grupo, que quase sempre têm dificuldade de reconhecer o ponto de vista do outro, o que provoca ausência de reciprocidade e dificulta a cooperação.

A disputa de Syrkis com Onório pela posse e uso da metralhadora no momento do seqüestro do embaixador alemão é exemplo claro de como o conflito facilmente se instalava no seio do grupo. A solução da disputa é obtida pelo recurso de Ivan a autoridade de chefe provisório da operação. O equilíbrio se instala pela vontade heterônoma de Ivan, que impõe respeito unilateralmente.

As avaliações no interior do grupo eram constantes. Elas mediam a retidão de comportamento dos militantes com base no desempenho revolucionário. É assim que identifico uma certa construção de escala de valor pelo grupo.

Valorizavam, positivamente, os quadros disciplinados e que por isso não colocavam em risco a segurança do grupo - a vontade coletiva sobrepondo a individual -; aqueles que se mostravam confiantes na organização, nos companheiros, na revolução; os que cultivavam o espírito de sacrifício e exemplaridade em nome da causa revolucionária; os bem formados militarmente. No que se refere à vontade valorizavam a decisão de morrer pela causa; o comportamento de permanecer em silêncio e sem denunciar companheiros, abrir pontos e informações para os policiais em situação de tortura; a manutenção de compromisso revolucionário com o povo, com os companheiros mortos e com os vivos que permaneciam na

luta; valorizavam o heroísmo, a glória, a disposição de combate e a esperança na revolução.

As críticas e autocríticas quase sempre tinham como referência esses valores. Tanto é assim que os sete pecados orgânicos de Syrkis eram: *“1) propor abandonar o alemão dentro do aparelho e fugir; 2) ter pensado em viajar pro exterior pra se exilar, durante as quedas de abril de 70; 3) gastar mais dinheiro que os outros; 4) badalar em áreas de desbundados, que fumam maconha; 5) gostar de pontos e circular na zona sul; 6) ser “recuísta” e derrotista; 7) ter ameaçado de agressão um companheiro durante uma ação”*.

Diante dessas acusações, Syrkis desenvolve raciocínio de autodefesa e tem como resposta de Ivan:

“- Taí! Isso pra mim confirma tudo. Falta de confiança na revolução e na classe operária. Baixo nível ideológico. Tá tudo ligado.”

O caso de Januário relatado por Syrkis é exemplar. Januário se responsabiliza pela morte de Juvenal, quando ao ser interrogado *“abriu um ponto”* para os policiais que acabaram detendo Juvenal, assassinando-o. Januário se responsabiliza pela morte do companheiro e se auto-exclui da lista de presos que seriam libertados em troca do embaixador alemão.

As avaliações pessoais e o respeito pelos outros passam por essa escala de valores.

O texto de Gabeira permite avaliar a importância que atribuíam a Marighela pela firmeza revolucionária, determinação e preparo militar; e a Toledo pela experiência acumulada e também pela firmeza revolucionária.

Syrkis avalia Lamarca como o melhor atirador do II Exército, perito na arte militar, formação revolucionária sólida e capacidade de

liderança. Bacuri era tido como dos *“mais façanhudos”*. Daniel e Ivan firmes na fé revolucionária.

O processo de auto-avaliação a que se submetem permitenos identificar o esforço que faziam para se enquadrarem aos valores do grupo e dele receber respeito e aprovação.

Gabeira avaliava que *“a libertação do Brasil exigia pessoas práticas, organizadas e com disciplina”*. Perfil que não era o seu, pois *“usava óculos, esquecia as tarefas mais elementares e, num momento daqueles, me interrogava se Burke realmente amava Elviry”*.

A lentidão de Gabeira em cumprir as tarefas a ele confiadas provoca irritação no grupo de companheiros. Irritação que Gabeira responde da seguinte maneira *“tudo bem, íamos morrer juntos, se preciso, não havia portanto nenhuma razão para brigar por um atraso de comida”*. Afinal, dar a vida por uma causa era mais importante que o esquecimento de uma tarefa.

A conclusão de Gabeira é que não se enquadrava nos valores do grupo: era indisciplinado, nada prático, *“ar”* intelectual *“usava óculos”*, e vivia preocupado com questões afetivas se interrogando *“se Burke amava Elviry”*. Somava a esse perfil os traços de vaidade e orgulho que sem dúvida cultivava e que se mal conduzidos poderiam colocar em risco o grupo de seqüestro. Afinal, por que divulgar a lista dos quinze presos que seriam libertados *“a 500 metros de minha antiga casa?”*. E responde: *“não seria exatamente isso o que estava querendo dizer aos amigos íntimos, que estava ligado àquela ação e me orgulhava muito disso?”*.

De acordo com a narrativa essas reflexões eram feitas no calor dos fatos. O descompasso entre a escala de valor pessoal e a escala de valor do grupo é fonte de tormento e angústia para o militante.

De um lado, o esforço de se fortalecer ideologicamente, de apurar o espírito de sacrifício necessário à revolução, de agir no sentido de

cumprimento do dever, de desenvolver a solidariedade grupal; de outro a constatação da fraqueza ideológica, a vontade de realizar os anseios pessoais, a negligência no cumprimento das tarefas, o orgulho e a vaidade alimentando o ego.

Pensar era realmente um perigo, pois o colocava de frente com a verdade e sabia, que a verdade do grupo, não necessariamente, era a sua verdade.

A cisão entre os valores do grupo e os valores pessoais tem presença explícita na narrativa de Syrkis.

Syrkis, como Gabeira, padece das mesmas angústias e tormentos. Ele se auto-avalia como imaturo, indisciplinado, vaidoso, machista, oscilava entre excessivo e escasso fervor revolucionário, subjetivista e, como tal, recebia do grupo críticas que confirmam essa avaliação.

As crises de Syrkis com seus companheiros são constantes. O texto explicita as suas desavenças pessoais com Ivan e Onório, a dificuldade que sente em se enquadrar nas normas e exigências do grupo: esquece no bolso a chave de um dos carros no momento do seqüestro do embaixador alemão impedindo sua realização; no convívio de quarenta dias na casa-esconderijo cumpre mal as tarefas domésticas definidas pelo grupo. Por desvio de comportamento chega a somar o que a organização denomina de sete pecados orgânicos. É nesse clima que o grupo o submete ao que chamavam de *“crítica formal”*.

Nos dois seqüestros de que participa faz questão de explicitar as diferenças de seus pontos de vista dos de Onório e Ivan, como também é corajoso em discordar das diretrizes traçadas pela direção da organização no caso específico da possibilidade de execução do embaixador suíço.

Observo que na busca de auto-afirmação frente ao grupo, Gabeira e Syrkis têm com as lideranças da organização uma relação bem diferenciada em relação aos companheiros da base.

Gabeira narra com deferência e respeito as lideranças de Marighela e Toledo. Reconhece explicitamente a legitimidade conquistada por estes líderes fruto da experiência e firmeza revolucionária.

Syrkis descreve o perfil de Lamarca com admiração e respeito, sentimentos e valores que crescem na convivência de quarenta dias na casa-esconderijo do embaixador suíço. Desenvolve com Lamarca uma relação fundada no respeito mútuo. Consegue explicitar as diferenças de seu ponto de vista, em questões políticas essenciais em relação ao do grupo e de Lamarca naquele contexto.

Syrkis busca o reconhecimento e a aprovação de Lamarca à sua decisão de sair do grupo após a conclusão do seqüestro do embaixador suíço. Partilha com Lamarca as críticas que faz à organização no que se refere à condução política da luta revolucionária; os problemas da negociação da lista de presos com a ditadura e as atividades a respeito da execução do embaixador Bucher. Estas detonam no interior do grupo discussão de natureza político-moral. Isolado, Syrkis se esforça para ganhar espaço e poder expressar seu ponto de vista - de negociar com a ditadura e não executar o embaixador. No processo mostra-se capaz de argumentar e de defender, com firmeza, suas idéias após considerar a opinião de todos. Lamarca demonstra ter a mesma qualidade, só que mais apurada que Syrkis. O respeito que funda a relação dos dois é recíproco. E explica o alívio de Syrkis ao ler a carta de Lamarca, a ele endereçada, aprovando e compreendendo seu compromisso com a organização.

Syrkis, na relação com Lamarca e com o grupo de companheiros, tem a experiência dos dois tipos de respeito: o mútuo e o unilateral. Com Lamarca a relação é fundada na moral da reciprocidade,

construída entre iguais; no grupo o respeito é resultado da desigualdade de valoração entre os companheiros.⁴¹³

Na relação com os companheiros delineiam-se componentes constitutivos da relação entre respeito pessoal e obrigação moral nas suas feições heterônoma e autônoma; nas relações interpessoais no grupo, a construção de regras fundadas na coação e na cooperação.

Os conflitos de valor vivenciados no grupo são, portanto, típicos da razão prática. Afinal, as indagações “*o que devo fazer?*” e “*como devo comportar-me?*”, são feitas na busca de fundamentos para decisões que terão que tomar, decisões norteadas por valores eleitos como bons pelo grupo, ou por eles próprios. Nos grupos aprendem que não podem se libertar de suas atitudes engajadas por uma simples decisão pessoal.⁴¹⁴

Aprendem, no confronto com os valores do grupo, a se auto-conhecerem e descobrem que quanto mais interrogam o grupo, mais indagam sobre si próprios: “*nosso inimigo principal éramos nós próprios*”, aprende Gabeira nessa relação conflituosa.

Diz Habermas que é no esforço de elucidar a compreensão de si que a identidade se forma e que esse esforço “*requer um compreender*

⁴¹³ Para Piaget existe relação direta entre respeito pessoal e obrigação moral. O ato de respeitar uma pessoa implica reconhecer sua escala de valores, “o que não significa adotá-la por si só, mas atribuir um valor ao ponto de vista desta pessoa”. Entende que o respeito é um sentimento que nasce da expressão do valor atribuído ao indivíduo. (Ibidem. p. 145). Afirma “que o respeito conduz necessariamente à formação de condutas desinteressadas”, que caracterizam as normas morais. Dizer que um indivíduo respeita o outro quer dizer que ele se coloca do ponto de vista do outro e de sua escala de valores. Nesse caso, a substituição recíproca de “escala de valores” ou “dos meios e dos fins” é expressão de respeito mútuo. É certo que, nesse contexto, estamos frente à reciprocidade normativa, diz Piaget, onde o respeito mútuo procede sempre da equivalência. O respeito pode ser também unilateral: nesse caso a valorização não é recíproca. Pode-se mesmo afirmar que o respeito unilateral resulta da desigualdade de valorização entre dois indivíduos. Para Piaget “as normas devidas ao respeito unilateral constituem uma moral do dever, e as normas devidas ao respeito mútuo uma moral da reciprocidade. Esta diferença se deve à forma da obrigação ou da norma e não o seu conteúdo”. (Ibidem, p. 146-148).

⁴¹⁴ Habermas, 1989b. p. 8.

apropriador da história de vida, das tradições, dos contextos da vida que determinam o processo de formação próprio".⁴¹⁵

Nas narrativas, esse processo de auto-conhecimento é patente. Ele se constitui nas histórias de vida familiar, nas visões de mundo dos sujeitos, nos valores próprios do grupo de militância a que pertencem, nas tradições da esquerda brasileira, tudo isso mesclado com fatos próprios daquela conjuntura autoritária.

As narrativas de Syrkis e Gabeira permitem o entendimento de que, ao se defrontarem com questões pragmáticas, eles as respondem com imperativos condicionais e incondicionais, ao mesmo tempo. O imperativo *"tens de ter esse comportamento, pois só assim estarás ajudando a todo o grupo"* e, no limite, a toda sociedade, pode ser entendido como condicional e incondicional. Nele identificamos valor fraco, se o compreendemos restrito ao interesse imediato do grupo; por outro lado, também identificamos nele valores fortes, no sentido de criar a crença de que é bom para todos: é bom fazer a revolução, nela a certeza da conquista da liberdade e da igualdade para todos, a certeza do fim das injustiças!

Os relatos explicitam projetos de uma práxis que se quer emancipadora. Nesse sentido, valores ético-morais adquirem, concretamente, significado de uma orientação para a ação política. Isso nos remete à interpretação relativa aos tipos de racionalidades que fundamentam as ações políticas das organizações e as relações intersubjetivas estabelecidas entre os militantes.

Enquanto partido, o grupo baseia suas ações na racionalidade estratégica. Precisa tomar decisões consistentes e para tal precisa estar atento às reais possibilidades de escolha, considerando não só suas preferências e máximas de decisão, mas também as decisões de oponentes racionais, no caso, o regime ditatorial.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 8.

Ao seqüestrarem os embaixadores as organizações ganham status de sujeito-político frente à ditadura. Estrategicamente precisam coordenar suas ações para obter os fins almejados: libertar os companheiros presos, consolidar a luta de resistência ao regime e desencadear a luta revolucionária. As máximas que orientam as suas ações são as da liberdade, do direito à vida e da dignidade humana.

Entendem o seqüestro como meio possibilitador de criar bases de negociação com o regime. É nesse sentido que orientam suas ações objetivando o êxito, o sucesso da operação.

As organizações os formam, treinam, educam para a ação eficazmente estratégica. As análises dos elementos sócio-políticos daquela conjuntura são processadas, exaustivamente, no interior dos grupos. Como resultado, o sucesso dos três seqüestros é inquestionável, obtêm o fim imediato proposto pelos grupos - a libertação dos presos políticos aprisionados pela ditadura.

Ação desta natureza implica que se firme acordo sólido entre os participantes da ação. Esse acordo só se produz sob condições que remetam à base racional do entendimento. Nesse sentido considero que o pilar da ação no interior do grupo está alicerçado na racionalidade comunicativa. Digo isso porque ao se firmarem como “*Frente*”, e ao se firmarem como grupo operacional de seqüestro estabelecem um acordo tácito que descansa sobre uma convicção comum. O acordo é firmado sobre uma mesma proposição, a qual se mantém mesmo em situação de mudança, e elas serão variadas se considerarmos as mudanças táticas da ditadura.

Os militantes vivem alto grau de cooperação no momento do seqüestro, o que alimenta e possibilita o equilíbrio do grupo, mesmo que enfrente desavenças pessoais, como no caso do seqüestro dos embaixadores alemão e suíço.

É na conjugação dessas racionalidades estruturantes de ações heterônomas e autônomas que os militantes constroem, simultaneamente, as atitudes fundamentais que os possibilitam discernir sobre as necessidades próprias do momento político, identificar o cerne dos conflitos próprios da convivência coletiva no grupo e aqueles de natureza subjetiva.

Os militantes, ao submeterem as ações que implementam ao exercício da crítica, aprendem, constroem um saber sobre o momento político, sobre o grupo de referência e sobre eles mesmos. Nessa construção criam a possibilidade de se tornarem autônomos.

5.3 - A experiência pessoal e coletiva na relação com os embaixadores e a aprendizagem de valores próprios das ações intersubjetivas: liberdade e vida

O seqüestro dos embaixadores é meio eficaz de luta para militantes da guerrilha urbana, porque possibilita o alcance dos fins propostos: implementação da luta de resistência ao regime, divulgação nacional e internacional dos propósitos da guerrilha e a libertação de companheiros submetidos a sevícias nas prisões políticas do país.

No Brasil, o período em que ocorrem ações de seqüestro é curto - setembro de 1969 a dezembro de 1970 -, e nele a esquerda experimenta e esgota esta tática de luta. Tática avaliada na época como a única possibilidade de libertar companheiros da prisão: *“Olhe, não gostamos desse tipo de método, mas é o único jeito de salvar nossos presos políticos...”* justificativa dada por Syrkis ao embaixador Von Holleben, no momento do seqüestro.

Politicamente pode-se dizer que para quem escolhe a violência como meio, o seqüestro é uma forma eficaz e possibilita o alcance do fim, pois possibilita à esquerda sair da condição de objeto e conquistar a condição de sujeito político perante o regime ditatorial, conquistando espaço de negociação.

Gabeira expressa bem a consciência de que a posse do embaixador é a concretização do poder da guerrilha, ao comentar que o bilhete escrito por Elbrick à sua esposa serviria para *“mostrar aos militares que ele estava conosco”*.

A relação com cada um dos embaixadores é conflitiva para os militantes que, inicialmente, os consideram como meio, percepção imediatamente quebrada na chegada às casas-esconderijo. Nelas, os embaixadores alçam à condição de sujeitos, tão logo se libertam dos disfarces - *“sacos”, “caixotes”, “fantasias”* - a que foram submetidos nos momentos de traslado. É na condição de sujeitos que reivindicam, criticam, dialogam e negociam com quem os havia seqüestrado.

A relação direta entre os militantes e os embaixadores evidencia para eles questões e conflitos de natureza afetiva e moral ao depararem com as contradições advindas da relação meio e fim⁴¹⁶ quando o meio usado é a violência e o fim a ser alcançado a liberdade, com a contraposição entre vida e morte e, esta como possibilidade real para o embaixador, os prisioneiros políticos e os próprios guerrilheiros. Contraposição evidenciada frente ao dilema - execução do embaixador versus vida ou morte dos prisioneiros políticos.

A casa-esconderijo é o espaço onde ocorrerão as relações entre sujeitos, que na convivência diária descobrem o outro como *“pessoa individuada”*. Nessa descoberta, o esforço de entendimento das razões e

⁴¹⁶ Ver a respeito a construção habermasiana dos tipos puros de ação social e os aspectos da racionalidade da ação. Idem, 1994. p. 388-392.

paixões que alimentavam os ideais daqueles jovens por parte dos embaixadores. Os guerrilheiros deparam com defensores dos direitos humanos, da democracia, com indivíduos abertos ao diálogo e à negociação. Em face da veracidade das falas e dos gestos resultados dessas relações ficava difícil para os guerrilheiros enxergar no “outro” a encarnação da exploração, da violência, da subjugação, e para os embaixadores era impossível não considerar as razões dos militantes frente à veracidade das torturas a que eram submetidos os presos políticos no Brasil.

A preocupação com o *outro* está expressa na narrativa quando *“ainda [...] na kombi, perguntamos se queria que nos comunicássemos com alguém”*, quando Toledo decide preparar um arroz carreteiro, *“sua especialidade”*, para o grupo e para o embaixador, quando presenteiam o diplomata com *“uma edição de bolso dos poemas de Ho-Chi-Min”*, registro acompanhado da dúvida relativa ao tom da dedicatória *“Querido embaixador?”*, *“Ao nosso prisioneiro?”*.

A descoberta da realidade do outro como ser, como sujeito, e não como instrumento, é um complicador para a tomada de decisões políticas pelos guerrilheiros naquele contexto. As narrativas contêm pistas do conflito vivenciado por seus autores, ao agirem orientados pelas leis de moralidade do grupo e pela moralidade de princípios individuais de consciência.⁴¹⁷

A narrativa de Gabeira permite identificar que no convívio rápido de quatro dias os militantes estiveram atentos aos sentimentos e às

⁴¹⁷ No primeiro caso me refiro a moralidade definida nos estádios 3 e 4 do nível convencional, e no segundo caso ao estágio 5 do nível pós-convencional formulados por Kohlberg. É próprio de indivíduos no estágio 3 agirem em conformidade com normas acordadas no grupo, colocando em segundo plano interesses individuais; já no estágio 4 consideram interesses e relações individuais segundo o lugar que ocupam no sistema que define normas e papéis sociais do grupo. O estágio 5 se situa no nível pós-convencional, nele o indivíduo tem consciência de que valores como vida e liberdade devem manter-se em qualquer sociedade independente da opinião da maioria. É comum,

emoções de Elbrick: *“ele procurava manter todo o tempo um misto de surpresa e curiosidade para esconder sua irritação”*, demonstrava também tristeza, impassividade e espontaneidade *“começava e encerrava uma discussão inteiramente à vontade”*, ou mesmo preocupação e atenção *“sobrancelhas cerradas”, “olhos vivos”* no momento em que percebe que ocorre risco de vida - momento em que a polícia política localiza a casa-esconderijo batendo à sua porta. Essa atenção não é unilateral, pois Elbrick também mostra-se atento às emoções dos seqüestradores: *“ele percebeu que fiquei preocupado”*, reconhece Gabeira.

A atenção em identificar e interpretar sentimentos uns dos outros é exigência política dessa situação, em que qualquer desatenção pode pôr em risco a vida dos que ali estavam envolvidos. A atenção evidencia também, que no contexto de ação tipicamente estratégica como essas, questões afetivas, éticas e morais e subjetivas estão colocadas para os sujeitos envolvidos na ação: Gabeira mostra-se comovido com o drama de Elbrick, avalia seu sofrimento e daqueles que o amam *“- Será que a mulher do embaixador iria sofrer muito? Será que isso serviria para ligá-los mais profundamente?”*.

Syrkis narra, com detalhes, os traços de personalidade de Von Holleben e Bucher. Holleben é enfático ao denunciar a violência de que fora vítima, incisivo demonstrava todo o tempo *“que sofrera uma violência injustificável”*, e denunciativo *“violência e extremismo não resolveu nada”*; Bucher também protestava contra a violência *“por que diabos logo eu?”*, mostrava-se compreensivo das razões alegadas pelos guerrilheiros *“para salvar seus companheiros”*, era portador de humor e paciência, qualidades que lhe valeram de forma preciosa ao longo dos quarenta dias em que ficou detido em poder dos seqüestradores.

nesse sentido, ocorrerem conflitos quando se contrasta pontos de vista legal e moral com valores e direitos não relativos. Kohlberg. 1992. p. 188-189.

Enquanto o embaixador alemão mostrava-se profundamente irritado com o adiamento de sua libertação, o suíço *“parecia segurar a peteca numa boa e não criava problemas”*, pacientemente aguarda o melhor momento para sua libertação, buscava cumprir as exigências dos guerrilheiros para poder sair daquela situação trágica com vida.

Para os seqüestradores era questão de honra demarcar diferença entre o tratamento que davam a seus prisioneiros e o que a ditadura dava aos presos políticos.

Toledo se esmerava em preparar um arroz carreteiro para o embaixador, no momento de sua libertação decidem presenteá-lo com um livro de poemas, como também mostram-se preocupados com sua aparência.

No seqüestro de Von Holleben esta preocupação aparece desde o momento do seqüestro: *“o senhor pode sair da caixa e se acomodar”*, *“Pedimos desculpas pela viagem dentro do caixote”*, e ao longo dos dias que convivem *“Dormiu bem?”*, *“Na mesinha os óculos, a carteira, e uns livros e revistas em inglês que tínhamos passado para ele na véspera. Uma xícara de chá com rodela de limão amassada”*. *“Helga se esmerava em cozinhar quitutes e fazer chás para o diplomata”*. Syrkis avalia que o *“clima ficava bem distendido”* na casa-esconderijo e que os outros companheiros também procuravam conversar com Von Holleben.

O cotidiano com Bucher se prolonga por quarenta dias, ao longo dos quais cuidam do seu conforto, da sua aparência e da sua saúde com banhos de sol diários, cigarros de sua marca preferida, camisas, bermudas, chinelos e um ventilador para poder suportar o calor de 40º graus daquele verão carioca; à medida que o tempo se arrastava jogavam cartas e tinham intermináveis conversas com o embaixador.

Nos três seqüestros os guerrilheiros mantinham os diplomatas informados das negociações. Segundo Syrkis, Bucher “era amplamente informado das coisas”, “lia todos os jornais”.

Ao mostrar na prática a diferença de tratamento que davam a seus prisioneiros em relação ao dado pela ditadura aos presos políticos, o que os militantes buscavam era justificar a ação violenta praticada contra pessoas que eram defensoras dos direitos humanos e francamente favoráveis ao exercício democrático do poder. Contra elas praticaram violência.

Era inegável que os embaixadores eram vítimas da violência, e eles insistem em demonstrar aos guerrilheiros este fato. Bucher se esforça até em compreender as razões dos guerrilheiros - salvar os companheiros ameaçados de tortura e morte -, mas deixa claro seu repúdio ao ato de violência de que fora vítima. Von Holleben tem a mesma eloquência nessa denúncia.

A lei do grupo é de executar todo aquele que procurasse impedi-los de alcançar o fim almejado. Firmeza revolucionária, confiança no grupo de companheiros e no fim que se deseja alcançar - a libertação dos companheiros, a revolução.⁴¹⁸

A perspectiva da morte é concreta para os sujeitos envolvidos no seqüestro do embaixador Elbrick em duas situações: a primeira no momento em que os policiais localizam a casa-esconderijo e procuram certificar a presença do embaixador no local. Burke se vê com a arma apontada diretamente contra sua cabeça, Gabeira tem atrás de si os companheiros da ALN dispostos a apertar o gatilho frente a qualquer tentativa dos policiais de entrarem na casa-esconderijo. A segunda no

⁴¹⁸ Como vimos, a orientação das ações em conformidade com as normas do grupo é própria do estágio 3 do nível convencional na escala de Kohlberg.

momento da libertação de Elbrick, os carros da polícia os seguem muito de perto com as armas apontadas contra eles.

Estavam certos de cumprir as exigências do grupo mesmo que isso significasse a perda da própria vida, dos companheiros e do embaixador. Naquele contexto, não havia escolha possível, pagavam com a vida a concretização de um ideal!

A possibilidade da morte os coloca frente a frente com os valores que regiam suas vidas pessoais e a vida do grupo a que pertenciam.

No confronto da vida e liberdade com a morte e a prisão têm lampejos dos valores vida e liberdade como imperativos categóricos, mas é certo que a luz do valor revolução - valor máximo do grupo - ofusca esse lampejo e essas máximas se revestem de valor relativo frente ao valor maior do grupo.

Os diálogos entre seqüestradores e embaixadores permitem-nos identificar elementos próprios das racionalidades que os informam, bem como, elementos definidores de uma moral própria da autonomia e da heteronomia.

Como sujeitos de fala e ação estabelecem proposições e sobre elas concordam ou divergem nas opiniões e nos pontos de vista. Constroem, assim, um campo comum para a intervenção criando condições de igualdade como falantes, bem como, as bases de entendimento próprias da razão comunicativa.

Como vimos na introdução, Habermas e Piaget concordam que a equivalência em relação a proposição é que possibilita a expressão da diferença de pontos de vista e é ela que atribui à proposição um valor virtual (permanente) obrigando os parceiros do diálogo a aceitarem as proposições reconhecidas e aplicá-las nas ulteriores, construindo a base do equilíbrio lógico entre fala e ação.

Nos diálogos os sujeitos mostram-se coerentes em suas falas, expressando e raciocinando, a partir de proposições acordadas, pontos de vista definidores de suas crenças ideológicas.⁴¹⁹ Buscam no processo de discussão “*bons arguments*” que justificam suas ações, estabelecendo de forma coerente as relações entre fala e ato.

As formulações de Habermas e Piaget sobre as bases fundacionais do discurso evidenciam a exigência de bases de acordo sobre os valores reais e a obrigação de conservar as proposições reconhecidas. Ambas as regras de argumentação do discurso prático requerem simetria, reciprocidade, igualdade na sua feição autônoma.

Do ponto de vista de atitudes, Gabeira e Syrkis sabem ser impossível manter uma situação de diálogo com a arma apontada para o interlocutor, pois estariam rompendo com a regra 3.1 que postula: “*A todo sujeito capaz de falar e agir é lícito participar do discurso*”. Sabem que o diálogo pressupõe igualdade de condições argumentativas: a arma instrumento de violência impede a formação do espaço de diálogo. Gabeira e Syrkis conhecem essa regra básica, e tanto um como outro abaixam as armas para que o espaço seja criado: “*Eu estava com o revólver apontado para ele, por causa da janela à sua esquerda. Imediatamente baixei o revólver para prosseguir a discussão*”, ou, “*realmente, eu costumava sempre tratar com ele desarmado. Por respeito ao prisioneiro e também para não dar bobeira de arma na cintura num ambiente de conversa*”, afirmava Syrkis ao descrever sua relação com Von Holleben.

⁴¹⁹ A discussão entre Piaget e Tarde sobre as funções da equilibração e da majoração na lógica individual e coletiva é importante para se precisar o processo de construção da autonomia. Para Piaget, as personalidades autônomas atingem mais facilmente as funções de equilibração e majoração. A lógica preenche duas funções particulares comuns à atividade individual e à interação coletiva: na função de equilibração, a lógica é uma coordenação de crenças, cumpre o papel de afastar as contradições e assegurar as sínteses das tendências conciliáveis; na função de majoração, ela tende sempre para uma certeza maior e procura preencher as crenças frágeis por outras sólidas. PIAGET. Op. cit. 1973. p. 172.

Gabeira alega ter bons argumentos, por isso não precisa apontar a arma para o interlocutor. Entre as muitas discussões que estabelecem, conseguem até no que se refere ao Vietnã partilhar opinião relativa ao fato de que a intervenção americana não conduziria *“a uma solução do problema”*.

Elbrick era de opinião, *“e ele gostava de acentuar isso”*, que os EUA não *“deveriam apostar em governos militares autoritários”*. *“[...] Esses governos garantiam uma estabilidade a curto prazo, mas eram capazes de despertar ódios eternos”*. Para ele *“era importante se ligar a líderes populares que fossem uma alternativa ao comunismo”*. E indagava a Gabeira: *“- É possível se afirmar que Dom Helder Câmara é comunista?”*⁴²⁰

Gabeira acreditava na sinceridade das reflexões de Elbrick, afirmando que *“ele não as fazia porque era prisioneiro”*. Já no exílio Gabeira avaliava que a experiência daqueles dias *“parecia ter marcado Elbrick positivamente”*.

Ele não questiona a veracidade da opinião de Elbrick, não duvida que a expressava de forma verídica. Implicitamente, o texto permite avaliar que Elbrick nutria em relação a ele o mesmo sentimento.

Sem dúvida o aspecto da veracidade somado à condição de diálogo criada por eles (armas não apontadas), à disposição para o debate e à capacidade de reversibilidade que demonstram possuir os tornam capazes de identificar os aspectos políticos concordes existentes entre eles. É assim que, apesar da situação adversa em que se encontravam, demonstraram capacidade de fundar bases de entendimento.

O diálogo de Syrakis com Von Holleben é também elucidativo do esforço que ambos faziam para criar bases de entendimento entre eles. Bases importantes, mesmo que fossem para explicitar as posições

⁴²⁰ GABEIRA, 1979. p. 121.

contrárias, demarcar as diferenças políticas, justificar o injustificável, no caso, a violência.

A proposição posta em discussão pelo embaixador era a de ser a violência injustificável. Ele afirmava ter sido vítima de violência. Apresentava como defesa de suas idéias argumentos políticos: em primeiro lugar que não tinha nada a ver com a guerra entre as forças de esquerda e a ditadura, não se sentia culpado da situação do país, afirmava ser favorável à democracia; em segundo lugar contra-argumentava o tema da exploração imperialista do nosso povo trazido pelos guerrilheiros afirmando que a Alemanha trazia *“capitais e know-how e tecnologia de ponta para a indústria. Se os trabalhadores são maltratados é culpa dos brasileiros [...] As condições de mão-de-obra aqui são um problema do governo dos senhores. [...] A violência e o extremismo não resolvem nada”*.⁴²¹

Von Holleben expressava não duvidar da sinceridade dos guerrilheiros ao lutarem por seus ideais, e reafirmava sua crença de que violência e extremismo não resolviam nada.

Syrkis afirmava seu discurso contrapondo cada argumento arrolado por Von Holleben. Iniciava afirmando que a violência resolve, pois tinha resolvido para a ditadura, ou seja, pela violência o regime derrubou o governo constitucional de 1964, esmagou a oposição pacífica e se mantinha no poder. Buscava esvaziar o argumento de Holleben de que não tinha nada a ver com nossos problemas nacionais advindos da exploração capitalista: os investimentos de capitais e tecnologias da Alemanha no Brasil não proporcionam nosso desenvolvimento, as condições de miséria do povo eram prova incontestável.

Syrkis reconhece a disposição do diplomata para o diálogo político, para entender as razões dos guerrilheiros e a real situação política brasileira - os problemas relativos às prisões e às torturas.

⁴²¹ SYRKIS, 1980, p. 181.

O embaixador era sincero e transparente na manifestação de suas posições, o que facilitava Syrkis avaliar e tirar conclusões sobre sua personalidade e posições políticas: *“Era um liberal, elitista, avesso às tiranias e sensível a violação dos direitos humanos”*. Avaliação que o fez mudar de posição acerca do embaixador, não o considerando mais um *“inimigo real”* e, por consequência, se sentindo constrangido ao *“pensar que sofrera tamanho susto”*.

Sem dúvida, ao se dispor a dialogar, aceita e até concorda com as razões do outro. De um lado é enfático ao afirmar que a violência se justificava por sua eficácia; de outro, se constrange frente ao *“susto”* sofrido pelo embaixador, eu diria frente à *“violência”* de que fora vítima! A fala de Syrkis é orientada pelo valor do grupo, ao expressar na narrativa seu pensamento o registro deixa claro que a consciência individual é distinta da consciência expressa pelo grupo.

Ficava difícil manter o argumento da violência como meio de eficácia, frente a quem no diálogo expressava, com atos e fala, a defesa dos direitos humanos! O embaixador se dispõe a levar ao conhecimento do governo alemão cópia do Documento de Linhares, bem como a carta dos guerrilheiros à ONU, à Cruz Vermelha Internacional e ao governo alemão, onde expressam a disposição política de negociar com o regime o fim dos seqüestros, em troca, do fim das torturas.

Syrkis demonstra em sua narrativa possuir consciência da ética da responsabilidade ao temer enfrentar a realidade das consequências de seu ato: se o governo se recusasse a negociar, a execução do embaixador estava posta *“- Ele não merecia. Nem nós”*.

Em outros diálogos entre Syrkis e Holleben, o embaixador explicita ter aprendido com a experiência de guerra que o nacionalismo e a violência eram maléficos para o povo.

Nova proposição se desenhava no diálogo entre os dois: um mundo aberto à livre circulação de idéias, pessoas e capitais é que era benéfico para todos.

De um lado, argumentos próprios do raciocínio liberal, de outro, o malabarismo de Syrkis para desenvolver um raciocínio e um jogo de imagens que relaciona a violência como condição de possibilidade da livre circulação de idéias, de pessoas.

Reinterpreta o sentido do termo liberdade de capital demonstrando que no caso do Brasil essa liberdade tinha como consequência a violência - a exploração.

Era um duelo de idéias. Os dois se esmeravam em demonstrar coerência ideológica na argumentação que desenvolviam, coerência que justificasse suas ações naquele contexto. Em ambos, o gosto apurado pelo debate político.

Às tentativas de Von Holleben de debater os temas da violência e liberdade à luz de argumentos universais, Syrkis responde relativizando esses valores. Todos os seus argumentos são no sentido de contextualizar as máximas: Liberdade para quem? Violência em que condições? Da violência pode nascer a liberdade! Da liberdade a violência!

No jogo de palavras situo a discussão ético-moral sobre a contraposição, máximas necessárias por si mesmas e máximas necessárias como meio para uma outra intenção!

A interlocução de Syrkis com Von Holleben e Ivan no momento da libertação do embaixador é tensa. Nela se evidenciam a perda e a reconquista de autoridade de Syrkis diante do diplomata.

O fato era que, devido à ausência do carro, Von Holleben demonstrava seu temperamento explosivo e irritadiço e exigia libertação imediata. Syrkis tenta explicar as razões do atraso de sua libertação e

solicita paciência ao embaixador. Ivan lhe cobra posição firme e dura diante dos protestos do diplomata. O diálogo expressa bem a assimetria da interlocução. Os atos de fala são de mando, exigência de obediência: tom de voz impositivo, arma em punho.

Deparamo-nos com uma típica situação de fala em que se confrontam simetria e assimetria. A simetria antes conquistada por ambos, vivenciada no espaço da discussão, de conversa, de experiência argumentativa se torna ausente e é substituída pelo impedimento de um dos interlocutores expressar seus desejos e necessidades. Cabia ao embaixador, apenas, obedecer, e ele o fez a contragosto, não sem antes explicitar em tom crítico *“Pensei que fossem mais organizados”*.

Nas interlocuções com o embaixador suíço fica evidenciado o dilema de sujeitos políticos que, de um lado, orientam e fundam suas ações na máxima necessária para obter uma intenção definida pelo grupo e, de outro, como indivíduos descobrem máximas de valor universal.

A possibilidade da execução do embaixador Bucher se impõe frente à negativa e demora da ditadura de negociar a libertação dos prisioneiros políticos, fato que coloca para os militantes a questão moral *“o que devo fazer?”*

Esse tipo de indagação mescla a fundamentação das intenções próprias de cada um com a fundamentação das intenções coletivas do grupo: *“com que modo de agir comum queremos nos comprometer?”*. Nesse contexto entram em cena elementos pragmáticos e morais, como base de fundamentação deste modo de agir. Esta fundamentação é constituída de maneira coletiva, os membros do grupo têm de chegar a uma decisão comum. Eles têm de tentar se convencer, mutuamente, de que é do interesse de cada um que todos ajam assim. Em processos dessa natureza, cada um indica ao outro as razões práticas e morais por que ele pode querer que um modo de agir seja tornado

socialmente obrigatório, cada pessoa tem de se convencer de que a norma proposta é, nas circunstâncias dadas, *“igualmente boa para todos”*.

Diz Habermas que neste caso *“a norma que passa a vigorar por essa via pode-se chamar justificada, porque a decisão alcançada argumentativamente indica que ela merece o predicado igualmente boa para cada um dos concernidos”*.⁴²²

Para Habermas o princípio da universalização é *“o único princípio moral”* e que não só vale como regra de argumentação, como também, pertence à lógica do discurso prático. Assim, todos os conteúdos, mesmo *“os que concirnam normas de ações as mais fundamentais”*, têm que ser colocados na dependência de discursos reais. Fins universais, fins contingentes, ambos estão entrelaçados *“à forma de vida intersubjetiva de sujeitos capazes de falar e agir”*.⁴²³

Assim, os discursos práticos exigem que fiquemos atentos à adequação da interpretação das necessidades, feita pelos sujeitos em questão, à pressão dos conflitos sociais, que afeta o equilíbrio das relações de reconhecimento, à solução dos conflitos de ação, quase sempre definidos pelos instrumentos da violência.⁴²⁴

Uma práxis que se quer libertadora busca significar a orientação para a ação por princípios éticos; ao mesmo tempo, ela tem que se arranjar com imperativos resultantes da imposição estratégica. É por isso que precisa tematizar questões relativas à ética da responsabilidade, para poder avaliar as conseqüências futuras do agir coletivo.⁴²⁵

⁴²² HABERMAS, 1989^a, p. 92.

⁴²³ Ibidem. p. 117.

⁴²⁴ Ibidem. p. 128.

⁴²⁵ De acordo com Habermas, “no horizonte do mundo da vida os juízos práticos tiram sua concretude e sua força motivadora da ação, das idéias consideradas válidas do bem viver e dos valores éticos institucionalizados pela sociedade”. E, nesse sentido, afirma que “sujeitos históricos só se permitem problematizar o que não põe em risco as vantagens da eticidade existente”. É por isso que, para se tornar eficaz na prática, toda moral universalista tem de compensar as perdas da eticidade concreta, com que ela, a princípio, se acomoda por causa das vantagens cognitivistas. As morais

No momento do seqüestro de Bucher, a ditadura muda sua tática, quer impor sua vontade, procura acuar os guerrilheiros com a demora das negociações, demora a reconhecê-los como sujeitos de negociação. Dessa forma, quebra o equilíbrio das relações de reconhecimento, desencadeia situação de dilema: e se a ditadura se recusasse, terminantemente, a negociar? Diante dessa indagação a hipótese da execução do embaixador fica colocada. E com ela a certeza não só da morte do embaixador, mas também dos companheiros presos.

O equilíbrio conseguido nas relações do grupo com o embaixador, baseado no respeito mútuo e no reconhecimento de certos direitos do outro fica ameaçado.

Como responder à indagação de Bucher:

“- O que vocês vão fazer comigo, se o governo não soltar os presos?”

Ora, Syrkis afirma que o embaixador era informado de tudo, desse momento em diante essa possibilidade não mais vai existir. A mentira volta a povoar as relações entre eles. A resposta dada ao embaixador é que seria transferido para outro aparelho e *“ficaria preso indefinidamente”*.

Syrkis sabia que *“a resposta à recusa da ditadura era a morte. Tal era o postulado inerente à natureza daquele tipo de ação. “Se não se está disposto a levar até o fim, não se faz”*. Era o refrão da firmeza revolucionária, firmeza que no íntimo não tinha certeza de possuir. Avaliava que *“era demasiada abstração frente ao ser humano, de carne e osso ali na minha frente. Não era um torturador, um responsável pela repressão do nosso povo. Era apenas um sujeito boa praça”*.

Syrkis assim interpreta o momento: constata que a engrenagem era aterradora; avalia que a execução do embaixador suíço

universalistas dependem de formas de vida que sejam, de sua parte, a tal ponto “racionalizadas” que possibilitem a aplicação inteligente de discernimentos morais universais e propiciem motivações

“seria uma tragédia de conseqüências incalculáveis, política e humanamente”, se o executassem, o grupo se nivelaria aos que “matavam a sangue frio nossos companheiros”.

A lógica de seu raciocínio era a seguinte: havia a diferença entre matar o embaixador e *“matar prá não morrer, durante uma ação ou uma fuga”*, também havia diferença entre executar *“transferir”* o embaixador e fazer *“o justicamento de torturadores”*; e ainda identificava diferenças entre a execução de Bucher e a de um tipo como Dan Mitrione, professor de interrogatórios da CIA executado pelos tupamaros. Bucher *“era apenas um sujeito boa praça, meio boêmio, que não tinha nada a ver com aquilo e até nutria sentimentos contrários ao regime, por trás da etiqueta diplomática”*.

Na reflexão sobre o conflito busca aprimorar argumentos de defesa de suas idéias, perante o grupo a que pertencia e que sabia ter como lei a morte num impasse desse tipo.

A ditadura protelava o início das negociações, negava a libertação de presos indicados pelos guerrilheiros para serem soltos, não concordava com as exigências políticas - passagens de trens gratuitas para o povo e leitura de Manifesto pela TV, de quatro em quatro horas.

Ivan insistia *“que não podíamos recuar em nada”*. Contava com o apoio de Helga. Syrkis ponderava que as exigências políticas eram elevadas para o equilíbrio de forças existente entre o poder militante e o militar. O governo Médici havia se fortalecido com a Copa do Mundo. A Suíça não tinha força política como os EUA e a Alemanha. Insistia que deviam se prender à libertação dos presos. Lamarca e Daniel ponderavam, defendiam o envio de novo comunicado, explicitação formal da ditadura de que realmente libertaria os presos. Depois de muita discussão, o grupo fecha com a última posição.

O governo demora vários dias para responder ao comunicado e, quando o faz, se nega a soltar vinte presos indicados pelos seqüestradores. Também era estratégia do governo não divulgar os comunicados dos seqüestradores.

A posição de Ivan é de que o grupo deveria executar o embaixador. Syrkis contra-argumenta *“matar não soluciona nada. É fazer o jogo da ditadura!”* Decidem mandar um ultimato. Era um momento grave; optam por consultar *“o pessoal de fora”* da casa-esconderijo, para então tomar uma decisão.

A posição do grupo era de que haviam vacilado muito, por isso a ditadura não os *“levava a sério”*. Defendiam a execução do embaixador para se imporem ao regime.

Syrkis contesta a análise. O correto seria conseguir libertar o maior número de companheiros e poupar um inocente ou, então, executar o embaixador, sendo que os companheiros permaneceriam presos e o grupo se desgastaria frente à opinião pública nacional e estrangeira. E concluía: *“esse negócio é política, companheiros, é análise fria dos fatos, não é código de ética siciliano, porra. As massas nunca entenderão...”*⁴²⁶

Syrkis estava isolado. Sua posição era minoritária no grupo. Como último recurso recorre a Lamarca:

“- Peço apenas que você me ouça. Pode dizer que sou pequeno-burguês, que tenho vacilações, liberalismos, que me deixo influenciar subjetivisticamente, porque sou quem conversa mais com o homem, qualquer coisa. O que eu quero discutir é o caso em si, politicamente. Nós tamos correndo de olhos vendados pro desastre. Ninguém sabe a verdade do que está acontecendo nas negociações com o governo, e ninguém saberá. A verdade vai ser a da ditadura. Além do mais deixamos de soltar 70 presos. O pessoal na cadeia vai sofrer represálias, acho que vão até matar uma parte deles. Fizemos essa ação foi prá libertarmos os nossos presos, não foi prá foder com eles!

⁴²⁶ SYRKIS, 1980, p. 263.

Ele me olhava fixo [...] Senti no seu olhar uma certa receptividade e prossegui com meus argumentos.

- Vamos agora considerar outra hipótese. Engolimos essa moral siciliana. Substituímos os presos negados. Soltamos 70 companheiros. Ainda é uma puta duma vitória...

Ele me interrompeu.

*- Tou aqui desde anteontem queimando as pestanas. Nós até agora só tínhamos visto a coisa por um dos aspectos. O da desmoralização e dos nossos recuos. Essa é a abordagem geral. Tá todo mundo com essa visão. Mas, eu fiquei aqui pensando, pensando nessas coisas todas. 'Transferir' o Bucher é mesmo um desastre total, ninguém nunca vai entender. Nem a gente vai entender depois. Esse negócio que tão dizendo aí: 'negaram os companheiros mais importantes', puta que pariu, **todos** nossos companheiros são importantes. Olha, no início eu tava com uma posição emocional. Fiquei puto da vida com a exclusão do Ariston, do Sobrosa, do Cláudio Torres e dos outros. Mas, revi a minha posição anteontem. Depois passei esse tempo aí pensando, pensando, prá ver se era isso mesmo. Porque eu vou ter que tomar uma decisão muito grave...*

Eu olhava prá ele maravilhado.

- Olha Felipe, quero te dizer que tenho o maior respeito pela tua posição e pela maneira que você resistiu, em minoria total, à histeria que tomou conta da organização. Faço minha autocrítica de não ter entendido as coisas no primeiro momento. Agora, a coisa continua muito difícil, porque o pessoal tá todo firme na posição. Somos minoria.

- Com a tua influência na balança, acho que mudamos a situação. Mas, o que você vai fazer se continuarmos minoritários?

- Foi o que fiquei analisando desde a hora que me convenci que devíamos recuar novamente. Tou totalmente convicto da posição. Levo até as últimas conseqüências. Se houver maioria a favor de 'transferir', eu como comandante em chefe da organização, veto. Nunca pensei que fosse usar essa babaquice estatutária, mas, se precisar veto. Vamos tirar os setenta que der e devolver esse cara vivo. Ele só morre se estourarem o aparelho, aí morremos todos. Bem, temos que ver bem como encaminhar isso. Antes de vetar eu quero esgotar as possibilidades de reunir uma maioria. Vou começar anunciando minha posição e pedindo a de todos companheiros, por escrito.

Suspirei de alívio. Agora mudava tudo, era a luz no fundo do túnel."

O diálogo entre Lamarca e Syrkis evidencia o respeito que este denotava ao líder do grupo. Syrkis solicita o direito de ser ouvido *“Peço apenas que me ouça”*, de poder argumentar contra a maioria absoluta do grupo; é nesse sentido que solicita do interlocutor disposição para o diálogo. Procura argumentar politicamente e buscando evitar que o espaço de discussão não se fechasse assume as críticas do grupo à sua conduta e traços pessoais. Sentindo receptividade, Syrkis dá seqüência aos argumentos políticos.

Lamarca em sua fala dá sinais de que se aprende com a luta. É capaz de reavaliar suas opiniões e, para fazer valer sua posição de líder, não tem dúvidas de recorrer ao poder legal que o estatuto do grupo lhe confere - o veto.

A posição estava tomada: *“vamos tirar os setenta que der e devolver esse cara vivo. Ele só morre se estourarem o aparelho, aí morremos todos”*.

Não havia razão que justificasse a morte de Bucher. Para Lamarca e Syrkis sua concretização seria um *desastre*, um equívoco, um contra-senso impossível de ser compreendido pela opinião pública nacional e internacional e, acrescentavam, até por eles próprios.

Na fala de Lamarca a constatação de que a vida de *“todos os companheiros tinha valor igual, não havia companheiro mais importante que o outro”*. Lamarca sabe que terá que *“tomar uma decisão muito grave”* e, para isso, considera os pontos de vista legal e moral. Para executá-la precisa decidir para além do nível de consciência da maioria do grupo.⁴²⁷ Como líder do grupo, sabe que deve tomar o lugar de todos para poder

⁴²⁷ Lamarca demonstra raciocínio típico do nível III Pós-Convencional ou de princípios dos estádios morais de Kohlberg.

atuar de forma a solucionar o conflito em que se encontravam, e que para isso seria necessário considerar a opinião de todos.⁴²⁸

Vida e liberdade estavam colocados para Syrkis e Lamarca como valores não-relativos. São esses valores que orientam Lamarca na solução do conflito em que se encontravam como membros de um grupo político. A diferença é que para ele vida e liberdade têm valor maior, independente da posição da maioria do grupo a que pertencia.

O diálogo põe em evidência o processo de aprendizagem ético-moral na ação política. Na interlocução, Lamarca e Syrkis consideram vícios e virtudes pessoais, raciocinam com hipóteses diferenciadas sobre o contexto político, avaliam a posição de cada um dos sujeitos envolvidos na ação e as conseqüências que poderiam advir da decisão que tomassem. Demonstram agir referenciados pela ética da responsabilidade e serem capazes de enfrentar impasses políticos orientando suas ações por valores universais - vida e liberdade.

5.4 - Na experiência da negação do eu na clandestinidade, do sofrimento e da dor na prisão e nos processos de tortura, do enfrentamento com a morte - a aprendizagem da solidariedade, da fraternidade, da liberdade, da vida e do ser humano como valor em si mesmo e a possibilidade do resgate da própria identidade

A experiência do seqüestro coloca para quem dele participa problemas complexos de natureza ético-moral, que, ao serem equacionados, os fazem deparar com a necessidade de formularem juízos sobre valores próprios ou pessoais e os valores do grupo a que pertencem.

⁴²⁸ KOHLBERG, 1992. p. 210.

Primeiro o *eu* e o *nós* se confundem. A vontade do grupo é a minha vontade, tanto é assim que submeto em última instância a minha vontade à decisão do grupo. Devagar o *eu* se distingue do grupo. Não sou mais a expressão viva do grupo de companheiros. O *eu* se vê e se nega no grupo. O processo de auto-conhecimento se desenvolve ao longo dessa história tensa, mas de curta duração, e culmina com o resgate doloroso da própria identidade. Eu e meus valores, eu e minhas crenças, eu e minhas possibilidades e limites.

A consequência imediata do seqüestro do embaixador americano para Gabeira é a clandestinidade, experiência que para ele tem o significado de um adiamento do desfecho trágico que o esperava - a prisão, a tortura e nelas a possibilidade da morte.

Na clandestinidade, o aprendizado é da negação pessoal, da história de vida. Tudo deve ser encenado como no teatro. A farsa e a mentira são assumidas conscientemente; adotar um nome que não o seu, conviver em um grupo ou família onde todos os papéis são traçados para aparentar realismo; assumir a condição de membro de uma classe à qual não pertence. O cenário precisa ser montado e remontado incessantemente.

Na clandestinidade a vontade do grupo se absolutiza. A pessoa é impedida de ter vontade e desejos próprios. Sua vontade e desejo são os do grupo. A clandestinidade exige atenção redobrada, cuidado, perspicácia, paciência, coragem. A observação deve ser apurada, todos os detalhes são importantes na montagem do cenário, a disciplina rigorosamente cumprida. Qualquer descuido às regras ou deslize na observação pode colocar em risco a vida pessoal e dos companheiros de militância.

Na clandestinidade vivem a experiência da heteronomia. A vontade é a vontade do grupo, as decisões do grupo são unilaterais: *“engrenagem aterradora”, “lógica implacável”*, avalia Gabeira.

Como clandestinos vivem a experiência da negação da norma social e aprendem que, fora dos limites impostos pela sociedade, no exercício da desobediência civil vivenciam *“um constante processo de criação”*, o qual não conseguem transformar em bases de fundação de uma nova sociedade, uma vez que se encontravam isolados, sem inserção real na sociedade. Gabeira estava certo ao avaliar que a clandestinidade os lançava a caminhos extraordinários, só mais tarde percebe a distância entre sonho e realidade. A vida da organização corria paralela à vida do cidadão comum. Naquele contexto nenhuma possibilidade de encontro.

Syrkis também estava consciente desse desencontro, avaliava no momento do seqüestro do embaixador suíço que a organização estava isolada *“do povo pelo qual lutávamos”*. Constata que o povo só os conhecia pela imprensa e seus rostos eram de bandidos! Estavam isolados sem inserção em nenhuma classe - nem na média e nem na operária. Não tinham enraizamento social. A política de formação de quadros para atuar na clandestinidade culminava com a cultura política de vanguardismo. Sim, a vida era um teatro!

Na prisão Gabeira vivencia a mais brutal experiência da heteronomia na sua feição autoritária. A negação do outro como ser, a mutilação do corpo, a subjugação da mente, a anulação do ser. O torturador apropria, subjuga, mutila, nega e anula o ser humano. Transforma o outro em objeto, manipula técnicas de domínio sobre o corpo e a mente, apropria-se da vida do outro, determina e decide sobre a sua morte.

Aprende-se nos interrogatórios e processos de tortura. Gabeira defronta-se com a realidade da vontade de viver. Decide lutar pela vida! Essa decisão o faz defrontar com a necessidade de reflexão cuidadosa sobre seus limites e possibilidades.

O esforço do auto-conhecimento é essencial, nele há o reconhecimento da fraqueza física, dos limites do corpo e dos limites

morais. Nesse ato reflexivo põe em tela de juízo os valores da organização confrontados com as possibilidades de reafirmá-los, negá-los ou reconstruí-los em novas bases. A terceira opção é escolhida e nela o repensar do *eu* e do *nós*, o valor próprio reconstruído tendo por horizonte o valor do grupo.

A máxima da organização era *“nada a declarar e se preciso for morrer na tortura”*. Como se comportar diante de *“um padrão tão alto”* de heroísmo e determinação? O perigo de *“cair muito baixo”* era real, quando se sabe não ter forças para suportar a tortura. Como construir um comportamento aceitável em face desses pólos? Decide pelo jogo sabendo que primeiro queria sobreviver, segundo, *“queria evitar todo o sofrimento desnecessário”*. Jogo, no dizer de Gabeira, *“cheio de vai-e-véns, de derrotas e vitórias”*. Deparava com o desafio de criar, fundar regras que o fizessem conduzir o jogo dentro de parâmetros morais aceitos pelos companheiros e por ele próprio.

Presencia processos de tortura, vivencia o interrogatório. Estabelece conexões e aprende que a noção de tempo é que estabelece a diferença entre ambos: na tortura, o tempo está ausente, não existe, é expressão da onipotência do torturador sobre o torturado; no interrogatório o tempo é palpável, visível, o objetivo é *“vencer pelo cansaço”* e, nesse sentido, pode-se ter consciência do tempo que se arrasta, prolonga, que parece interminável.

Gabeira e Syrkis não vivem a experiência da tortura física. A narrativa de Gabeira relata o que viu e ouviu nas prisões; a de Syrkis o que ouviu dos companheiros. Em ambos os relatos o registro do sofrimento, da dor, da humilhação a que os torturados eram submetidos. Na experiência da tortura e do interrogatório, a anulação do outro como *ser*, a imposição arbitrária da vontade, a violação e a subjugação do corpo e da mente.

A prisão igualava todos - presos políticos, presos comuns, os inocentes -, a mesma dor, o mesmo sofrimento, a mesma humilhação. A

experiência brutal da violação da dignidade humana, que os ensina sobre a fraternidade e a solidariedade. Entre iguais agem solidária e fraternalmente: *“A cada vez que alguém voltava da sala de interrogatório era recebido carinhosamente. Fazíamos um círculo em torno da pessoa, curávamos os ferimentos, com os poucos recursos que tínhamos”*, partilhavam o que possuíam, frutas, doces, canções...

Gabeira aprende que a solidariedade e a fraternidade faziam possível suportar aquela situação, o poder que ali construía estava fundado na reciprocidade, no respeito mútuo, na cooperação. Sua base racional era o entendimento: *“Estavam organizados e unidos para tudo o que viesse. Era um coletivo impressionante. Podiam até não chegar ao poder, mas eram as pessoas que eu mais admirava ali naquele momento”*.

Gabeira descobre o valor de ser humano, descobre os elementos constitutivos da autonomia: o respeito mútuo, a reciprocidade, a cooperação.

A aprendizagem de Syrkis sobre o valor da vida ocorre por caminhos diferentes da de Gabeira. Syrkis vive a dor da perda de companheiros em processos de tortura, como é o caso de Bacuri; ou executados no momento da prisão, como Ivan e Onório. Os fatos o levam a um constante sentimento de culpa. Fica dividido entre a vontade pessoal de sair do país, ao avaliar a luta de guerrilha como perdedora e a moral do grupo que cobra dele compromisso com a luta revolucionária, com os companheiros presos e com os que deram a vida pela revolução. O sentimento de culpa o acompanha, e quase sempre o confronta com o sentimento de responsabilidade frente à luta, a necessidade de agir exemplarmente. Nessa cisão entre vontade pessoal e vontade do grupo vivencia tormentos, angústias, medo, ansiedade!

Na luta que trava consigo mesmo indaga sobre a realidade histórica que vive, e constata a derrota do projeto político socialista naquele

contexto da história brasileira; inquieto, dá continuidade a novas indagações sobre a permanência ou não de suas utopias; é interrogando que reafirma suas crenças na revolução, na vida, na liberdade, e re-descobre o valor de ser humano.

A experiência da pergunta, de se colocar no aberto da indagação, de correr o risco de não encontrar resposta imediata, abre para Syrkis e Gabeira a possibilidade de aprender e ensinar. É desafiando a si próprios e ao leitor, que tecem suas narrativas e constroem uma pedagogia sobre a práxis.

CAPÍTULO VI

A NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA SOBRE A PRÁXIS

Diz Benjamin que estar diante de uma narrativa, de um depoimento sobre o vivido é estar diante de uma vida lembrada, rememorada por quem a viveu e não diante de fatos como efetivamente ocorreram. Essa reflexão contida no ensaio *A imagem de Proust*⁴²⁹ nos conduz para a seguinte indagação: afinal, qual o sentido da recordação?

Benjamin responde a essa indagação salientando que o importante para o autor que rememora não é o que ele viveu, mas como tece essa reminiscência. Afirma que *“um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”*.⁴³⁰

Chave que ao abrir portas para ligar passado e presente também permite ultrapassar o umbral da experiência circunscrita ao exercício da reflexão pessoal e conquistar o espaço público comum àqueles que falam e agem, onde é possível *“intercambiar experiências”*, esse espaço é o da obra escrita, o do registro da experiência através da narrativa.

Este capítulo se orienta em torno das seguintes indagações: o que buscavam Gabeira e Syrkis ao evocar suas experiências na forma narrativa? Partindo da hipótese de que todo narrador tem um projeto educativo, eles também buscam construir uma pedagogia sobre a prática? Ou se esse horizonte não se colocar para eles de modo explícito, podemos

⁴²⁹ BENJAMIN. 1987. p. 36.

⁴³⁰ Ibidem, p. 37.

encontrar em suas narrativas lições a partir das suas experiências e reflexões sobre o vivido?

A folha de rosto do livro *O que é isso, companheiro?* contém duas citações, uma de Romain Rolland - *Jean Christophe* e outra de Guimarães Rosa, nas quais, certamente, Gabeira busca dar sentido ao que entende por ato de narrar, nelas expõe sua compreensão sobre a relação que se estabelece entre o narrador e os fatos vividos, o narrador e a narrativa e o narrador e o leitor, expressando ser esta uma relação essencialmente educativa.

*“Cada um dos nossos pensamentos não é mais que um instante de nossas vidas. De que serviria a vida se não fosse para corrigir os erros, vencer nossos preconceitos e, a cada dia, alargar nosso coração e nossos pensamentos? Nós utilizamos cada dia para alcançar um pouco mais de verdade. Quando chegarmos ao fim, vocês dirão então o que é que valeu nossa pena.”*⁴³¹

Romain Rolland - Jean Christophe

Entendo a narrativa de Gabeira como a busca de compreensão do passado vivido como *“um instante”* composto de *“grandes e pequenos momentos”*, é como se ele quisesse resgatar a imagem do passado, com todos os riscos e perigos contidos naquele contexto. Resgate que faz não no sentido de explicar o acontecido, o vivido. A aventura é narrada com a *“exatidão”* obtida por um ângulo do olhar sobre o acontecido, o seu olhar. A narrativa é viva, às vezes dramática, às vezes realista, nela o registro da história pessoal e coletiva de um tempo em que as ações políticas aconteciam no limite. Por estas características, a narrativa possibilita ao leitor uma interpretação livre: *“vocês dirão então o que é que valeu nossa pena”*.⁴³²

⁴³¹ Folha de rosto do livro *“O que é isso companheiro?”*.

⁴³² No ensaio *“O Narrador”*, Benjamin faz a seguinte afirmação sobre a distinção entre arte narrativa e as notícias que nos chegam a todo instante: a notícia traz o fato acompanhado de explicação: *“Em outras palavras, quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações.”* É nesse sentido que a narrativa

Como autor a reflexão permite-lhe, dez anos após os acontecimentos, *“corrigir erros”*, *“vencer preconceitos”*, alargar o coração e o pensamento.

Gabeira acredita que o ato reflexivo sobre a prática educa porque alarga o horizonte da razão, assim o pensar sobre a vida cotidiana nos transforma e nos permite *“alcançar um pouco mais de verdade”*. O esforço de entendimento, o ato reflexivo sobre a práxis, possibilitado pela razão, projeta o ser humano para a verdade.

O registro da experiência permite que o narrador aprenda, pois no esforço que faz para tecer suas reminiscências ele precisa refletir sobre o vivido e tecer a sua compreensão sobre o que viveu. Convida o leitor a fazer o percurso do relatado e, no exercício crítico da razão julgar se naquele contexto, aquela experiência específica valeu ou não a pena, *“valeu nossa pena”*, ou seja, valeu o sofrimento de quem viveu e sentiu o medo da dor e do sofrimento, na situação de prisioneiro.

Ele transfere para o leitor o ato de julgar sua experiência. É assim que solicita já na folha de rosto do livro uma atitude reflexiva do leitor. Gabeira quer fazer de sua narrativa um meio possibilitador de aprendizagem. Nesse sentido, entende que a narrativa educa.

*“- Também as estórias não se desprendem apenas do narrador, sim o performam: narrar é resistir.”*⁴³³

Esta citação de Guimarães Rosa feita por Gabeira nos remete, em primeiro lugar, à relação do narrador com a narrativa. O narrador dá vida à história, mas ao nascerem as histórias se libertam do criador, fazem o movimento oposto, agem sobre ele e o *“performam”*, educam, ensinam. O narrador aprende com sua própria narrativa.

deixa o leitor livre para interpretar a história, livre para tirar dela o ensinamento que lhe prover. Ibidem. p. 203.

⁴³³ Folha de rosto. GABEIRA, 1979.

Gabeira abre o capítulo sobre o seqüestro com a seguinte reflexão:

*“Chega um momento em que o narrador precisa ajustar melhor suas linhas, tensionar melhor o seu arco, tirar alguns efeitos técnicos, todos esperam isso dele, sobretudo na hora da emoção. Mas o narrador já aprendeu, com o tempo, que seu livro um longo relato, não é apenas uma sucessão de histórias que se contam, num punhado de páginas brancas. Um livro não se controla.”*⁴³⁴

O narrador é explícito em afirmar que aprendeu com a arte de narrar, que o relato da experiência não se resume a *“uma sucessão de histórias”*; pelo contrário, a reminiscência do passado é entendida como uma experiência única, que o processo de criação do narrador não é automático, a trajetória da flecha não é definida apenas por ele; no diálogo entre narrador e narrativa a realidade do presente/passado se interpõe entre eles e também define o preenchimento das páginas brancas. Gabeira aprendeu, ao narrar sua experiência, que *“um livro não se controla”*.

Ele compreende a narrativa como forma de resistência. Depois da derrota, de ter sido vencido pela ditadura na luta empreendida para instalar o socialismo no país, o narrador não se silencia, quer tornar sua experiência comunicável através da narrativa.⁴³⁵

Na clandestinidade, na prisão e no exílio *“ou mesmo nas conversas... pude ir ligando coisas, compondo um quadro, mais claro do que foi o golpe de 1964”*. O exílio possibilitou o distanciamento necessário para a reflexão do momento único vivido. Gabeira com sua narrativa quer estabelecer com os leitores de sua obra um vínculo que lhes permita avaliar se sua experiência pessoal/coletiva valeu ou não a pena.

⁴³⁴ Ibidem. p. 107.

⁴³⁵ BENJAMIN no ensaio “Sobre o conceito de História”, nas teses 13, 14, 15, 16 e 17 discute acerca da diferença entre a concepção materialista da história e as concepções historicistas e progressistas, ressaltando a concepção de tempo presente que a um só tempo trabalha o movimento e a imobilização, próprios do materialismo histórico. Ibidem. p. 229-231.

O relato possibilita ao narrador efetivar seu projeto pedagógico e, ao ensinar sobre a experiência política em situação-limite concretiza uma nova forma de resistência à opressão.

A teoria benjaminiana da narração contempla, a um só tempo, o entendimento da história como um *“processo de desenvolvimento da realidade no tempo”*, mas também insiste na sua feição reflexiva e crítica *“sobre nosso discurso a respeito da história, discurso esse inseparável de uma certa prática”*.⁴³⁶

Os textos de Gabeira e Syrkis indagam sobre um momento único da história brasileira, sobre a experiência própria e singular vivida naquela conjuntura, mas o comportamento de ambos não é o de um historiador que pára o tempo para compreendê-lo e analisá-lo. Não. Ambos abrem espaço ao leitor para que possa continuar à sua maneira a história narrada por eles. Enquanto Gabeira convida o leitor a tecer juízo sobre o que viveu, Syrkis, ele próprio, emite juízos sobre a experiência vivida no que chama de pré(pós)fácio. É explícito em convidar o leitor, desde o título à abertura da obra, a estabelecer analogias, buscar semelhanças entre passado e presente.

No prefácio do livro *Os Carbonários*, escrito em 30 de abril de 1980 em São Paulo, Alfredo Syrkis assim informa sobre o breve período histórico contemplado pela narrativa e sobre os sentimentos que nutre pela experiência vivida:

“A narrativa se refere a um período de 44 meses, entre outubro de 1967 e maio de 1971. Não tenho nostalgias daqueles tempos mas curto as vivências, os despertares, as aventuras, e os ‘cacos de sonho que até hoje a gente se corta’ como diz Alex numa poesia de seu ‘Inventário de cicatrizes’”.⁴³⁷

⁴³⁶ Jeanne Marie Gagnebin ao analisar a obra de Benjamin estabelece relações entre suas teses sobre a história e sua teoria sobre a narração. Ver a esse respeito o prefácio “Walter Benjamin ou a história aberta”. Ibidem. p. 7., e “O conceito de Mimesis no Pensamento de Adorno e Benjamin” no livro “Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História”, editado pela Imago.

⁴³⁷ SYRKIS, 1980. p. 4.

Syrkis, assim como Gabeira, se coloca como narrador de uma história de curta duração. Desse tempo fica a lembrança da experiência política, aqui qualificada como *“vivência”, “despertar”, “aventura” e “sonho”*.

Explicita sua vontade de que *“nunca mais na história do Brasil uma situação de opressão sangrenta”* se repita, fato que, segundo ele levou *“uma geração de jovens a tomar as armas”*.

Avalia a sua experiência pessoal e a dos companheiros de luta afirmando que *“erros cometemos muitos”*, e apesar de qualificar as ações políticas de moralmente válidas *“a validade do gesto moral”*, acrescenta, não atenuou *“a dimensão daquela derrota que custou muitas vidas queridas e valiosas”*.

Syrkis avalia as derrotas do passado e nelas encontra sinais de que é possível pensar uma outra história; é no exame dos sofrimentos acumulados que busca força para alimentar projetos prospectivos dando *“nova face a esperanças frustradas”*. Assim, aos erros e derrotas da luta armada contrapõe a esperança nas *“lutas pacíficas”* dos trabalhadores, das comunidades de base, das associações de moradores e também na luta dos movimentos *“feminista, negro, ecológico, antinuclear e pela vida”* que encontra atuantes na sociedade brasileira, quando de sua volta do exílio em 1980. Ressalta o valor político das lutas pacifistas *“serenas e decididas”*. A contraposição do sucesso da luta pacífica e democrática à derrota da luta armada também é explicitada no seguinte texto:

*“A abertura política iniciada no final dos anos 70 não foi sucesso do Presidente Figueiredo, mas uma conquista obtida pela pressão do nosso povo. Por milhões de vontades, vozes e mãos vazias que foram mais eficazes do que aquele punhado de metralhadoras com as quais nós carbonários, queríamos mudar o mundo há uma década. Fico feliz!”*⁴³⁸

⁴³⁸ Ibidem. p. 5.

De um lado explicitava suas discordâncias políticas em relação a projetos socialistas que teimavam em cultivar o “sectarismo” e o “baixo-astral”. De outro, reafirmava sua crença em um outro tipo de projeto socialista que qualificava como “socialismo com liberdade”, e é claro em explicitar seu novo entendimento de liberdade, agora como fim em si mesma, não como meio, para uma outra intenção - *“a luta pela liberdade não como tática para chegar ao socialismo mas como seu objetivo permanente”*.⁴³⁹

Syrkis constata que a crença no projeto socialista fundado em novas bases não era só dele, mas de muitos dos colegas socialistas - *“o vento novo é forte e em quase todos os setores há gente acesa questionando, rediscutindo as coisas todas, inclusive o próprio socialismo”*.⁴⁴⁰

Na chegada explicita sua vontade, seu projeto político: *“quero ser apenas um contador de histórias. Isso porque avalia “creio que é importante recuperar essas memórias e transmiti-las sobretudo para essa nova geração que desponta para os anos 80. A transmissão de experiência não é fácil, a assimilação menos ainda. Mas o próprio movimento social é hoje mais amplo, profundo, mais rico e maduro.”*⁴⁴¹

Syrkis reconhece a dificuldade de transmitir experiências. Existe pouco ou nada em comum entre o narrador e o ouvinte, no mundo de hoje a distância entre as gerações é um impedimento real. Diria Benjamin que não existe entre narrador e ouvinte/leitor uma comunidade de experiência fundante tornando possível a interlocução, o diálogo entre eles. É nesse sentido que para Benjamin o ato educativo da narrativa fica

⁴³⁹ Ibidem. p. 5.

⁴⁴⁰ Ibidem. p. 5.

⁴⁴¹ Para Kant “A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre mais bem aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa

condenado à inércia, à inoperância e acaba por perder seu sentido primordial, ou seja, o sentido educativo.⁴⁴²

Syrkis parece ser conhecedor dessas dificuldades: “a transmissão de experiência não é fácil e a assimilação menos ainda”, mas é também portador da esperança de que ainda existe um “fluxo narrativo comum e vivo” entre ele e o leitor, fluxo este alimentado tanto pelo amadurecimento próprio, como pelo amadurecimento do movimento social.

Assim é que desenha sua proposta pedagógica - recuperar e transmitir memórias da atividade política para as novas gerações. Como método convida o leitor a estabelecer semelhanças, analogias para poder compreender a experiência do outro, muitas vezes distante, oculta, impenetrável.⁴⁴³

O título da obra *Os Carbonários - memória da guerrilha perdida* sintetiza a intenção pedagógica do autor. Primeiro a identidade por analogia com os carbonários; segundo, a possibilidade do resgate da memória do projeto político derrotado, e a possibilidade de fundar novo projeto socialista; terceiro, a constatação de que a experiência da derrota serviu de exemplo, para que não se “repetissem erros” - se a experiência carbonária serviu de exemplo aos italianos no momento de fundação da jovem Itália em 1831, por que a experiência carbonária brasileira não serviria de exemplo ao movimento de redemocratização em curso no Brasil dos anos 80?

Syrkis sugere ao leitor que faça analogias da experiência de guerrilha urbana no Brasil dos anos 70 relatada na obra, com a experiência

proporção e de conformidade com a finalidade daquelas e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino.” Op. cit. 1996. p. 19.

⁴⁴² Benjamin qualifica a narrativa por seu caráter de ensinamento, seu caráter transmissivo de dar conselhos. A esse respeito ver o ensaio “O Narrador”. Op. cit. 1987. p. 200.

⁴⁴³ A experiência da semelhança está discutida por Benjamin no ensaio “A Doutrina das semelhanças”, Ibidem. p. 108-110. A esse respeito é esclarecedora a leitura de Gagnebin “Do conceito de Mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin”. IN: Sete aulas sobre: linguagem, memória e história.

dos carbonários ocorrida em diferentes Reinos da Itália no início do século XIX. Aceitamos a sugestão.

Segundo Syrkis, os carbonários combatiam a *“tirania e o imperialismo austro-bourbônico”*. No terceiro quartel do século XX, a guerrilha urbana combatia a ditadura brasileira instalada em 1964 e o imperialismo dos países de capitalismo avançado - EUA, Japão, Alemanha -, que explorava o continente latino. Na Itália *“eram tempos de restauração”*; dissemos que no Brasil os tempos eram de resistência ao regime ditatorial instalado em 1964. Assim descreve Syrkis a situação política de Roma no período carbonário:

*“Em Roma, na época reinado pontifício, os carbonários combateram o governo de Leão XII, aliado de Metternich, ditadura particularmente obscurantista, lembrada por ter reprimido o ensino laico, fechado várias escolas, proibido a vacina de varíola e decretado um ‘pacote’ de medidas de exceção entre os quais o estado de sítio, o toque de recolher e o fechamento das tabernas... Promoveu também o célebre ‘processo dos 500’ (nobres dissidentes, profissionais liberais, artesãos, estudantes e dois padres) e a condenação à morte de 7 carbonários. Tempos de medo mas também de ufanismo.”*⁴⁴⁴

No Brasil também podemos afirmar que os tempos eram de medo e ufanismo. O período ditatorial é longo e percorre a gestão de vários presidentes militares - Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, General Costa e Silva, General Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e General João Batista Figueiredo -; os atos institucionais davam o tom das ações repressivas no país: cerceavam eleições, cassavam mandatos, prendiam, processavam e executavam líderes oposicionistas. Acompanhando as ações repressivas o projeto de modernização conservadora avançava, crescia a propaganda ufanista sobre a Transamazônia e sobre o chamado “Milagre econômico brasileiro”.

⁴⁴⁴ SYRKIS, Op. cit. p. 8-9.

Diz Syrkis que na Itália os carbonários se organizavam em grupos *“altamente hierarquizados, estanquizados”* e eram *“animados por forte espírito de seita”*, ao todo somavam *“20 grupos”*. Acrescenta à narrativa a informação de que *“viveram quase sempre isolados das amplas massas, que intimidadas pelo terror vigente, raramente entendiam o sentido de suas lutas”*.⁴⁴⁵

No Brasil a esquerda, à semelhança dos carbonários, também se organizava em dezenas de pequenos grupos, com estrutura de comando centralizada, e teve como prática política a proposta de ação de vanguarda, o que a afastava das massas. Estas estavam também, como os carbonários, intimidadas pelo terror.

No Brasil a experiência da esquerda era marcada por dissidências internas e havia divergências profundas entre eles, o que dificultava ações conjuntas.

Assim como os carbonários, a esquerda brasileira foi *“esmagada”* pelas forças repressivas do regime militar; podemos atribuir também à sua derrota a sua autofagia, e o espontaneísmo de seus quadros.

Aceitar o desafio de Syrkis, de imediato, nos remete a dois níveis de analogias. No primeiro nível basta seguir a sugestão do autor no texto, ou seja, partir da descrição das características do movimento carbonário traçado por ele na narrativa e estabelecer traços de semelhanças entre a situação italiana do século XIX e a brasileira do século XX. O texto sugere que na Itália o pensar crítico sobre os erros da ação carbonária contribuiu para que os esforços de unificação da Itália fossem bem sucedidos. Nesse sentido, por que não olhar criticamente as ações da esquerda desenvolvidas nos anos 60/70 no Brasil? Para Syrkis aprende-se com o erro e esse aprendizado poderia contribuir para o movimento de redemocratização do Brasil ocorrido entre os anos 1978-1984.

⁴⁴⁵ Ibidem. p. 10.

Propusemos como desafio de estudo a busca de um ângulo que nos permitisse abrir novos horizontes, ou seja, observar na narrativa lampejos ou clarões que pudessem iluminar o entendimento dos processos de aprendizagem de valores próprios da autonomia, para melhor compreender a construção dos fundamentos éticos na ação política nos planos individual e coletivo.

Identificamos nas narrativas de Gabeira e Syrkis uma intenção pedagógica. Partem do pressuposto de que a experiência educa, que o pensar crítico sobre o vivido, a racionalização sobre a experiência é alicerce dos processos de aprendizagem.

Como transmitir uma experiência política para alguém que não viveu nada semelhante? Como fazer da própria experiência material vivo de reflexão possibilitando o desencadear da aprendizagem? Como fazer da narrativa instrumento educativo da autonomia do indivíduo?

As narrativas de Gabeira e Syrkis expressam o que podemos chamar de uma *“pedagogia ativa”*.⁴⁴⁶ Para Piaget, relatos vivos, concretos agem sobre o aprendiz de forma mais vantajosa que, por exemplo, ensaios de natureza teórica.

Narrativas ensinam quando conseguem estabelecer com o leitor um canal de comunicação que torne possível, mesmo para quem não participou daquela experiência, um pensar ativo e criador sobre a experiência narrada.

A *lição* dada por Gabeira e Syrkis, não tem feição de uma *“moral da história”* pronta e acabada. Não. As narrativas não abordam o *“leitor de fora”*, pelo contrário, elas nos transportam para os anos 60 e nos fazem percorrer com os sujeitos da ação todo o caminho vivido por eles,

⁴⁴⁶ Ver a esse respeito o ensaio de Piaget. “Procedimentos da educação moral”. IN: MACEDO, 1996. e o ensaio de Kant “Sobre a pedagogia”. 1996. p. 86.

lado a lado. Ao leitor a narrativa proporciona a oportunidade de acompanhar a ação do narrador.

O texto busca ser veraz, não tem a intenção de enganar; os autores, sujeitos centrais da narrativa, se apresentam nas cenas narradas com suas virtudes e vícios, dúvidas e certezas, descrença e esperança.

Como narradores abrem as portas de um tempo para o leitor, o qual não necessariamente precisa ter sido vivenciado por quem tem acesso à narrativa. O texto nos transporta para a realidade dos anos 60-70 no Brasil, para a experiência de jovens que, no confronto com a ditadura, desencadeiam ações de combate e de resistência ao autoritarismo vigente buscando fundar uma nova sociedade alicerçada nos princípios de liberdade e igualdade próprios ao socialismo.

Penetramos no texto, lado a lado, com o narrador. Digo lado a lado, porque os sujeitos da narrativa não se vestem de heróis; apesar da audácia de se permitirem a aventura da luta armada, em um contexto inteiramente desfavorável a seu sucesso foram, em suas tentativas, derrotados. Como depoimento, como relato de experiência vivida são narrativas valiosas.

A narrativa da experiência política em situação-limite nos remete, de imediato, para questões de natureza ético-moral, de natureza prática, pois nos colocam frente a problemas que pedem decisões de “*valor grave*”, para usarmos expressão habermasiana.

Os relatos de Gabeira e Syrkis não falam diretamente de moral, o que fazem é narrar a experiência afetiva vivida, registram angústias, alegrias, inquietações dos sujeitos de ação. Se alguma “*lição*” existe ali, ela só é possível se o leitor, ele próprio, na interlocução com o

texto, decide estabelecer juízos sobre a verdade, a veracidade e a justeza dos fatos narrados.⁴⁴⁷

Diria que as narrativas de Gabeira e Syrkis não *“intervêm de fora correndo o risco de não ser ouvida”*, mas por serem relatos vivos não conclusivos, permitem que o leitor intervenha no texto dando a ele significação. Não encontramos nas narrativas *“lições de moral no sentido tradicional”*.

Benjamin, como Piaget, insiste que, se o conselho intervém do exterior na vida do indivíduo, acaba por não transmitir um saber proveitoso a ele. Para Benjamin conselho existe se se constrói um espaço de diálogo no qual é possível comunicar experiências, criando a possibilidade de *“fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”*.⁴⁴⁸ Analisando a teoria de Benjamin sobre a narração Gagnebin afirma *“esta bela definição destaca a inserção do narrador e do ouvinte [leitor] dentro de um fluxo narrativo comum e vivo, já que a história continua, que está aberta a novas propostas e ao fazer junto”*.

A arte de narrar pode, portanto, formar para a heteronomia ou para a autonomia. Avalio que a estrutura das narrativas de Gabeira e Syrkis assegura o espaço da aprendizagem da autonomia, por conter uma dinâmica que possibilita ao leitor acompanhar aquele relato de memória, em que a avaliação da experiência está aberta também para o narrador, que se interroga sobre o vivido buscando compreender a história de um tempo e a sua história pessoal imersa naquele tempo específico; por sua estrutura aberta ela permite ao leitor ir para além do texto, instiga a atividade da leitura solicitando do leitor significações próprias. Percebo-as como

⁴⁴⁷ Piaget, ao discutir os procedimentos verbais de ação moral, destaca procedimentos que educam “a propósito de experiências efetivas vividas pelas crianças”; nesse caso, as lições seriam “conversações provocadas pelas peripécias do self-government ou do trabalho de grupo”. PIAGET, 1996. p. 15-19.

⁴⁴⁸ Benjamin, 1987. p. 200.

narrativas abertas, sugestivas de uma leitura sobre a ação política que se quer reflexiva.⁴⁴⁹

Mesmo quando Syrkis sugere o método das semelhanças, o faz a partir de um projeto de rememoração onde ator/autor da ação não constitui a alma da narrativa, mas sim a própria tessitura da narração.⁴⁵⁰ Syrkis tece a narrativa convidando o leitor a estabelecer analogias da presença carbonária no passado/presente e futuro. Afinal, é como se indagasse - quais os processos que engendram tais semelhanças?

O pressuposto de que os homens nas situações vivenciadas *“constroem de fato seu conhecimento”*⁴⁵¹ é o nosso ponto de partida para a compreensão das diversas modalidades de aprendizagem que as narrativas permitem.

O relato vivo da experiência política dos seqüestros permite-nos acompanhar processos de aprendizagem vividos pelos sujeitos das narrativas, possibilidade que se abre no próprio ato de narrar - momento em que a experiência se transforma em discurso. A narrativa é ela própria o momento de um esforço de sistematização sobre o vivido.

Encontramos no texto sinais da aprendizagem política que evidenciam a possibilidade da construção de novos projetos, individuais e coletivos, autônomos. A construção da autonomia vai se dar na convivência das ambigüidades e paralelismos das experiências de feição simétrica e assimétrica.

Na prática política, nas organizações de esquerda e, especificamente, na situação de seqüestro, os militantes vivem situações de assimetria, própria da heteronomia, bem como situações de simetria constitutiva de autonomia.

⁴⁴⁹ Ver Gagnebin. Prefácio. Benjamin, uma história aberta. Ibidem. p. 13.

⁴⁵⁰ Ver Benjamin. “A Imagem de Proust” e a “Doutrina das semelhanças”. Ibidem. p. 37 e 108.

⁴⁵¹ Definição de Yves Taille sobre o que significa ser construtivista. IN: MACEDO, 1996. p. 151.

Existe paralelismo e ambigüidade entre relações assimétricas e simétricas e essas estão presentes nas situações de convivência entre companheiros, entre militantes e embaixadores e entre militantes e o Estado. Podemos aqui considerar dois espaços em que essas relações são registradas no texto - o espaço da prisão e o das casas-esconderijo.

Na prisão os militantes vivenciam situações claras de respeito unilateral, em que a desigualdade é óbvia - a relação entre torturadores e torturados - e situações de respeito mútuo, como as que estabelecem entre si os presos políticos, fundadas na solidariedade e na fraternidade, só possível entre iguais, e que os levam a experiências de relações interpessoais típicas de reciprocidade. A um só tempo e em um mesmo espaço a aprendizagem da heteronomia e da autonomia acontece.

A prisão evidencia a experiência das diferentes racionalidades que subjazem as ações. Na tortura a racionalidade instrumental própria da violência convive com a racionalidade estratégica do preso que para se defender mede cada palavra, cada gesto, buscando preservar não só sua vida mas a de companheiros presos e dos companheiros ainda em liberdade. Entre os colegas de prisão a razão comunicativa fundando as relações simétricas entre eles, possibilitando que a igualdade e a diferença assentassem as bases do consenso entre aqueles que submetidos à tortura, à degradação humana resgatassem a condição de dignidade.

No espaço das casas-esconderijo a experiência da norma imposta, unilateralmente, pela direção do partido, mas também da norma criada pelo grupo, resultado da discussão e da vontade coletiva, ambas objetivando a disciplina e a obediência do grupo. Experiência formadora de personalidades heterônomas e autônomas.

No espaço das casas-esconderijo as evidências dos afetos vividos entre aqueles que ali habitavam. Nos afetos e desafetos encontramos a base dos valores que atribuíam uns aos outros e que alimentam as condutas alicerçadas no egocentrismo e as alicerçadas na reciprocidade.

Nesse espaço, a experiência do reconhecimento do outro como sujeito de vontade própria e legítima na relação com os embaixadores. Na experiência da comunicação através do diálogo vivenciam o confronto entre interesse prático, que permite que polemizem mostrem convergências e divergências de opiniões, e o interesse emancipatório que busca a liberdade e a autonomia, que questiona a comunicação fundada na coação e aspira à comunicação fundada na cooperação de seres livres e autônomos.⁴⁵²

Nos dois espaços, no da prisão e nas casas-esconderijo, a aprendizagem sobre a identidade e nela a afirmação do eu.

Esse processo é registrado na narrativa a partir de dois movimentos: aqueles que evidenciam as *“auto-avaliações feitas em função dos sucessos e fracassos objetivamente ocorridos”*⁴⁵³ e aqueles que ocorrem a partir das considerações que tecem sobre si mesmos considerando os juízos que os outros deles formulam. Nos dois movimentos ocorre a aprendizagem sobre o respeito, assegurando-lhes a possibilidade da equilibração se *“a necessidade de ser respeitado equilibra, por conseguinte a de respeitar, e a reciprocidade que resulta dessa nova relação é suficiente para dirimir qualquer elemento de coação”* entre iguais; nesse caso, avança o processo de construção da autonomia.

⁴⁵² Ver no ensaio “Conhecimento e interesse” as cinco teses formuladas por Habermas, 1983. p. 308 a 310.

⁴⁵³ A esse respeito ver o ensaio de Yves de la Taille “Educação Moral Kant e Piaget”. IN: MACEDO. Op. cit. p. 172, e Piaget - “O Juízo Moral na criança”. Op. cit. p. 74-86.

O processo de construção de identidade é expresso nos relatos quando registram o conflito vivido entre vontade do grupo e a vontade pessoal. O discernimento sobre as bases de construção dessas vontades - se coercitivos ou cooperativos - permite aos sujeitos da ação se libertarem do pensamento e da vontade do outro, impostos pela coação, construindo, assim, novas bases de identidade fundadas na autonomia do eu.

A narrativa educa à medida que condensa, nela mesma, a vontade do sujeito de conhecer os fundamentos de sua experiência, que permite ao leitor percorrer as trilhas dos caminhos da aprendizagem e da construção da nova identidade.

O ato de narrar desencadeia a aprendizagem, ao possibilitar o exercício reflexivo da ação. Nele o sujeito busca encontrar conexões entre a diversidade dos fatos da experiência abrindo e assegurando a possibilidade de identificar os princípios fundantes da ação.

O exercício da razão é que faz reconhecer os princípios, mas esta é, no dizer de Kant, *“uma razão, ainda dirigida [...]. Aqui não se trata da razão especulativa, mas da reflexão a respeito do que acontece segundo as suas causas e seus efeitos”*.⁴⁵⁴

Esta identificação dos princípios pela razão permite ao sujeito-narrador estabelecer juízo sobre a ação, pois possibilita qualificar a experiência pelo que guarda de singular e universal e discernir sobre a natureza dos conflitos vividos, se fundados em princípios contingentes ou universais. A faculdade de julgar mostra o uso que se deve fazer do entendimento: *“É necessário para se compreender bem o que se aprende ou se diz e para não repetir dos outros o que se não entendeu”*.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ Kant, I. 1996, p. 74.

⁴⁵⁵ Ibidem. p. 74.

As narrativas de Gabeira e Syrkis nos educam por permitirmos compreender as antíteses e ambigüidades entre valores orientadores das ações políticas fundadas em bases heterônomas e/ou autônomas vivenciadas em contextos dilemáticos.

Os relatos expressam o agir estratégico de sujeitos que buscam atingir interesses próprios ou de seus grupos de referência de forma eficaz. A experiência da ação, que busca eficiência e eficácia, exige deles apurada capacidade de julgar, para que possam discernir sobre a natureza das máximas que fundam suas vontades: se alicerçadas em imperativos hipotéticos ou categóricos. A aprendizagem que aí se desencadeia permite-nos estabelecer juízos sobre as conexões que estabelecem entre os elementos constitutivos de autonomia e os de heteronomia, possibilitando-nos avaliar a condução de seus comportamentos para a eficácia.

Ao desencadearem ações de seqüestro, aprendem no seu planejamento os valores da eficiência e da eficácia. A aprendizagem desses valores é marcada por elementos de autonomia e heteronomia. Agem sobre a forma de imperativo hipotético quando circunscrevem suas ações às necessidades dos interesses políticos da revolução socialista ou da resistência à ditadura. A luta revolucionária ou a luta de resistência os obriga a agir usando como meio a violência.

Contraditoriamente, os fins que buscam atingir estão alicerçados em princípios universais - liberdade e igualdade de seres humanos! O problema é que na prática os meios se sobrepõem aos fins que almejam e, por isso mesmo, acabam por instrumentalizar as ações tornando-as violentas.⁴⁵⁶ Violência expressa na ação mesmo do seqüestro, quando tratam o embaixador como meio para obter a liberdade de companheiros presos.⁴⁵⁷

⁴⁵⁶ Ver o ensaio "O conceito de poder político em Hannah Arendt". Habermas. IN: Habermas. São Paulo: Ática, 1980. Grande Cientista Social. 15.

⁴⁵⁷ Kant, I. 1980, p. 142.

A reflexão sobre as contradições dessa experiência os conduzem à aprendizagem da autonomia quando descobrem que todo ser humano tem valor por si mesmo. Descoberta que vem das contradições que vivem ao seqüestrar o embaixador fazendo dele meio para a libertação de seus companheiros, quando são confrontadas com o paradoxo de buscar a liberdade de seres humanos através da prisão de outros seres humanos.

Quando pressionados pela ditadura a refazerem a lista de presos a serem soltos, dividem-se na discussão sobre quem dentre os presos teria o privilégio de alcançar a liberdade. Essa realidade os leva à aprendizagem de que todos os presos políticos, indistintamente, tinham valor por si; quando na prisão descobrem que presos comuns, “*inocentes*”, e presos políticos tinham enquanto seres humanos valor por si mesmos, e como tal não podiam ser vítimas das ações de tortura impingidas pela ditadura, que aviltava a condição da dignidade humana.

A ação de seqüestro coloca em tela de juízo os valores da vida e da liberdade.

Ao buscarem libertar seus companheiros da prisão, procurando resgatar seus direitos à vida, uma vez que estavam ameaçados de morte pela prática da tortura, confrontam-se com o seguinte paradoxo: a liberdade dos companheiros só é obtida com a prisão dos embaixadores; a preservação de suas vidas, objetivo do seqüestro fica, também ameaçada pela ação do seqüestro, pois caso fossem descobertos pela polícia política pagariam com a própria vida e a vida dos embaixadores, bem como a dos companheiros presos, que sem dúvida seriam vítimas imediatas da ditadura nos cárceres do país.

A reflexão sobre esse contrasenso permite-lhes a descoberta de que a vida e a liberdade estão acima de qualquer valor contingente; portanto, têm valor por si mesmos.

As experiências heterônomas estabelecidas com a ditadura brasileira, dentro ou fora dos cárceres, vivenciadas no cumprimento das normas disciplinares no interior das organizações clandestinas, bem como nas relações interpessoais com os companheiros, os fizeram muitas vezes submeterem-se a leis que não emanavam de suas próprias vontades. Essas situações típicas de feição heterônoma acabavam confundindo e mesmo dificultando a construção de suas identidades. Afinal, o que é realmente vontade própria e o que é vontade alheia? E mais, sobre quais máximas se assentam essas vontades?

O exercício da reflexão crítica sobre as experiências de heteronomia permite-lhes conquistar o espaço necessário para construir novas bases de identidade fundadas nos seguintes valores: respeito, confiança, dignidade, solidariedade, fraternidade, vida e liberdade, tidos como fim em si mesmas.

Diria com Kant, que a estes homens estariam dadas as condições de, mesmo afetados por tantas inclinações contingentes, serem capazes de conceber a idéia de *“uma razão pura prática”*. Resta saber se estariam *“dotados da força necessária para tornar eficaz a aplicação dessas máximas em concreto no seu comportamento”*.⁴⁵⁸

Com eles pode-se aprender que se as máximas que fundam suas escolhas estiverem incluídas *“simultaneamente, no querer mesmo como lei universal”*, eles conquistam a condição de seres verdadeiramente autônomos.

O ato de narrar é educativo, na medida em que conta a experiência política vivida ao leitor e o motiva a estabelecer juízo sobre ela, avaliando se esta *“valeu ou não a nossa pena”*, ou seja, se contribuiu para a

⁴⁵⁸ Kant, 1996. p. 25.

elaboração de um projeto de construção de uma sociedade que permitisse e assegurasse a liberdade e a emancipação do homem.⁴⁵⁹

As narrativas de Gabeira e Syrakis permitem que narrador e intérprete aprendam sobre valores fundantes e sobre o desafio do agir sobre máximas universais em situações-limite. Ensinam que as máximas que fundam as ações políticas, em contextos-limite, são deduzidas do próprio homem.⁴⁶⁰ É nesse sentido que realizam o projeto de educação ativa e contribuem para o projeto de emancipação do homem.

⁴⁵⁹ Para Kant a “educação prática ou moral (chama-se prática tudo o que se refere à liberdade) é aquela que diz respeito à construção (cultura) do homem, para que possa viver como um ser livre.” Ibidem. p. 36.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 80-86.

CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho gostaríamos de refletir sobre o percurso do nosso processo de aprendizagem. A inquietação que nos motivou tinha raízes no problema da aprendizagem ético-moral enfocado na ótica da autonomia-heteronomia. Assim, formulamos como indagação: o que aprendem e como processam a experiência da aprendizagem de valores ético-morais os militantes de esquerda em situações políticas-limite?

Definimos como hipótese de trabalho que processos de aprendizagem ético-morais ocorrem e ficam evidenciados, quando os sujeitos de ação são capazes, no exercício reflexivo sobre a práxis, de compreender e interpretar as antíteses e ambigüidades entre os elementos constitutivos da heteronomia e da autonomia; entre aqueles elementos próprios das racionalidades que fundamentam a ação, bem como os sinais da cisão entre exigências morais cabíveis sob condições dadas contrapostas à vontade fundada em princípios universais.

Uma segunda hipótese, decorrente da primeira, se esboçou. Assim, procuramos também demonstrar que no percurso do processo de assimilação das antíteses e ambigüidades entre autonomia e heteronomia os horizontes do entendimento vão-se alargando e possibilitando que a aprendizagem sobre os fundamentos da democracia e do autoritarismo cresça em complexidade tornando possível a construção de uma pedagogia fundada na experiência.

A fonte definida para investigação foi narrativa de memória, que expressa a reflexão dos atores/autores sobre o vivido. Partimos do entendimento de que narrativas são fontes de saber e que os narradores

encarnam o papel de mestres e, como tal, constroem no ato de narrar um projeto pedagógico.

O estudo das narrativas de Fernando Gabeira e Alfredo Syrkis sob o enfoque da experiência da aprendizagem de valores na ação política em situações-limite, nos permitiu compreender questões relativas à dimensão educativa própria da práxis política.

A narrativa é, a um só tempo, registro de fatos, emoções e esperanças vividas, e também expressão dos processos reflexivos que o ator/autor, ao longo do tempo, realiza sobre a experiência política-limite vivida, e que procura transmitir por meio do ato de narrar. Nesse sentido, elas contêm, em si mesmas, um projeto pedagógico, que classifico de ativo e criativo. Este projeto assenta seus pilares na estrutura de diálogo em dois níveis: o diálogo consigo mesmo e a interlocução com o leitor.

No primeiro nível os atores/autores mostram-se como alguém que busca nas ações mesmas sentido para a vida, agem e são capazes de ousar em contexto histórico adverso a seus desejos. De um lado, mostram-se como heróis singulares - falam do lugar de quem perdeu a luta -, de outro, como sujeitos capazes, ao pensar suas identidades, de reconstruir suas esperanças - alçar o vôo difícil da autonomia.

No segundo nível o diálogo se estabelece com o intérprete. Como narradores indagam sobre o percurso de suas trajetórias sem impor ao leitor um sentido avaliativo do que viveram, e nos convidam a refazer com eles o percurso da história para, de forma livre, estabelecermos sentido às suas experiências. Aceitamos participar do diálogo proposto por Gabeira e Syrkis e buscamos tematizar suas experiências, conferindo-lhes significado, estabelecendo julgamentos, dando início, no processo de interlocução com o texto, ao nosso processo de aprendizagem.

Por conterem essa estrutura de diálogo - expressam uma fala para o outro que escuta - permitem que se abram espaços para a

interrogação criando possibilidade para que na interrogação o ato de compreender aconteça. Enquanto narrativas abertas ao diálogo permitem-nos desvendar os mistérios e sombras do passado abrindo o campo de possibilidades para analogias com o presente/passado próximo, do período da transição brasileira para o regime democrático e com outros presentes.

A narrativa permite o diálogo vivo do autor com o leitor ao traçar as ações do ator/autor no discurso e possibilita ao leitor captar o sujeito concreto que vive a história e com ela aprende, e por isso é capaz de ensinar.

A narrativa cria a possibilidade real da troca de experiência entre autor e intérprete. Ao narrar sua aventura o narrador possibilita a si mesmo e a seu intérprete o exercício reflexivo sobre as experiências vividas. Diz Benjamin que *“o dom [do narrador] é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira (...) o narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo”*.⁴⁶¹ Sem dúvida, em Fernando Gabeira e Alfredo Syrakis encontro o dom e a dignidade próprios dos narradores; eles não *“voltam silenciosos do campo de batalha”*. De volta ao país insistem em ser contadores de história, das suas histórias. Histórias dilaceradas e escancaradas do registro da miséria e da dignidade humanas. É no percurso de suas histórias que pude compreender o processo de aprendizagem de valores próprios da autonomia e da heteronomia; procurando no texto evidências e vidências de como entendem e interpretam as antíteses e ambigüidades entre os componentes próprios da heteronomia e da autonomia; os elementos constitutivos das racionalidades instrumental-estratégica e comunicativa; e aqueles traços que são próprios da cisão entre vontade empírica e vontade autônoma.

Muitas são as passagens do texto que relatam as experiências das ações fundadas na coerção. Gabeira e Syrakis viveram com intensidade as manifestações brutais do poder autoritário, Gabeira teve o

⁴⁶¹ BENJAMIN, W. Op. cit. p. 221.

corpo dilacerado por uma bala no momento da prisão. Ambos testemunham as marcas de tortura que os companheiros traziam no corpo e na alma, presenciaram a morte de amigos e companheiros de luta. Viveram a violência na sua mais cruel feição. A cultura da violência impregnava o ar naqueles tempos sombrios. Como militantes de esquerda nutriam ideais de liberdade e de igualdade e, em nome deles não hesitaram em usar a violência como meio para alcançá-los - as ações de seqüestro como uma de suas manifestações é prova disso.

Vivem a experiência da heteronomia no grupo de companheiros quando fazem da disciplina um mito da revolução; quando absolutizam suas verdades alimentando a unilateralidade de suas opiniões; quando não conseguem perceber que não constroem espaços para que as diferenças possam conviver entre eles; quando são incapazes de reversibilidade, e, ao julgarem os fatos, os consideram apenas sob o ponto de vista próprio e o de seu grupo de companheiros, anulando a possibilidade das diferenças.

Vivem a experiência da heteronomia na relação com os embaixadores. Exercem violência contra eles ao seqüestrá-los, ao usá-los como instrumentos - meios para obter o fim que buscavam alcançar - a liberdade dos companheiros presos e da sociedade brasileira, oprimida pelo capitalismo e pelo golpe militar.

As experiências de autonomia são rememoradas no texto, às vezes de maneira fugaz, às vezes de forma longa e intensa como nas prisões quando descobrem a vida e a dignidade humanas como valor em si mesmas; quando descobrem os limites e as potencialidades de seus corpos, de suas vontades; quando frente aos carrascos que os anulam se descobrem como seres humanos e, como tal, com direito à vida e à dignidade. Na prisão, Gabeira vive a experiência da solidariedade e da

fraternidade ao partilhar a dor e o sofrimento, as alegrias e esperanças com os companheiros de luta, os presos comuns e “os *inocentes*”.

No grupo de companheiros têm experiência de autonomia quando vivem situações de livre cooperação; quando decidem coletivamente sobre as regras do grupo; quando vivenciam situações de igualdade e justiça, base de reciprocidade entre membros do grupo no desempenho de tarefas consensualmente definidas e distribuídas entre eles; quando asseguram espaços para as diferenças entre os iguais, criando bases de respeito mútuo e reciprocidade; quando são capazes de perceber e respeitar as opiniões diferentes e divergentes da sua e, ao considerá-las, agem com reversibilidade.

Na relação com os embaixadores têm experiência de autonomia quando na convivência diária passam a considerá-los com respeito buscam fundar espaços de diálogo tornando possível que a interlocução entre eles aconteça deixando fluir as diferenças e semelhanças de seus pontos de vista; quando os mantêm informados sobre o andamento das negociações; quando se colocam em seus lugares, mostrando capacidade de entender suas razões, vontades, esperanças.

Nas narrativas encontro indícios de que na base das ações militantes mesclam-se tipos diferenciados de racionalidades - a instrumental, a estratégica e a comunicativa -, compondo os elementos constitutivos da heteronomia e da autonomia.

A racionalidade é, sem dúvida, indicativa da forma como sujeitos adquirem conhecimento e do uso que dele fazem. Ao desvendarmos a forma como relacionam meios e fins, somos capazes de identificar seu uso instrumental alicerçando a violência, seu uso estratégico fundando relações em bases coercitivas e de consentimento, e seu uso comunicativo, expressando as bases do entendimento recíproco só possível em situações de cooperação.

Os militantes, no contexto do seqüestro, aprendem sobre valores fundantes da ação instrumental - eficiência e eficácia - quando orientam suas ações para o êxito da operação, enquadrando cuidadosamente as emoções, o adestramento do corpo, o manejo das armas às regras de ação técnica, transformando seus interesses e seus valores de sustentação em meios eficazes para sucesso da operação, e nesses contextos os meios se sobrepõem aos fins que almejam e transformam-se em meros instrumentos criando e alicerçando a violência.

A aprendizagem sobre as bases da racionalidade instrumental fica evidenciada quando ocorre a apreensão dos embaixadores, e exercem sobre eles a violência do seqüestro, quando os transformam em meios para o alcance do fim desejado - libertação de companheiros presos; no momento em que na prisão defrontam-se com o exercício brutal da tortura sobre seus corpos. Gabeira, ao viver a experiência do interrogatório e ao presenciar a prática de sevícias, entende como a racionalidade instrumental potencializa o exercício da tortura para a ação eficaz de esmagamento do ser humano.

A racionalidade estratégica é fundamento da ação de seqüestro. A narrativa registra alterações e ajustes que os militantes realizam na adequação entre meios e fins, ao considerarem seu real oponente - a ditadura. Para o sucesso da operação necessitam avaliar, constantemente, suas estratégias de luta e negociação considerando os aspectos político-militar próprios da especificidade daquela situação-limite.

Os militantes também estabelecem adequação entre meios e fins alicerçada na interação e no reconhecimento intersubjetivo. Assim, a racionalidade busca o entendimento e se fundamenta na construção de acordo firmado consensualmente, ou seja, composto pelos elementos da igualdade e da diferença. Esse tipo de ação tem por base a convicção

comum geradora de reciprocidade, respeito mútuo, cooperação e reversibilidade.

A racionalidade comunicativa está presente nos diálogos que estabelecem com os embaixadores, em algumas das interlocuções que os militantes estabelecem entre si como portadores de convicções comuns, como componentes de grupos políticos que partilham da mesma crença revolucionária e nos relatos da situação de prisão, quando criam bases de solidariedade e fraternidade na convivência diária entre iguais.

Os três tipos de racionalidade estão na base da aprendizagem de valores na ação política, às vezes contrapostos, às vezes imbricados, alimentando conflitos e ambigüidades, facilitando e/ou dificultando a compreensão dos valores que fundamentam a construção da heteronomia e da autonomia.

Quanto mais apuram o olhar sobre a experiência vivida, quanto mais desenvolvem a capacidade crítico-reflexiva sobre a ação, mais os narradores aumentam a possibilidade de aprenderem sobre os valores que fundam a autonomia e a heteronomia.

Acompanhar o fluxo narrativo sobre a experiência de seqüestro possibilitou-nos compreender os processos de aprendizagem de valores vivenciados por esses narradores.

De forma implícita e explícita as narrativas permitiram a identificação dos tipos de racionalidades constitutivas das ações heterônomas e autônomas; a identificação das ambigüidades, o entrecruzamento, as cisões e linearidade entre os elementos próprios da heteronomia e da autonomia - o respeito unilateral/respeito mútuo; juízos unilaterais/reversibilidade; egocentrismo/reciprocidade; coação e cooperação - presentes na experiência política dos seqüestros e aprendidos pelos militantes.

Foi percorrendo o fio do tecido que os narradores fizeram entre estes elementos, no entrelaçamento dos fios que unem a rememoração dos fatos, que pudemos compreender o contorno dos desenhos que se delineavam no papel dando forma à natureza dos conflitos ético-morais vividos pelos militantes naquela conjuntura específica - no cerne dos conflitos de ação se desenhava a cisão entre as exigências do momento histórico e os valores universais.

No percurso da composição, da conjugação desses elementos e da identificação da natureza dos conflitos próprios da razão prática foi, então, possível identificar os valores aprendidos pelos narradores naquele momento singular de suas vidas - eficiência, eficácia, igualdade, liberdade e justiça, confiança, solidariedade e fraternidade - todos eles, valores fundantes dos princípios da vida e do ser humano como valor em si mesmo.

Aprendemos ao dialogar com a narrativa. Aprendemos sobre sua expressão pedagógica. Aprendemos como o narrador, ao recordar o pulsar de suas ações tece significados sobre o que viveu, e nessa tessitura indaga sobre si mesmo, sobre o tempo e a história que viveu buscando conferir sentido para as experiências vividas. Ao rememorar, o narrador desenha formas permitindo ao intérprete que abra infinitas possibilidades de significação. Compreendemos que a ação contém, nela mesma, a convivência entrecruzada, ambivalente, contraditória, mas também cindida, homogênea, linear dos elementos próprios da heteronomia e da autonomia e que esses elementos presentes na raiz das ações brotam das narrativas compondo a aprendizagem de valores.

Aprendemos com a experiência narrada que na raiz das ações estão presentes valores, que como seiva nutrem as relações humanas fundadas nos princípios de autonomia e heteronomia. Entre estes valores está o da esperança que alimenta os sonhos de ensinar do mestre-

narrador. A esperança que alenta as narrativas de Gabeira e Syrkis nutre também este texto, e deverá alimentar outros leitores que se disponham a dialogar com esta e outras narrativas...

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

I - Periódicos

Jornais

- Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - 1975/1995
- O Globo - Rio de Janeiro - 1968/1982
- O Estado de São Paulo - São Paulo - 1968/1994
- Folha de São Paulo - São Paulo - 1977/1994
- Estado de Minas - Minas Gerais - 1979/1993
- O Pasquim
- O Movimento
- Jornal Opinião

Revistas

- Veja - 1976/1982
- Isto É - 1980/1982

II - Entrevistas, manuscritos, dossiê

Cavalcanti e Ramos (ORG.) *Brasil 1964, 19???. Memórias do exílio 1 de muitos caminhos*. São Paulo: Livramento, 1978.

III - Documentos das organizações políticas de esquerda - 1961/1971

REIS, Daniel Arão Filho e Sá, Jair Ferreira. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil. Informações novos documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo: ed. Global, 1979.

IV - Romances de memória

GABEIRA, F. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

SYRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

_____. _____. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Memória da guerrilha*. Caxambu; Minas Gerais, 1994. Mimeo.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Teoria da semicultura. *Educação e sociedade: Revista de ciência da educação*. Campinas: CEDES-PAPIRUS, n. 56, ano XVII. dez, 1996.

AGULHON, Maurice; CHAUNU, Pierre e DUBY, Georges. *Ensaio de ego-história*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 4, n. 7, 1991.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANDRADE, Luciana Teixeira. *Representações ambivalentes da cidade moderna: Belo Horizonte dos modernistas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARAGÃO, Lúcia Maria de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida. *Pacto re-velado: abordagem psicanalítica de fragmentos da vida militante clandestina*. São Paulo: PUC. 1993. Dissertação de Mestrado.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. A ética comunicativa segundo Habermas. In: HÜHNE, Leda Miranda (org). *Ética*. Rio de Janeiro: UAPÊ - SEAF, 1997.
- ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: UNB, 1985.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Lisboa: Antropos, 1991.
- _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil nunca mais*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1985.
- ARRIGUCCI, Júnior, Dav. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Coleção Ensino Superior).
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

- BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BARTHES, Roland. *Linguística e literatura*. São Paulo: Edições 70, 1980.
- BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1987. (Obras Escolhidas).
- _____. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, v. 2, 1987. (Obras Escolhidas).
- _____. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia-a-dia*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.
- BETO, Frei. *O batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *Cartas da prisão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- BLEICHER, Josef. *Hermenêutica contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 1992. (O saber da filosofia).
- CÂNDIDO, Antônio. Autobiografia poética e ficcional na literatura de Minas. *IV Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG. 1997.
- CAPALBO, Creusa. *Fenomenologia e hermenêutica*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1989.
- CARDOSO, Jr. Hélio Rebello. Tempo e narrativa histórica nas “teses” de Walter Benjamin. MAERBA, Jurandir. (org). *A Velha História, Teoria, Método e Historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996.

- CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 1964. *Revista Brasileira de História. Brasil 1954-1964*. Ed: ANDUP, Marco Zero, set, CNPQ-FINEP, v. 14, n. 27, São Paulo, 1994.
- CARVALHO, Luiz Marklounf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CARRILHO, Manuel Maria. *Razão e transmissão da filosofia*. Lousã: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1987.
- CASTRO, Manuel Antônio de. A questão hermenêutica. Walter Benjamin: Por que comemorar. In: *Tempos de Metamorfose*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- CAVALCANTI, P.C. Uchoa Brasil. 1964-199??. *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1976.
- COLLIER, David. (org). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DAGNINO, Evelina (org). *Anos 90 política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FÉLIX, Moacyr. *Canção do exílio aqui*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.

FIGUEIREDO, Vera Follain de. Nos trilhos da memória. (Uma leitura da obra de Fernando Gabeira). *O eixo e a roda*. Belo Horizonte: Departamento de Letras da UFMG, v. 6, jul, 1988.

FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FRANCO, Renato. Literatura e história: o memorialismo político na década de 1970. *História*. São Paulo: 12:303-317, 1993.

FREITAG, Bárbara. *A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas*. Tempo Social. USP, 1(2): 7-44, 2º sem. 1989.

_____. *Piaget: encontros e desencontros*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

GABEIRA, F. *Crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 16ª. ed., 1981.

_____. *Entradas e bandeiras*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

_____. *Cartas sobre anistia*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme, 1993.

_____. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994. (Coleção estudos: 142).

- _____. Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. Prefácio. Walter Benjamin ou a História aberta. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 1. (Obras Escolhidas).
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOMES, Renato Cordeiro. Eu, por exemplo... (Uma reflexão sobre autobiografia precoce). *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, Departamento de Letras da UFMG, v. 6. Julho de 1988.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *De l'éthique de la discussion*. Paris: les éditions du cerf, 1992.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A, 1994.
- _____. *La lógica de las ciencias sociales*. Madrid: Editorial Tecnos. S.A, 1988.
- _____. Conhecimento e interesse. In: *Benjamin, Habermas, Korkheimer*. Adorno, São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

_____. O conceito de poder de Hannah Arendt. In: FREITAG E ROUANET. *Habermas*. São Paulo: Ática, 1980. (Grandes Cientistas Sociais; 15).

_____. Para o uso pragmático, ético moral da razão prática. In: *Estudos avançados*. São Paulo: IEA/USP, out, 1989.

_____. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: *Sociologia da Juventude*, II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. Reconciliação através do uso público da razão: observações sobre o liberalismo de John Rawls. *Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação*. Campinas: CEDES-PAPIRUS, n. 57, ano XVII, dez, 1996.

_____. Crítica conscientizante ou salvadora: A atualidade de Walter Benjamin. In: FREITAG E ROUANET (orgs.). *HABERMAS*. São Paulo: Ática, 1980. (Grandes Cientistas Sociais).

_____. Walter Benjamin. Crítica conscienciadora o crítica salvadora. In: *Perfiles Filosófico-Políticos*. Madrid: Taurus, 1986.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

_____. *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HELLER, Agnes. FEHER, Firenc. *Anatomia de la izquierda occidental*. Barcelona: Península, 1985.

- INGRAM, David. *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: UNB, 1987.
- JAY, Martin. *Socialismo fin-de-siècle*. Buenos Aires. Nueva Visión, 1990.
- _____. *La imaginación dialética: una história de la Escuela de Frankfurt*. Madrid: Taurus, 1986.
- KANT, Immanuel. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, v. 1 e v. 2, 1980. (Os Pensadores).
- _____. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1996.
- _____. *Duas introduções à crítica do juízo*. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- KHËDE, Sônia Salomão. Memorialismo e Identidade. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte: Departamento de Letras da UFMG, v. 6, jul, 1988.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB. 1966/1979*. São Paulo: Vértice, Editora Brasileira dos Tribunais, 1988.
- KOHLBERG, Lawrence. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1992.
- KORDON, Diana R. e EDELMAN, Lucila I. *Psychological effects of political repression*. Buenos Aires: Editors in chief, 1988.
- KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott. (org). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.
- LALANDE, André. ***Dicionário vocabulário técnico e crítico da filosofia***. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- _____. Clio em questão: A narrativa na escrita da história. In: *Colóquio Narrativa: Ficção e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

- LIMA, Maria Emília. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LOGOS - *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa-São Paulo: Verbo, v. 1, 2 e 3.
- LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Zech Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAAR, Wolfgang Leo. Educação crítica, formação cultural e emancipação política na Escola de Frankfurt. PUCCI, B. (org). *Teoria crítica e educação*. Petrópolis: Vozes, São Carlos, Edufiscar, 1994. (Ciências Sociais da Educação).
- MACEDO, Lino. (org.). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. (Coleção Psicologia e Educação).
- MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar - 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: *Transições do regime autoritário: América Latina*. O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philipe E. e WHITEHEAD, Lawrence. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- MATOS, Olgária. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MEDEIROS, Marilu Fontoura. Eixos Emergentes na proposta Habermasiana e a possibilidade da ação pedagógica crítica e reflexiva. *Educação e Filosofia*. Uberlândia: 8(15): 49-65, jan/jun. 1994.

- MENEZES, Edmilson. Kant e a pedagogia. Educação e sociedade: *Revista de Ciência da Educação* - Campinas: CEDES-Papirus, n. 43, ano XIII, dez, 1992.
- MERLEAU-PONTY, M. *Humanismo e terror*; ensaio sobre o problema comunista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da Guerrilha*. São Paulo: Global: Passado e Presente, 1980.
- MIRANDA, Wander, Melo. *Corpos escritos*. São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.
- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MORIN, E, LEFORT, C. e CASTORIADIS, C. *Mai 68: la breche suivie de vingt ans apres*. Paris: Editions Complexe, 1988.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil - 1961-1964*. Belo Horizonte: Veja, 1981.
- _____. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org). 1964: visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: Primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, Manfredo A de. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso e OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. *Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1988.
- _____. *A Linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- OSBORNE, Peter e BENJAMIN, Andrew. Introdução: destruição e experiência. In: *A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 1989. (O saber da filosofia).
- PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.
- _____. *Transições ao socialismo: as lições do Chile*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PANDULFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o Golpe. In: *Vinte e um anos de regime militar*. SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. (org). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara. Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- PIAGET, Jean. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- _____. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.
- _____. A epistemologia genética. In: *PIAGET*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

- _____. Problemas de psicologia genética. In: *PIAGET*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- _____. Procedimentos da educação moral. In: MACEDO, Lino (org). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- PIAGET, Jean e INHELDER, Bärbel. *Memória e inteligência*. Brasília: UNB, 1979.
- PIETROCOLLA, Luc Gati. Anos 60/70. Do sonho revolucionário ao amargo retorno. *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 8(2): 119-145, out, 1996.
- PINA, Carlos. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. In: *Anuário Antropológico - 88*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. UNB. 1991.
- POLARI, Alex. *Camarim de prisioneiro*. São Paulo: Globo, 1980.
- PORTELA, F. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global: Passado e Presente.
- POSSENTI, Sirio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- PRESTES, Nadja Hermann. A razão, a teoria crítica e a educação. PUCCI, Bruno (org). *Teoria crítica e educação*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, São Carlos, EDUFISCAR, 1994. (Ciências Sociais da Educação).
- PUCCI, Bruno. *Teoria crítica e educação*. In: PUCCI, B. (org). *Teoria crítica e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo, EDIFUSCAR, 1994. (Ciências Sociais da Educação).
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1989.

- REIS, Fábio Wanderley. Política e racionalidade. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n. 37. Belo Horizonte: UFMG, PROED, S.D.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- RIVERA, Francisco XAVIER Uribe. *Agir Comunicativo e Planejamento Social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.
- ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- RODRIGUES, Neidson. *Modernidade e educação: tópicos para discussão*. São Paulo: FDE - Diretoria Técnica, n. 15, 1992. (Série Idéias).
- _____. Políticas educacionais, projetos pedagógicos para a modernidade, e a questão da autonomia. *Educação em Revista*. Belo Horizonte; FAE/UFMG, n. 5, jun. 1992.
- _____. Os desafios da racionalidade ocidental. São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n. 12, ano 6, 1993.
- ROMANELLI, Antônio Ribeiro. *1964: minhas histórias do cárcere e do exílio*. Belo Horizonte: Mazza, 1994.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Biblioteca Tempo Universitário: 63).
- _____. Apresentação. *Origem do drama barroco alemão Walter Benjamin*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1986.

- RUZ, Juan. *Teoria crítica e educação. Perspectiva*. Florianópolis: CED, 1(3): 9-50. Jul/dez. 1984.
- SADER, Eder (org). *Che Guevara*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Poder e alegria. A literatura brasileira Pós-64: reflexões. In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1987.
- _____. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Fenomenologia e hermenêutica. In: CAPALBO, Creusa. (org). *Fenomenologia e Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1989.
- _____. *Jürgen Habermas. Razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SILVA, Carlos Augusto Canedo Gonçalves da. *Crimes políticos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- SILVA, Tomaz Tadeu. (org). *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard. (orgs.) *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

- SOARES, Luiz Eduardo. Hermenêutica e ciências humanas. In: *O rigor da indisciplina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SUSSEKIND, C. e Carlos. *Armadilha para Lamartine*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- TAILLE, Yves de la; OLIVEIRA, Marta KOHL e DANTAS, Heloísa. *Piaget, Vygotsky, Wallon*. São Paulo: Summus, 1992.
- TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964 - Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1997. (Coleção Momento).
- _____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da UNICAMP e Trajetória Cultural, s/d.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- Versões e Ficções: *O seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. Vários autores.

VIANA, Gilney. *131-D- Linhares-Memorial da prisão política*. Ed. História, 1979.

_____. E Perly. *Fome de liberdade: relato dos presos políticos*. Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

ZUIN, A Álvaro, PUCCI, Bruno e OLIVEIRA, Newton Ramos. *A educação danificada*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1997.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AFP - Agência “France Presse” - Agência Francesa de Notícias

AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

AMES - Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas

CAP - Colégio Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIA - “Central Intelligence Agency” - Agência Central de Inteligência dos
EUA

CN - Comando Nacional

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COLINA - Comando de Libertação Nacional

COSEC - Comando Secundarista ou Comissão Secundarista

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DIGB - Dissidência Comunista da Guanabara

DOI-CODI - Destacamento de Operações e Informações - Central de
Operações de Defesa Interna

EUA - Estados Unidos da América

FAL - Força Armada de Libertação

FNL - Frente Nacional de Libertação

GTA - Grupo Tático Armado

JB - Jornal do Brasil

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ME - Movimento Estudantil

MNR - Movimento Nacional Revolucionário

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN - Operação Bandeirantes

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PE - Política Especial

POLOP - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

PM - Polícia Militar

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

QGdoIIº Exército - Quartel Geral do IIº Exército

REDE - Resistência Democrática

SP - São Paulo

TFP - Tradição Família e Propriedade

UC - Unidade de Comando

UDN - União Democrática Nacional

UME - União Municipal dos Estudantes

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

